

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE - ESCAS

A Redução da Jornada de Trabalho e seu Impacto Ambiental

Reflexões sobre o Uso do Tempo, Consumo e
Meio Ambiente

Mônica Monteiro Klein

2013

ROD. DOM PEDRO I, KM 47
NAZARÉ PAULISTA, SP, BRASIL



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A Redução da Jornada de Trabalho e seu Impacto Ambiental

**A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E SEU IMPACTO AMBIENTAL:
REFLEXÕES SOBRE O USO DO TEMPO, CONSUMO E MEIO AMBIENTE**

MÔNICA MONTEIRO KLEIN

**Nazaré Paulista
2013**



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E SEU IMPACTO AMBIENTAL:
REFLEXÕES SOBRE O USO DO TEMPO, CONSUMO E MEIO AMBIENTE**

MÔNICA MONTEIRO KLEIN

Comitê de orientação:

Orientadora: Suzana M. Padua

Co-orientador: Daniel Caixeta Andrade

Membro da banca: Claudio Valladares-Padua

TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ECOLOGIA

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS

Ficha Catalográfica

M. Klein, Mônica

Redução da jornada de trabalho e seu impacto ambiental – reflexões sobre o uso do tempo, consumo e meio ambiente, 2013. 195 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

1. Consumo
2. Economia Ecológica
3. Jornada de trabalho
4. Lazer
5. Tempo Livre

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. Dra. Suzana Padua

Co-Orientador: Prof. Dr. Daniel Caixeta Andrade

Prof. Dr. Claudio Valladares-Padua

Nazaré Paulista, Outubro de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Suely Monteiro e ao meu pai, Leonides Klein, que me ensinaram desde pequena o valor da leitura e a importância dos estudos.

Mônica Monteiro Klein

AGRADECIMENTOS

É difícil começar uma página de agradecimentos sem cair na tentação de citar todas as pessoas e fatores que me ajudaram, de um jeito ou de outro, a conquistar mais esta etapa da minha vida. Os que conhecem as minhas tendências um tanto prolixas sabem muito bem que eu poderia iniciar uma nova dissertação a partir de agora, descrevendo desde os meus primeiros passos, passando pelas minhas primeiras palavras balbuciadas, a minha primeira incursão no mundo da leitura e dos estudos e todos os demais passos e fatores posteriores que, em maior ou menor grau, contribuíram para a minha trajetória e, por fim, para a elaboração deste trabalho. Para ser sucinta, no entanto, contrariando todas as tendências, eu restringir-me-ei àqueles que estiveram mais diretamente ligados à execução deste trabalho e que acompanharam todo o processo, desde sua gestação.

Para começar, eu agradeço ao meu co-orientador querido, Daniel Caixeta, que foi o principal motivador do meu trabalho (mesmo só sabendo disso na defesa) e a quem eu tenho como um grande exemplo de profissional. Agradeço também à minha orientadora Suzana Padua, que além de ser um amor de pessoa e excelente educadora, esteve sempre presente durante toda a caminhada e elaboração do trabalho, inclusive, após sua conclusão. Agradeço ao meu professor querido, Claudio Padua, que foi quem enxergou em mim, logo no início, o potencial para escrever este estudo. Foi o grande visionário. De forma geral, eu posso dizer que fui muito feliz em tê-los como orientadores e professores e espero que mantenhamos nossos vínculos.

Agradeço às minhas amigas e colegas de turma: Camila Nali, Fabiana Pureza, Larissa Barbosa e Vanessa Spacki, pelo apoio, pelas risadas, pela troca de ideias e por todas as experiências positivas compartilhadas ao longo do processo! Meninas, vocês são demais!! Agradeço também ao meu ex, Davide Zappi, por ter me auxiliado em muitos momentos importantes ao longo do mestrado e por ter me ajudado a lidar com situações de estresse. Agradeço à minha mãezinha querida, Suely Monteiro, e ao meu padrasto e grande poeta, Charles Fonseca, por terem sido pacientes e terem dado todo o suporte (emocional e estrutural) para que eu tivesse o melhor ambiente possível para o andamento e conclusão dos estudos. Amo vocês.

Agradeço de forma mais abrangente a todos os funcionários do IPÊ, que foram sempre gentis e prestativos comigo, e a todos os meus amigos que estiveram presentes nesta caminhada, ainda que à distância. Eu espero poder retribuir um dia. Por fim, agradeço àquela força maior que, independente de como seja chamada, estabelece uma ordem ou um sentido para a minha vida. Eu sou imensamente grata por tudo o que tenho e o que sou, e espero estar sabendo aproveitar as oportunidades de ser, a cada dia, uma pessoa melhor, mais espiritualizada e menos materialista.

Mônica Monteiro Klein



- Miguelito e Mafalda

RESUMO

KLEIN, M. MÔNICA. A Redução da jornada de trabalho e seu impacto ambiental: reflexões sobre o uso do tempo, consumo e meio ambiente. 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, 2013.

Esta dissertação discute a influência do trabalho na vida das pessoas e no seu comportamento de consumo durante o tempo livre, dentro do contexto da crise ambiental no mundo. Em uma sociedade cujos valores estão profundamente pautados no consumismo, de que forma ter mais tempo livre poderia realmente significar uma diminuição no consumo? Este questionamento, ainda sem resposta, demonstra a necessidade de se avaliar de uma maneira mais crítica o papel do trabalho na sociedade e o impacto que a jornada de trabalho exerce sobre seu comportamento, dentro de um viés multidisciplinar proporcionado pela abordagem da Economia Ecológica. O objetivo deste trabalho, portanto, é estabelecer um ponto de partida para discussões sobre a viabilidade e efetiva sustentabilidade das propostas de redução de carga-horária sugeridas pelos Economistas Ecológicos, uma vez que até então a maior parte das discussões considera apenas a realidade e experiências de países desenvolvidos. Neste sentido, as reflexões aqui realizadas percorrem os aspectos sociais e ambientais que estão relacionados a um modo de vida centrado no trabalho, perpassando os conceitos fundamentais de trabalho, lazer, uso do tempo, tempo livre, dentre outros relevantes para a discussão e compreensão do assunto.

Palavras-Chave: Consumo, economia ecológica, jornada de trabalho, lazer, tempo livre.

ABSTRACT

KLEIN, M. MÔNICA. The work time reduction and its environmental impact: reflections about the use of time, consumerism and environment. 2013. 195 p. Dissertation (Masters thesis in Biodiversity conservation and sustainable development) – IPE - Institute for Ecological Research, Nazaré Paulista, 2013.

This study discusses the influence of work on people's lives and on their consumption behaviors during their free time, considering the world environmental crisis context. In a society whose values are deeply ruled by consumerism, how could more free time really mean less consumption? This question, still not answered, shows the necessity to evaluate more critically the role of the work in the society and the impact of working time on social behavior, under the multidisciplinary view offered by an Ecological Economics approach. The objective is, therefore, to establish a starting point to new discussions about the viability and effective sustainability of the proposals about work time reduction suggested by ecological economists, once the majority of current discussions only considers the reality and experiences of developed countries. Thus, the reflections here comprehend the social and environmental aspects related to a way of life centered on work, passing by the fundamental concepts of work, leisure, time use, free time, and other relevant aspects to the discussion and understanding of this matter.

Keywords: Consumption, consumerism, ecological economics, free time, leisure, work time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - intensidade versus produtividade	43
Figura 2 - Diagrama do Fluxo Circular Simplificado entre empresas e famílias em dois mercados: o mercado de bens e serviços e o mercado dos fatores de produção	112
Figura 3 - Representação alternativa do processo econômico a partir dos fluxos de <i>throughput</i>	121
Quadro 1 - Principais obras sobre o crescimento	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO	14
INTRODUÇÃO	14
CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO NO MUNDO	17
SISTEMA PRIMITIVO DE PRODUÇÃO	17
SISTEMA ESCRAVISTA DE PRODUÇÃO	18
SISTEMA DE PRODUÇÃO FEUDAL	22
SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO	27
SISTEMA SOCIALISTA DE PRODUÇÃO	34
O TRABALHO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL	36
CAPÍTULO 2 – TRABALHO E CONCEITOS SOCIOLÓGICOS ASSOCIADOS	40
INTRODUÇÃO	40
CONCEITO DE TRABALHO	41
CONCEITOS DE LAZER, TEMPO LIVRE E ÓCIO	45
CONCEITO DE TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE NÃO TRABALHO E BEM ESTAR	56
CAPÍTULO 3 – A JORNADA DE TRABALHO E O BEM ESTAR SOCIAL	61
INTRODUÇÃO	61
UM BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO	62
ECONOMIA, O BEM ESTAR E O NASCIMENTO DA SOCIEDADE DE CONSUMO	67
A JORNADA DE TRABALHO, BEM ESTAR E CONSUMO	79
CAPÍTULO 4 – A JORNADA DE TRABALHO E O MEIO AMBIENTE: VISÃO GLOBAL	88
INTRODUÇÃO	88
O IMPACTO DO CONSUMO SOBRE O MEIO AMBIENTE	89
OS PRINCIPAIS TEÓRICOS DA ECONOMIA ECOLÓGICA	109
A ECONOMIA AMBIENTAL E A ECONOMIA ECOLÓGICA	116
A ECONOMIA ECOLÓGICA E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	128
CAPÍTULO 5 – A JORNADA DE TRABALHO E O MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL	141
INTRODUÇÃO	141
A SOCIEDADE DE CONSUMO BRASILEIRA	142
IMPACTO SOBRE A POBREZA (RENDA E PODER DE CONSUMO)	153
A RESISTÊNCIA À MUDANÇA DE HORÁRIOS	156

O POSICIONAMENTO POLÍTICO	157
INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO DAS CIDADES	161
A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA	166
<u>CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO</u>	<u>176</u>
<u>CAPÍTULO 7 – REFERÊNCIAS</u>	<u>182</u>

Introdução

O tema da presente dissertação trata da influência que o trabalho exerce sobre a vida das pessoas, especialmente sobre o comportamento de consumo no tempo livre, dentro do contexto da crise ambiental no mundo. A ideia de se aprofundar neste tema surgiu a partir do debate atual sobre a redução da jornada de trabalho, e principalmente após a leitura do documento “21hours: why a shorter working week can help us all to flourish in the 21st century”, elaborado pela New Economics Foundation (NEF) e com parceria da Organização Não-Governamental (ONG) Decrescimento-Brasil. Neste documento discute-se o tempo médio de trabalho como uma das causas da insustentabilidade socioambiental das sociedades humanas. Segundo este mesmo documento, a redução na jornada semanal de trabalho geraria uma série de resultados positivos, dentre eles, a diminuição do consumo e conseqüente diminuição da pressão antrópica sobre os recursos ambientais.

Essa afirmação causou-me causou certa estranheza e me fez levantar uma série de perguntas. Em uma sociedade cujos valores estão profundamente pautados no consumismo, de que forma ter mais tempo livre poderia realmente significar uma diminuição no consumo? Será que não seria o contrário, ou seja, mais tempo livre, mais tempo dedicado às compras? Como o tempo de trabalho interfere nos hábitos e comportamento de compra das pessoas? E, finalmente, como esses hábitos de consumo geram pressões sobre o meio ambiente? Todos esses questionamentos demonstram a necessidade de se avaliar de uma maneira mais crítica o papel do trabalho na sociedade e o impacto que a jornada de trabalho exerce sobre seu comportamento, dentro de um viés multidisciplinar proporcionado pela abordagem da Economia Ecológica.

O objetivo deste trabalho é oferecer um ponto de partida para discussões sobre a viabilidade e efetiva sustentabilidade das propostas de redução de carga-horária sugeridas pelos Economistas Ecológicos, uma vez que até então a maior parte das discussões considera a realidade e experiências de países desenvolvidos. Obviamente, este trabalho não tem a pretensão de esgotar as discussões sobre o assunto e nem teria condições de abarcar toda a gama de fatores econômicos, políticos e sociais que envolvem as transformações das jornadas de trabalho. Portanto, o enfoque será dado basicamente aos aspectos sociais e ambientais que estão relacionados a um modo de vida centrado no trabalho, perpassando os conceitos fundamentais de trabalho, lazer,

uso do tempo, tempo livre, dentre outros relevantes para a discussão e compreensão do assunto.

A dissertação então está dividida em seis capítulos propositadamente construídos em torno de um raciocínio linear-cronológico, mas de uma forma que possibilite uma leitura independente entre eles. Os três primeiros têm caráter introdutório e foram elaborados para servir como coadjuvantes na compreensão de alguns conceitos fundamentais que circunscrevem o tema da dissertação: trabalho, bem estar e tempo livre. Dessa forma, buscou-se consolidar o panorama histórico e a definição de alguns elementos essenciais que se fariam presentes nas discussões dos dois capítulos que compõem efetivamente o cerne de debate deste trabalho, os capítulos quarto e quinto.

O primeiro capítulo – *Contexto Histórico do Trabalho* - começa abordando de forma simplificada a ontologia do trabalho no mundo. Caracteriza, assim, os diferentes sistemas de produção que surgiram ao longo da história humana: os sistemas primitivos escravista, feudal, capitalista e socialista de produção; culminando com a caracterização do trabalho na sociedade pós-industrial. O segundo capítulo - *Trabalho e conceitos sociológicos associados* - por sua vez, entra no aspecto conceitual das palavras-chaves que circunscrevem a temática dessa dissertação, dividindo-se nos seguintes tópicos: conceito de trabalho; conceito de lazer, tempo livre e ócio; conceitos de tempo de trabalho, tempo de não trabalho e bem estar. Além destes termos, conceitua o bem estar, em suas diferentes vertentes (social, econômica e psicológica), introduzindo sua relação com a temática do trabalho.

O Terceiro capítulo - *A Jornada de trabalho e o bem estar social* – descreve o impacto do trabalho (jornada de trabalho) sobre o bem estar da sociedade atual. Caracteriza a escola econômica ortodoxa vigente e aborda *a formação da sociedade de consumo*, os aspectos sociológicos e psicológicos do comportamento consumista e os argumentos econômicos que sustentam este modelo de consumo. No tópico intitulado - *A Jornada de trabalho, Bem estar e o Consumo* – adentra a relação entre a centralização do trabalho, que dita o ritmo de vida da sociedade moderna, e sua ineficácia em garantir um estado de bem estar social, perpassando a falácia do bem estar proporcionado pelo aumento do poder aquisitivo e acúmulo material, demonstrando a necessidade de um paradigma alternativo mais integrado.

O quarto capítulo - *A jornada de trabalho e o Meio Ambiente: Visão geral* – coloca, pela primeira vez, a discussão do tema dentro do viés proporcionado pela Economia

Ecológica. Para isso, faz uma breve contextualização global da crise ambiental, descrevendo os impactos que o consumo da sociedade capitalista moderna tem causado ao meio ambiente e relacionando o modo de vida capitalista ao estímulo ao consumo e à pressão exercida sobre os recursos naturais. Dessa forma, busca-se demonstrar a necessidade de se pensar a economia de uma forma diferente, a partir do conceito do Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, introduz a abordagem da Economia Ecológica e apresenta suas teorias de progresso econômico que incluem iniciativas de flexibilização da jornada de trabalho no mundo.

O quinto capítulo - *A Jornada de trabalho e o Meio Ambiente: Perspectivas para o Brasil* – dá seguimento ao capítulo anterior, mas agora com uma análise menos global e mais voltada para o contexto brasileiro. Comenta a inexistência de estudos sobre o tema em países em desenvolvimento e discute alguns pontos que podem interferir em um possível processo de transição rumo a uma jornada de trabalho menor. Ao longo do capítulo também é retratado brevemente o histórico das lutas trabalhista no Brasil e no Mundo, que foram responsáveis por moldar as relações de trabalho atuais no país. A partir das diferentes interpretações que se tem em torno dos efeitos da redução da jornada de trabalho no Brasil, o capítulo quinto coloca em perspectiva a sustentabilidade da iniciativa de flexibilização da jornada de trabalho quando transposta para o cenário brasileiro, enfatizando a necessidade de se aferir com mais estudos os efeitos reais dessa mudança para se evitar resultados que vão de encontro com os objetivos inicialmente desejados de sustentabilidade.

Por fim, tem-se o fechamento com o capítulo sexto, uma conclusão geral sobre o a dissertação, onde incluo minhas últimas considerações sobre o tema e apresento a minha visão quanto ao que considero necessário ser feito para dar continuidade a este estudo aqui iniciado.

Capítulo 1 - Contexto Histórico do Trabalho

Introdução

O trabalho é atualmente a atividade central da Sociedade Moderna (BALESTRA, 2012; NEF, 2010). Em sua pluralidade de formas, é um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas (SORJ, 2000). Nem sempre, no entanto, o trabalho desempenhou papel de tamanho destaque no mundo. Levando-se em conta apenas o trabalho remunerado, livre, dentro de uma análise histórico-linear que abrange o período da transição da Alta Idade Média para a Baixa Idade Média até os dias atuais, o trabalho só veio a ditar as regras da sociedade e a regular o uso do tempo nos últimos duzentos anos. Considerando-se ainda o conceito mais simples e antropológico de trabalho, como sendo o de transformar o meio com o propósito de “viabilizar a realização de seus projetos (desejos) no mundo” (ARANHA, 1997 apud BARBOSA, 2002, p.27), o trabalho praticamente remonta a origem do homem no planeta; e a concepção moderna que se tem dele, no papel dominante e separado das demais atividades humanas, representaria menos de um milésimo deste tempo.

Não se atendo, no momento, ao aprofundamento dos diferentes conceitos de trabalho existentes, mas admitindo-se que o trabalho existe como atividade ou ação que exige capacidade física e mental com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas (SANTOS, 2012; ANTUNES, 2003 apud POMPEO, 2013, p.19), desde as mais simples, como as de alimento e de abrigo, até as mais complexas, como as de lazer e de crença, quais teriam sido os motivos para o surgimento da posição de centralização do trabalho na vida das pessoas? Quais acontecimentos históricos foram responsáveis pela sua modificação e supervalorização na sociedade moderna contemporânea? De que forma algumas atividades inicialmente exercidas pelo ser humano, como parte do trabalho, começaram a ser diferenciadas e delegadas a um papel secundário? Para se responder a estas questões, torna-se imprescindível conhecer um pouco da história do trabalho no mundo, levando-se em consideração que toda história representa um ponto de vista particular e está sujeita a diferentes interpretações.

Desde seu surgimento na Terra, há aproximadamente dois milhões de anos, o homem vem agindo sobre a natureza, transformando-a e utilizando seus recursos para garantir a própria sobrevivência. Essa relação homem-meio, que caracteriza uma relação de trabalho em seu pressuposto mais simples (ANTUNES, 2003 apud POMPEO, 2013), não apenas refletiu uma contínua modificação da paisagem natural como também gerou uma mudança interna do próprio homem (SANTOS, 2012). Ou seja, à medida que o ser humano realizava trabalho, este trabalho, por sua vez, demandava um grau de organização dele mesmo (ARAÚJO, 1997). Esse processo mútuo ao longo do tempo foi responsável pela construção das diferentes estruturas sociais, pensamentos e valores que marcaram e ainda marcam a história (ANTUNES, 2003, p.19).

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985 apud ARAÚJO, 1997, p.7).

A história do trabalho *per se* pode ser contada progressivamente. Ela expressa a capacidade do ser humano de se inventar e reinventar como ser social e transformador do mundo natural (SANTOS, 2012, p. 24). Assim, ao se falar das origens do trabalho e de suas evoluções no tempo (no sentido não necessariamente de melhoria, mas de modificação), é necessário lembrar o caráter plástico e multiconceitual do trabalho, uma vez que diferentes sociedades apresentaram formas diversas de organização de trabalho, assim como também atribuíram valores e significados diferenciados a essas atividades. Como mesmo afirma Kurz (1997), ensaísta e sociólogo alemão, “palavra alguma é, à primeira vista, mais cristalina e, à segunda vista, mais turva do que esta.”, representando uma categoria abstrata que reúne atividades tão heterogêneas quanto homogêneas. Afinal, a forma com que é concebido hoje na modernidade capitalista é substancialmente distinta da forma com que pode ser descrita numa comunidade primitiva, “quando plantar, cozinhar, dançar ou cultuar não eram atividades fragmentadas de um todo e eram mais ou menos dispostas segundo as necessidades internas de um grupo e seu ‘gênero de vida’” (KRISIS, 1999, p.6).

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato, independente de suas formas históricas, como processo entre homem e Natureza. Disse-se aí: ‘Considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo’ (Marx, 1983b, p.105 apud Lessa 2005, p.110).

Esse trabalho, inerente à existência humana e fruto das relações essenciais do ser humano com a natureza, teria como finalidade a “preservação das funções vitais da reprodução individual e societal” (ANTUNES, 2003, p. 19), fundamentando-se na “ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem” (Idem, p.19). Difere-se substancialmente do trabalho como é concebido hoje, em que não apenas foi materialmente abstraído sob a forma quantitativa do valor e do dinheiro, como também reduzido realmente a "trabalho simples", dilacerado, sem sentido, separado dos fins sociais sensíveis e ganhando abstração: quando se completa a subsunção real do trabalho ao capital e sua finalidade deixa de ser próprio homem e torna-se a imanência da atividade em si, do próprio meio para a produção de valor (KRISIS, 1999). Ou, como bem sintetiza Antunes (2003, p. 19-21):

Assim, por esta perspectiva, o trabalho, em última instância, faz parte da própria natureza humana. Porém, com subseqüentes transformações no modo de organização social, teria ocorrido uma divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital, o que teria gerado o sistema de metabolismo social do capital. Este sistema de metabolismo social do capital corresponderia ao sistema de mediações de segunda ordem, que teria introduzido elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico, promovido a subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca [...] e a divisão hierárquica do trabalho.

Dentro desta perspectiva introdutória, a história do trabalho pode ser dividida em cinco principais formas de organização societárias, com base nos sistemas de produção que predominaram em cada um: sistema primitivo; sistema escravista; sistema feudal; sistema capitalista e; sistema socialista. Fala-se aqui em sistema e relações de produção, assumindo-se que:

As relações de produção encontrar-se-iam correlacionadas no seu desenvolvimento com as forças produtivas, que seriam os recursos tecnológicos, o conhecimento científico, as estruturas de produção rural e urbana, o nível de consciência social, etc. [...] As relações de produção e as forças produtivas, em suas relações concretas e socialmente estabelecidas, formariam a estrutura (ou base) econômica da sociedade. [...] (BARBOSA, 2002, p. 18)

Ou ainda que:

No processo de produção de bens materiais, os seres humanos acabam se relacionando de uma forma ou de outra, e o trabalho de cada produtor converte-se numa partícula do trabalho social, seja nas comunidades primitivas, seja nas sociedades mais avançadas tecnologicamente. [...] Logo, trabalho e produção se relacionam estreitamente. Para compreender então a história do trabalho é necessário compreender também a história dos sistemas produtivos,

as formas como os seres humanos se relacionaram para transformar a natureza (SANTOS, 2012, p. 27).

Contexto histórico do trabalho no mundo

Sistema Primitivo de produção

Dentro da organização tribal da sociedade, representada por grupos de caçadores-coletores pré-agrícolas e pré-pastoris, o trabalho não era distinguível das demais atividades realizadas (KURZ, 1997). Isso se devia, principalmente, ao fato de que nestas sociedades a organização estava fortemente vinculada à religião. Mitos, tradições e rituais faziam parte do cotidiano dessas pessoas e constituíam suas principais atividades sociais. O trabalho, em si, como tarefa produtiva, não possuía um valor próprio desagregado dessas outras atividades sociais e só podia ser entendido como parte do conjunto de atividades que caracterizavam essas sociedades (TOMAZI, 2000, p. 35 apud BARBOSA, 2002).

Muitas culturas camponesas, pastoris ou de caça jamais conheceram a noção abstrata de "trabalho". Para elas seria extremamente irracional e insensato reunir sob um único conceito abstrato atividades como caçar e plantar, cozinhar e educar os filhos, cuidar dos idosos e proceder a ações rituais. Muitas vezes, nessas sociedades arcaicas (na medida em que são reconstituíveis ou deixaram vestígios) existiam diferentes conceitos universais de atividade para as diversas esferas da vida, para homens e mulheres e para diversos grupos sociais ou habilidades [...], atividades estas que de modo algum correspondem ao conceito geral moderno de "trabalho" (KURZ, 1997, p. 2).

Uma das grandes características representativas do trabalho nas tribos está explicada pela relação que seus membros tinham com o meio ambiente. Este aspecto é muito importante para compreender principalmente o valor que cada atividade, cada recurso e cada membro da comunidade possuíam. De fato, o modo de se relacionar com a natureza explica o tempo dedicado ao trabalho concreto, voltado especificamente para a subsistência. A terra, para essas comunidades, representava a fonte provedora de recursos imprescindíveis para sua sobrevivência e dotava-se de um caráter extremamente misterioso e transcendental. O fato de os fenômenos naturais serem explicados por meio da religião e serem evocados por meio de rituais determinava uma relação de dominação do homem pela natureza, relação esta que começaria a ruir com o surgimento da propriedade privada e, principalmente, com o desenvolvimento das

ciências naturais, que substituiriam uma interpretação filosófica da natureza por uma interpretação mais científica, por meio do método indutivo (BARBOSA, 2002).

Pode-se dizer que o aspecto mais importante das sociedades tribais é o sentido de unidade existente em seu cotidiano (BARBOSA, 2002). Segundo o antropólogo francês Pierre Clastres (1976), as sociedades primitivas se definiam como sociedades sem Estado, sem relação entre dominantes e dominados, ou segundo suas próprias palavras:

[...] Determinar as sociedades primitivas como sociedades sem Estado, é dizer que elas são, por si só, homogêneas, não divididas. Aqui se encontra a definição etnológica destas sociedades: elas não possuem um órgão separado de poder, o poder não é separado da sociedade - "texto traduzido" (CLASTRE, 1976, tradução livre da autora).¹

Desta forma, “todos os membros da comunidade tinham condições iguais no que se refere aos meios de produção” (SANTOS, 2012) e o trabalho não era visto como uma ferramenta de poder, desligado das outras esferas da vida. Sua função era meramente a de atender às necessidades básicas do grupo. Esse modelo de organização social pode ser observado principalmente entre os períodos de 200 mil anos e 6 mil anos atrás (ou 200 mil a.C – 4 mil. a.C), embora ainda persista nos dias de hoje em algumas tribos, a exemplo dos guaranis que vivem no Sul do Brasil (BARBOSA, 2002). O trabalho, nestas tribos, coexistia como parte de um conjunto de tarefas importantes que garantiam a subsistência dos seus membros, exigindo dedicação de todos, sendo considerado, desta forma, uma atividade respeitosa.

Sistema escravista de produção

A partir do momento em que o trabalho como atividade produtiva passa a ser dissociado das outras atividades sociais é que se percebe uma transição entre as sociedades tribais e as sociedades de Estado, estas representadas pelas sociedades que incorporam a noção de propriedade privada (BARBOSA, 2002). Esse processo de transição se dá principalmente com o surgimento da agricultura, da domesticação e da melhoria na fabricação de instrumentos, traduzindo-se no desenvolvimento das forças produtivas², ao longo do período compreendido entre 6 mil e 1500 anos atrás (ou 4 mil a.C – 500

¹ « (...)Déterminer les sociétés primitives comme sociétés sans Etat, c'est énoncer qu'elles sont, en leur être, homogènes parce qu'elles sont indivisibles. Et l'on retrouve ici la définition ethnologique de ces sociétés : elles n'ont pas d'organe séparé du pouvoir, le pouvoir n'est pas séparé de la société. » <http://plusloin.org/plusloin/spip.php?article158>

² Forças naturais (inclusive o próprio homem) apropriadas pelo homem para a produção e reprodução de sua vida social (SANDRONI, 1999)

d.C). A agricultura e a domesticação estabeleceram a primeira ruptura na relação sacra homem-meio ambiente, permitindo ao ser humano obter controle sobre a oferta de energia para sua sobrevivência, e invertendo assim, a subordinação do homem à natureza.

De forma simplificada, pode-se dizer que o desenvolvimento das forças produtivas provocou importantes mudanças sociais, tais como: a separação da agricultura da atividade pastoril; início de uma modesta produção artesanal; intercâmbio de produtos derivados do trabalho, primeiro entre as tribos e depois no centro da própria comunidade. A tribo, como unidade, passou a se decompor em famílias ou unidades econômicas separadas, que começaram a realizar trabalho separadamente, em detrimento do trabalho comunitário. É neste cenário de mudanças que surge a propriedade privada, conceito que passaria a fazer de uma grande transformação no modo de vida das novas sociedades organizadas, a exemplo das civilizações Mesopotâmica e Egípcia.

O crescimento da população e a complexidade que se estabelece nas relações entre os indivíduos, neste período classificado como Mundo Antigo, foram marcados pelo surgimento da escrita. Sua principal característica é o novo modelo de organização social baseado na relação heterogênea que se estabelece entre seus membros, fortemente sustentada por um sistema de produção escravista que alcançaria seu auge nas civilizações grega e romana. Este sistema seria alimentado principalmente pelas guerras e piratarias (BARBOSA, 2002) frequentemente realizadas na época. O sistema escravista de produção transformou o papel do trabalho, destacando-o como um meio de obtenção de poder, poder este que se concentrava nas mãos de alguns grupos por meio da submissão dos demais. A partir de então, tem-se a sociedade dividida entre os que possuem a força de trabalho e os que exploram esse trabalho, entre os dominados e os dominantes (TOMAZI, 2000, p. 37 apud BARBOSA, 2002).

Nesta concepção de sociedade de poder, termo cunhado por Clastre (1976), os grupos maiores submetem-se às vontades dos grupos menores, e esta relação de subordinação se perpetua na crença de que seus integrantes são divinos ou dotados de habilidades especiais que lhes conferem privilégios e o poder de exigir oferendas e concentrar recursos. A ideia de concentração surge neste contexto, como símbolo de poder e dominância e, em cima desta necessidade estabelecida é que a natureza se despe do caráter sagrado (que é repassado a uma classe de homens) e passa de sujeito para objeto,

sendo então considerada uma posse para usufruto e intensa exploração. Nasce, junto com a propriedade privada, a ideia de acúmulo de riqueza e *status*. A exploração do trabalho passa a se tornar atrativa perante aqueles que almejam o poder, e a ideologia da escravidão passa a fazer parte da sociedade, ao mesmo tempo em que, ironicamente, outras grandes inovações no campo da ética e da política surgem, como descreve Barbosa (2002)

[...] a construção da democracia grega em diversas cidades, com o cultivo do ócio para as artes, os esportes e a política, se mantém por meio da expansão do escravismo, isto é, o processo de maior elevação da humanização do homem à época se apoia no processo de maior brutalização do homem à época (BARBOSA, 2002, p. 41).

Comparado ao sistema de produção anterior, primitivo, o sistema escravista praticamente não guarda semelhanças. Para começar, a base das relações de produção neste segundo sistema estava associada à concepção de propriedade privada. Os proprietários da terra tomavam posse tanto dos meios de produção quanto dos trabalhadores escravos. O ser humano passou a ser considerado como uma propriedade, sujeito à venda, troca, aluguel entre outros. Do ponto de vista do posicionamento do trabalho na sociedade, fica perceptível que este já se encontra desarticulado das demais atividades sociais, diferenciando-se totalmente das organizações tribais homogêneas, sem Estado. Essa separação do trabalho das demais atividades (artes, esportes, política) não é, neste sentido, unicamente temporal, em que os indivíduos passam a se dedicar mais ao trabalho em detrimento das atividades sociais. É, principalmente, espacial, pois dentro de uma nova hierarquia social surge uma separação clara entre aqueles que podem usufruir das atividades sociais (topo da pirâmide) e aqueles cuja função exclusiva na vida é a de realizar trabalho (base da pirâmide).

É interessante perceber que, apesar de adquirir uma posição de destaque cada vez maior na sociedade, como instrumento de poder, de segregação dos dominantes e dominados, foi dentro do sistema escravista que o trabalho começou também a se revestir de um caráter pejorativo (SANTOS, 2012; MORENA, 2012). Apenas as classes mais inferiores da sociedade o realizavam.

Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que se obtém. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer. Tal é o escravo por instinto: pode pertencer a outrem [...] e não possui razão

além do necessário para dela experimentar um sentimento vago; não possui a plenitude da razão (ARISTÓTELES, A Política, cap. II, p. 7 e 13).

Além de Aristóteles e outros representantes intelectuais e filósofos do período clássico, Platão também acreditava que a finalidade precípua dos homens livres era a reflexão, e não o trabalho manual:

Ao defender uma “aristocracia do saber” em sua obra República, Platão não considerava a classe dos trabalhadores como uma classe cidadã, pois não lhes sobrava tempo para a contemplação teórica da verdade e, tampouco, para a práxis política. O ideal humano deveria se realizar na figura do cidadão filósofo, ou seja, um homem livre das incumbências da sobrevivência, evidenciando-se um ideal de cunho altamente elitista (MORENA, 2012).

O trabalho como uma atividade inferior, punitiva, fundamentava-se, principalmente em mitos, a exemplo do narrado por Hesíodo e Telecleides, que afirmava que o homem, em sua origem, dos tempos, reunia-se em grandes banquetes com os deuses do Olímpio, não havendo a necessidade de trabalhar para se sustentar. Esse mesmo raciocínio é encontrado na história bíblica, a exemplo do trecho que trata da expulsão de Adão e Eva do Paraíso (Genesis, III, 19), onde os homens viviam originalmente felizes e tinham tudo de que necessitavam. A partir do momento em que o homem come da fruta proibida, no entanto, Deus amaldiçoa suas lavouras dizendo: “no suor do teu rosto comerás o teu pão”. Fato é que, o trabalho, por vários motivos (estrutura social, cultural e econômica), passou a ser associado a sofrimento, a castigo e a atividades menos nobres. Em sua própria etimologia é possível evidenciar esta percepção negativa: a palavra trabalho deriva do latim, *tripalium*, que caracterizava, na Antiguidade, um instrumento criado para torturar escravos (SANTOS, 2012). Este pensamento depreciativo do trabalho e a defesa da escravidão fizeram-se presente na civilização grega durante todo o período clássico.

As sociedades de estado antigas representaram a transição de uma economia agrícola camponesa familiar, voltada prioritariamente para a autossuficiência (economia natural) para uma economia agrária e urbana mercantil, baseada no trabalho de escravos. O trabalho escravo fundamentava-se em dois grandes campos morais: a Moral dos homens livres, referente àqueles que possuíam alma de homem e que poderiam se humanizar e se libertar progressivamente; e a Moral dos escravos, referente àqueles que possuíam alma de escravo (ou que nem possuíam qualquer alma) e que não poderiam se humanizar e se libertar (BARBOSA, 2002). Aos homens livres cabia a responsabilidade de

humanização por meio do “cultivo da alma e do corpo por meio das atividades proporcionadas pelo ócio (o teatro, a escultura, o esporte, etc.); da individualidade de cada membro no âmbito da comunidade; e da responsabilidade política de cada cidadão para com a preservação da comunidade política.” (Idem, 2002, p.43). A moral dos escravos, como descreve o mesmo autor:

“[...] indicava assumir maior sistematização nos períodos que antecediam as suas revoltas, motivadas por uma obscura esperança de liberdade. Nessas revoltas e nos breves períodos de liberdade que se seguiam quando se faziam vitoriosos, qualidades morais como a solidariedade, o espírito de sacrifício, a lealdade etc, encontravam-se presentes. A destruição desta Moral emergente por parte da classe aristocrática passava, necessariamente, pela destruição da memória e da experiência daqueles que a viveram, isto é, pela morte dos escravos recapturados.” (BARBOSA, 2002, p. 43).

O período em que se estabeleceram essas sociedades de Estado, baseadas no sistema de produção escravista, vai do surgimento das primeiras civilizações antigas e colapsa com a queda do Império Romano do Ocidente, o que marca o fim do Mundo Antigo Ocidental. A partir de então, inicia-se o período denominado Idade Média, no século V, caracterizado por uma modificação significativa das relações de trabalho na sociedade, a partir de um sistema feudal ou de servidão.

Sistema de produção Feudal

Ainda que o trabalho continue se manifestando como um instrumento de poder e de separação de classes, a nova estrutura social e econômica que se estabelece na Idade Média (a partir do século V d.C) articula-se em torno de um modelo senhorial e feudal que vai se transformando e ganhando diferentes formas ao longo dos seus 1000 anos de existência. Nesse sistema a economia era fechada e autossuficiente, com produção para o consumo; e a sociedade, estamental, imóvel e polarizada entre senhores e servos. Sua origem remonta ao interior do Baixo Império Romano, devido a uma série de eventos que desencadearam uma reorganização da sociedade: ruralização da população; retrocesso demográfico; esvaziamento do comércio; refluxo monetário; guerras civis, e; invasões (BARBOSA, 2002).

Com a decadência do Império Romano do Ocidente e as invasões bárbaras cada vez mais frequentes, várias regiões da Europa começaram a apresentar uma baixa densidade demográfica e um desenvolvimento urbano ínfimo. Os nobres romanos começaram a migrar das cidades em direção ao campo, com medo de serem escravizados ou

saqueados, levando consigo camponeses e seus próprios escravos. Nesta nova estrutura que se estabelece, aos poucos, o trabalho escravo é substituído pelo regime de servidão, com um sistema de dependências e de vassalagens estratificado e hierárquico (BARBOSA, 2002, p. 43), o que confere ao trabalhador uma condição “pessoalizada”, ainda que com direitos muito limitados. Neto e Tasinafo (2006) explicam que, embora não seja considerado escravo, a liberdade do servo é limitada pela série de explorações e obrigações sociais as quais é submetido, de tal forma que não lhe é possível utilizar seu trabalho ou força de trabalho como objeto de troca livre.

O sistema de produção feudal organizou-se a partir de feudos, aldeia e burgos. Os feudos eram as porções de terra cujos proprietários, nobres, eram denominados senhores feudais. A divisão social do trabalho estabelecia que o senhor feudal detivesse a posse dessas terras, bosques e instalações, enquanto que seus subordinados, vassallos e servos, poderiam se apropriar dos meios de trabalho direto, possuindo um pequeno grau de liberdade e muitas obrigações. Prevalencia uma relação de poder do senhor do feudo, o suserano, para com o seus subordinados. Ou seja, diferentemente do escravo, os homens que trabalhavam nos feudos eram considerados juridicamente livres, mas apesar de não serem mais uma “coisa” alienável, estavam sujeitos às obrigações servis, como pagamentos de trabalho gratuito, pagamento anual em dinheiro pelo usufruto da terra, pagamentos de taxas pelo uso das instalações, dentre outros. O tempo de trabalho do servo dividia-se em utilizar a terra para a produção essencial à sua própria existência e de sua família; e o tempo adicional para criar o sobreproduto, sob a forma de prestação de serviço ou dos tributos pagos aos seus senhores (BARBOSA, 2002).

Outra característica forte dessa sociedade é a inexistência de uma unificação econômica e política, ao contrário do que acontecia no império romano, por exemplo. O poder econômico estava distribuído entre as várias unidades autárquicas feudais e comunas urbanas que passaram a existir. As relações de vassalagem, por exemplo, representavam um sistema cuja característica é a criação de múltiplos polos de poder instáveis e rivais que disputavam a terra, o principal elemento que permitia ampliar a relação de clientela do senhor feudal ou suserano. Há uma decomposição do Estado, que no período romano significava poder central, articulado sobre um território e uma população e definido e regulado a partir de um conjunto de leis; o que determina a substituição de um sistema jurídico estatal por um sistema jurídico articulado por meio de laços e sujeições pessoais, definido e regulado pelo costume e pela tradição (BARBOSA, 2002).

A razão e a ética racionalista e escravista são substituídas por um retorno a uma ética profundamente vinculada à igreja (BARBOSA, 2002 p.43-44). Para a Igreja, a estrutura social possuía três pilares: o religioso, composto pelos *oratores* (os que oram ou rezam), com a responsabilidade de governar os homens, em uma perspectiva ampla, com base nas sagradas escrituras; o militar, composto pelos *pugnatores* ou *bellatores* (os que lutam ou guerreiam), com a finalidade de defender os homens; e o econômico, composto pelos *laboratores* (os que labutam ou trabalham), que tinham a finalidade de produzir (Idem, p. 43-44). A Igreja concebe formalmente uma sociedade de ordem ou estamental, consagrando a desigualdade como um fenômeno natural (da natureza), ou seja, determinado pelo nascimento. No entanto, este fundamento é uma criação de Deus, o que o torna imutável e sagrado. Segundo a igreja, o homem somente poderia mudar o que é por ele criado ou concedido, não o que é criado ou concedido por Deus. Aquilo que independe da vontade do ser humano, só restaria aceitar e cumprir. Esta sujeição do servo ao senhor feudal é assim descrita por Santos (2012, p.30):

Os camponeses dependiam dos senhores feudais, mas ao contrário dos escravos eles não constituíam propriedades. Os servos eram semi-livres, pois não pertenciam ao senhor feudal, mas estavam obrigados a viver na sua propriedade. Inclusive, nas transações comerciais de compra ou venda das terras, os servos eram normalmente incluídos. Os servos trabalhavam a terra do senhor e em retribuição recebiam um pequeno terreno que era trabalhado pela sua conta, mas pagando ao senhor várias taxas.

O Sistema Feudal começa a entrar em colapso no final do Séc. XII, por diversos motivos, sendo que, segundo Anderson (1985 apud BARBOSA, 2002) o determinante mais profundo desta crise provavelmente pode ser justificado por um esgotamento dos mecanismos de reprodução do sistema em suas capacitações básicas.

Em particular, parece claro que o motor básico da recuperação dos solos, que impulsionara toda a economia feudal por três séculos, acabou ultrapassando os limites objetivos da estrutura social e das terras disponíveis. A população continuou a crescer e a produção caiu nas terras marginais ainda disponíveis para uma recuperação aos níveis da técnica existente, e o solo deteriorava por causa da pressa e do mau uso (ANDERSON, 1985, p. 191 e 192 apud BARBOSA, 2002, p.49).

A Baixa Idade Média da cristandade ocidental convive com profundas transformações, principalmente por volta do século XIV. Por volta deste século, os servos passavam a se tornar cada vez mais rendeiros. Já no início da era cristã, nas regiões mais evoluídas, a produção só se podia desenvolver por meio de melhores

instrumentos de trabalho, o que exigia maiores qualificações e mais iniciativa dos trabalhadores. À medida que a produção se tornava mais complexa e especializada, a fraca produtividade do trabalho escravo e servil convertia-se numa situação pouco vantajosa. Isso acontecia não apenas na agricultura, mas também na atividade artesanal. Aos poucos, parecia cada vez mais conveniente até para os senhores feudais dar aos servos o estatuto de trabalhadores livres e procurar uma mão de obra independente (NETO E TASINAFI, 2006).

Dessa forma, vai ocorrendo uma mudança da forma de extração da renda da terra. A renda extraída em trabalho e, marginalmente, em produto e em dinheiro, passa a ser extraída fundamentalmente em dinheiro. A partir do momento em que a corvéia, ou o trabalho gratuito do servo, transforma-se em pagamento em dinheiro, ocorre uma modificação na relação entre os senhores e os seus camponeses, que começam a se tornar proprietários de terras, desenvolvendo nelas uma produção agrícola com base na pequena propriedade. Esta transição iria marcar a tendência de desintegração da ordem senhorial, em vários aspectos.

O pagamento em dinheiro, de um lado, afrouxa a servidão, de outro, estimula o desenvolvimento de técnicas (materiais e administrativas) para assegurar excedentes por meio da ultrapassagem dos limites dos pagamentos monetários (pré-fixados por contratos) das obrigações. Os novos excedentes proporcionam a retomada da especialização em determinadas atividades econômicas (artesanato, comércio, agricultura), intensificam a circulação dos excedentes, proporcionam o surgimento de centros comerciais (feiras e cidades), impulsiona a remonetarização da sociedade e configura uma economia mercantil. É neste contexto que surgem as primeiras corporações de ofícios, um novo tipo de organização social representado por tecelões, ferreiros, pedreiros, dentre outros, que passam a se organizar em confrarias, com emblemas, locais de reuniões e hinos próprios (BARBOSA, 2002).

[...] dentro da Idade Média, encontramos as denominadas corporações de ofício, em que existiam três espécies de trabalhadores: os mestres, os companheiros e os aprendizes. Suas raízes mais remotas estão nas organizações orientais, nos collegia de Roma e nas guildas germânicas. Assim, a necessidade de fugir dos campos onde o poder dos nobres era quase absoluto, ia, por outro lado, concentrando massas de populações nas cidades, principalmente naquelas que tinham conseguido manter-se livres. (REIS, 2002, p.5)

O que se percebe neste período de colapso do Feudalismo é uma tendência à paralisia das forças de produção, isto porque o enfraquecimento surge no contexto das relações feudais de produção, entre os servos e os senhores das terras. A retomada do desenvolvimento produtivo na Idade Média ocorre apenas quando as relações de produção começam a ser mudadas e reordenadas radicalmente, criando uma estrutura econômica que seria a base para o estabelecimento do sistema capitalista, também denominada de fase de acumulação primitiva do capital. Segundo Anderson (1985 apud BARBOSA, 2002, p.197-198),

[...] as relações de produção, em geral, mudam anteriormente às forças de produção numa época de transição [...]. [...] as consequências imediatas da crise do feudalismo ocidental não foram algum surto rápido de novas tecnologias na indústria ou na agricultura; isto ocorreria apenas depois de um considerável intervalo. A consequência direta e decisiva foi antes uma alteração social penetrante do interior ocidental. [...] Na verdade, ela mostrou ser o ponto decisivo na dissolução da servidão no ocidente.

Os servos e os homens livres das cidades (artesãos, mercadores, etc.), embora reconhecidos pela Igreja e pela aristocracia como possuidores do direito à vida e reconhecidos como seres humanos, não eram reconhecidos como possuidores de uma vida moral. Tinham como característica, no entanto, uma busca por liberdade (dos senhores e da igreja) e independência pessoal; o fortalecimento de laços de ajuda mútua e de solidariedade; e uma relação íntima com o meio natural (especialmente a terra) e o trabalho, expresso por meio de um universo simbólico e ritualístico diversificado. Esses homens, que se concentravam em torno dos burgos, passaram a ser denominados burgueses, sendo responsáveis pelo início do comércio e transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.

Os burgueses nada mais eram do que ex-servos que viviam nos campos e passaram a fazer parte da vida nas cidades e do mercado. A crise geral feudal estimulou a independência das cidades, com o desenvolvimento de novas atividades artesanais e comerciais livres do controle de corporações e guildas, provocando o processo de centralização do Estado, desencadeando a transição da posse servil para o arrendamento do camponês livre e abalando as concepções teológicas medievais. É importante salientar, no entanto, que esta transição não se deu de forma pacífica e sim por meio da expulsão violenta das pessoas do campo que são lançadas para as cidades como trabalhadores livres de mercado. Zeferino (2010) afirma que a consolidação do sistema

capitalista exigia a conversão do povo expulso do campo em proletariado e, para que isso acontecesse, chegou-se ao ponto de se criar uma lei de cercamento que decretava oficialmente a expropriação de terras. Logo, grande parte da população que estava acostumada a produzir seu próprio alimento viu-se obrigada a vender sua força de trabalho a fim de conseguir comprar os alimentos de que necessitava para sobreviver (ZEFERINO, 2010). É dessa forma que as primeiras bases materiais e espirituais para a transição do feudalismo para o capitalismo são então lançadas (BARBOSA, 2002, p. 50).

Na unidade total da práxis da vida que ainda existia nas sociedades pré-capitalistas, o "trabalho" não era ainda abstrato como esfera separada pelo simples fato de ocupar, como processo de boa parte mediado pelo contato com a natureza, quase todo o espaço ativo da vida. Conforme mencionado, no sistema primitivo de produção, o trabalho é ainda total nesse sentido, e seu conceito ainda não pode ser realmente formulado por falta de diferenciação dentre as demais atividades sociais. Só como trabalho total, que abarca e preenche toda a práxis da vida é que ele pode ser considerado concreto, ou não abstrato, no sentido de não ser uma esfera separada do dispêndio da força de trabalho.

Sistema Capitalista de Produção

Com a desintegração do feudalismo, começa a surgir um novo sistema econômico, social e político, o capitalismo. A característica essencial do novo sistema é o fato de, nele, o trabalho ser assalariado e não mais servil como no feudalismo. O Mundo Moderno Ocidental, em contraposição ao Mundo Antigo Feudal, articula-se a partir de uma formação social e econômica de desenvolvimento das cidades e do comércio, em detrimento das atividades rurais. Dentro do aspecto econômico, a riqueza associada à terra desloca-se para as práticas comerciais. Dentro de um espírito racionalista, humanista, investigador e manipulador, a igreja católica, que durante todo o período feudal era dominante, começa a sofrer abalos, o que leva à necessidade de uma mudança na ordem aristocrática vigente.

A formação da sociedade capitalista pode ser dividida em três fases: o pré-capitalismo; o capitalismo comercial; o capitalismo Industrial (e ainda se fala em um quarto, o capitalismo pós-industrial). O Pré-capitalismo foi o período que sucedeu a crise das relações feudais, por volta do século XII, predominando até o século XV. Considerado uma transição entre a sociedade senhorial e a de mercado, seu sistema consistia

basicamente numa relação de troca de produtos. O trabalho assalariado não estava ainda estabilizado e o produto era fruto do trabalho e não da venda da força de trabalho. Neste sistema, os artesãos eram donos das próprias técnicas de trabalho, ofícios, assim como das ferramentas e matérias-primas (NETO E TASINAFO, 2006).

O capitalismo comercial, por sua vez, é o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII. Nesta fase, o artesão ainda possuía autonomia, mas se estabelecia uma nova prática comercial. A grande mudança ocorrida nesta fase é a apropriação dos meios de produção pelos comerciantes. Isso significa que, grande parte do lucro deixava de ficar na mão dos que realmente produziam e passava para a mão dos comerciantes ou atravessadores. Essa prática, conhecida também como especulação, ficou conhecida como uma fase primitiva de acumulação de capital (NETO E TASINAFO, 2006). O comércio e a manufatura ainda não guiavam o cotidiano da sociedade, mas apoiava-se sobre uma mentalidade profundamente valorizadora da propriedade privada e do lucro. Em várias regiões da Europa Ocidental, os comerciantes ingressavam em uma dinâmica de irresistível ascensão econômica que culminaria na consolidação das relações capitalistas de produção sobre bases industriais (BARBOSA, 2002, p.52).

O processo de cercamento dos campos na Europa a partir dos séculos XV e XVI tem como grande efeito a separação do produtor direto dos bens naturais (terra, madeira etc.) e dos meios de produção (ferramentas, excedentes, etc.). Dessa forma são lançadas definitivamente as bases das relações capitalistas de produção, na medida em que separa riqueza e capital, concentrado em poucas mãos e gera uma população desprovida de propriedade e bens para o capital e passiva de contrato via assalariamento; e do controle progressivo do capital sobre a produção em geral, na medida em que articula atividades produtivas sob as novas relações de produção (manufatura, agricultura comercial, etc.) e desarticula atividades tradicionais (corporações, economia senhorial feudal, etc.) (BARBOSA, 2002, p. 52).

Por fim, a última fase, o capitalismo industrial, é caracterizada pela aplicação de capital no setor industrial. Neste período, que começa no final do século XVIII e se estende até hoje, uma série de mudanças mais complexas ocorre no contexto das relações de trabalho. Dentro deste contexto, a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, é um dos acontecimentos que marcam este período. Oriunda dos ideólogos da classe média, a Revolução Francesa foi responsável pelo avanço do progresso e das ideias republicanas e democráticas que se espalharam no mundo todo. Essas ideias tiveram como suporte o iluminismo:

[...] movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a ideias de liberdade política e econômica, defendidas pela burguesia. Os filósofos e economistas que difundiam essas ideias julgavam-se propagadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas. O Iluminismo trouxe consigo grandes avanços que, juntamente com a Revolução Industrial, abriram espaço para a profunda mudança política determinada pela Revolução Francesa (REIS, 2002, p.8)

A partir do ideal iluminista, o trabalho foi reconhecido como essencial para a economia e alçado à condição de fator preponderante para o progresso humano.

A Revolução intelectual que se efetiva na Europa, especialmente na França do século XVIII e que é conhecida como Iluminismo, representa o ápice das transformações culturais iniciadas no século XIV pelo movimento renascentista. O antropocentrismo e o individualismo renascentistas, que incentivam a investigação científica e que levam à gradativa separação entre o campo da fé (religião) e da razão (ciência), atinge com o iluminismo o poder de operar profundas transformações no modo de pensar e agir do homem (BARBOSA, 2002, p. 59).

Dentre as principais mudanças ocorridas neste período, está a mudança do regime de trabalho, com a fixação do trabalho assalariado, o que concretiza uma nova divisão de classes: a classe dos donos dos meios de produção e a classe do que possuem apenas as forças de trabalho (NETO E TASINAFO, 2006). Estas duas novas classes são econômica e socialmente antagônicas e, desde o início passam a se enfrentar em lutas periódicas (CARTES, 2006). A luta de classes era “a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias” (KRISIS, 1999), e sua dinâmica foi profundamente estudada pelo Filósofo Karl Marx, que dizia:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (Marx, O capital, apud Krisis, 1999, p.1).

É conveniente abordar com mais detalhes o período terceiro do sistema capitalista, em detrimento dos dois primeiros períodos, uma vez que é nele que emerge a complexidade das relações de trabalho que se vê hoje e é nele que a centralidade do trabalho assume um papel global e permanente, sob a forma do trabalho livre moderno:

“[...] O trabalho compulsório medieval, que se caracteriza por uma força extra-econômica, no qual os servos são obrigados a trabalhar devido ao costume e a tradição e cuja violação desencadeia uma punição pelo uso da força do senhor feudal, desaparece progressivamente. O trabalho livre moderno, que se caracteriza por ser realizado por meio de uma força econômica, é controlado pela combinação entre a condição proletária do trabalhador e sua oferta/exposição no mercado. O trabalho encontra-se livre de qualquer poder pessoal do patrão, com quem ele estabelece um contrato de trabalho no âmbito do mercado. O trabalho encontra-se controlado, na verdade, por uma entidade ativa e dominante: o capital. (BARBOSA, 2002, p.53)

O capitalismo industrial emerge em um contexto de mudanças culturais, religiosas e políticas. É difícil falar do surgimento da sociedade capitalista, sem mencionar as correntes de pensamento que geraram um terreno fértil para o nascimento do capitalismo como base da sociedade, tais como o Renascimento e o Protestantismo. O primeiro marca o surgimento de uma nova cultura, de valorização do humano, da razão e do espírito de investigação. Sua concepção expressa o caráter do homem burguês na esfera cultural (BARBOSA, 2002). Segundo os princípios dominantes no renascentismo, o homem é centro de um universo racional e deve buscar no mundo laico a compreensão da natureza e da sociedade (Idem, 2002). Isto converte o Renascimento em um movimento estético que é também cultura, representação e ideologia de dominação de classe.

O Renascimento concorre para emancipar a cultura urbano-burguesa da cultura rural-feudal e para alforriar o mercado das limitações estabelecidas pela igreja e pelo Estado absolutista. Ao libertar a razão das imposições da fé concorre para a posterior afirmação da cultura urbano-burguesa, da consolidação do modo de vida burguês e da formação da razão crítica e instrumental a serviço do capital (BARBOSA, 2002, p. 55).

A reforma protestante constitui-se outro processo da afirmação da nova cultura, especialmente importante para a transformação mental do período moderno, sendo Lutero e Calvino seus principais representantes. O primeiro deu forma ao individualismo por meio da fé na medida em que pregava que a bíblia era o único meio de salvação concedido como presente de Deus, independentemente da realização de obras (pagamentos de indulgências, esmolas, etc.). Dessa forma, Lutero dispensava qualquer intermediário entre as pessoas e Deus, o que acabou por gerar conflito com a Igreja Católica. Calvino, por sua vez, imprimiu um sentido burguês a este individualismo (BARBOSA, 2002) ao propor a doutrina da predestinação. Segundo esta

doutrina, desde o início dos tempos Deus predestinara os homens que seriam salvos e os que seriam condenados, e um dos sinais reveladores da condição de escolhido para salvação é o êxito obtido com o trabalho. Estas crenças contribuíram para a grande mudança de comportamento em relação ao trabalho e favoreceram sua posição centralizadora.

A teologia calvinista lança a ética da valorização do trabalho, do individualismo burguês, do espírito de poupança, da aquisição de bens, da vida material modesta, da vida moral severa no cumprimento dos mandamentos. Uma ética cristã e burguesa que harmoniza individualismo, lucro e salvação cristã. A religião calvinista concorre, portanto, para a constituição de burgueses ávidos de lucros e propriedades, com uma ação racional e empenho pessoal nessa direção, e de trabalhadores disciplinados e sóbrios, com um senso de missão a ser desenvolvida com eficácia, ordem e respeito às convenções. O calvinismo, em grande medida, é a versão burguesa do cristianismo (BARBOSA, 2002, p. 56).

Dentro de um âmbito mais econômico e concreto, a formação da sociedade capitalista industrial foi um processo de transformação de uma economia baseada na atividade agrária manual para uma atividade industrial mecanizada (REIS, 2002), que teve como berço a Inglaterra do século XVIII. Os propulsores desta nova sociedade foram, literalmente, o desenvolvimento dos motores a vapor (fim do século XVIII e princípio do século XIX); o desenvolvimento da aplicação do motor elétrico e do motor de explosão (fim do século XIX e início do século XX) e, a partir da Segunda Guerra Mundial, a automação por meio de eletrônicos (ROMITA, 1997 apud REIS, 2002).

A invenção da máquina e a sua aplicação nas indústrias foram as responsáveis pela revolução nos métodos de trabalho, representando uma espécie de "Prometeu Desacorrentado", ao libertar a acumulação de capital do seu entrave maior que era a impossibilidade de aumentar continuamente a produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, as relações entre patrões e empregados passaram a ser fortemente marcadas por movimentos de protestos e verdadeiras rebeliões. Esses conflitos existentes no contexto da relação entre capital e trabalho estimularam a criação do Direito Social ou do Trabalho e contribuiu para que outro sistema antagônico tomasse forma, o socialismo, originado da insatisfação cada vez maior dos trabalhadores quanto às próprias condições de trabalho e à exploração dos seus meios produtivos em troca de salários irrisórios. Além disso, dessas mudanças veio a crise do liberalismo, doutrina esta que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra

e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII. A crise do liberalismo e a competição imperialista dariam, posteriormente, lugar a ascensão do fascismo, da corrida armamentista e das guerras regionais e mundiais (BARBOSA, 2002, p.56).

O pensamento econômico liberal constitui-se, a partir do século XVIII, no processo da Revolução Industrial, e defendia:

- 1) *A mais ampla liberdade individual;*
- 2) *A democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo, legislativo e judiciário);*
- 3) *O direito inalienável à propriedade;*
- 4) *A livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social (SANDRONI, 1999).*

O trabalho na sociedade capitalista moderna adquire um aspecto mais contratual e de valor. Passa a ser algo que dá valor aos bens. Ao contrário da política socialista, que será descrita mais adiante, na política capitalista o trabalho desempenha uma papel de valor cada vez maior, apregoando-se o associacionismo, isto é, uma integração efetiva em forma de associação do trabalhador e do capitalista e o pluralismo mediante o reconhecimento de três espécies de trabalhadores: os braçais, os intelectuais e os trabalhadores de capitais (PINHO e NASCIMENTO, 2000 apud REIS, 2002). Do sentido indubitavelmente negativo que possuía na antiguidade clássica, o trabalho passa a uma concepção de valor (Idem, 2002) cujo sentido positivo ou negativo torna-se ambíguo e objeto de estudo por diferentes correntes filosóficas ideológicas.

A venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX. Quem, nesta sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado "supérfluo" e é jogado no aterro sanitário social.[...] Foi o caminho da razão subjetiva ou instrumental que tende a transformar o mundo em sua coisa. Foi a extensão de um modo de produção, de um modo de agir e pensar abstrato de acordo com fins irrefletidos, a todos os momentos da vida: o social, a vida doméstica, a "cultura", o "tempo livre", esferas separadas são anexadas e colonizadas pelo totalitarismo do trabalho, não estão mais intactas (KRISIS, 1999, p.13)

É importante lembrar o quanto o significado do trabalho se modificou, desde a sociedade Primitiva, até a sociedade capitalista moderna. No âmbito das relações capitalistas, o trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam por meio de suas atividades, conceito intrinsecamente associado ao trabalho primitivo, ao trabalho concreto. Essa

transformação do trabalho, para o trabalho abstrato, é citada em Krisis (1999) em dois momentos de “O Manifesto ao Trabalho”:

Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a atividade humana em si, o puro "dispêndio de força de trabalho", sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais [...]. [...] Nas antigas sociedades agrárias existiam as mais diversas formas de domínio e de relações de dependência pessoal, mas nenhuma ditadura do abstractum trabalho. As atividades na transformação da natureza e na relação social não eram, de forma alguma, autodeterminadas, mas também não eram subordinadas a um "dispêndio de força de trabalho" abstrato: ao contrário, integradas no conjunto de um complexo mecanismo de normas prescritivas religiosas, tradições sociais e culturais com compromissos mútuos. Cada atividade tinha o seu tempo particular e seu lugar particular; não existia uma forma de atividade abstrata e geral (KRISIS, 1999, p. 22).

Apenas o sistema moderno produtor de mercadorias viria a estabelecer um ciclo permanente de transformação da energia humana em dinheiro. Um ciclo particular, desvinculado de todas as outras relações e abstraído de qualquer conteúdo: o ciclo do trabalho. Trabalho como atividade “dependente incondicional, desconectada e robótica, separada do restante do contexto social e obedecendo a uma abstrata racionalidade funcional de ‘economia empresarial’, para além das necessidades” (KRISIS, 1999, p.23). Nesta esfera separada da vida, e apoiado por uma série de métodos de racionalização de produção e teorias de mercado, a exemplo do Fordismo e Taylorismo, o tempo torna-se simples matéria-prima que precisa ser otimizada, ideia muito bem representada pela máxima "tempo é dinheiro". A invenção do relógio surge como coadjuvante no processo de controle do tempo, e cada segundo passa a ser contabilizado para garantir o mais eficiente funcionamento da produção e a maior geração de riqueza.

O trabalhador só se sente consigo mesmo fora do trabalho, enquanto que no trabalho se sente fora de si. Ele está em casa quando não trabalha, quando trabalha não está em casa. Seu trabalho, por isso, não é voluntário, mas constrangido, é trabalho forçado. Por isso, não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer necessidades exteriores a ele mesmo. A estranheza do trabalho revela sua forma pura no fato de que, desde que não exista nenhuma coerção física ou outra qualquer; foge-se dele como se fosse uma peste (KARL MARX, Manuscritos Económico-Filosóficos, 1844 apud KRISIS, 1999, p.24).

Este auge da riqueza, no entanto, não significa melhoria das condições dos trabalhadores. A nova realidade mostra uma acumulação de riquezas em um extremo e muita miséria no outro, com jornadas de trabalho que chegavam a 18 horas diárias na França de 1840. O capitalismo traz no seu próprio ventre as forças sociais e políticas da sua contestação: o proletariado. Vivendo em um intenso processo de dominação política, exploração econômica e opressão ideológica, esta nova classe começa a travar lutas por melhores condições de vida.

[...] muito antes, houve formas autônomas de resistência e rejeição com as quais a historiografia oficial da sociedade do trabalho e da modernização não soube como lidar. Os produtores das antigas sociedades agrárias, que nunca concordaram completamente sem atritos com as relações de poder feudais, não queriam, de modo algum, conformar-se como "classe trabalhadora" de um sistema externo. Das guerras camponesas do século XV e XVI, até os levantes posteriormente denunciados como Ludditas, ou destruidores de máquinas, e a revolta dos tecelões da Silésia de 1844, ocorre uma sequência de lutas encarniçadas de resistência contra o trabalho. A imposição da sociedade do trabalho e uma guerra civil, às vezes aberta, às vezes latente, no decorrer dos séculos, foram idênticas. (KRISIS, 1999, p.32)

A atuação desta “nova” moral burguesa sob o mundo do trabalho, em especial sobre o proletariado urbano, possuiu grande significado, assumindo um poder estruturador e propagador moral ainda maior devido aos processos de alienação e desumanização a que o trabalhador encontrava-se submetido, frutos da tecnologia de produção e dos métodos de planejamento e racionalização do trabalho concebidos por Ford e Taylor. Os anos dourados do capitalismo, no século XX, se situaram entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70 e tiveram como base o planejamento estatal e a política de proteção social. Após este período, alguns autores como o sociólogo alemão Claus Offe alegam ter havido uma implosão da capacidade da esfera da produção, falando-se até em um possível fim da sociedade de trabalho (ARAÚJO, 1997, p. 4).

Sistema Socialista de Produção

As condições de trabalho da classe operária eram as piores possíveis na primeira metade do século XIX: longas jornadas de trabalho, salários aviltantes, trabalho infantil, dentre outras. A partir da desigualdade que se manifesta nestas sociedades é que manifestações sociais irrompem, dando origem ao anarquismo moderno e ao socialismo, doutrinas que contestam as relações de trabalho capitalistas. Enquanto que o regime capitalista se consolida com a revolução francesa, o regime socialista começa com a revolução russa,

em 1917, uma revolução de tipo proletária, que transforma a estrutura do país e que procura estabelecer uma nova etapa nas relações de produção. O sistema defendido por este modelo é baseado na propriedade social dos meios de produção, sendo que a principal diferença com relação ao sistema primitivo de produção é que esta socialização tem como base forças produtivas superiores, compatíveis com o desenvolvimento tecnológico alcançado pelo ser humano.

Na filosofia e na teoria social, o filósofo e economista alemão Karl Marx foi quem mais se debruçou sobre o tema “trabalho” a partir de análises das relações dialéticas entre os padrões e o proletariado. Fundador da doutrina comunista e influenciado por outros grandes teóricos e economistas, tais como Hegel, Engels, Adam Smith e David Ricardo, Marx adotou com firmeza o ponto de vista do "trabalho" ao legitimar o grande movimento social dos assalariados na história moderna, o chamado Socialismo Marxista. Em termos filosóficos, o "trabalho" é, para o marxismo, uma condição supra-histórica de existência do homem em sua relação com a natureza. Do prisma econômico, sob as lentes desta doutrina, o "trabalho" como forma universal de atividade humana é degradado a um estratagema de exploração por meio do domínio da propriedade capitalista (KURZ, 1997). “O trabalho foi desde sempre um ideal burguês e capitalista, muito antes que o socialismo descobrisse para si este conceito.” (Idem, 1997, p.1).

O socialismo não triunfou nas nações industrializadas da Europa Ocidental, e sim nos países subdesenvolvidos da Europa Oriental e Ásia. O movimento que objetivava um alcance global, não só não se espalhou como teve que lidar com o crescimento cada vez maior do seu principal alvo, o capitalismo. Na verdade, o socialismo tal como era dito na teoria nunca conseguiu se realizar de fato, visto que as experiências de sua implantação se afastavam dos princípios teóricos defendidos por seus autores e se revelaram brutais do ponto de vista dos direitos humano, à semelhança do ocorrido na União Soviética. Como consequência dessas iniciativas fracassadas de concretização do ideal socialista, o termo "socialismo" ao longo do século XX foi adquirindo um significado negativo, associado ao totalitarismo e ao desrespeito às liberdades e direitos humanos. O desafio que enfrentam alguns teóricos atualmente é associar a ideia de socialismo à democracia e devolver valores humanísticos a seus ideais, que apesar de serem incluídos na teoria marxista original, nunca foram realmente colocados em prática.

De fato, atualmente, muitas correntes de pensamento divergem acerca do socialismo, não acreditando que estas experiências possam ser taxadas de socialistas, exatamente por não terem se mantido fiéis às propostas dos pensadores originais. Na União Soviética, por exemplo, os meios de produção pertenciam ao Estado controlado por burocratas e não pelo povo trabalhador e, além disso, o Estado obtinha um controle centralizado que aumentava, ao invés de diminuir. Havia, ainda, a existência de salários e, portanto, a da mais-valia, a fonte de lucro da burguesia que tanto fora criticada pelos teóricos socialistas. Deste modo, pode-se dizer que nestas sociedades socialistas reais, a exploração em si não acabou e apenas os sujeitos da exploração é que mudaram, uma vez que tanto no capitalismo quanto no socialismo real os membros da sociedade estavam sujeitos a uma rígida hierarquia e regulamentação e “o trabalhador era submetido a planos econômicos (quinquenais) de desenvolvimento tecnológico e industrial tão alientantes quanto os do mundo capitalista” (SANTOS, 2012, p.33).

Existem também outras correntes que consideram necessária a adequação do socialismo ao contexto atual e que acreditam que tanto as definições dos pensadores originais como o socialismo posto em prática não se adequam mais à atualidade. O grande consenso que há entre os que coadunam com o sistema socialista é o de que o trabalho deve ser um meio para se alcançar a justiça social, o que faz com que as definições clássicas de socialismo, bem como as publicações a seu respeito, sirvam mais como orientação histórica do que como definições exatas. Sendo assim, alguns críticos do socialismo clássico acreditam que o modelo de transição proposto por Marx em sua teoria não tenha mais fundamento nos tempos de hoje. Por outro lado, muitas correntes socialistas ainda procuram se manter fiéis aos conceitos de Marx a respeito da Revolução Socialista, considerando uma ou outra atualização para os dias atuais. De forma geral, no entanto, embora os socialistas de hoje adotem uma visão menos determinista e mais interativa da relação entre economia e consciência, eles ainda sustentam que a percepção dos interesses é poderosamente moldada pelo contexto estrutural da economia (SORJ, 2000).

O trabalho na Sociedade Pós-industrial

Independentemente do desafio que alguns teóricos enfrentam em retomar os valores socialistas que, na verdade, nunca foram postos em práticas, o fato é que este sistema produtivo nunca conseguiu superar o capitalismo em termo de adesão, sendo o capitalismo o sistema produtivo dominante no mundo. Apesar disso, o sistema

capitalista não é rígido e já passou por altos e baixos, a exemplo da Segunda Guerra Mundial que provocou a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial, e a crise de 1929, que gerou um colapso na bolsa de valores de Nova York e obrigou a sociedade a questionar a capacidade de a economia se autorregular sem a intervenção estatal, favorecendo a consolidação da escola Keynesiana.

Ao longo do século XX, o cenário do trabalho passou por diversas mudanças, e o cenário em que se defronta hoje difere substancialmente do que o caracterizava no séc. XVIII, na Inglaterra, seja pelo emprego de tecnologias cada vez mais avançadas que requerem o uso de menos mão de obra, pelo alto grau de informatização das empresas, que elevam as exigências de qualificação dos empregados, seja também pelas grandes mudanças na organização espacial da produção (ANTUNES E ALVES, 2004). As empresas de hoje convivem com uma realidade de globalização que elimina as barreiras das fronteiras físicas e políticas entre os países. Muitas possuem um alto grau de dispersão operacional, movimentando-se entre distintos países, de acordo com a conveniência oferecida pelas legislações trabalhistas, pelas demandas de emprego, pelos salários médios estipulados, pelas baixas incidências de conflitos, pelas oportunidades de isenções fiscais, dentre outros (ANTUNES E ALVES, 2004).

Há ainda outras mudanças que podem ser observadas nos últimos 100 anos, ainda que estas apareçam em maior ou menor proporção, a depender do país. Sorj (2000, p. 29) cita algumas dessas mudanças:

[...] o crescimento significativo do emprego “autônomo”; o aumento das formas atípicas de emprego, como o trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio; a acelerada expansão de pequenas empresas, tanto no setor industrial como no de serviços; o declínio significativo do emprego mesmo nas grandes empresas multinacionais; a forte tendência ao desmembramento de grandes empresas em pequenas unidades produtivas descentralizadas; o crescimento de novas formas de propriedade, como o franchising, ou de novos arranjos produtivos como a subcontratação [...]

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada (ANTUNES E ALVES, 2004), que pode ser ilustrada pela substituição dos modelos fordistas e tayloristas pelo modelo toyotista, concebido no Japão pós-guerra. Enquanto que o taylorismo e o fordismo pregavam a “integralização” da subjetividade operária à

lógica do capital e a racionalização total, o modelo ainda era meramente formal, já que, na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal” (GRAMSCI, 1985). Com o toyotismo, ocorre uma racionalização do trabalho por meio da inserção engajada (engajamento estimulado) do trabalho assalariado na produção do capital, dentro de um capitalismo manipulado, ou seja, por meio de um mecanismo de motivação sustentada pelo reconhecimento. A manipulação estaria no fato de que a ideia por trás desse “reconhecimento” se concentra no alcance de uma melhor produção e no aumento da qualidade dos produtos, e não necessariamente nos interesses do trabalhador.

A expressão "engajamento estimulado" é aqui escolhida por sugerir que tanto quanto a estrita produtividade, é a qualidade e a diferenciação dos produtos que são almeçados, obtidos, e que elas o são por meio das práticas de elaboração da "flexibilidade interna" do trabalho (desespecialização, multifuncionalidade etc.) que nós analisamos. Para dizer isto com outras palavras, e para fazer uma análise mais teórica desta proposição, diremos que, desde o momento em que o regime taylorista da estrita prescrição do trabalho (em tarefas repetitivas e parcelares) é abolido, para ceder lugar a um regime de reagregação e de relativa "indivisão" das tarefas, o bom desenvolver da produção exige e requer este "engajamento" dos assalariados. Em regime de "indivisão" das tarefas, o engajamento dos assalariados nos atos de produção é a única garantia possível da qualidade dos produtos (CORIAT, 1994, p. 108).

Neste contexto de transformação, Antunes e Alves (2004) ainda mencionam duas mudanças que, ao seu ver, são características do mundo de trabalho atual. A primeira é a forte expansão do setor de serviços e a queda concomitante da participação relativa da indústria nas economias contemporâneas. É a esta transformação que muitos teóricos atribuem a passagem do capitalismo industrial para o pós-industrial. Com o enfraquecimento dos modelos fordistas e tayloristas, o proletariado “industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado” vem diminuindo permanecendo à margem da sociedade, ou buscando se adaptar a formas mais desregulamentadas e menos estáveis de trabalho (ANTUNES E ALVES, 2004, p.336).

Além desta tendência, outra aparece aparentemente contradizendo a primeira: o aumento do proletariado nas fábricas e nos setores de serviços. O diferencial desta tendência reside exatamente na característica mundial e sem fronteiras deste movimento e nas multivariadas de formas de contratos que se estabelecem entre os empregados e os empregadores, que são representadas pelos “terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global.”

(ANTUNES E ALVES, 2004, p.337). O aumento dos assalariados médios no setor de serviços é resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização (Idem, 2004). Outras tendências podem ser apontadas e que mostram o contraste entre o mundo do trabalho e seu passado histórico, não sendo necessário, no entanto, citá-las todas neste momento. O que importa, de fato, é entender o processo de transformação do trabalho em seu contexto mundial, em suas diferentes fases, considerando-se desde o trabalho primitivo, o trabalho escravo, o sistema de servidões, até chegar ao *modus operandis* capitalista pós-revolução Industrial (REIS, 2002).

O objetivo desta breve explanação histórica era demonstrar o valor que o trabalho adquiriu ao longo dessas diferentes sociedades, desde sua origem embrionária, nas sociedades primitivas, onde a totalidade imediata do processo produtivo não caracterizava nem "trabalho", nem "tempo livre", nem "cultura" etc. como esferas particulares; até o limiar da industrialização e da divisão capitalista do trabalho, em que se deu sua separação real dos outros momentos do processo de reprodução social. Hoje se pode considerar o trabalho como uma categoria real, mas ambígua em si mesma, pois enquanto que se define como atividade à parte das demais esferas sociais humana, ao mesmo tempo torna-se cada vez mais vinculada a estas, uma vez que todas as atividades realizadas no tempo livre, ou no tempo de não trabalho, passam a ser governadas e influenciadas pelo papel cada vez mais central do trabalho no dia-a-dia.

Capítulo 2 – Trabalho e conceitos sociológicos associados

Introdução

No Capítulo 1 foi descrito de forma breve o contexto histórico do trabalho, seu surgimento e sua posição de importância na sociedade, desde as formas mais simples de organização social, a primitiva e sem estado; até o contexto do período pós-revolução industrial, com suas características complexas de trabalho marcadas por conflitos de classe. No cenário atual, o trabalho atingiu um ponto tal de importância que todas as demais atividades se subordinam a ele, em maior ou menor grau, não sendo possível assumir ao certo se o trabalho se tornou uma entidade à parte das demais atividades sociais, em posição de destaque, ou se terminou por incorporar estas outras esferas da vida, sujeitando-as às regras e limites por ele estabelecidos e tornando impossível traçar com nitidez o que seria trabalho e o que não seria trabalho.

Enquanto que o capítulo anterior teve como intenção oferecer um retrospecto do trabalho, em seu pressuposto mais simples, sem se ater aos diversos conceitos a ele atribuídos, este capítulo busca exatamente suprir esta informação, oferecendo uma visão mais conceitual do termo ‘trabalho’ no cenário presente, abordando também outros conceitos intrinsecamente relacionados ao trabalho, tais como tempo livre, lazer, tempo de não trabalho, todos discutidos a partir de um viés sociológico. Ou seja, este capítulo não deixa de ser uma complementação para as informações, pertinentes, que faltavam após a leitura do capítulo 1 e que são essenciais para a compreensão dos capítulos seguintes.

Este capítulo e o anterior, juntos, têm como propósito gerar uma linha de raciocínio introdutória que conduza ao assunto cerne da dissertação, que é a relação entre duração de trabalho, consumo e meio ambiente, discutida no âmbito da Economia Ecológica. Como será percebido adiante, é indispensável tratar aqui também da questão do bem estar social (ou ausência dele), que está por trás de muitas das crenças e comportamentos representativos da sociedade capitalista atual e que é responsável, como será demonstrado mais adiante, por manter um modelo econômico e um padrão de

consumo predatórios, prejudiciais ao meio ambiente, à sociedade e à própria economia em longo prazo.

Conceito de Trabalho

Conforme foi visto, o trabalho passou a ser considerado como valor que ocupa o topo de uma hierarquia, como o determinante do tempo social na sociedade moderna. É em função dele que as demais atividades humanas se regulam (MANÃS, 2005) e é por essa posição de centralidade que é possível afirmar que, ao mesmo tempo em que o trabalho está separado das atividades sociais outras, ele também está presente nelas, de forma indissociável. Isso significa dizer que, à medida que atividades tais como apreciar uma leitura, fazer compras, e se reunir com os amigos constituem, aparentemente, atividades à parte do que seria trabalho, as condições de existência delas, seja pelo tempo e/ou pelo espaço em que ocorrem, estão de tal forma reguladas hoje pelo trabalho que também se torna verossímil afirmar que elas e o trabalho representam uma mesma unidade.

Embora tenha se falado sobre o termo trabalho ao longo de todo o capítulo anterior, sem maiores detalhes conceituais, é agora fundamental discutir seu significado para compreender sua relação com outros conceitos que serão também amplamente debatidos nesta dissertação. Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, organizado por Sandroni (1999, p. 609), o trabalho é:

[...] toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. [...] é uma condição específica do homem e, desde suas formas mais elementares, está associado a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho [...] e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social [...]

É interessante lembrar que, na visão de Marx em Sandroni, (1999, p.609), existem diversas formas de trabalho, que podem ser classificadas em trabalho produtivo e improdutivo. Como trabalho produtivo, Marx considera as atividades que produzem um objeto para o mercado, sendo fonte de mais-valia³, como bem exemplifica:

Uma cozinheira numa residência, por exemplo, não faz a comida para ser vendida, mas para satisfazer simplesmente as necessidades da

³ Conceito fundamental da economia política marxista, que consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados. Do trabalho não pago é que são tirados os possíveis lucros dos capitalistas (industriais, comerciantes, agricultores, banqueiros etc.) (SANDRONI, 1999, p.363)

família para a qual ela trabalha; no caso de uma cozinheira que trabalhe num restaurante, o produto de seu trabalho vai para o mercado e caracteriza-se como uma mercadoria; trata-se, portanto, de trabalho produtivo.

O trabalho produtivo, portanto, tem essa característica essencial, seja ele manual ou intelectual, podendo também ser denominado trabalho assalariado ou mesmo, trabalho concreto, outra denominação dada por Marx à realização prática do trabalho na produção. Ao longo desta dissertação será discutido o trabalho apenas em sua forma assalariada, devido à abrangência que o trabalho assalariado já possui por si só e também por ele ser considerado o “típico modo de produção capitalista” (SANDRONI, 1999, p. 609). Rosso (2006, p.31) corrobora essa afirmação ao dizer que “a sociedade moderna erigiu o trabalho, na forma de assalariamento, como sua atividade central”. Isso não significa, no entanto, que as demais formas de trabalho não mereçam a mesma atenção ou sejam menos importantes.

O trabalho assalariado, conforme encontrado na definição de Sandroni (1999, p. 609), caracteriza-se por uma relação na qual o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário. Essa forma de trabalho específica foi analisada por importantes economistas como Marx, Engels, David Ricardo e Adam Smith. Além disso, outros aspectos que podem ser mencionados para o trabalho assalariado foram reconhecidos, conforme aponta (SANDRONI, 1999, p.363):

[...] outros aspectos do trabalho como elemento gerador de valor são revelados também, como o caso do trabalho simples e do trabalho complexo. O primeiro conceito abrange o trabalho não especializado, que inclui apenas a energia corporal comum a todos os indivíduos; o trabalho complexo apresenta-se como inerente ao trabalhador especializado, ao técnico, portador de trabalho multiplicador e concentrado.

Rosso (2006) afirma que o trabalho pode ser expresso a partir de duas dimensões: *intensidade*, que se refere ao consumo de energias pessoais e grupais no trabalho, sendo o esforço despendido pelos trabalhadores em seu labor cotidiano; e *duração*, que compreende a quantidade de tempo que ele consome da vida das pessoas. Quanto à dimensão intensidade, o autor procura esclarecer uma confusão frequente:

É comum a literatura do campo não distinguir intensidade de produtividade do trabalho, o que resulta em erro lastimável, porquanto, se ambas as categorias são responsáveis por expressar incrementos nos resultados obtidos do trabalho, as origens e as forças responsáveis pela produção de tais resultados são completamente

diferentes. Reserva-se a categoria de produtividade para a obtenção de resultados superiores em qualidade e quantidade, decorrentes de investimentos em tecnologias materiais inovativas e organizativas que não requeiram maior consumo das energias pessoais. Por outro lado, a categoria de intensidade refere-se ao esforço gasto pelos indivíduos no processo de trabalho. A intensidade tem a ver com o investimento das energias [...], ao desgaste da pessoa com o trabalho (ROSSO, 2006 – Grifo da autora da dissertação).

Um exemplo esquemático simplificado que ilustra melhor a diferença entre produtividade e intensidade está na figura 1. Nela, tem-se uma determinada indústria em uma dada situação inicial com x trabalhadores, os quais dedicam uma quantidade x de esforço para a produção de x mercadorias. Caso a indústria pretenda dobrar a quantidade de mercadorias fabricadas para $2x$, numa situação de aumento de intensidade, a indústria pode exigir um aumento do esforço dos trabalhadores, ou seja, aumento do seu gasto de energia pessoal para se atingir este resultado. Neste esquema ele foi representado por um aumento da carga-horária de trabalho. Em uma situação de aumento na produtividade, por outro lado, verifica-se que o esforço despendido pelos trabalhadores se manteve, ainda que a quantidade de mercadorias tenha dobrado. Esta situação pode ser alcançada, por exemplo, por meio de uma inovação tecnológica tal que permita uma maior eficiência no processo de fabricação como um todo.

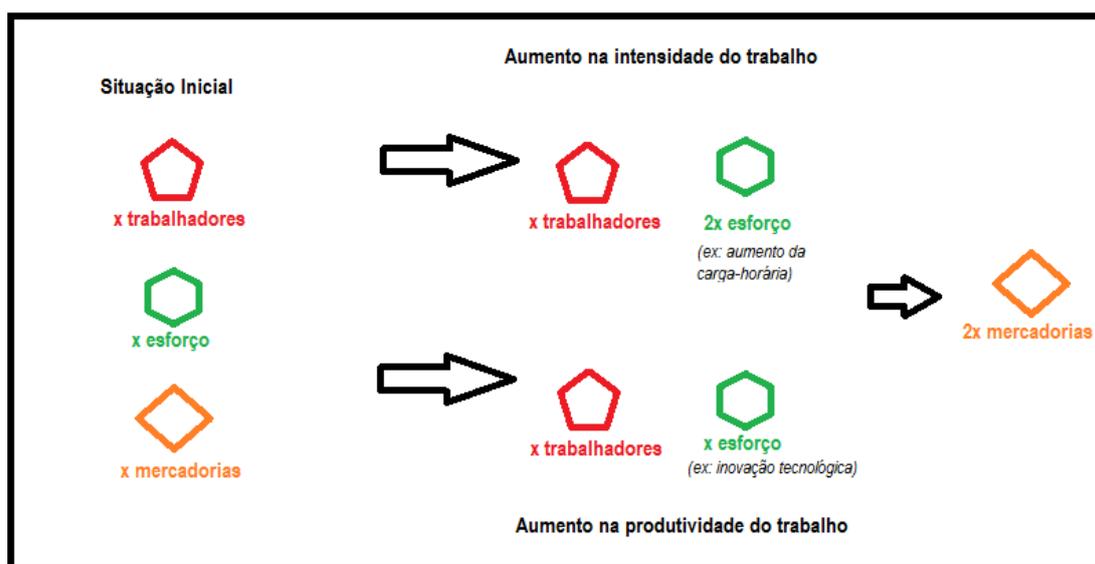


Figura 1 – Intensidade versus produtividade

Uma vez distinguindo-se corretamente os termos “intensidade” de “produtividade”, fica mais fácil entender porque eles se combinam em diferentes proporções, gerando diferentes resultados ao longo da história. O aumento de produtividade combinado com aumento da intensidade do trabalho, por exemplo, é representativo do período da

Revolução Industrial, em que o número médio de horas de trabalho por ano subiu das 2,5 mil horas nos períodos pré-industriais para 3 mil a 3,5 mil horas, juntamente com o impulso tecnológico que marcou esta fase (ROSSO, 2006). O aumento da produtividade sem aumento da intensidade do trabalho, por sua vez, pode ser considerado uma conquista dos trabalhadores em sua luta contra o desgaste físico ou mental imposto pelas exaustivas jornadas de trabalho nas indústrias. Como exemplo de aumento de produtividade pode-se citar o Movimento Stakhanovista, realizado na ex-União Soviética, na década de 30; e, por último, a elevação da intensidade sem elevação da produtividade, pode ser encontrada em momentos de reorganização dos processos de trabalho, na ausência de inovações tecnológicas, a exemplo do Taylorismo, cuja origem não dependeu de investimentos em tecnologia de inovação, em máquinas e equipamentos mais produtivos (Idem, 2006).

A intensificação do trabalho é um fenômeno antigo na história do capitalismo, tendo sido alvo de estudo por Marx em sua metáfora da porosidade do trabalho, que coloca que “tanto menos recortado por paradas, interrupções, tempos de descanso, intervalos de qualquer ordem, genericamente denominados ‘tempos mortos’⁴, mais intenso é o trabalho, mais energias são consumidas do trabalhador e mais resultados são produzidos” (MARX, 1975, p.581-592 apud ROSSO, 2006, p.34). Essa metáfora é interessante para mostrar que, embora no esquema da figura 1 a intensidade do trabalho tenha sido alterada pelo aumento da carga-horária dos trabalhadores, é possível que haja uma intensificação do trabalho mantendo-se a mesma carga-horária, exatamente ao se eliminar estes “tempos mortos” citados por Marx. Uma vez que essa intensificação geralmente ocorre em detrimento do bem estar do trabalhador, Marx a considera uma alternativa de exploração de mão de obra encontrada pelos empregadores para driblar as jornadas de trabalho quando estas passaram a ser reguladas por leis e não podiam mais ser estendidas (Idem, 2006).

É na dimensão duração, referente ao tempo dedicado das pessoas ao trabalho, que se aborda com mais ênfase a questão da jornada de trabalho e sua influência sobre o uso do tempo fora deste horário de trabalho, passando pelas definições de tempo livre, ócio,

⁴ A expressão tempo morto significa a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador fica parado por insuficiência de materiais, defeitos nas máquinas e equipamentos, falta de energia ou outros fatores fora de seu controle; está relacionado também com a parte do tempo de trabalho na qual o trabalhador, embora execute movimentos importantes para o desempenho de suas funções, não está operando diretamente sobre o objeto (SANDRONI, 1999).

tempo de não trabalho e lazer. E é a partir da discussão desses conceitos que se torna possível entender as implicações principais da jornada de trabalho sobre a qualidade de vida das pessoas e seu bem estar, relação esta que será discutida nos capítulos posteriores com maior profundidade.

Conceitos de Lazer, Tempo livre e Ócio

De forma geral, pode-se dizer que a jornada de trabalho afeta a qualidade de vida, pois: interfere na possibilidade de usufruir ou não de mais tempo livre; define a quantidade de tempo durante o qual as pessoas se dedicam a atividades econômicas; e estabelece relações diretas entre as condições de saúde, o tipo e o tempo de trabalho executado ROSSO (2006). Mas o que exatamente é tempo livre? Como ele se manifesta na sociedade moderna? A melhor forma de entender estas questões é recorrendo à sociologia do Trabalho, e do Tempo livre⁵, surgida no final do Séc. XIX, ou à Sociologia do Lazer, que surgiu na segunda metade do Séc. XX e que tem no tempo livre e no estudo do uso do tempo seus principais objetos de estudo, uma vez que “a intersecção entre os campos conceituais da Sociologia do Lazer com os campos conceituais da Sociologia do Trabalho é a ideia de tempo” (CHAVES, 2005, p.13).

Os primeiros trabalhos sobre o uso do tempo dentro da Sociologia do Tempo Livre podem ser atribuídos ao economista e sociólogo Thorstein Veblen, quem definiu a elite da sociedade com base em classes de tempos livres. Sua opinião era de que todo o trabalho produtivo era aviltante em uma sociedade dominada pelos capitalistas. A sociologia dos tempos livres, então, confundia-se com o estudo do modo de vida das classes altas. Para as classes trabalhadoras, os tempos livres representavam momentos de recuperação física após o esforço do trabalho. Em 1940, G. Friedmann afirma que os tempos livres não seriam apenas tempo, mas a própria condição de um trabalho pessoal, humano. Pode-se dizer, no entanto, que os estudos sobre o tempo livre só começaram a se proliferar realmente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando pesquisadores importantes como Joffre Dumazedier, Georges Friedmann e Jean Fourastié realizaram estudos teóricos e empíricos sobre o tema (OURIQUES, 2010, p.2). Eles desenvolveram a hipótese de que a sociedade estaria caminhando rumo a uma civilização do lazer, pois os avanços na produtividade da indústria teriam como consequência a redução das

⁵ Sociologia dos Tempos livres – Originária da Sociologia do Trabalho, estuda a natureza e a diversidade dos tempos livres segundo os grupos sociais)

jornadas de trabalho, fornecendo aos trabalhadores tempos livres para a evasão, o divertimento, a formação espiritual e física e o convívio social (Idem, 2010, p.2).

Segundo Marcelino (1993) em Chaves (2005, p. 42) e Gomes (2004, p.10), enquanto que na Europa o tema do lazer estava mais associado ao industrialismo, no Brasil o tema estava mais fortemente associado ao fenômeno da urbanização da vida nas grandes cidades, ganhando relevância principalmente a partir da década de 70, conforme os centros urbanos se desenvolviam.

Na década de 1980 o campo científico do lazer desenvolve-se significativamente, e a temática começou a ser mais quantitativamente analisada em diversas instâncias. [...] Em 1988 a Constituição incorpora o lazer como direito básico do cidadão brasileiro. [...] Observa-se na década seguinte, a intensificação dos eventos, das pesquisas e publicações, além da criação de diversos núcleos de pesquisa, vinculados às universidades brasileiras, que tratam de questões relativas ao lazer (GOMES, 2004, p.10).

É difícil, no entanto, tratar do Lazer enquanto conceito único atualmente. As concepções que o termo lazer possui são muitas e frequentemente se confundem com os conceitos de ócio e de tempo livre, dentre outros. Segundo Aquino e Martins (2007, p.5), o termo lazer tem sido utilizado cada vez mais frequentemente, tanto em sua concepção real quando associado a outras palavras, tais como turismo, divertimento e recreação. Afirma, no entanto, que o sentido do lazer é tão polêmico quanto a origem e o sentido do termo ócio. O lazer, no Brasil, resguarda o sentido relacionado à Sociologia do Lazer, de Dumazedier, que levou promovendo a vulgarização da Teoria dos três “D’s” (Idem, 2007).

A Teoria dos três D’s a que Aquino e Martins se referem representa as três definições de Lazer dadas pelo precursor da Sociologia do Lazer, Dumazedier, sendo elas: a Definição Residual; a Definição Qualidade da Atividade; e a Definição Residual/Qualidade (PARKER, 1978). A Definição Residual considera as 24 horas do dia, subtraindo delas as que não são de lazer: trabalho, sono, alimentação, atendimento às necessidades fisiológicas. Para Marx e os marxistas, bem como os economistas e os sociólogos do trabalho, esta seria a melhor definição à medida que sempre se refere a lazer como não trabalho (DUMAZEDIER, 2001).

A Definição Qualidade da atividade remete não ao tempo destinado ao lazer, mas à forma com que as pessoas usam este tempo. Neste aspecto, o lazer não é uma categoria,

mas um comportamento que pode ser encontrado em qualquer atividade, a exemplo de trabalhar com música, estudar brincando, etc. Toda atividade pode constituir lazer (DUMAZEDIER, 1979). Esta definição tem um caráter mais psicológico que sociológico, pois diz respeito às atitudes de alguns e a comportamentos comuns a todos. “Confunde-se lazer com prazer e lazer com jogo” (CHAVES, 2005, p.34). Por último, a Definição residual/qualidade, mistura tempo, residual ou não, com o tipo de ocupação. Equivale a uma série de ocupações escolhidas por livre e espontânea vontade e com as quais a pessoa se compraz, seja para descansar, divertir-se, enriquecer seus conhecimentos, entre outros, após cumprir seus deveres profissionais, familiares, sócio-espirituais e sociopolíticos (DUMAZEDIER, 1979). Em relação a essas definições, Parker (1978) em Chaves (2005, p. 35) salienta um equívoco comum em relação ao termo “Recreação”:

“Recreação” é um termo frequentemente utilizado para designar algo semelhante ao lazer. Deve-se considerar tal diferença, pois a recreação sempre indica algum tipo de atividade, é um sistema de controle social, e como todos os sistemas de controle social, é até certo ponto manipulável, coercivo e doutrinador. O lazer não é nada disso.

Ainda, segundo Dumazedier (2001), o Lazer para ser considerado como tal precisa possuir as seguintes propriedades: caráter libertário; caráter desinteressado; caráter hedonístico; e caráter pessoal. O caráter libertário está no fator oposição que o lazer tem em relação a determinado gênero de obrigações. Mesmo que as atividades de lazer tenham em si algumas regras e obrigações, estas seriam secundárias pelo fato de terem resultado de escolhas individuais e livres. A liberdade do lazer depende da obrigatoriedade das atividades que a ele se opõem, daí se assume uma característica dialética, em que o lazer só existe em função destas outras atividades e só em função delas é que se define como tal. Assim, o lazer é primordialmente uma liberação das obrigações fundamentais primárias impostas pelos demais organismos básicos da sociedade. E o mais interessante é que quando a atividade de lazer se torna profissional, ainda que proporcione ao indivíduo as mesmas satisfações, sua natureza muda (do ponto de vista sociológico) e ela deixa de ser considerado lazer para se tornar o oposto, uma atividade obrigatória.

O caráter desinteressado do lazer se liga ao caráter libertário no plano da finalidade. Neste aspecto, a diferença entre o lazer e o trabalho profissional está no fato de que o

lazer não tem um fim lucrativo como o trabalho profissional, nem utilitário, como as obrigações domésticas, nem um fim ideológico ou proselitístico, como os deveres políticos ou espirituais. O caráter hedonístico, por sua vez, está no teor da satisfação proporcionado pelas atividades de lazer, satisfação esta que poderia ser tomada como um fim em si mesmo (DUMAZEDIER, 2001). Isso não significa dizer que a felicidade se reduz ao lazer, mas que a procura do prazer, da felicidade ou da alegria, é um dos traços fundamentais do lazer da sociedade moderna e que quando este estado de satisfação cessa ou se deteriora, o indivíduo tende a interromper a atividade. “A busca de um estado de satisfação é de fato a condição primeira do lazer” (CHAVES, 2005, p.38), ou, como finaliza Dumazedier (1979, p.96): “Este caráter hedonístico é tão fundamental que, quando o lazer não proporciona a alegria, a fruição esperada, seu caráter é traído: ‘não é interessante’, ‘não foi engraçado’. O lazer não é mais, totalmente, ele mesmo, é um lazer empobrecido”. O caráter pessoal, por fim, representa todas as funções manifestas do lazer que, expressas pelos próprios interessados, respondem às necessidades do indivíduo face às obrigações primárias impostas pela sociedade. O lazer está diretamente ligado à possível deterioração do indivíduo (por exemplo, alcoolismo) ou à livre defesa de sua integridade contra as agressões de uma sociedade industrial e urbana cada vez menos natural, cada vez mais cronometrada e organizada (CHAVES, 2005, p.38).

Magalhães (1991) coloca que a ideia que em nível geral se tem de “lazer” aparece frequentemente no espírito dos indivíduos associada a uma prática laboral, seja ela qual for; de forma que parte do tempo livre que fica para além do desempenho do trabalho, é vivido enquanto lazer; parte, porque uma parcela desse tempo libertado do trabalho será preenchida com outros tipos de tarefas ditas obrigatórias (Idem, 1991). Dessa forma, subentende-se o lazer como uma subdivisão do tempo livre que se opõe a um tempo fora do trabalho utilizado para atividades obrigatórias. Malacrida e Machado (2008) defendem que o lazer e o trabalho são duas esferas de manifestação humana que sempre existiram e se fizeram componentes da vida do homem em sociedade, admitindo que o grau de importância de ambos possam ter sofrido alterações de acordo com as concepções de lazer estabelecidas pela classe trabalhadora no contexto sócio-histórico. Sebastián de Grazia, em Dumazedier (1979) afirma que o lazer existiu em todos os períodos, em todas as civilizações. Magalhães (1991, p.166), no entanto, afirma que a sociedade moderna se situa na corrente que considera o lazer como um fenômeno

cultural relativamente recente, surgido com a Revolução Industrial. Segundo Dumazedier (2001), nas sociedades pré-industriais do período histórico o lazer não existia, o trabalho inscrevia-se nos ciclos naturais das estações e dos dias e seu ritmo era natural e cortado por pausas, cantos, jogos, cerimônias. Entre o trabalho e o repouso não havia separação nítida (Idem, 2001).

A origem recente do Lazer também é defendida por Aquino e Martins (2007), e pode ser observada no seguinte trecho:

Sabe-se que, nas sociedades pré-industriais, as atividades lúdicas, hoje atribuídas ao lazer, estavam ligadas ao culto, à tradição, às festas e não existia de fato o lazer em si, pois as atividades de trabalho envolviam ludicidade e prazer criativo. O trabalho e o lazer se intercalavam no cotidiano do indivíduo. O trabalho e o tempo subjetivo eram difíceis de serem percebidos separadamente, pois ambos possuíam intrínsecas relações. É curioso perceber que, em sociedades onde a industrialização não foi hegemônica, essa relação do caráter lúdico e criativo, que hoje se associa ao lazer, está presente em atividades laborais, que não compõem o modelo industrial de produção (AQUINO E MARTINS, 2007, p.7 – grifo da autora da dissertação).

É interessante perceber que Aquino e Martins não necessariamente negam a existência anterior de um lazer, por meio de atividades lúdicas e prazerosas no trabalho, mas só o consideram como “lazer em si” quando se torna clara uma separação entre estas atividades de prazer e o trabalho. Esta distinção do lazer como uma oposição ao trabalho é enfatizada por Dumazedier (2001) em que argumenta que o lazer possui traços específicos da civilização nascida da Revolução Industrial, não acreditando que a ociosidade dos filósofos da antiga Grécia pudesse ser chamada de lazer. Camargo (1998) em Malacrida e Machado (2008, p. 84), afirma que a cultura do lazer se deu exatamente na antiguidade clássica:

O termo "lazer" vem do latim licere que significa "ser permitido" e surgiu na civilização Greco-romana, onde era entendido em oposição ao trabalho. Nesta sociedade, o lazer era uma atividade essencial, onde na maior parte do tempo livre, que era uma minoria, os homens se dedicavam às artes, exercícios físicos, filosofia e letras. Em relação às obrigações profissionais, eles empenhavam-se apenas em alguns deveres, tais como atividades políticas e militares, consideradas mais nobres. O trabalho como meio de subsistência era obrigação dos escravos, grupo subalterno e dominado. Verifica-se que esta civilização inventou a cultura do lazer [...].

Segundo a perspectiva sociológica de Joffre Dumazedier (2001) em sua obra *Sociologia Empírica do Lazer*, também apoiada por outros autores (SAMUEL et al, 1984; SUE, 1980), o lazer só existe na existência do trabalho, pois o lazer pressupõe o trabalho, uma vez que representa tudo aquilo que se opõe a ele. Aquino e Martins (2007) também falam desta oposição ao comentarem sobre o conceito de tempo livre, e ainda acrescentam outro viés: ao acompanhar o adjetivo “livre”, o “tempo livre” automaticamente pressupõe uma alusão a um tempo de não liberdade ao qual se opõe. Ainda que o tempo livre seja uma denominação considerada desde os antigos gregos, é esta oposição com a concepção moderna de trabalho que se destaca hoje e que traz consigo uma concepção negativa deste último, ou seja, faz sobressair o caráter impositivo da atividade laboral (AQUINO e MARTINS, 2007).

[...] pressupondo o lazer como tempo livre, o inverso não se verifica. [...] a terminologia tempo livre não surgiu casualmente. Pense-se, por exemplo, no valor social que o trabalho assumiu e assume ainda hoje nas sociedades modernas; neste sentido, a noção “tempo livre” surge por interligação ao trabalho, isto é, representa o tempo libertado do trabalho, já que tudo gira em torno do trabalho (MAGALHÃES, 1991 – grifo da autora da dissertação).

Marcellino (1983) mostra o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória, e; Camargo (1989) conceitua o lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Essa descrição também é suportada por Requixa (1976):

[...] Assim, lazer tomou o sentido de [...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (REQUIXA, 1976 p. 33).

A ideia de que o lazer representa uma subcategoria do tempo livre, ou seja, podendo ser considerado tempo livre e não o contrário, é explicada a partir da descrição da sociedade em “tempos sociais”. A sociedade se dividiria em diferentes categorias de tempos sociais, tais como: tempo de atividades religiosas, participação política e sindical,

atividades sociais ritualizadas (reuniões, visitas, jantares, aniversários...) e o próprio tempo de lazer, que seria a parte do tempo livre cujo conteúdo é orientado para a realização da pessoa como fim último (DUMAZEDIER, 2001).

Sue (1991) em Padilha (2000), subdivide os “tempos sociais” em: tempo de trabalho, tempo livre, tempo familiar, tempo de educação, entre outros tempos. Esses tempos se alternam, de modo a fazer com que um tempo deixe de ser dominante para dar lugar a outro. Essa autora denomina o fenômeno como “lei de sucessão dos tempos dominantes”. Sarriera et al (2007) entendem que o tempo livre pode ser um espaço onde o indivíduo dá vazão às suas expectativas, podendo assim escolher as atividades as quais deseja realizar. O modo como o indivíduo desfruta do tempo livre dependeria da conjuntura social, cultural, econômica, ideológica e física na qual está inserido, incluindo variáveis psicológicas individuais (FREITAS E RIBEIRO, 2000).

Munné (1980), por sua vez, apresenta uma tipologia do tempo social que se revela por meio de quatro tipos fundamentais: o primeiro é o tempo psicobiológico, ocupado e conduzido pelas necessidades psíquicas e biológicas elementares (tempo de sono, nutrição, atividade sexual etc.). Esse tempo se condicionaria endogenamente, como um tempo individual. A segunda tipologia seria o tempo socioeconômico, tempo empregado para suprir as necessidades econômicas fundamentais, constituídas pelas atividades laborais, atividades domésticas, pelos estudos, enfim, pelas demandas pessoais e coletivas, sendo que esse tipo de tempo estaria quase que inteiramente heterocondicionado, somente sendo autocondicionado nas circunstâncias que visam à realização pessoal.

A terceira tipologia seria o tempo sociocultural, dedicado às ações de demandas referentes à sociabilidade dos indivíduos que se referem aos compromissos resultantes dos sistemas de valores e pautas estabelecidos pela sociedade e objeto maior de sanção social. Este tempo poderia ser tanto heterocondicionado como autocondicionado, e até coexistindo em equilíbrio entre os dois polos. Finalmente, o autor apresenta a quarta categoria, o tempo livre, que se refere às ações humanas, realizadas sem que ocorra uma necessidade externa. Neste caso, o sujeito atua com percepção de fazer uso desse tempo com total liberdade e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo. O tempo livre deveria ser um tempo máximo de autocondicionamento e mínimo de heterocondicionamento, isto é, ser constituído por aquele aspecto do tempo

social, em que o homem conduz com menor ou maior grau de nitidez a sua vida pessoal e social (MUNNÉ, 1980).

O tempo livre e o ócio são conceitos que têm naturezas distintas (AQUINO E MARTINS, 2007), embora costumem ser citados como sinônimos na literatura brasileira, conforme observam Aquino e Martins (2007, p.5).

Como se pode observar, no Brasil, no sentido corriqueiro, as palavras ócio e lazer aparecem como semelhantes. O termo tempo livre também está carregado dos mesmos sentidos, embora fique evidente, já nas primeiras aproximações, que os fenômenos lazer e ócio necessitam de um tempo liberado ou livre e resguardam relação com liberdade. No caso, se apresenta na dinâmica social brasileira carregado dos valores do capital, relacionando-se diretamente com tempo de reposição de energia para o trabalho. O outro envolve um sentido de utopia por orientar a uma liberdade supostamente, longe de ser alcançada, haja vista a própria dinâmica socioeconômica preponderante.

A palavra ócio, derivada do latim *otium*, significa o fruto das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, possuindo também sentido de ocupação suave e prazerosa. Como ócio, porém, abriga a ideia de repouso, confunde-se normalmente com ociosidade. Na Antiga Grécia, trabalho e ócio figuravam como conceitos antagônicos e com valores muito distintos dos que se conhecem hoje. Naquele período, segundo Aristóteles, o ócio era um estado, ou seja, era uma condição de liberdade relativa à necessidade de trabalhar. Com a Revolução Industrial, um novo conceito de ócio se torna evidente, um conceito oposto ao de ócio contemplativo grego, impregnado da mentalidade puritana, “pai de todos os vícios” (AQUINO E MARTINS, 2007).

O ócio é tão antigo quanto o trabalho, porém, somente após a Revolução Industrial, com o surgimento do chamado tempo livre, que representa uma conquista da classe operária frente à exploração do capital, é que foi evidenciado, ocorrendo a nítida separação entre tempo-espaco de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam para a reposição física e mental. (Aquino e Martins, 2007. P.5).

Com a Revolução Industrial, acreditava-se que o homem substituído pela máquina teria um maior tempo livre dedicado ao lazer e aos momentos de relaxamento. Com o surgimento do capitalismo, o tempo livre tornou-se um tempo necessário para a recuperação de forças físicas do trabalhador, sem lugar para o “ócio” (MARCELLINO, 2007 apud MALACRIDA E MACHADO, 2008). Da mesma forma argumenta Lessa (2005) em Malacrida e Machado (2008) ao dizer que anteriormente à Revolução

Industrial, falava-se em criatividade relacionada ao ócio, mas com o advento da mesma, há o deslocamento do valor criativo do ócio, onde a criatividade passa a ser focada no trabalho e na produção (MASI, 2000).

Por fim, há que se reconhecer que o tempo livre, no contexto atual, é uma referência temporal e implica uma divisão da ‘unidade’ do tempo que se opõe ao tempo de trabalho (AQUINO e MARTINS, 2007).

Ainda que para muitos o tempo livre seja tomado como uma atividade; ele, à diferença do ócio, é uma referência temporal, que adquire, pelo qualificativo ‘livre’, uma complexidade que o faz confundir-se com ação. [...] O tempo livre, tal como o concebemos hoje, adveio da natureza cronológica que atinge o apogeu pós-revolução industrial. É da liberação do tempo que devia ser dedicado ao trabalho, que emerge a noção do tempo livre. Aí estão implicadas algumas variáveis. A primeira delas é que a liberdade, tomada como exercício temporal, não podia ser exercida no trabalho, pelo menos na concepção de trabalho industrial, uma vez que a organização produtiva pressupunha uma sincronização, que ainda não havia sido experimentada de forma generalizada em outros momentos da história. A segunda é que a liberdade de constituir-se como sujeito estava limitada pelo processo de alienação imposto pela produção capitalista. (AQUINO e MARTINS, 2007, p.12)

Bacal (2003) em Aquino e Martins (2007, p. 12) afirma que o tempo livre surge da liberação de parcelas de tempo do trabalho, quando poderiam ser desenvolvidas atividades relacionadas à sobrevivência física e social do indivíduo, mas, ainda assim, atreladas à noção do trabalho. De acordo com Dumazedier (1979), o lazer é exercido à margem das obrigações sociais, em um tempo que varia segundo a forma de intensidade de seu engajamento nas atividades laborais. O lazer encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão. Por outro lado, o ócio, representa algo mais do que essas categorias, ele está no âmbito do liberatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal, sendo estes fatores não condicionados inteiramente pelo social e sim pelo modo de viver de cada um, relacionado com o prazer da experiência. Segundo Requixa (1974) em Gomes (2004, p. 6), o lazer seria “uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

No Brasil, a palavra ócio entrou na moda a partir da década de 90, principalmente devido às publicações do sociólogo Domenico de Masi, que apregoou sua ideia de ócio

criativo como um modelo a ser seguido por pessoas e organizações na busca de um modo de viver e trabalhar criativos, por meio da redução do tempo de trabalho, descentralização da empresa enquanto lugar de trabalho e de uma nova economia centrada no novo tempo livre (AQUINO e MARTINS, 2007, p. 11). Segundo Masi, (2001, p.239), a quantidade e a qualidade do trabalho, a abstração, a virtualidade, a flexibilidade e a criatividade que o caracterizam, assim como a possibilidade de desestruturá-lo no tempo e no espaço, a progressiva confusão com o estudo e com o tempo livre desviam a atenção para o ócio e lhe conferem um valor novo.

Numa estrutura social em que se vislumbra uma “progressiva intelectualização das atividades humanas como novo valor emergente (MASI, 2001, p.164) e uma tendência ao predomínio do tempo livre sobre o tempo de trabalho (idem, 2000, p.383), o autor discute a necessidade de uma educação para o ócio, destacando que a utilidade do ócio só pode ser plenamente aproveitada se ligada à criatividade (Idem, 2001, p.249).

[...] É preciso, então, reprojeter a família, a escola, a vida, em função não só do trabalho mas também do tempo livre, de modo que ele não degenera em dissipação e agressividade mas se resolve em convivência pacífica e ócio criativo. É preciso criar uma nova condição existencial em que estudo, trabalho, tempo livre e atividades voluntárias cada vez mais se entrelacem e se potencializem reciprocamente (MASI, 2001, p.21)

Masi (2001, p.239) considera impossível reduzir e melhorar o trabalho sem alimentar e melhorar o tempo livre, por isso enfatiza a importância de desvincular o ócio da conotação negativa que passou a ter com o advento do cristianismo e que ainda hoje possui:

Por definição, um ocioso não passa de um egoísta que pensa apenas em si mesmo. Um bom funcionário vive os seus raros momentos de ócio com sentimentos de culpa, transformados em dores de cabeça, e tenta refrear o tempo livre com regras e prazos tão rígidos que imita o tempo de trabalho. Frequentemente leva para casa uma pasta cheia de serviço para fazer no fim de semana, em detrimento da vida familiar e das atividades de recreação. Segundo a opinião corrente, quem não “trabalha” – no sentido clássico do termo – consome riquezas sem produzir. Portanto, é um ladrão (MASI, 2001, p.79-80 e 240).

Também atribui a uma mentalidade ainda industrial um dos principais desafios para o aproveitamento criativo do tempo livre:

Hoje, o principal obstáculo à libertação humana da escravidão do trabalho não vem tanto dos atrasos da tecnologia como dos atrasos da cultura: por motivos de imediata praticidade mas, sobretudo, pela defasagem cultural e por uma resistência às mudanças tanto mais misteriosa quanto mais tenaz e autoflagelante, o homem tende a subutilizar as oportunidades de repouso que ele mesmo criou para si com a sua fértil inventiva (MASI, 2001, p.72).

É interessante perceber o viés que o ócio adquire na perspectiva de Domenico de Masi em seu livro *O futuro do trabalho*. Ao defender o ócio criativo, embora critique a escravidão histórica do trabalho apresentando enfaticamente seus aspectos negativos, destaca as virtudes do teletrabalho, que permitira às pessoas produzirem em toda e qualquer parte, sem a existência de um escritório específico para essa atividade, ao mesmo tempo em que possibilitaria combinar atividades de produção, reprodução, estudo e lazer (MASI, 2001). É neste contexto que o autor concebe a expansão do tempo livre, como criador de outro “tempo cíclico”:

Ao lado dos ciclos ligados ao trabalho, vão emergindo no tempo social – cada vez mais importantes – aqueles ligados ao tempo livre: os deslocamentos para a casa de campo, os ritos das férias, as festas públicas e privadas, os divertimentos, o turismo, tudo marcado por horas de ponta, com as quais nos fomos habituando só recentemente: só obstruídas pelas loucuras de sábado à noite do que pelo trabalho de segunda-feira de manhã (MASI, 2001, p. 78).

Esse tempo livre que Masi defende também se caracterizaria como um “consumo produtivo”, uma vez que à medida que o repouso se transforma em trabalho, este também passa a se constituir alvo de interesse econômico e é transformado em mercadoria, a exemplo dos interesses de operadores de turismo, dos publicitários e institutos de pesquisa (MASI, 2001). A proposta do autor passa pela ideia de que o ócio se constitui como o fator central da economia moderna, uma vez que diante da revolução do trabalho, “o empregador não compra mais a força bruta, exige antes inteligência e criatividade” (Idem, 2001, p. 250). A criatividade, logo, só é conseguida pela atividade criativa do ócio destinada a fins produtivos, numa junção entre trabalho criativo e ócio. Dessa forma, pode-se depreender da argumentação de Domenico de Masi um sofisticado discurso pró-capital, uma vez que o ócio se encontra associado ao empreendedorismo (OURIQUES, 2010, p. 4).

Conceito de Tempo de Trabalho, Tempo de não trabalho e Bem estar

Até agora se falou das definições de Lazer, Tempo livre e Ócio, mostrando suas diferentes concepções segundo vários autores, ficando claro que não é incomum que estes termos sejam tomados como sinônimos ou como atividades parecidas, uma vez que suas diferenças são aparentemente sutis ou mesmo difíceis de se identificarem na prática. Mas e quanto ao tempo de trabalho e tempo de não trabalho?

No início da definição de Lazer, estabelecida por Dumazedier (2001), segundo sua teoria dos três D's, a primeira definição, a residual, considera lazer como sendo todo o período de tempo que resta após a exclusão de atividades que não são lazer, como as de trabalho, as fisiológicas, e outras obrigatórias. Para alguns economistas e sociólogos do trabalho, esta definição de lazer é equivalente à definição de não trabalho (DUMAZEDIER, 2001). Rosso (1996), por exemplo, em sua obra “Redução da Jornada de Trabalho e Sociedade”, define o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho de forma bem simplificada. Segundo ele, tempo de trabalho é o tempo empregado na produção da própria subsistência, enquanto que todo o tempo não ocupado pelo trabalho é “tempo de não trabalho”.

Bocato (2010, p.1), por sua vez, ilustra em sua obra “Por uma política do tempo” o que considera tempo de trabalho e tempo de não trabalho, que também compreende uma visão similar a de Rosso:

O dia tem 24 horas. Uma noite de sono bem dormida gira em torno de 8 horas. Nos restam então 16 horas acordados. Destas, nos dias úteis, 8 horas (em média) são dedicadas ao trabalho. Vamos considerar que gastamos 30 minutos para ir de casa ao trabalho e vice-versa (isso numa perspectiva de classe média que tem seu veículo individual). Somam-se mais 2 horas de almoço, que tem estreita relação com as horas do trabalho, pois o que se faz nesse espaço de tempo é limitado e determinado pela necessidade de se voltar ao trabalho. Assim totalizam 11 horas que chamarei de tempo do trabalho. Subtraindo das 16 horas que temos acordados as 11 dedicadas ao tempo do trabalho, ainda restam 5 horas para tudo o que mais tivermos para fazer. Este tempo não pode ser considerado como tempo livre, pois parte dele é comprometido, segundo o economista Marcio Pochmann, “com o exercício burocrático do atendimento da sobrevivência própria e da família”, ou seja, na ida ao supermercado, no pagamento de contas, no levar e buscar os filhos na escola e no acompanhamento da sua lição de casa, entre outras atividades que não representam tempo livre de fato. Estes são exemplos de tempo de

não trabalho. [...] Uma coisa é clara: o tempo de trabalho é o que determina a quantidade de horas que podem ser destinadas ao tempo livre.

Em se considerando o tempo de trabalho como todo o tempo que não é destinado ao trabalho, é correto afirmar que o tempo de não trabalho comporta o tempo livre, e, por consequência, o lazer e o ócio. Pode-se afirmar que o tempo de não trabalho é mais abrangente e, por incluir todas as atividades fora do período de trabalho em oposição ao trabalho *per se*, assalariado. Desta forma, este termo representa, de maneira geral, uma oposição ao tempo destinado ao trabalho assalariado e às atividades obrigatórias.

Uma vez que se discute a centralização do trabalho na sociedade, percebe-se a interferência do tempo de trabalho sobre o tempo de não trabalho, não apenas pelas questões lógicas e quantitativas de divisão de tempo, mas também pela própria qualidade do uso do tempo de não trabalho. É neste aspecto que convém tratar da relação entre o trabalho e o bem estar social. Rosso (2002) em Chaves (2005) afirma que a quantidade de tempo que uma pessoa trabalha e a forma com que ela usa seu tempo passam a ser questões socialmente relevantes a partir do momento em que o trabalho começa a ser controlado por terceiros e não mais pelo próprio agente. Esse tipo de relação que se estabelece é considerada heterônoma. A partir do momento em que as relações de trabalho tornam-se heterônomas, o tempo de trabalho passa a ser um elemento em torno do qual as pessoas se organizam. É por causa disso que ao longo da história, os regimes que tiveram por característica o trabalho heterônimo, tais como os regimes de escravidão, feudais, e os baseados em classes, como o atual, possuíam em torno do tempo de trabalho uma questão social de importância (Idem, 2005).

Uma vez tendo se transformado em um elemento central na sociedade, o trabalho e a quantidade de tempo que as pessoas se dedicam a ele, assim como a frequência e a intensidade de sua dedicação tornam-se questões que repercutem diretamente na qualidade de vida, e que, por outro lado, refletem, em termos de comportamento social, o modelo econômico e a cultura de consumo da sociedade. Segundo Rosso (2002) em Chaves (2005), no sistema capitalista é que o tempo de trabalho ganha maior dimensão social e, conseqüentemente, conceitual. Isto porque é no seio do capitalismo que se tem a gênese do conceito de tempo de trabalho. Levando-se em conta a sociedade atual, ocidental e capitalista, a relação do trabalho com bem estar social passou a ser

amplamente debatida e abordada, inclusive, na sua dimensão duração, nas mais diversas áreas de estudo.

Em seu livro “Ócio criativo”, Masi (2000, p. 382) expõe sua ideia acerca do tempo de trabalho citando Bertrand Russel:

Poucos anos depois, em 1935, Bertrand Russell publica o seu Elogio do Ócio [...]um livro igualmente agradável no qual anuncia já nas primeiras páginas as suas teses heterodoxas: "Eu acho que neste mundo se trabalha demais e que incalculáveis males derivam da convicção de que o trabalho seja uma coisa santa e virtuosa... Mas, em vez disso, o caminho para a felicidade e prosperidade acha-se na diminuição do trabalho..."

De fato, mais do que a própria intensidade do trabalho, muito se argumenta sobre o quanto o tempo destinado ao trabalho impacta a qualidade do uso do tempo de não trabalho e até que ponto uma diminuição contribuiria para o aumento do bem estar pessoal e, em maior escala, coletivo. Quando se pensa numa sociedade que tem no trabalho um valor que se sobrepõe, de certa forma, ao de outros tempos sociais (MAÑAS, 2005), é interessante observar o efeito desta valorização do trabalho sobre as pessoas, ou mais especificamente, sobre o seu bem estar subjetivo, uma vez que por meio dele é possível definir e avaliar sua qualidade de vida. Diener (1996) em Giacomoni (2004) explica que o bem estar subjetivo é uma área da psicologia que vem crescendo bastante ultimamente, vinculado à várias denominações, tais como felicidade, satisfação, estado de espírito e afeto positivo. De forma geral, afirma que o tema aborda como as pessoas avaliam suas vidas. Por isso, pode-se dizer que o bem estar é uma avaliação subjetiva da qualidade de vida (GIACOMONI, 2004, p.1).

A definição do bem estar ou bem estar subjetivo é difícil (GIACOMONI, 2004; GALINHA E RIBEIRO, 2005). De forma geral, pode-se dizer que pessoa com elevado sentimento de bem estar apresenta satisfação com a vida (GIACOMONI, 2004). Após alguma crise inicial na definição do Bem estar Subjetivo, existe atualmente um determinado consenso de que o conceito é composto por uma dimensão cognitiva, em que existe um juízo avaliativo, normalmente exposto em termos de Satisfação com a Vida, em termos globais ou específicos; e uma dimensão emocional, positiva ou negativa, expressa também em termos globais, de Felicidade, ou em termos específicos, por meio das emoções (GALINHA e RIBEIRO, 2005, p.210-211):

[...] Pode-se dizer, então, que o Bem estar Subjetivo, seria uma categoria vasta de fenômenos que inclui as respostas emocionais das pessoas, domínios de satisfação e julgamentos globais de Satisfação com a vida.

Os últimos 30 anos de estudo do bem estar subjetivo demonstraram que as variáveis que apresentam maior impacto na felicidade estariam relacionadas aos seguintes fatores: casamento, emprego, o status ocupacional, o lazer e as “competências” de saúde e habilidades sociais (ARGYLE, 1999, p.370), sendo que os efeitos seriam mais intensos em determinados grupos como a renda para o pobre, a religião para os velhos, a exemplo do fato do desempregado ser mais infeliz, assim como, os divorciados e separados (GIACOMONI, 2004). A partir destes resultados, é possível perceber a importância do trabalho e dos eventos que o envolvem como responsáveis por um maior ou menor bem estar subjetivo.

Fatores como “emprego”, “status ocupacional”, “lazer” e “desemprego”, mencionados nos estudos como elementos-chave associados à felicidade e ao bem estar, e as próprias questões de renda evidenciam a relação íntima existente entre o bem estar e o dinheiro. De fato, o conceito de bem estar, a partir da década de 60, sempre esteve ligado às questões de renda, tendo sido inicialmente denominado Bem estar Material pelos economistas (GALINHA E RIBEIRO, 2005, p. 3) e sendo medido por meio de uma “avaliação feita pelo indivíduo ao seu rendimento ou, de modo mais geral, à contribuição dos bens e serviços que o dinheiro pode comprar para o seu Bem estar.” Pode-se dizer que somente entre as décadas de 60 e 80 é que o conceito do Bem estar passou a adquirir um significado mais abrangente, incluindo aspectos além dos recursos materiais, tal como é concebido hoje. Apesar da atual complexidade que o define hoje, no entanto, o intuito do próximo capítulo é demonstrar que dentro do sistema econômico atual e diante da supervalorização do trabalho na sociedade moderna, ainda predomina uma forte associação entre bem estar e renda. Essa realidade é descrita por Easterlin (2004, p.2) em seu artigo “The Economy of Happiness”:

[...]economics places particular stress on the importance of life circumstances to well-being, particularly one's income and employment situation. The view that money makes you happier finds ringing endorsement in economic theory. The implication is that one can improve one's life satisfaction by getting more money, and that public policy measures aimed at increasing the income of society as a whole will increase well-being.

Essa relação entre bem estar e acúmulo material será mais profundamente discutida no próximo capítulo, que terá como intuito demonstrar de que forma o trabalho interfere no uso do tempo de não trabalho gerando comportamentos que refletem o sistema econômico capitalista que o embasa, inclusive no que tange ao bem estar e à própria percepção do bem estar pela sociedade. Neste sentido, será discutida também a formação da sociedade de consumo moderna, dentro de uma análise de sua insustentabilidade e a partir de uma visão compartilhada pela Economia Ecológica. Por meio dos seus princípios é que se discutirá um dos caminhos propostos para uma mudança rumo a um modelo econômico mais sustentável, capaz de garantir equilíbrio ambiental e qualidade de vida a todos.

Capítulo 3 – A Jornada de trabalho e o bem estar social

Introdução

O trabalho passou por diversas modificações ao longo da história do homem, adquirindo um significado cada vez mais influente na determinação das relações entre as pessoas e do uso que elas fazem do seu tempo livre. O tempo de trabalho e as atividades realizadas no tempo livre, todavia, são apenas um reflexo de uma entidade maior, dominante. Esta entidade é o modelo econômico, atualmente representado pelos princípios econômicos da Economia Ortodoxa, que estuda a formação dos preços, a produção e a distribuição da renda por meio do mecanismo de oferta e demanda dos mercados, e que dentro de sua ótica, considera o investimento como motor do progresso, medido pela propensão das pessoas a consumir.

Até agora os capítulos anteriores trataram basicamente de fornecer informações sobre aspectos evolutivos do significado do trabalho e de esclarecer alguns conceitos importantes sobre termos usualmente relacionados a ele, seja por dependência, seja por uma oposição de valores. Afinal, retomando o tema principal deste trabalho, a questão chave que se coloca agora é: por que a sociedade atual, que vive sob a lógica da supervalorização do trabalho, se caracteriza por uma sociedade consumista? Tem-se por objetivo demonstrar as razões que levaram a sociedade a um comportamento de acúmulo e consumo supérfluo que, como será discutido adiante, parte da concepção econômica de que o consumo é o motor do progresso, e o trabalho, o meio pelo qual se adquire renda para consumir.

Decisões importantes tais como o que se fazer em um determinado tempo envolvem uma análise de custos e benefícios, ou um *trade-off*, no jargão econômico. Essas decisões, decisões de margem, partem do pressuposto de que as pessoas buscam explorar oportunidades de melhorar sua situação ou de aumentar sua utilidade⁶. Logo, se uma sociedade se dedica a atividades de consumo, durante o seu tempo livre, em detrimento de outras atividades, isso reflete uma escolha individual do que ela considera ser a melhor forma de aproveitar o tempo, certo? Mas e se as razões por trás dessa

⁶ Utilidade: uma medida de satisfação relativa resultante das opções tomadas por cada agente com o objetivo de aumentar sua satisfação individual.

alocação de tempo estiverem fundamentadas em falsos pressupostos? E se o valor atribuído ao trabalho pela economia estivesse induzindo um determinado padrão de consumo no tempo livre, que não só afetasse negativamente o seu bem estar, mas também colocasse em risco a própria saúde do planeta?

Este capítulo tem como objetivo discutir a relação entre o tempo dedicado ao trabalho e o reflexo disso no bem estar social, demonstrando como a centralização do trabalho toma forma dentro de um contexto econômico poderoso a partir do momento em que prega a urgência de viver para trabalhar, trabalhar para ganhar e ganhar para consumir. Além disso, tem-se o intuito de se questionarem os valores embutidos neste ciclo vicioso, que serve aos propósitos da economia, mas que interfere no comportamento das pessoas frente ao trabalho e às decisões tomadas em seu tempo livre. Por fim, busca-se demonstrar a necessidade de se reavaliarem os valores econômicos que estimulam a manutenção de uma sociedade consumista, o que perpassa a discussão do papel do trabalho e de sua duração como principais fatores de influência.

Um breve histórico econômico

A Economia durante muito tempo esteve vinculada apenas a resolução de problemas particulares, considerada inicialmente uma economia da administração doméstica (LEFTWICH, 1971; ROCHA, 2004). Era um ramo do conhecimento que lidava com a mais simples função de produção e distribuição, sendo definida também como uma “ciência do abastecimento” por Aristóteles (SANDRONI, 1999). Não gozava, portanto, do brilho dado a outras áreas do conhecimento como a filosofia, ética, política, mecânica e geometria (ROCHA, 2004). Com a Idade Média e o surgimento das primeiras atividades econômicas regionais e interregionais, entre os Séc. XI e XIV, a economia começou a ganhar maior *status*, embora sendo fortemente influenciada pela Igreja.

Conforme as sociedades foram evoluindo, principalmente com a expansão territorial que marcou o fim da Idade Média e o início do Renascimento, surgiu a necessidade de a análise econômica também se expandir e versar sobre a administração dos bens e rendas do Estado, passando a adquirir o conceito de ramo do conhecimento essencialmente voltado para a melhor administração do Estado, com o objetivo central de promover o seu fortalecimento (LEFTWICH, 1971). A partir da metade do Sec. XV,

a subordinação religiosa deu espaço a uma preocupação metalista, que predominou em todo o período mercantilista, conforme descreve Rocha (2004, p.1)

O Mercantilismo (1450-1750) imprimiu ao pensamento econômico um cunho de arte empírica, de preceitos de administração pública que os governantes deveriam usar para aumentar a riqueza da nação. Na Espanha e em Portugal os economistas aconselhavam a proibição da saída de metais preciosos e da entrada de mercadorias estrangeiras; na França surgiu o intervencionismo na indústria e o protecionismo alfandegário para desenvolver a industrialização interna, exportar mais e reduzir as importações ao mínimo possível; na Grã-Bretanha, o comércio e a navegação apareceram como as principais fontes da riqueza nacional etc.

A Economia, no entanto, só veio a se desenvolver e incorporar uma dimensão científica no século XVIII, com a propagação dos ideais iluministas. O marco da reformulação dos princípios econômicos se deu com a publicação de duas obras: o “Tableau Économique”, de François Quesnay, publicada em 1758 e; “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”, de Adam Smith, publicada em 1776. François Quesnay fundou a Escola Fisiocrata, em que se defendia a liberdade às atividades econômicas, e a não intervenção do Estado na economia. Os fisiocratas acreditavam em uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais, eram adeptos da máxima “laissez faire laissez passer” e consideravam a terra como a principal fonte de riqueza, o que é coerente com uma época em que ainda não existia atividade industrial, apenas atividades ligadas ao setor primário, basicamente a agricultura.

Adam Smith, por sua vez, fundou a Escola Clássica, cuja base do pensamento era o liberalismo econômico, também defendido pelos fisiocratas. A teoria clássica surgiu do estudo dos meios de manter a ordem econômica por meio do liberalismo, mas a grande diferença é que foi fortemente influenciada pela Revolução Industrial. Adam Smith não acreditava na forma mercantilista de desenvolvimento econômico e sim na concorrência que impulsionava o mercado e fazia a economia girar. A Escola Clássica caracterizou-se pela busca do equilíbrio de mercado (oferta e demanda) via ajuste de preços, pela não intervenção estatal na atividade econômica (prevalecendo a atuação da "ordem natural") e pela satisfação das necessidades humanas por meio da divisão do trabalho. Adam Smith foi quem cunhou a famosa expressão “mão invisível”, ao defender que os agentes econômicos, movidos por um interesse individual, acabavam por beneficiar interesses coletivos.

Quesnay e Smith foram os responsáveis pelas escolas que, juntas, marcaram o surgimento da Economia Científica. Toda a atividade econômica, a partir de então, passou a ser cuidadosamente classificada, investigada e submetida a um coerente e completo conjunto de princípios, teorias e leis. Sob tais perspectivas é que as Ciências Econômicas experimentaram um extraordinário desenvolvimento, recebendo contribuições de importantes pensadores econômicos como Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Jean B. Say e do próprio socialista Marx⁷. Esses pensadores desenvolveram suas análises particulares sobre os três principais pilares: formação, distribuição e consumo de riquezas (ROCHA, 2004, p.2) e se dedicaram ao estudo da tendência de os mercados alcançarem o equilíbrio.

A Escola Clássica predominou durante quase todo o século XIX, porém, a crise que acometeu o final deste século foi precursora de uma revolução na abordagem dos princípios que orientavam a economia. Em 1870, um novo corpo teórico se formou dando origem à denominada revolução Marginalista ou Escola Neoclássica, desenvolvida pelo inglês William Stanley Jevons, pelo austríaco Anton Menger e pelo francês Léon Walras. Esta análise econômica moderna da economia passou a se preocupar com a alocação dos recursos escassos entre usos alternativos, com o fim de maximizar a utilidade ou a satisfação dos consumidores. Durante as três últimas décadas do século XIX, estes economistas se afastaram e fundaram três novas escolas do pensamento: a austríaca, concentrada na análise da importância do conceito de utilidade como determinante do valor dos bens, destacando-se Eugen von Böhm-Bawerk; a inglesa, liderada por Alfred Marshall, que tentava conciliar as novas ideias com a obra dos economistas clássicos; e a terceira, liderada por Walras, o principal marginalista francês, que aprofundou esta análise, estudando o sistema econômico em termos matemáticos. Com o tempo, no entanto, essas três escolas foram novamente se aproximando culminando na formação de uma única corrente de pensamento: a neoclássica, liderada por Marshall e Walras.

A Escola Neoclássica ganhou dimensão entre 1870 e 1930, centrando sua atenção na constatação de que o processo econômico visava atender às aspirações humanas e à satisfação de suas necessidades materiais. Deslocou, assim, para conceitos mais abrangentes, como os de riqueza e bem estar social, as questões cruciais da economia (LEFTWICH, 1971). Marshall foi o primeiro a incorporar as questões do bem estar

⁷ Que, por sua vez, deu origem à Escola Econômica Marxista, posteriormente denominada Marxiana.

como aspectos fundamentais a serem considerados nos estudos econômicos. Dentro de sua abordagem, ele considerou os aspectos éticos ligados à conduta humana e às formas de organização da sociedade que poderiam ampliar ou diminuir, em função do processo distributivo, o número dos que têm de fato acesso às condições materiais passíveis de serem alcançadas em dado estágio cultural. Traços da organização social, tais como a liberdade de empreendimento e a concorrência, foram analisados sob a ótica de sua influência na geração e difusão do bem estar social. Dessas análises foram derivadas algumas de suas mais contundentes observações sobre o caráter social da economia, dentre elas a de que:

Em um mundo no qual todos os homens fossem perfeitamente virtuosos, todos pensariam só nos seus deveres e nenhum desejaria ter uma cota de conforto maior do que a de seus vizinhos. Os mais fortes facilmente suportariam o fardo mais pesado e admitiriam que seus vizinhos mais fracos, embora produzindo menos, elevassem o seu consumo. Felizes nessa maneira de pensar, eles trabalhariam para o bem geral com toda a energia, espírito inventivo e iniciativa que tivessem. Mas a história em geral, e especialmente a das aventuras socialistas, mostra que os homens comuns raramente são capazes de um ideal altruísta por tempo considerável. Mas, em contrapartida, têm uma capacidade de serviço desinteressado muito maior do que a que demonstram. E a concorrência, por seu lado, não registra apenas efeitos perniciosos; a sua proscricção poderia ser mais antissocial do que ela própria. Constitui, assim, o fim último da Economia descobrir como se pode combinar o latente ativo social das virtudes humanas com as forças da concorrência para a promoção do bem-estar social. (MARSHALL, 1996, p.83)

É interessante salientar que o bem estar era um dos principais campos de estudo de Marshall, que contribuiu para expandir o estudo das ciências econômicas para uma dimensão mais humana. No entanto, Marshall restringia o estudo do bem estar a apenas sua dimensão material, afirmando ser este o objetivo das atividades econômicas humanas. Em seu livro “Princípios de Economia”, primeiramente publicado em 1890, Marshall definiu a economia como sendo:

[...] um estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos assuntos ordinários da vida. Mas diz respeito, principalmente, aos motivos que afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial de sua vida. (MARSHALL, 1996, p.85)

O modelo neoclássico de Marshall assumia três principais implicações: a Economia é um estudo da humanidade; a vida humana tem vários aspectos (social, religioso, econômico e político), mas a economia só está preocupada com o aspecto econômico da vida, e; a promoção do bem estar é o objetivo final, sendo que o termo bem estar é usado no sentido único de alcance de bem estar material (BUCHANAN, 1987 apud

SANDRONI, 1999): Marshall definiu a atividade econômica como algo separado das demais atividades humanas. Segundo ele, todas as ações humanas tinham como propósito atingir um bem estar material, basicamente por meio do ganho de dinheiro. A renda é que permitiria comprar bens e serviços que satisfariam suas necessidades. Em outras palavras, os assuntos econômicos tratariam basicamente dos esforços, desejos e satisfação desses desejos.

Com a crise de 1929, a crença em um equilíbrio de mercado sem intervenção estatal caiu por terra, revelando a necessidade de se reconsiderarem os princípios básicos que até então estavam orientando a Ciência Econômica. Os economistas perceberam que tanto a escola clássica como a neoclássica não lhes permitia analisar integralmente a expansão da atividade econômica e elaborar políticas adequadas. Neste contexto, John Maynard Keynes, defensor da economia neoclássica até a década de 1930, analisou a Grande Depressão em sua obra “The General Theory of Employment, Interest and Money”, de 1936, em que formulou as bases da teoria keynesiana ou keynesianismo. Keynes buscou explicar as flutuações econômicas ou flutuações de mercado e o desemprego generalizado, ou seja, entender a causa do desemprego em uma economia de mercado e propor uma solução. Acreditava que o capitalismo poderia ser mantido desde que fossem feitas reformas significativas, já que o *status quo* demonstrava ser incompatível com a manutenção do pleno emprego e da estabilidade econômica. É importante destacar que Keynes estabeleceu uma política de incentivo ao consumo, além de outras iniciativas que foram muito criticadas, especialmente pelos socialistas.

A partir da segunda guerra mundial, o modelo majoritariamente adotado pelos países, principalmente os centro-capitalistas (EUA e Europa), passou a ser denominado Economia Ortodoxa, referindo-se a um conjunto de pensamentos econômicos dominantes influenciados principalmente pelas escolas clássicas e keynesianas⁸. Dentre as tendências herdadas pelo pensamento Keynesiano estão a introdução da macroeconomia⁹ como um campo de estudo separado da economia, a introdução de um intervencionismo estatal moderado e o uso de modelos matemáticos para análises econômicas. Pode-se dizer, no entanto, que a Economia Neoclássica se manteve como a base do modelo econômico ortodoxo, estando fortemente presente nas visões tanto

⁸ É importante salientar que o Keynesianismo instituído no período pós- segunda guerra não foi o originalmente pensando por Keynes, mas um modelo derivado enquadrado no esquema analítico convencional.

⁹ Foi Keynes quem instituiu a Macroeconomia como um campo de estudo separado dentro da Economia, o que permanece até hoje.

microeconômicas quanto macroeconômicas. Dessa forma, este modelo ortodoxo é que será discutido aqui como responsável pelo padrão de comportamento de consumo e supervalorização do trabalho, excluindo-se, assim, as outras escolas econômicas que não estão diretamente relacionadas ao modo de pensar econômico vigente.

Economia, o Bem estar e o Nascimento da Sociedade de Consumo

What we call happiness in the strictest sense of the word comes from the (preferably sudden) satisfaction of needs which have been dammed up to a high degree

Sigmund Freud, psychologist

Certos modelos usados por economistas são criticados, até por outros economistas, pela sua dependência com certos pressupostos ou axiomas que nem sempre são verificáveis na prática. Adam Smith escreveu sobre como os indivíduos, buscando seu interesse próprio, acabavam por servir aos interesses da sociedade como um todo, ideia que seria posteriormente conhecida por meio da famosa expressão “mão invisível”. A mão invisível é um exemplo de axioma compartilhado por muitos economistas contemporâneos. Outro axioma econômico é o que relaciona o bem estar ao consumo e que supõe que os seres humanos são felizes se e quando consomem. Segundo este último, as necessidades de consumo seriam insaciáveis, o que implicaria, no final das contas, que os seres humanos nunca poderiam ser felizes de forma permanente. O pressuposto de Adam Smith já se mostrou não ser totalmente correto em muitas situações (KRUGMAN et al, 2010, p.27). Até que ponto, então, o segundo deve ser considerado verdade?

Lionel Robbins, em seu ensaio “An Essay of Nature and Significance of Economic Science”, buscou fazer uma caracterização dos fatos econômicos e identificar o aspecto propriamente econômico da conduta humana. Ele chegou a quatro pontos principais: os fins que a atividade humana procura alcançar são múltiplos, independentemente de serem classificados como econômicos ou não econômicos; além de múltiplos, esses fins possuem importância diversa e podem ser classificados por ordem de prioridade; os meios para se alcançar estes fins múltiplos são limitados e; os meios possuem usos alternativos e, por isso mesmo, podem ser mobilizados de diferentes formas para melhor servirem aos seus diferentes fins. Para Robbins, o que uniria estes pontos é a capacidade humana de fazer escolhas diante da diversidade de fins existentes e dos meios para alcançá-los. Essa escolhas também levariam em conta as diferentes formas

de mobilização de recursos para os diversos fins e, o fato de os recursos serem escassos ou limitados.

Dessa abordagem de Robbins é que se extraiu a ideia da economicidade da ação humana, resultante exatamente desta inevitabilidade da escolha. Neste sentido, entre uma gama de opções sobre as ações que, presumivelmente, conduzirão à geração e acumulação das mais variadas categorias de riqueza e aos mais diversos estágios de prosperidade e bem estar, o homem agiria economicamente ao fazer uma escolha determinada. Seja qual fosse esta escolha, ela conduziria: ao fim proposto, total ou parcialmente, sob diferentes graus de eficiência (benefício.); à utilização de meios disponíveis, também sob diferentes graus de eficiência (custo); à determinação de como seriam utilizados os meios disponíveis na consecução do fim proposto, inclusive os mecanismos e critérios que envolvem a destinação dos meios utilizados (alocação); e a não consecução de outros fins, uma vez que a escolha de determinado fim e a consequente utilização de meios escassos implicaria necessariamente a abdicção da sociedade de obter outros benefício (custo de oportunidade).

Uma vez que o fato econômico se manifesta por meio de escolhas entre fins e meios, a economia pode ser vista como um ramo das ciências sociais que se ocupa da administração eficiente dos escassos recursos existentes, empregados na consecução dos fins que tenham sido estabelecidos pela sociedade (ESEE, 2008; ECOECO, 2009; ROCHA, 2004), independentemente de ser por meio de um processo decisório descentralizado ou de um poder central. A economia então, segundo Robbins, é a ciência que estuda o comportamento humano condicionado pela escassez dos recursos que se prestam a fins alternativos (ROBBINS, 1932, p.45).

O posicionamento de Robbins foi historicamente reforçado pelo contraste entre a opulência e a miséria observado com a emergência dos povos subdesenvolvidos no cenário econômico. A economia, desta forma, também passou a ser considerada de forma resumida como a “ciência da escassez”. Mais do que nunca, os economistas teóricos e contemporâneos perceberam que o alcance de quaisquer objetivos de bem estar ou de universalização do desenvolvimento econômico dependiam, essencialmente, da melhor administração dos escassos recursos disponíveis. É por essa razão que os economistas Myron H. Umbreit, Egin F. Hunt e Charles V. Kinter definiram a economia como sendo “o estudo da organização social por meio da qual os homens satisfazem suas necessidades de bens e serviços escassos.” Dentro deste mesmo pensamento

destacaram-se outros economistas contemporâneos, tais como Paul A. Samuelson e Richard Leftwich.

No tópico anterior foi feito um resumo da evolução do pensamento econômico, demonstrando que atualmente a Economia Neoclássica é considerada a escola dominante. Neste contexto, muitos princípios defendidos por Marshall permaneceram como parte do conjunto de crenças que definem as atuais políticas econômicas, dentre elas, a assunção do significado do bem estar em seu sentido predominantemente material. O bem estar material como principal objeto de atenção da economia, tal como postulado por Marshall, representou um prelúdio dos valores que a escola dominante passaria a incorporar dali pra frente e que contribuiriam para a formalização de uma economia altamente dependente do consumo, do trabalho e obcecada por aumento de riqueza. Este aumento de riqueza seria viabilizado pelo crescimento econômico contínuo.

A adoção da ideia de bem estar como bem estar material causou a redução do conceito de desenvolvimento econômico à uma ideia de simples expansão física do sistema econômico (aumento da produção de bens e serviços). Sucessores de Marshall e muitos economistas contemporâneos, tais como William Beveridge e Arthur Pigou mantiveram a definição da economia em termos de bem estar material. Pigou, por exemplo, que foi aluno de Marshall e um dos seus principais seguidores, complementa que as questões de bem estar social que são do alcance da economia devem ficar restritas àquelas que podem ser traduzidas, direta ou indiretamente, na relação medida pelo dinheiro (PIGOU, 1920). O bem estar social concebido pelos economistas contemporâneos refere-se basicamente a um estado utilitarista, definido como a soma do bem estar de todos os indivíduos da sociedade, podendo ser medido em termos de renda ou utilidades. Essa abordagem, no entanto, vem sendo criticada por muitos economistas, tendo sido o próprio Lionel Robbins um dos seus principais opositores. Robbins ficou especialmente conhecido por sua oposição à definição de bem estar construída por Marshall, tendo se dedicado, inclusive, a combater as tendências marshalianas dentro da economia anglo-saxônica.

Robbins afirmou que a Economia não deveria se limitar ao bem estar material, uma vez que existem coisas não materiais que promovem bem estar humano. Também discordava da equivalência que Marshall atribuía às atividades econômicas e ao bem estar, destacando a existência de atividades econômicas que não promoviam

necessariamente bem estar social como, por exemplo, a venda de drogas ilícitas. Também considerava o termo bem estar muito vago para ser usado na economia, por ser muito subjetivo, enquanto que a economia é uma ciência predominantemente quantitativa. Para finalizar, a definição de bem estar de Marshall estaria levando a economia para o domínio da ética, enquanto que Robbins, em contrapartida, acreditava que a economia deveria permanecer em uma posição de neutralidade ao avaliar os resultados de transações econômicas.

As críticas do Lionel Robbins foram aqui colocadas para ilustrar a polêmica que envolve o termo bem estar dentro das discussões econômicas recentes. A existência deste cenário polêmico assume uma feição mais grave não só pela questão do bem estar em si, com toda a sua complexidade inerente, mas pelo fato de se tratar de um dos principais alvos da economia, juntamente com as questões da riqueza, merecedor, inclusive, em uma ramificação própria e aplicada denominada Economia do Bem estar. A Economia do Bem estar parte de três princípios: o indivíduo é a unidade básica de medida; são os melhores juízes do seu próprio bem estar, e; preferem mais bem estar a menos bem estar. A partir deles, ela se propõe a atingir o bem estar social examinando as atividades econômicas dos indivíduos que constituem a sociedade.

Para uma Economia cujas definições em termos de riqueza enfatizam a produção e o consumo, a preocupação com o bem estar social parece convenientemente justificada em acepções que, em si, colocam como sinônimas as práticas de consumo e o alcance do bem estar: o aumento do consumo estimula uma maior necessidade de produção que, para atender a esta demanda, gera cada vez mais empregos, o que, por sua vez, aumenta a renda disponível na economia, que sendo revertida para o próprio consumo. Fecha-se, assim, um ciclo interessante do ponto de vista econômico, refletido no crescimento econômico nacional, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB). Ocio (2005), no entanto, contesta os valores éticos e morais por trás desse raciocínio, uma vez que, segundo ele, a Economia do Bem estar busca fundamentar cientificamente um comportamento econômico dos agentes em princípios que contemplam o hedonismo individual e não o bem estar coletivo propriamente dito. De fato, a Economia é acusada de colocar a riqueza à frente do homem ¹⁰.

¹⁰ John Ruskin chamou a economia política de "a ciência de ficar rico" (Ruskin, 1860a) e de ciência bastarda (Ruskin, 1860b)

Os economistas ortodoxos argumentam que qualquer questão econômica, no seu nível mais básico, envolve uma escolha individual (KRUGMAN et al, 2010) que apenas representa uma busca natural por um aumento da satisfação pessoal, impulsionando o mercado a produzir o necessário para atender a esta demanda. Neste sentido, o mercado apenas buscaria atingir um equilíbrio entre oferta e procura, equilíbrio este que seria intermediado pelo que Keynes denomina “pleno emprego”, ou seja, por meio da eficácia dos meios de produção que proporcionariam ao indivíduo ter o salário suficiente para se apropriar dos bens de consumo. Hunt (1978) em Ocio (2005, p.42), no entanto, considera este raciocínio uma “visão beatífica”:

Com base nas condições de maximização da utilidade e do lucro, os economistas neoclássicos construíram um edifício bem organizado, simétrico e esteticamente agradável, dedutivo e matemático, que prova que, em condições de concorrência, os consumidores que maximizem a utilidade e que façam trocas, bem como os empresários que maximizem os lucros e que façam trocas, automaticamente agirão e interagirão de maneira a maximizar o bem estar social.

Entender que a economia necessita maximizar a utilidade e o lucro para atender a um desejo intrínseco do ser humano de atingir um bem estar é, no entanto, atribuir ao indivíduo toda a responsabilidade por suas escolhas econômicas, como se estas fossem voluntárias e imunes a qualquer outro tipo de influência externa. Na verdade, muito da chamada "escolha" econômica é considerada involuntária, dada por condicionamento social. As pessoas passaram a esperar certa qualidade de vida que não necessariamente é a ideal para se atingir um bem estar verdadeiro, mas que é propagada pela mídia e pela própria economia como sendo o único caminho para a felicidade. Neste sentido, a economia está longe de ser apenas uma “servidora” aos interesses de consumo da sociedade, pois suas estruturas de mercado e suas formas de distribuição de bens escassos afetam não apenas seus "desejos e vontades”, mas também suas "necessidades" e "hábitos" de forma proposital e muito bem planejada.

De fato, o apreço econômico ao consumo e o esforço empregado pela economia para manter o “motor do progresso” funcionando fica explícito no artigo “Price Competition in 1955” do economista e consultor de marketing Victor Lebow:

Our enormously productive economy demands that we make consumption our way of life, that we convert the buying and use of goods into rituals, that we seek our spiritual satisfactions, our ego satisfactions, in consumption. The measure of social status, of social acceptance, of prestige, is now to be found in our consumptive

patterns. The very meaning and significance of our lives today expressed in consumptive terms. The greater the pressures upon the individual to conform to safe and accepted social standards, the more does he tend to express his aspirations and his individuality in terms of what he wears, drives, eats, his home, his car, his pattern of food serving, his hobbies. [...] These commodities and services must be offered to the consumer with a special urgency. We require not only "forced draft" consumption, but "expensive" consumption as well. We need things consumed, burned up, worn out, replaced, and discarded at an ever increasing pace. We need to have people eat, drink, dress, ride, live, with ever more complicated and, therefore, constantly more expensive consumption. The home power tools and the whole "do-it-yourself" movement are excellent examples of "expensive" consumption (LEBOW, 1955, p.3).

Seria ingênuo acreditar que o artigo de Lebow (1955) não representa uma visão geral do *mainstream* econômico. Mais ingênuo ainda é acreditar que o consumo incentivado pela economia tem como base uma preocupação genuína com o bem estar da sociedade. Marx, por exemplo, foi um grande crítico da Economia do Bem estar, argumentando que ela teria sido originada de doutrinas as quais ele denominava “Economia Vulgar”, por assumir um ponto de vista que se restringe a ideias vulgares da burguesia autocomplacente sobre o seu mundo. Segundo ele, o pensamento neoclássico ignora ou deixa de lado os conflitos e problemas sociais. Ocio (2005, p.41) também, tal como Marx, contesta a Economia do bem estar nesta passagem:

A norma fundamental da economia do bem estar é o conceito do ótimo de Pareto, segundo o qual, dada uma dotação inicial de fatores de produção, a situação econômica é ótima quando nenhuma mudança pode melhorar a posição de um agente sem piorar a de qualquer outro, respeitadas as avaliações individuais de cada um deles. O ótimo coletivo é apresentado como a soma de situações ótimas individuais, o que obviamente mascara os conflitos que surgem ao considerar o interesse individual frente ao social, ou no conceito de externalidades, introduzido na análise na década de 50.

Ocio (2005) afirma que, por se fundamentar na subjetividade individual, a teoria por trás da Economia do Bem estar está incapacitada para lidar com o coletivo, e, conseqüentemente com o conceito de bem estar social. Um exemplo disso seria o conceito de externalidade e na forma como a teoria ortodoxa o aborda:

Externalidades acontecem quando a utilidade de um indivíduo, de um grupo ou o interesse de uma empresa ou empresas são afetados por processos de produção de outras firmas com os quais não tem qualquer relação. O exemplo típico é o dano que a poluição de algumas empresas impõem ao conjunto da sociedade, sendo que a optimalidade parietinana, concebida desde a perspectiva individual, não tem como lidar com um fenômeno que reflète o conflito social. A abordagem do assunto por meio do cálculo de custo-benefício e o

estabelecimento de direitos de provocar externalidades não parece muito racional (OCIO, 2005, p.43).

Apesar das críticas ao *modus operandis* econômico em garantir o bem estar social, os esforços para incentivar o consumo nas sociedades nunca foram tão poderosos e persuasivos. Isso pode ser observado na explosão do consumo observada nos últimos 50 anos, ligada ao estilo de vida dos países mais ricos, que se refletiu numa mudança drástica em todos os aspectos da forma de comer, beber, viajar, morar, descansar e se entreter (NEF, 2009, p.11), crescimento este que continua acelerado. Sob o pretexto de proporcionar um aumento do bem estar social, a política econômica de incentivo ao consumo lança mão das mais diferentes técnicas e meios de comunicação para convencer a população sobre a necessidade de consumir cada vez mais:

Probably the most powerful weapon of the dominant producers lies in their use of television. To a greater degree than ever before a relative handful of products will share a monopoly of most of the leisure time of the American family. We will have over 30 million television households next year. And television achieves three results to an extent no other advertising medium has ever approached. First, it creates a captive audience. Second, it submits that audience to the most intensive indoctrination. Third, it operates on the entire family (LEBOW, 1955, p.3).

Quando se fala no consumo estimulado pela economia, é importante entender que não se está falando do consumo necessário para o atendimento às necessidades básicas de um indivíduo. E é importante salientar que, mesmo nas sociedades primitivas, ou seja, muito antes do estudo da economia existir, as pessoas sempre consumiram bens criados por elas próprias ou por outros (MILLER, 2007, p.8). A grande diferença entre o consumo observado nas sociedades primitivas e no consumo que se deu, principalmente a partir da revolução industrial, está nas motivações que atualmente estão por trás do comportamento de consumo da sociedade moderna e que vão muito além do necessário para atender às necessidades fisiológicas e de sobrevivência de um indivíduo, sendo também denominado “consumismo”. Miller (2007, p.41) cita os primeiros autores a estudar as características do consumo na sociedade contemporânea:

[...] a publicação-chave inicial foi O Nascimento de uma Sociedade de Consumo (McKendrick; Brewer; Plumb, 1983), que estimulou uma ampla literatura tanto sobre se há uma forma distinta no consumo contemporâneo como se, caso positivo, quando ela iniciou. Crucial para esse debate é a questão de se o consumo moderno é na verdade um tipo de atividade diferente em intenção e natureza do mero uso de bens em tempos anteriores. O mais poderoso defensor de tal

periodização é Campbell (1986), que define o consumo moderno em volta da questão do hedonismo sem precedentes [...]

O consumo de característica hedônica, ou consumismo, que caracteriza a sociedade capitalista contemporânea tem como base então o discurso proveniente do século XVIII que afirmava que o consumo poderia também ser benéfico à comunidade ao estimular o que então estava se tornando definido como economia (APPELBY, 1994). Esse raciocínio deu origem a uma ideologia dominante do mundo moderno, de apologia ao materialismo. Os meios de comunicação o tempo todo informam que as economias nacionais necessitam de estímulo para crescer, e isso é particularmente perceptível em situações de crise, a exemplo da famosa frase de George Bush frente à recessão estadunidense: “Go shopping”. Como ocorre com ideologias, essa promoção do consumo encontra respaldo em um racionalismo baseado em um conjunto de estruturas e práticas capitalistas, dentre elas os axiomas que pregam o benefício do consumo para a sociedade (MILLER, 2007, p.39).

A obsessão pelo consumo individual é análoga à obsessão pelo crescimento econômico nacional medido por meio do Produto Interno Bruto (PIB). Defende-se um modelo econômico que busca sempre um aumento do PIB, como se o aumento deste refletisse um aumento da qualidade de vida do país. O PIB, no entanto, é um índice considerado incompleto por muitos especialistas, uma vez que exclui informações tais como a distribuição de riqueza, a qualidade dos bens e serviços, e as próprias externalidades. Isso significa dizer que é possível que o PIB de um país aumente ao mesmo tempo em que sua população fica mais pobre.

[...] elencar a grandeza das nações pelos bilhões acumulados com produção industrial e comercial, por exemplo, é, para esses especialistas, uma distorção da realidade. [...]Os professores salientam que o PIB falha ao computar os custos ambientais e, ao mesmo tempo, inclui em seu cálculo formas de crescimento econômico prejudiciais ao bem estar da população. Gastos com crime, atendimento médico, divórcio e até desastres naturais como tsunamis colaboram para elevar o PIB (A GAZETA, 2012).

Ainda assim, fala-se mais em alavancar o crescimento econômico do que em medidas que realmente fariam diferença em termos de bem estar, tais como investir em educação, em melhoria dos sistemas de saúde públicos, em saneamento básico, preservação do meio ambiente, etc. De forma irônica, em meio à crescente preocupação com a depredação dos recursos ambientais no mundo, a sustentabilidade que se destaca na pauta das discussões do governo brasileiro é justamente a econômica, sustentada pela

expansão da economia à custa de mais consumo e mais extração de recursos, um discurso totalmente insustentável do ponto de vista ambiental.

A Economia ortodoxa não se limita a apenas pregar a necessidade do consumo como um caminho para o bem estar, mas não mede esforços para incutir uma ideologia de consumo cada vez mais sofisticada, que atinja os propósitos do mercado. A partir da alegação de que os seres humanos são felizes se e quando consomem e de que essas necessidades de consumo seriam insaciáveis, as políticas econômicas buscam assegurar que este nível de insatisfação se mantenha presente entre as pessoas, fazendo-as desejar um determinado padrão de vida inatingível senão por meio do consumo material. Assim, a sociedade de consumo mantém o “motor do progresso” funcionando. O termo “fetichismo da Mercadoria”, cunhado por Marx, ajuda a compreender as bases que deram origem a sociedade do consumo observada hoje em dia:

O termo “fetichismo da mercadoria” já é amplamente consagrado na teoria sociológica marxista[...] A construção do conceito deu-se, portanto, a partir de uma interpretação da realidade da época, enfocando aspectos objetivos e subjetivos ligados à nova forma social estabelecida pelo capitalismo vigente. [...] Dos muitos aspectos trabalhados no “fetichismo da mercadoria”, um em especial ainda se sustenta[...]: de que o valor da mercadoria não está no próprio corpo da mercadoria. Para Marx, ele é produto de uma organização social: da que produz a mercadoria (força-trabalho/valor-trabalho/mais-valia) e da que consome a mercadoria, que mediante valores culturais da época, também passa a valorizar a mercadoria (valor-desejo/valor de gozo). Portanto, em Marx, o fetichismo da mercadoria indicava uma espiritualização do corpo-mercadoria, embora a mercadoria ainda fosse vendida como aquilo que era: algodão, café etc. (FONTENELLE, 2005, p.74-75)

O termo “fetiche” na psicanálise tem o sentido de desejo perverso, e essa interpretação pode ser bem utilizada ao se falar de um fetiche de mercadoria, já que em seu sentido mais profundo existe uma ideia perversa na forma com que o capitalismo passou a instrumentalizar ou manipular a natureza e a cultura (FONTENELLE, 2005, p. 68-69) tornando o consumo hoje um ato social por excelência. Esta manipulação pode ser muito bem compreendida pela dinâmica interna do próprio Marketing, cuja origem no período pós-guerra contribuiu para o *boom* do consumo e consolidação da sociedade de consumo atual.

Em meados do Sec. XX as empresas já trabalhavam com as chamadas “pesquisas motivacionais”, mas os profissionais do Marketing, em sua maioria economistas, ainda resistiam a incorporar em suas equipes outros profissionais, como psicólogos e

sociólogos (FONTENELLE, 2005, p.70). Com o tempo, no entanto, à medida que o consumo passou a assumir uma importância mais evidente na vida social, o marketing começou a compreender o consumo não como um ato como outro qualquer do sujeito, mas como o princípio organizador de toda a vida social. Desta forma, a inclusão de profissionais das mais diferentes áreas, principalmente da sociologia e da psicologia, tornou-se um diferencial para se lidar eficientemente com uma cultura contemporânea orientada para o consumo, fruto de uma fusão entre cultura e mercado.

Este período, correspondente ao final do Séc. XX, ficou conhecido como a Era de Ouro da propaganda, e foi marcado fortemente pela fala de Bill Bernbach, ícone dessa era, retirada do livro de Luke Sullivan (2008):

A verdade não é verdade até que as pessoas acreditem em você, e elas não podem acreditar se não sabem o que você está dizendo, e elas não podem saber o que você está dizendo se não te ouvem, e elas não vão te ouvir se você não for interessante, e você não vai ser interessante a não ser que diga as coisas de maneira imaginativa, original e fresca.”
(SULLIVAN, 2008 apud CUNHA, 2012, P. 27)

A partir dos anos 1990, empresas de pesquisa de tendências culturais passaram a deslocar seu enfoque do comportamento para o “desejo mediante a cultura”, conforme retrata Fontenelle (2005, p.68):

Novas formas de pesquisa em marketing baseadas no “desejo do consumidor”, ao invés dos antigos métodos de compreensão do “comportamento do consumidor”, ou seja, formas de pesquisas centradas na “ação” do consumidor, naquilo que ele consome hoje, a fim de, por meio disso, poder se traçar toda uma forma de tendências futuras de consumo.

A intensificação da difusão maciça de bens de consumo como atos de simbolização se desenvolveu de tal forma que os bens deixaram de representar pessoas e relações para chegar ao ponto de substituí-los. O Fetichismo da Mercadoria, neste sentido, incorporou-se à definição do materialismo, uma vez que passou a representar “um apego ou devoção a objetos que tomam o lugar de um apego e uma devoção a pessoas” (MILLER, 2007, p.38). Do ponto de vista da pesquisa empírica, as técnicas de marketing foram se sofisticando cada vez mais, voltadas para entender o consumidor “pensá-lo para além de seu aspecto racional no ato de consumo” (FONTENELLE, 2005, p.66). Miller (2007, p.37) afirma que o poder do comércio de produzir mapas sociais baseados nas distinções entre bens chegou a tal nível que os consumidores de fato ficaram relegados ao papel passivo de meramente se encaixarem em tais mapas por

meio da compra dos símbolos apropriados ao seu “estilo de vida”, caracterizando o mundo moderno como um circuito sem fim de “signos” supérfluos, levando a uma existência pós-moderna superficial sem autenticidade e raízes.

Hoje não se fala apenas em fetichismo de mercadorias, mas no próprio “fetichismo das imagens”, conforme aborda Fontenelle (2005, p.76):

[...]embaralha-se essa questão do valor. Hoje houve um descolamento tal da imagem de seu produto e uma hiper-valorização tão absoluta da imagem, que o fetichismo da imagem inverte a busca pela espiritualização do corpo (tão característica do fetichismo da mercadoria), e pelo contrário, o que vemos é a tentativa de materialização desse espírito (imagem), que anda à solta, em uma mercadoria. Hoje é a mercadoria que depende inteiramente da imagem. O fetichismo da imagem dá, então, um passo a mais [...]

Neste aspecto, o que se observa hoje, é uma sociedade de consumo imersa em um modelo econômico que busca sempre criar novas necessidades de compra, amparada numa falsa promessa de qualidade de produtos que, na verdade, foram fabricados para serem rapidamente repostos (SOUZA *et al*, 2007). Há nisso um “culto” às necessidades crescentes e a manutenção de um fetiche alimentado em cada nova aquisição, favorecendo a manutenção de uma cultura da compra supérflua e do desperdício.

[...] a “qualidade total” das mercadorias que não têm qualidade. Como as mercadorias podem ter qualidade se o capital depende da dinâmica do mercado de produtos, que é dada pela contínua substituição das mercadorias velhas pelas novas? Sendo assim, quanto menor tempo de vida útil tiver um produto, mais rápida será sua reposição e, conseqüentemente, maior será a venda de novos produtos e o aumento dos lucros. [...]A “qualidade total” torna-se, então, inteiramente compatível com a chamada lógica da produção destrutiva, na qual os traços marcantes são o desperdício, a destrutividade e a rápida obsolescência dos produtos. [...] (SANTOS, 2012, p. 40).

Ao mesmo tempo em que esse consumo aumenta, não se pode dizer o mesmo do bem estar social. Aparentemente contraditória do ponto de vista econômico, esta afirmação encontra respaldo sob uma análise mais psicológica do indivíduo, cujo comportamento de consumo vem se tornando cada vez mais um ato compulsivo ou impulsivo e menos racional. Para um consumidor impulsivo, o ato de comprar passa a ser um mecanismo encontrado para canalizar o estresse, pois proporciona uma sensação de prazer imediato. O consumidor compulsivo, por sua vez, possui uma necessidade de comprar comparável ao de um viciado em drogas, ao ponto desse comportamento ser considerado um sintoma de desordem emocional. O consumo, em ambos os casos é realizado

inconscientemente para compensar um vazio, para suprir carências ou mesmo para se sentir aceito em uma sociedade cujos valores materiais estão acima dos valores morais e espirituais.

Este comportamento é reforçado não só pelo marketing, como também pelo próprio espaço ao seu redor, especialmente nos centros urbanos, onde se observa uma tendência de se priorizar a construção de verdadeiros “templos de compra” em detrimento de opções culturais, áreas verdes e outras opções de lazer acessíveis e desvinculadas de um apelo ao consumo. Não por coincidência, o surgimento dos primeiros shoppings, nos Estados Unidos, no período pós-guerra, teve como objetivo proporcionar a expansão do comércio em um período de crescimento econômico e urbanização acelerados (PADILHA, 2006.). O surgimento dos primeiros shoppings, nos EUA, coincidiu com o período em que se deu o boom do consumo material no país. Estes resultados incentivaram a expansão desses estabelecimentos para outros países como o Brasil, conforme passagem em Souza (2006, p.395):

Os primeiros estabelecimentos foram construídos no Brasil, seguindo o padrão norte-americano, ainda na década de 1960, mas, foi somente na década de 1980 que houve uma real expansão dos shopping centers no país. [...]o shopping center, especialmente no caso brasileiro adquire uma característica peculiar com o aumento quantitativo e qualitativo do consumo.

No Brasil, a própria insegurança existente nos centros urbanos contribui para que o espaço seja organizado em torno desses centros de compras fechados, cujo layout é meticulosamente pensado para recriar uma atmosfera que remeta a uma qualidade de vida, congregando elementos de consumo em espaços limpos, bonitos e seguros (SOUZA, 2006, p.397). Esses espaços, portanto, atraem cada vez mais as pessoas em seu tempo livre, tornando-se espaços símbolos de uma sociedade que “valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria a uma pequena parcela da população que dispõe dos meios exigidos para esse tipo de consumo” (SOUZA, 2006, p. 396; PADILHA, 2006, p. 180).

[...] o shopping center deve ser reconhecido como um espaço onde se torna difícil para as pessoas estabelecerem relações sociais que não sejam permeadas por objetos de consumo. Em seus espaços lazer pode ser visto como um bem que o indivíduo deve consumir, possuir, usar e gastar, não há lugar para a criação do lazer espontâneo, desinteressado, não vinculado a atividades lucrativas (SOUZA, 2006, p.396).

É de se esperar, portanto, que o estilo de vida propagado pela mídia e geralmente importado dos países desenvolvidos, exija um poder aquisitivo considerável, o que exclui uma grande parcela da população brasileira. Como consequência, há uma intensificação do abismo entre as classes sociais, não só financeiro, pela falta de condições financeiras para adquirir estes produtos, mas também em um nível mais sutil e discriminatório, a partir do momento em que se marginaliza e se atribui menor valor àqueles que não conseguem alcançar um patamar de consumo minimamente aceitável pela sociedade. É neste contexto que o trabalhador se encontra em uma posição especialmente vulnerável.

A jornada de trabalho, bem estar e consumo

O trabalhador exerce um grande papel ativo numa sociedade consumista, simplesmente pelo fato de que a venda de sua força de trabalho lhe garante renda para consumir. A jornada de trabalho é um fator particularmente importante de ser observado dentro deste contexto, pois reflete os valores embutidos no ciclo vida-trabalho-ganho-consumo e influência sobremaneira a forma com que o trabalhador gerencia seu tempo livre e se comporta no papel de consumidor. O consumismo pressiona o trabalhador a ter uma jornada de trabalho que seja compatível com seus gastos. Quando se considera a realidade brasileira, isso significa dizer que o trabalhador é praticamente obrigado a dedicar maior parte do seu tempo a atividades remuneradas em detrimento de atividades de lazer ou de outras atividades de não trabalho.

Um ritmo de vida voltado quase que exclusivamente para o trabalho e que exige o sacrifício de outros tempos sociais gera frustração e estresse. Ironicamente, o estresse e a frustração são a força-motriz que perpetua o comportamento do consumo. A canalização dessa insatisfação pessoal para as compras é reforçada por meio da transformação do espaço ao redor do trabalhador, principalmente pela oferta generalizada de locais que, muito mais do que lojas reunidas, passam a ser associados a verdadeiras fontes de lazer e felicidade. “São locais que aliam de forma estratégica o consumo de bens materiais e o consumo de serviços e de lazer” (SOUZA, 2006, p.396) e que são especialmente frequentados pelos que têm pouco tempo livre disponível.

É na falta de tempo livre disponível que se tem na figura do trabalhador a maior vítima do modelo de consumo ditado pelo *mainstream* econômico. Miller afirma, por exemplo,

que “o capitalismo tem muito mais controle direto sobre as identidades das pessoas enquanto trabalhadores do que enquanto consumidores (MILLER, 2007, p.38), e isso é explicado uma vez que os trabalhadores têm o relógio como principal inimigo. A corrida contra o tempo, consolidada com a revolução industrial e seguida pelo advento do computador, das novas tecnologias e da internet, fez com que a velocidade assumisse novas proporções. Transposta para a atual forma de ser e de viver, o resultado é querer sempre mais e nunca ter o suficiente. À menor brecha de tempo disponível que surge, corre-se para preenchê-la. Parte-se do conceito de que a melhor forma de passar o tempo é ocupando-o, do contrário abate-se sobre o trabalhador uma sensação de culpa e vergonha. Percebe-se então claramente o construto negativo que se estabeleceu em torno dos tempos sociais outros que não o do trabalho remunerado propriamente dito.

O tempo de não trabalho pode acabar tornando-se um tempo de desconforto, uma vez, que por levar a um nada a fazer e uma conseqüente falta de renda retira do indivíduo o que ele acredita ser a determinante da sua condição humana (OLIVEIRA, 2006, p.26).

A máxima “tempo é dinheiro”¹¹ resume os valores característicos da sociedade capitalista atual. Os trabalhadores são condicionados a aproveitar o tempo da maneira mais produtiva, mercadologicamente falando, mesmo que isso signifique se tornar um escravo da velocidade. Neste aspecto, o trabalho passou a controlar a distribuição do tempo dos trabalhadores, e a velocidade se tornou o mecanismo encontrado para tentar atender a todas as exigências fisiológicas e psicológicas de existência individual. A alimentação, o trabalho, os relacionamentos, todos foram adaptados a esse novo modelo. Conforme descreve Barrichello (2012, p.34) a vida rápida passou a permear todos os hábitos e atitudes: internet cada vez mais rápida, velocidade no trânsito, compras on-line, cursos durante o sono, leitura dinâmica, estabelecimentos 24 horas, comidas congeladas, fast foods, etc. A vida se tornou “tão rápida que pouco tempo temos para refletir se a aceleração é realmente necessária.” (BARRICHELO, 2012, p.34). Ortigoza (2010, p.44) complementa: “o contagiante mundo do consumo instiga um ritmo de compras que não permite a reflexão, pelo contrário, leva-nos ao desejo impulsivo, muitas vezes incontrolável.”.

O sociólogo Bauman (2003, p. 21-22) retrata esta situação nesta passagem:

(...) numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas

¹¹ Expressão de Benjamim Franklin, em 1736, que se tornou símbolo dos valores capitalistas.

testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro (...), a promessa de aprender a arte de amar e a oferta (falsa, enganosa, mas que deseja ardentemente ser verdadeira) de construir a experiência amorosa à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultado sem esforço.

A maneira como a economia molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo interesse de vê-lo desempenhar o papel de consumidor. A supervalorização e intensificação do trabalho é a forma de tornar o trabalhador capaz economicamente de desempenhar este papel; e o marketing, o instrumento poderoso para despertar nele, por sua vez, a vontade de exercer este papel. Neste contexto, a duração da jornada de trabalho é um grande exemplo da pressão que recai sobre o trabalhador para que ele desempenhe este papel cada vez de forma mais submissa e sem tempo para refletir sobre as razões e consequências das suas decisões de compra. Dessa forma, o trabalhador torna-se um simples objeto, ou um sujeito-objeto, que serve para a “auto-afirmação e reprodução de uma força estranhada.”, chegando ao ponto de vender sua força de trabalho ou se sacrificar ao “consumo de prestígio”, por imposição de uma lei de mercado (TERTULIAN, 1996).

O ritmo de vida que é imposto ao trabalhador dificulta a sua introspecção em seus escassos tempos livres, e o coloca a mercê do bombardeamento constante de propagandas e incentivos pró-consumo. Tomando-se como exemplo os Estados Unidos, “país criador e fomentador da cultura da aceleração, e que de certa forma baliza o desenvolvimento econômico mundial” (BARRICHELLO, 2012, p.38), houve um aumento da carga horária de trabalho entre os anos de 1973 e 2000, representando um acréscimo de cinco semanas adicionais por ano (considerando o limite legal de 8 horas diárias). No Brasil a o aumento foi ainda maior, ultrapassando a média de horas trabalhadas dos EUA, segundo dados comparativos do ano de 1998 ¹².

Calvino (1994) em Ortigoza (2010, p. 42-43) descreve uma cena cotidiana que demonstra como se dá o comportamento de consumo após uma jornada de trabalho:

Às seis da tarde, a cidade caía nas mãos dos consumidores. O dia inteiro, a grande tarefa da população produtiva era produzir: produzia bens de consumo. Numa determinada hora, como se um interruptor fosse acionado, cessavam a produção e, rua! Lançavam-se todos a consumir. Todos os dias uma inflorescência impetuosa mal tinha tempo de desabrochar atrás das vitrines iluminadas, os salames vermelhos balançando, as torres de pratos de porcelana erguendo-se

¹² Dado proveniente de pesquisa da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos. (Retirado de Barrichello, 2012, p. 39)

até o teto, as peças de tecido desdobrando drapeados como cauda de pavão, e eis que já irrompia a multidão consumidora para dismantelar, corroer, apalpar, roubar. Uma fila ininterrupta serpenteava por todas as calçadas e portais, alongava-se por meio das portas de vidro nas lojas ao redor de todos os bancos, movida pelas cotoveladas de cada um nas costelas dos outros como por contínuos golpes de um êmbolo. Consumam! e os rolos de barbante colorido giravam como piões, as folhas de papel florido frufrulhavam frenéticas, envolvendo as compras em pacotinho e os pacotinhos em pacotes e os pacotes em embrulhos, cada um amarrado com seu laço de fita. E rapidamente embrulhados pacotes, pacotinhos, bolsas, bolsinhas redemoinhavam em volta do caixa num engarrafamento, mãos que revistavam as bolsinhas procurando os porta-níqueis e dedos que revistavam os porta-níqueis procurando trocados, e mais adiante, em meio a uma floresta de pernas desconhecidas e abas de sobretudos, as crianças não mais puxadas pelas mãos se perdiam e choravam.

Mas, em termos de bem estar que, em tese, é um dos principais alvos dos estudos econômicos, houve um aumento da satisfação individual proporcional ao aumento do consumo na sociedade que justificasse a manutenção do *status quo* das políticas econômicas atuais ? Não é o que tem sido observado ao longo destes últimos anos. E qual tem sido o resultado desta intensificação do ritmo de trabalho na vida das pessoas? Em termos qualitativos, Barrichello (2012, p.39) descreve a influência da jornada de trabalho sobre o uso do tempo livre:

Tantas horas no trabalho determinam o grau e a intensidade com que o trabalhador passa os momentos seguintes e restantes. Normalmente, as relações pessoais são as que sofrem maior impacto. Inicia-se então um círculo vicioso — a dedicação à carreira prejudica a vida familiar e, para fugir de um ambiente ruim em casa, o executivo passa ainda mais horas no trabalho. [...] hoje, a relação entre tempo livre e trabalho está descompensada, gerando uma frustração que culmina com a aniquilação da pluralidade, importante valor contemporâneo e que caracteriza a identidade do sujeito e aufere a vida de sentido. O sujeito pós-moderno precisa de diferentes tempos para se sentir inteiro. Como desempenhar a pluralidade de papéis — pai, mãe, amigo(a), irmão(ã), marido, mulher — quando o domínio da identidade “funcionário(a)” suplanta outras fontes de prazer e realização?

O que se percebe é que o aumento do consumo tem sido pouco significativo como fator de incremento de satisfação de vida. As evidências, na verdade, mostram exatamente o contrário. A pressão constante na definição do indivíduo em termos de valores materiais provavelmente limita sua chance de alcançar uma vida boa (NEF, 2009, p.14). Ortigoza (2010, p. 32) também afirma isso ao colocar que “as formas comerciais atreladas aos

consecutivos apelos do consumo criam necessidades que raramente alcançam o nível de satisfação”.

Antes de qualquer coisa, é bom que se esclareça que a intenção aqui não é a de endemonizar o modelo econômico vigente ou mesmo enquadrar os economistas ortodoxos, marqueteiros e empresários como cúmplices diabólicos do sistema. Longe disso. Todos são vítimas e ao mesmo tempo mantenedores deste sistema, em maior ou menor grau, e seria altamente injusto ignorar os benefícios trazidos pela revolução industrial, pelas novas tecnologias, pelo próprio marketing, as contribuições importantes que os pensadores econômicos citados ao longo deste trabalharam fizeram para o desenvolvimento da economia e até para outros campos da ciência. Mas é importante perceber que a Economia não é estática. Embora um modelo econômico tenha se encaixado relativamente bem em um dado momento, ele precisa ser reavaliado continuamente, pois seus resultados muitas vezes só são percebidos muitas gerações depois e às vezes só no momento em que uma crise se instaura.

A obsessão econômica por um crescimento orientado para o consumo não se sustenta mais por uma justificativa ética a favor do bem estar, pois este ciclo traz mais em termos de retorno financeiro do que em termos de satisfação humana. Ao mesmo tempo em que a microeconomia enxerga as pessoas em seu papel de consumidores; os interesses do mercado, em sua dimensão macroeconômica, giram em torno do crescimento do PIB, mesmo que este crescimento se dê à custa do bem estar social. Comte-Sponville (2005) vê nisso uma evidência de inversão de valores, ao dizer que “não é a moral que determina os preços; é a lei da oferta e da procura. Não é a virtude que cria o valor, é o trabalho. Não é o dever que rege a economia, é o mercado. Entretanto, tendo o mercado como regulador, a sociedade deve perder.” Ao que complementa Boff: “Se assim é, por que vamos construir coisas em comum? Deslegitimou-se o bem estar social.” (BOFF, 2003, p. 64).

O economista Easterlin se dedicou a estudar a relação entre a felicidade e o aumento do poder aquisitivo, tanto em nível individual quanto em termos de PIB de nações ricas. Assumindo que a economia enfatiza a importância de determinados fatores para o bem estar, principalmente a renda e a situação do emprego, ele buscou analisar se, na prática, estes fatores realmente contribuía para tornar as pessoas mais felizes. A conclusão a que chegou foi a de que, contrariamente ao que a teoria assume, mais dinheiro não significa mais felicidade:

The implication is that one can improve one's life satisfaction by getting more money, and that public policy measures aimed at increasing the income of society as a whole will increase well-being. [...] Contrary to what economic theory assumes, more money does not make people happier. (EASTERLIN, 2004, p.2)

Seus estudos iniciais, na década de 1970, já apontavam para essa conclusão e isso ficou conhecido na literatura como paradoxo de Easterlin. A esta mesma conclusão posteriormente chegaram também outros pesquisadores, como Boulding (1966); Georgescu-Roegen (1971) e Daly (1996), para os quais o bem estar humano não depende da taxa de produção e consumo, mas no prazer psíquico da vida (LAWN, 2005).

Easterlin tomou como modelo uma pesquisa intensiva feita pelo psicólogo Hadley Cantril, no início dos anos 60, em 40 países do mundo, pobres, ricos, capitalistas e comunistas. Ele percebeu que, apesar das disparidades socioeconômicas e culturais, as respostas entre as pessoas eram incrivelmente similares sobre o que elas pensavam que as faziam felizes. As circunstâncias materiais, como o nível de vida, eram os aspectos mais frequentemente mencionados em todos os países analisados, seguidos de aspectos familiares, tais como ter uma vida familiar feliz. Igual importância era atribuída aos aspectos de trabalho, tais como um emprego interessante, e a características pessoais, como estabilidade emocional, valores pessoais, auto-disciplina, etc (EASTERLIN, 2004, p.3). Questões mais abrangentes, por outro lado, como liberdade política, igualdade social, guerras eram raramente mencionadas. Ele justificou essa diferença da seguinte forma:

Abrupt changes in these latter circumstances do affect people's sense of well-being at the time they occur, but ordinarily they are taken as a given. Instead, it is the things that occupy most people's everyday life, and are somewhat within their control, that are typically in the forefront of personal concerns – especially making a living, marriage and family, and health. (EASTERLIN, 2004, p.3)

Esses estudos são interessantes, pois analisam até que ponto existe uma distorção na percepção das pessoas sobre aquilo que elas acreditam ser o mais relevante como fonte de felicidade. Observa-se que o padrão de vida ou nível material de vida foi o fator mais frequentemente mencionado pelas pessoas entrevistadas. A pesquisa indicou também que circunstâncias familiares e de saúde possuem efeitos mais duradouros sobre a felicidade, ao longo de uma geração, quando comparadas ao fator financeiro.

Ainda assim, as pessoas distribuem erroneamente o seu tempo em função dessa “ilusão do dinheiro”:

Each of us has only a fixed amount of time available for family life, health activities, and work. Do we distribute our time in the way that maximizes our satisfaction? The answer, I believe, is no, for a reason that has already been suggested. We decide how to use our time based on a “money illusion,” the belief that more money will make us happier, failing to anticipate that in regard to material conditions the internal norm on which our judgments of well-being are based will rise, not only as our own income grows, but that of others does as well. Because of the money illusion, we allocate an excessive amount of time to monetary goals, and shortchange nonpecuniary ends such as family life and health. (EASTERLIN, 2004, p.3)

Uma pesquisa relatada pela socióloga Norval Glenn corrobora esses resultados. Nela, americanos foram questionados se aceitariam abrir mão do tempo com a família em troca de um emprego mais remunerado¹³, a grande maioria disse que aceitaria muito provavelmente ou se mostrou favorável à proposta. Ou seja, a maioria dos americanos estaria pronta para sacrificar a vida familiar em troca do que acredita ser uma melhor recompensa para sua vida, sem saber que essas recompensas são geralmente ilusórias (EASTERLIN, 2004). No Brasil, a desigualdade social e a distribuição de renda injusta torna a situação ainda mais crítica, à medida que muitos simplesmente não têm sequer a possibilidade de escolher passar mais tempo com a família, pois o tempo que passam no trabalho lhes garante o mínimo (ou nem isso) para cobrir as despesas básicas familiares. Aliás, quando se fala especificamente sobre o Brasil, as características socioeconômicas que o identificam só tornam as questões do trabalho mais complexas, como concluem Araújo e Ouriques (2009, p.8) em um estudo sobre o trabalho no Brasil:

O mercado de trabalho cada dia mais competitivo e, assim, mais agressivo e de certa forma excludente, influencia significativamente o pensar de cada um sobre o trabalho. Em um mundo instável, de curto prazo, flexível e violento, é quase uma unanimidade as pessoas buscarem autonomia e estabilidade em seus empregos. De forma geral, é como se todos dessem ‘graças a Deus’ por terem um emprego fixo e seguro e não estarem sujeitos às flutuações do mercado de trabalho. É por este motivo que algumas pessoas dizem que o trabalho é tudo em suas vidas e deixam transparecer que não poderiam ou não saberiam ser de outra forma. Uma pessoa entrevistada contou-nos que está condicionada pelo trabalho, ou seja, a organização de toda a sua vida está acorde com a centralidade do trabalho. Deixar que o trabalho condicione e seja ‘tudo’ em sua vida, acreditamos, transforma exatamente a vida num mero passar dos

¹³ As opções de resposta eram quatro: “very likely”= muito provável; “somewhat likely”= um pouco provável; “somewhat unlikely”= um pouco improvável; e “very unlikely”= muito improvável.

dias. Não podemos então deixar de associar uma vida como essa a uma forma de escravidão moderna.

O trabalhador se vê, então, em meio a um sistema em que precisa desempenhar um papel de consumidor voraz sob o risco de não ser feliz e para isso, abdica praticamente do seu tempo livre para trabalhar e garantir uma fonte de renda. O resultado é que as pessoas definitivamente não têm mais tempo para nada, estão sempre atrasadas, apressadas e “correndo atrás da máquina”. Tentam cumprir as pressões e obrigações sobre-humanas que o mundo do trabalho lhes impõe (ARAÚJO E OURIQUES, 2009) e isso tudo interfere fortemente no uso do tempo fora dos períodos de trabalho. Este tempo livre, por sua vez, longe de constituir atividades libertárias, se manifesta sob a forma de um consumo compulsivo, além de outras atividades alienantes como assistir televisão e navegar na internet, o que apenas abre canal de livre acesso para mais propagandas e apelos ao consumo.

Múltiplas formas de fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, na qual o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, no qual o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades. (ANTUNES E ALVES, 2004, p.349)

Oliveira (2006) dá outro exemplo ao enfatizar que, nas últimas décadas, a indústria do entretenimento, sinônimo de lazer para muitos, vem seduzindo o consumidor, sugerindo-lhe opções para sua satisfação que derivam de uma ideia reducionista e mal interpretada do lazer em espaços intencionalmente construídos para tais fins, com um grande número de pessoas bonitas e felizes, e uma variedade de produtos que referenciam, socialmente, a qualidade de tal lazer.

Passear em shopping center se tornou recreação de fim de semana, em uma sociedade que bombardeia sistematicamente os indivíduos com lançamentos de novos produtos que geram novas necessidades individuais ou familiares nem sempre fundamentais. Também, o funcionamento das atividades em regimes excepcionais é adequado para uma população que conhece uma ampliação do ritmo e da extensão da jornada de trabalho e que passa a ter o fim de semana

como único momento para realizar suas compras (DEDECCA, 2004, p.6).

Não fosse só a questão do impacto do trabalho sobre a qualidade de vida das pessoas em termos de bem estar social, eis que agora fica cada vez mais óbvia outra grande consequência dessa lógica econômica. Todo esse consumo exacerbado tem tido um preço ambiental muito alto. Em termos quantitativos, globalmente a sociedade vem consumindo serviços ambientais, usando recursos e criando emissões de carbono 44% mais rápido do que a capacidade da natureza de regenerar e reabsorver esses desperdícios e resíduos produzidos. Se o mundo inteiro resolver consumir numa mesma taxa que a classe média americana, por exemplo, serão necessários 3.4 planetas como a Terra para suprir a demanda (SMITH, 2010, p. 7).

Não se pode ignorar, portanto, a relação entre o consumo, o trabalho e as questões ambientais se a inter-relação entre esses fatores está por trás da deflagração da crise ambiental no planeta. Como interromper, todavia, a lógica do consumo se o consumismo é um dos pilares do próprio sistema econômico vigente? Frente a este desafio é que a Economia Ecológica surge como possível alternativa de resposta e é dentro desta nova abordagem que os temas redução da jornada de trabalho e impacto ambiental serão discutidos nos próximos capítulos.

Capítulo 4 – A jornada de trabalho e o Meio ambiente: Visão Global

Introdução

A Economia Ortodoxa vem reproduzindo um padrão de consumo sustentado na crença de que o crescimento econômico é a chave para o alcance do bem estar social. Este raciocínio se fez presente principalmente a partir da segunda metade do século XX, e os valores embutidos nesta lógica foram intensamente incorporados às atividades econômicas, se enraizando com a formação da sociedade de consumo atual. Com isso, os trabalhadores se tornaram o principal alvo das políticas econômicas e comerciais pró-consumo, por representarem a parcela detentora de um poder aquisitivo capaz de fazer movimentar a economia e impulsionar o crescimento econômico.

O que se percebe, no entanto, é que o ritmo atual de trabalho e de compras não proporciona o bem estar sustentado pelo discurso dos economistas ortodoxos. No capítulo anterior foi discutida a ilusão que se tem acerca do acúmulo material e do dinheiro, e foi demonstrado que, para os propósitos econômicos, é muito conveniente perpetuar esta ilusão e manter as pessoas em um ciclo cada vez mais intenso de trabalho e de compras. Neste sentido, observa-se claramente a distorção que o próprio conceito de bem estar assumiu, dentro de um viés econômico, sendo interpretado a partir de um significado muito materialista e aquém da complexidade em que se manifesta no ser humano. A busca pela satisfação pessoal por meio do consumo desenfreado é contraditória em si mesma, pois requer uma dose contínua de insatisfação e depende de sensações efêmeras desencadeadas no ato do consumo e que pouco contribuem para a geração e manutenção de um bem estar verdadeiro.

O consumismo exacerbado que se vê hoje apresenta uma consequência drástica não só pelo fato de ser incapaz de conduzir a sociedade a um estado de bem estar, mas principalmente pelo impacto que representa ao meio ambiente. A lógica do crescimento econômico embutida na economia ortodoxa tinha sentido quando se pensava em um planeta de recursos abundantes e infinitos. A partir da década de 70, no entanto, conforme as questões ambientais ganhavam importância, a finitude dos recursos ficou evidente. Ainda assim, a forma com que os recursos naturais vem sendo utilizados para

atender a demanda de consumo atual não é compatível com essa escassez e coloca em risco a sobrevivência da própria espécie humana em longo prazo. É evidente que a lógica por trás da Economia Ortodoxa foi fundamentada em um cenário onde as questões ambientais não eram consideradas. Diante da atual crise ambiental, no entanto, é mais do que nunca necessário repensar uma nova forma de se fazer economia.

Este capítulo tem como proposta apresentar um novo paradigma econômico introduzido pela Economia Ecológica (EE) para lidar com as questões ambientais de uma forma mais coerente com a realidade da escassez dos recursos. Dentro desta nova abordagem e numa visão global, serão apresentadas as três visões básicas sobre o futuro do processo econômico e as medidas apontadas atualmente pela EE para lidar com as questões do consumo e bem estar social que passam por uma política de redução da jornada de trabalho. Ao final do capítulo, os principais movimentos e propostas favoráveis à redução da jornada de trabalho serão discutidos sob um panorama mundial e considerando-se as experiências já realizadas de redução de carga horária nos países desenvolvidos, especificamente França, Inglaterra e Canadá, onde o tema vem sendo mais explorado. A partir de então, será possível refletir sobre a eficácia e viabilidade dessas ideias no Brasil, no capítulo seguinte.

O Impacto do consumo sobre o meio ambiente

"O consumo descontrolado no mundo desenvolvido erodiu os recursos renováveis, a exemplo dos combustíveis fósseis, florestas e áreas de pesca, poluiu o ambiente local e global e se curvou à promoção da necessidade de exibir conspicuamente o que se tem, em lugar de atender às necessidades legítimas da vida".

Nadine Gordimer, A Face Humana da Globalização

Existe uma relação indiscutível entre o consumo e o meio ambiente. Indiscutível simplesmente pelo fato de que todos os bens e, inclusive serviços, dependem dos recursos naturais extraídos do meio para existir. É impossível pensar em qualquer bem ou serviço que não requeira algum tipo de recurso natural para ser produzido ou para ser ofertado, ainda que indiretamente. A preocupação com a retirada desses recursos naturais para atender ao consumo humano, no entanto, só veio a ganhar força nos últimos 40 anos, período em que veio à tona a limitação física da terra em fornecer os recursos naturais na velocidade em que estes eram exigidos para suprir o mercado consumidor. Os impactos da crescente produção de bens sobre o meio ambiente foram

aparecendo e, na década de 80¹⁴, surgiu pela primeira vez a expressão Desenvolvimento Sustentável¹⁵, marcando definitivamente o início de um processo de conscientização mundial sobre as questões ambientais.

A preocupação com o meio ambiente infelizmente foi tardia. A relação entre os impactos ambientais e as atividades humanas só começou a receber mais atenção quando os prejuízos ambientais se tornaram mais drásticos, quando “o intenso crescimento econômico do período pós-segunda guerra acelerou a urbanização, e os sintomas da perda de qualidade ambiental começaram a aparecer em diversas partes do mundo” (DIAS, 2002, p. 20). Até a década de 50 podia-se dizer que a economia mundial vivia mais ou menos dentro de um limite aceitável para o planeta, mas desde então, a economia quintuplicou (LAZZARINI E GUNN, 2008), e a exploração dos recursos começou a superar este limite, tornando-se completamente insustentável. Em Londres, a poluição do ar (*smog*), em 1952, foi responsável pela morte de 1600 pessoas. Em 1960, foram registrados alarmantes índices de poluição atmosférica em praticamente todos os grandes centros urbanos, tais como Los Angeles, Nova Iorque, Chicago, Berlim e Tóquio (BROWN, 2009).

Em 1962, a obra “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson enfatizou a irresponsabilidade com que os setores produtivos exploravam a natureza e, dez anos depois, o clube de Roma, formado por 30 especialistas de diversas áreas, divulgou o famoso relatório “Os Limites do Crescimento”, onde se estabeleciam modelos globais baseados em técnicas pioneiras de análise de sistemas capazes de prever o futuro caso se mantivesse a conduta orquestrada pelo modelo de desenvolvimento econômico em voga. Neste relatório já se apontavam os riscos de um colapso devido às tendências do aumento do consumo. Trinta anos depois do livro de Carson, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, produziu a Agenda 21, um plano de ação para as nações baseada no Desenvolvimento Sustentável. Nesta agenda ficava

¹⁴ O conceito desenvolvimento sustentável deu-se no início da década de 1970, a partir do discurso dos movimentos ambientalistas e dos debates acerca do ecodesenvolvimento. A partir daí começou-se a trabalhar com a idéia de um modelo de desenvolvimento que atendesse à necessidade da população presente, garantindo recursos naturais e boa qualidade de vida à população futura. De acordo com Montibeller-Filho (2004), o termo desenvolvimento sustentável propagou-se na década de 1980. Contudo, depois de mais de uma década de discussões sobre problemas ambientais, somente em 1987 a idéia de desenvolvimento sustentável ganhou reconhecimento a partir do relatório denominado “Our Common Future”, também conhecido como “Relatório ou Informe Brundtland”, publicado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

¹⁵ Esta expressão designava um padrão de utilização de recursos que fosse capaz de satisfazer às necessidades humanas presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

expresso que a degradação ambiental era fruto de um padrão de produção e consumo insustentável e foi reconhecido que a mudança para um desenvolvimento sustentável só seria possível se houvesse uma alteração nestes padrões.

Apesar dos alarmes e do suposto aumento das preocupações ambientais ao longo das últimas décadas, nada de significativo foi feito. As previsões pessimistas se mostraram cada vez mais reais. Em 2002, um estudo feito pela Academia Nacional de Ciências Americana revelou que as demandas coletivas da humanidade já haviam superado, desde 1980, a capacidade regenerativa da Terra (BROWN, 2009). A partir de 2009, as demandas globais passaram a exceder em cerca de 30% a capacidade dos sistemas naturais de repor os seus recursos. Segundo os cálculos da Global Footprint Network (2012) e dados do *Ecological Footprint Atlas* de 2010 (EWING et al, 2010), em 2007 a humanidade já necessitaria de 1,5 planetas para manter seu padrão de consumo. Se a tendência de consumo se mantiver e caso os padrões de consumo mundial se igualem aos padrões dos países desenvolvidos como os EUA, seria preciso dispor de 3 a 6 planetas terras para atender à demanda (ECOECO, 2009; ORTIGOZA E CORTEZ, 2009; LATOUCHE, 2009; SIMMS et al, 2010; EWING et al, 2010).

Todas as atividades humanas contribuem potencialmente, direta ou indiretamente, para os impactos ambientais globais que hoje se alastram por todas as regiões do planeta (STERN, 1997). O padrão de consumo atual, no entanto, situa-se entre os principais fatores responsáveis por esse cenário, agravado pelo constante crescimento populacional no mundo. Atenções têm sido voltadas à questão do crescimento da população mundial porque, obviamente, ao longo da história, principalmente a partir da teoria Malthusiana, as conexões entre população e o consumo de recursos naturais sempre ficaram muito claras. É importante perceber, entretanto, que o maior desafio não se trata do que fazer para conter o crescimento populacional, mas principalmente de encontrar alternativas que proporcionem uma redução do consumo de uma forma que não comprometa a qualidade de vida e o bem estar da sociedade. Buscar uma alternativa que reduza especialmente o consumismo, ou seja, a quantidade a mais de bens e serviços que vem sendo consumidos diariamente e que não servem nem para atender às necessidades básicas nem para proporcionar bem estar.

A questão maior, portanto, que se aborda aqui não é o consumo em si, mas a maneira compulsiva e exagerada com que se consome e como esse comportamento tem sido estimulado pelas políticas econômicas viciadas em crescimento, apesar de suas

consequências negativas óbvias para o planeta. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2005; 2010; 2011), Global Footprint Network (EWING et al, 2010), The World Watch Institute (TWWI, 2011) e as Nações Unidas (UNEP, 2011), o aumento no consumo de energia, água, minerais e elementos da biodiversidade tem provocado sérios problemas ambientais, como poluição da água e do ar, a contaminação e o desgaste do solo, o desaparecimento de espécies animais e vegetais e as mudanças climáticas. Ainda assim, a abundância dos bens de consumo continuamente produzidos continua sendo vista como um indicador de sucesso dentro do sistema capitalista moderno.

Nos últimos séculos, o avanço técnico e a industrialização tem encontrado respaldo na elevação contínua dos níveis de consumo. O consumismo legitimou-se e penetrou no consciente coletivo da população, confundindo-se com o desejo de liberdade e se estabelecendo como um veículo essencial para conduzir o Estado a um progressivo crescimento econômico e aumento de riqueza (OLÍVIO et al, 2010, p.22). A relação entre consumo e estilo de vida marca a lógica do capitalismo, especialmente no período pós-segunda guerra, quando o mercado desloca sua atenção da esfera produtiva e passa a valorizar mais a esfera do consumo. A partir daí, surgem os conceitos de velocidade, transformação e obsolescência programada, construídos à luz de uma interpretação predominantemente efêmera do presente, voltada para os sentimentos instantâneos, pelo culto ao hedonismo e por uma série de valores contemporâneos que estimulam novos desejos de consumo (GIACOMINI, 2008 apud BIANCARDI E GALLO, 2010). “O desejo armadilhoso estimula o consumo, mas, sempre insatisfeito, é fonte inesgotável de ilusão, frustração e eterno recomeço” (Idem, 2008, p.118).

O custo ambiental dessa busca por riqueza e acúmulo material é muito alto e vem sendo solenemente ignorado pela economia tradicional. A natureza é capaz de tolerar certo grau de exploração, mas a persistência desta exploração ao longo do tempo provoca um colapso no ecossistema, afetando sua resiliência e a disponibilidade dos recursos naturais, vitais para a sobrevivência da humanidade. A dificuldade em identificar o limite de exploração, ou seja, de não ultrapassar o ponto da sustentabilidade, foi descrita por Jared Diamond, em seu livro “Colapso”, como a causa de uma série de catástrofes ambientais recorrentes ao longo da história da civilização humana (DIAMOND, 2007). E não é preciso voltar ao passado para perceber a gravidade das ações humanas sobre o meio. Hoje a sociedade vivencia uma crise ambiental de grande proporção, fruto de um

comportamento econômico predatório e hedônico, que ainda não sabe olhar para as questões ambientais com a prioridade necessária.

A gravidade do impacto do consumo sobre o planeta é incomensurável por suas feições que transbordam para os níveis mais subjetivos, referentes aos serviços sociais e psicológicos que podem ser obtidos em um meio ambiente equilibrado. Ainda assim, quando se coloca em termos mais concretos a realidade da degradação, o cenário é alarmante e impossível de ser ignorado. Lester Brown, em seu livro “Plano B - 4.0” (2009) descreve com detalhes os impactos do consumo em todo o mundo, principalmente no que tange ao uso de energia (a partir de combustíveis fósseis), alimentação e água. Mencionar os impactos citados neste e em outros relatórios é importante para se entender como o consumismo tem gerado um efeito negativo no Meio Ambiente e como a intensidade de trabalho atual tem contribuído para a manutenção de um hábito de consumo destrutivo.

O aumento do consumo em geral, seja de alimentos, de água ou de outros recursos, provoca uma série de impactos em cadeia que, se não for corrigido, só tende a diminuir mais ainda a disponibilidade dos recursos para as próximas gerações. Para produzir uma tonelada de grãos, por exemplo, são necessárias cerca de 1.500 toneladas de água (TWWI, 2010). Nos últimos 45 anos, o consumo de água triplicou, o consumo de papel cresceu mais de seis vezes e o uso de combustíveis fósseis aumentou em quatro vezes, assim como o nível de emissões de CO² (principal responsável pelo efeito estufa) (BROWN, 2009). O impacto torna-se potencialmente maior quando se percebe que este modelo de consumo é visto como um exemplo a ser seguido pelas novas gerações e por aqueles que estão adquirindo maior poder aquisitivo. O aumento populacional é um dos fatores que mais aceleram a pressão por recursos, mas não tanto pelo valor absoluto da população, mas pela característica comportamental de consumo que se perpetua a cada novo nascimento. Cerca de 79 milhões de pessoas a mais se alimentam anualmente, ao mesmo tempo em que outras três bilhões tentam melhorar a qualidade de consumo com base nos padrões de vida dos países ricos (ONU, 2012).

Os impactos ambientais desencadeados por esta demanda crescente por bens e serviços têm, por sua vez, dificultado o próprio atendimento a esta demanda (BROWN, 2009). Em um círculo autodestrutivo, a erosão do solo, o esvaziamento de aquíferos, as ondas de calor que afetam as plantações, as camadas de gelo que se dissolvem com a elevação do nível do mar e o derretimento das geleiras das montanhas que alimentam a maior

parte dos rios e sistemas de irrigação são exemplos de problemas ambientais que vêm afetando a oferta de matéria prima (Idem, 2009). As pescas oceânicas estão sendo realizados agora no limite ou além da capacidade, ou ainda estão se recuperando da superexploração; a erosão do solo está atualmente diminuindo a produtividade inerente de cerca de 30% das terras cultiváveis no mundo; e com o bombeamento excessivo, os aquíferos começam a secar criando uma diminuição da oferta de água, item fundamental para a sobrevivência da humanidade (EWING et al, 2010).

A UNESCO, em seu último relatório sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos (WWDR4), publicado em 2012 (UNESCO, 2012), confirma novas tendências preocupantes de consumo de água. Calcula-se que, dentro de 20 anos, o abastecimento deste recurso será adequado para atender a apenas 60% da população mundial (BROWN, 2009) e, como a água está disponível de forma irregular pelo planeta, isso significa o aumento de conflitos territoriais em torno desse recurso (BROWN, 2009; UNESCO, 2012). A espécie humana é recordista no gasto com a água. Isso porque o intrincado sistema criado para manter as atividades econômicas atendendo ao consumo humano exige o uso de água em praticamente todos os ciclos produtivos. Além do requerimento de água para a higiene, indústrias, comércio, alimentação (principalmente produção de carne), lazer e manutenção, no Brasil desperdiçam-se cerca de 40 a 60% da água tratada, sem contar as perdas na rede física, por vazamentos e outros motivos, os quais elevam ainda mais esse valor (GONÇALVES, 1998 apud DIAS, 2002, p.160; REBOUÇAS, 2003).

Outro impacto bastante salientado nos últimos anos refere-se às questões climáticas, ao aumento da temperatura da Terra. Praticamente todas as etapas da cadeia alimentar existentes geram emissões de gases de efeito estufa (GEE): manejo, processamento, embalagem, transporte, vendas no atacado e varejo, serviços de restaurante, consumo doméstico e resíduos (TWWI, 2010). O sistema alimentar responde por até um terço das emissões globais de GEE, sendo responsável por todas as emissões diretas e indiretas, inclusive mudanças no uso da terra, produção de insumos químicos agrícolas e fertilizantes sintéticos, e uso de energia de combustíveis fósseis ao longo de toda a cadeia de abastecimento (MOUSSEAU, 2010). O aumento do consumo alimentar contribui com o aquecimento do planeta que, por sua vez, impacta a agricultura e restringe cada vez mais a oferta de alimentos.

O aumento de até 4,8°C, projetado até o final deste século XXI pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climática (IPCC, 2012), poderia representar a extinção de 20% a 30% de todas as espécies vegetais e animais do planeta (FISCHLIN et al., 2007 apud IPCC, 2012) e seria responsável por efeitos devastadores em grandes escalas e nos mais diversos setores, como água, ecossistema, sistema de alimentação e segurança alimentar; assentamentos urbanos; infraestrutura; turismo, saúde; bem estar e segurança humana. O estresse térmico projetado, por exemplo, é devastador para a agricultura, que está habituada a um clima que tem sido relativamente estável nos últimos 11 mil anos (BROWN, 2009). Além disso, o aumento das emissões de CO₂ e elevação das temperaturas médias globais do planeta afetaria a qualidade e disponibilidade de água; aumentaria a incidência de catástrofes naturais como tufões e ciclones; diminuiria o sequestro de carbono; elevaria os níveis do mar, expandindo os oceanos e invadindo cidades costeiras; provocaria extremos de seca em algumas regiões; dentre outros impactos (BROWN, 2009; IPCC, 2012).

O impacto do consumo se reflete principalmente na quantidade daquilo de que o consumo mais depende atualmente: o combustível fóssil. O século 20 foi o século do petróleo. Em 1900, o mundo produziu 150 milhões de barris. Cem anos depois, a produção chegou a 28 bilhões de barris, 185 vezes mais. Esse foi o século em que o petróleo substituiu o carvão, transformando-se na principal fonte de energia, e foi também o século em que o petróleo remodelou a vida de boa parte da humanidade (BROWN, 2009). O rápido crescimento de sua oferta a preço baixo induziu um crescimento explosivo da produção de alimentos, população, urbanização e mobilidade humana no mundo todo. A civilização de hoje, construída com base no petróleo, tem uma dependência muito grande para com este recurso. Embora esteja havendo uma diminuição na demanda média por este recurso comparado aos anos anteriores, a produção global de combustíveis fósseis continua crescendo, tendo crescido 2,2% em 2012 (BP, 2013).

A concentração atmosférica de CO₂, principal indicador da mudança climática, subiu de aproximadamente 280 partes por milhão (ppm), logo no começo da Revolução Industrial, para 386ppm em 2008 (BROWN 2009). Recentemente este índice bateu o recorde histórico, tendo sido registrado o nível de 400 ppm¹⁶, em 2013O crescimento

¹⁶ O registro de 400 ppm foi feito em um observatório situado no vulcão de Mauna Loa, no Havaí, e informado pela agência oceânica e atmosférica americana (NOAA). Ainda que se trate de uma medida

anual do nível de CO₂ atmosférico é resultado da taxa de emissão em uma escala acima da capacidade da natureza de absorver carbono (Idem, 2013) e é impulsionado principalmente pelo modelo de desenvolvimento econômico corrente, baseado no estímulo ao consumo. A queima de combustíveis fósseis e o desmatamento, em 2011, fez subir para 9,4 bilhões de toneladas a quantidade de carbono lançada na atmosfera (OLIVIER *et al*, 2012). Para se ter uma noção, apenas 5 bilhões de toneladas por ano desse montante conseguem ser absorvidos pelos oceanos, solos e vegetação. O remanescente permanece na atmosfera, elevando os níveis de CO₂ e aquecendo o planeta (TANS, 2008 apud BROWN, 2009, p.89).

A manutenção das atuais taxas de emissão torna a previsão recente do relatório do IPCC sobre o aumento da temperatura média global, bastante crível. Outros estudos e relatórios, como o publicado anteriormente pela Academia Nacional de Ciências dos EUA, o da OECD (2012), o das Nações Unidas (UNEP, 2011) e o de Solomon et al (2009), dentre outros, também reforçam os efeitos negativos de uma concentração atmosférica de CO₂ elevada. De acordo com esses e outros documentos, temperaturas mais altas podem interromper a fotossíntese, prejudicar a polinização e levar à desidratação das plantações. Solomon (et al, 2009 p.1) afirma que “as mudanças climáticas ocorridas por conta do aumento da concentração do dióxido de carbono é, em grande parte, irreversível por cerca de 1000 anos após as emissões serem interrompidas”¹⁷

O recente relatório “State of the Forests”, da Forests Organization of United Nations (FAO), apresenta dados sobre o estado das Florestas no mundo. Segundo seus dados publicados em 2011, as florestas africanas tiveram declínio da produtividade, assim como na Àsia e no Pacífico (com exceção da Oceania e do Sul da Àsia). A área de cobertura florestal nas Américas Central e do Sul diminuíram nas últimas duas décadas devido, principalmente, ao deflorestamento para conversão para agricultura. As áreas convertidas para agricultura estão sendo expandidas a uma taxa de 3.2 por cento ao ano na última década (FAO, 2011). Em se tratando de uma média global, o documento aponta que a taxa de deflorestamento permanece alarmantemente alta, mesmo quando se somam casos isolados de aumento de áreas de preservação dos solos ou de recuo das

pontual, foi o maior registro já feito e simboliza a preocupante tendência dos últimos anos. Ver: <http://www.climatecentre.org/site/news/433/noaa-atmospheric-carbon-passes-400-ppm-for-the-first-time-since-records-began>

¹⁷ Tradução literal do trecho: [...]the climate change that takes place due to increases in carbon dioxide concentration is largely irreversible for 1,000 years after emissions stop. (SOLOMON et al, 2009, p.1)

taxas de desmatamento, a exemplo de alguns países da Europa e na Rússia (FAO, 2011).

De todos os elementos formadores de alterações ambientais globais, o consumismo, o crescimento populacional e a crescente ampliação global dos centros urbanos continuam à frente no ranking dos fatores mais responsáveis, tornando o colapso dos recursos uma questão de tempo. Esses três fatores vêm promovendo perdas crescentes de qualidade de vida e aumento da pressão ambiental sobre os recursos ambientais (DIAS, 2002). O próprio consumo de papel, hoje muito mais amparado por práticas de reflorestamento, vem crescendo pela demanda do consumo e pela cultura do desperdício. O consumo mundial de papel cresce em um ritmo tão acelerado que suplanta qualquer resultado obtido pela reciclagem¹⁸. Um norte-americano consome oito vezes mais papel que um brasileiro. Mas como será esse cenário daqui a alguns anos, se o padrão de consumo americano continuar sendo visto como modelo pelos países em desenvolvimento?

A produção, processamento e disposição dos materiais na moderna economia de descarte desperdiçam não apenas recursos materiais, mas também energia. Na natureza, fluxos lineares descartáveis não sobrevivem por muito tempo, nem podem sobreviver muito na economia global em expansão (BROWN, 2009). A economia de estímulo ao descartável, desenvolvida nos últimos 50 anos, vem sendo responsável por gerar as maiores pilhas de entulho da história e isso é particularmente visível em locais de grandes aglomerações humanas, como as cidades. Em muitos países, as cidades geram a maior parte das atividades econômicas, consomem a maior parte dos recursos naturais e produzem a maior parte da poluição e do lixo (DIAS, 2002). A cidade de Nova York, por exemplo, é considerada a capital mundial do lixo, produzindo cerca de 11000 toneladas de resíduos por dia. A gestão destes resíduos é um problema cada vez mais complexo (BROWN, 2013¹⁹):

Quando o aterro sanitário de Fresh Kills, o local de destinação final do lixo de Nova York, foi desativado permanentemente em março de 2001, a cidade teve que transportar o lixo para aterros distantes em Nova Jersey, Pensilvânia e Virginia – alguns a quase 500 quilômetros de distância. Tomando por base uma carga de 20 toneladas para cada uma das caçambas-reboque utilizadas para transporte a longa distância, são necessários cerca de 550 reboques para transportar o lixo de Nova York, diariamente. Estes reboques formam um comboio

¹⁸ Inclusive o papel tem um limite de reciclagem de aproximadamente 8 vezes, pois à cada processo de reciclagem as fibras de celulose vão se tornando mais fracas. Essa limitação relativiza as informações alardeada pelas companhias de celulose sobre a sustentabilidade de seus negócios.

¹⁹ <http://www.wwiuna.org.br/artigos/001.html>

de 14 quilômetros de extensão, congestionando o trânsito, poluindo o ar e elevando as emissões de carbono. [...] (BROWN, 2013)

Para Miller (1975, apud DIAS, 2002), a cidade representa o maior impacto do ser humano sobre a natureza. Diante disso, o cenário futuro é preocupante. A estimativa para 2030 é de que quase 5 bilhões de pessoas estejam vivendo em cidades. Nos países em desenvolvimento, os centros urbanos representarão 81 % da população mundial urbana (UNFPA, 2007). Outros números impressionam: De 2010 a 2025 estima-se que haverá um aumento de 65% na participação do PIB das cidades que já possuem os maiores índices de crescimento global. Outras 440 emergentes aumentarão sua participação no PIB mundial em 47%. Esses aumentos representam mais 1 bilhão de consumidores emergentes (DOBBS et al, 2012) no mundo.

A forma com que vem sendo desenvolvida a maioria dos centros urbanos os tem transformado em fontes de aumento da instabilidade da biosfera. Ainda prevalecem as preocupações e interesses econômicos e tecnológicos, sem se levar em conta que a capacidade tecnológica do ser humano é limitada pelos recursos materiais da terra, e que a Terra tem limites em sua capacidade de acomodar a tecnologia humana sem maiores alterações no sistemas naturais que asseguram a vida. Essas assertivas são corroboradas por Wackernagel e Rees (1995) por meio do conceito de *pegada ecológica*²⁰. Baseado nesse conceito, as cidades se sustentam à custa da apropriação dos recursos de áreas muitas vezes superiores à sua área urbana, produzindo déficit ecológico (DIAS, 2002, p. 31) e contribuindo para o abismo social existente entre ricos e pobres.

[...]large footprints are in part possible by relying on poorer countries to provide us with raw materials – they represent the ecological debt owed by rich countries to poor ones. This raises the stark reality that it is pointless for poorer countries to aspire to becoming ‘more like the West’ – it is simply impossible for everyone on the planet to live as Westerners do today. [...]For this reason, the ecological footprint is also useful for understanding social justice. Improving living standards in poorer countries can only be achieved in parallel with declining resource consumption in richer ones (NEF, 2009b, p. 14).

Segundo o WRI (1997, apud DIAS, 2002, p. 146), o mais alto consumo e maior geração de resíduos tendem a ocorrer entre os grupos de melhor poder aquisitivo. Ortigoza e Cortez (2009) afirmam que as pegadas ecológicas dos países desenvolvidos são quatro

²⁰ Que se refere à área correspondente de terra produtiva e ecossistemas aquáticos necessária para produzir os recursos utilizados e para assimilar os resíduos produzidos por uma dada população, sob um determinado estilo de vida.

vezes maiores do que as dos países de menor renda, sendo responsáveis por 80% do consumo privado mundial. Cidades de países ricos, portanto, tendem a contribuir de forma desproporcional para os impactos ambientais e, neste sentido, existe uma correlação entre o desempenho econômico de um país ou região, a produção de resíduos e as contribuições às alterações ambientais globais (DIAS, 2002). Atualmente, são produzidos cerca de 1,3 bilhões de toneladas de lixo sólido por ano no mundo. Em 2025, a expectativa é de que este número quase dobre (HOORNWEG E BHADATATA, 2012).

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil cresceu 1,3%, de 2011 para 2012, 0,4% a mais do que a taxa de crescimento populacional urbano no país no mesmo período. Só em 2012 foram geradas mais de 56 milhões de toneladas de resíduos sólidos. Desse montante, a quantidade destinada inadequadamente cresceu em relação ao ano anterior, totalizando 23,7 milhões de toneladas que seguiram para lixões ou aterros controlados. Do ponto de vista ambiental, os aterros controlados pouco se diferenciam dos lixões, pois não possuem o conjunto de sistemas necessários para a proteção do meio ambiente e da saúde pública (ABRELPE, 2012). Os gases provenientes desses lixões são compostos em sua maior parte por gás carbônico e gás metano, além de outros compostos químicos cujos efeitos ainda nem foram avaliados (DIAS, 2002). Na verdade, Dias (2002) afirma que a maior parte dos resíduos que são lançados no mercado e que compõem o lixo urbano não possui avaliação de ação sistêmica. Os órgãos de fiscalização e controle desses produtos não conseguem acompanhar o ritmo alucinante com que estes novos produtos são lançados e os empreendedores geralmente não estão dispostos a esperar pelos resultados dessas avaliações, que demandam tempo (Idem, 2002, p.149).

A composição do lixo urbano reflete o estilo de vida da sociedade, extremamente dependente de produtos industrializados. Um estudo da composição do lixo do Distrito Federal revelou que, enquanto que 50% dos resíduos eram orgânicos, os outros eram formados por papel, plástico (em diferentes composições), papelão, madeira, alumínio, latas e vidros (garrafas) (JUNQUEIRA, 1995 apud DIAS, 2002, p.149). Em uma escala nacional, os dados de 2012 da ABRELPE revela uma proporção parecida: 30% do lixo produzido eram compostos por materiais como plástico, vidro, metal e embalagens de

papel (Idem, 2012). Ou seja, afora o material orgânico, a maior parte dos resíduos está relacionada a embalagens.

[...] 60% dos plásticos utilizados em embalagens são polietilenos, plásticos rígidos utilizados em embalagens de óleos lubrificantes, leite, filmes e outros; 11% são poliestireno ou styrofoam, utilizado em estofamentos, isolamento térmico etc.; 10% são polipropilenos utilizados em fraldas descartáveis, embalagens de alimentos e outros, e compõem um grupo de materiais de alta persistência no ambiente, variando de 50 a 200 anos. (DIAS, 2002, p.150).

O crescente nível de consumo é uma característica das populações das áreas urbanas, que leva à geração copiosa de resíduos, principalmente sólidos (JUNQUEIRA, 1995 apud DIAS, 2002, p.146; ABRELPE, 2012; HOORNWEG E BHADA-TATA, 2012). Os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo adotados pelos países mais ricos do mundo e impostos aos países em desenvolvimento continuam produzindo, em consequência dos altos requerimentos energético-materiais, profundas agressões e alterações na biosfera e cruéis deformações socioambientais (desigualdades sociais, desemprego, fome, miséria, violência). E suas consequências para o planeta ainda não estão claras. Em 1990, as minas que exploram a crosta terrestre para suprir a classe consumista urbana moveram mais terra e rocha do que todos os rios do mundo juntos (DIAS, 2002). A indústria química produziu milhões de toneladas de substâncias sintéticas, mais de 70 mil variedades, muitas das quais se mostraram impossíveis de serem isoladas do ambiente natural. Cientistas que estudam a neve da Antártida, peixes de mares profundos e águas subterrâneas, conseguem encontrar resíduos químicos feitos pelo homem nestes ambientes longínquos e inóspitos.

A despeito das tentativas válidas de muitos centros de pesquisa e da busca por alternativas sustentáveis para lidar com a situação, as formas que as sociedades encontram pra remediar o problema da geração de resíduos muitas vezes atingem o nível do absurdo, inadmissível do ponto de vista ético, ambiental e social. Sem terem onde alocar a quantidade crescente de lixo produzido, muitas nações ricas enviam seus resíduos tóxicos para nações pobres, em troca de “favores” econômicos (DIAS, 2002). Embora esta prática seja atualmente proibida, ela ainda se manifesta disfarçadamente, como é relatado no documentário “The ligh bulb conspiracy”²¹, em que resíduos

²¹ Filhado na Catalunha, França, Alemanha, EUA e Gana, o documentário The ligh bulb conspiracy, drigido por Cosima Dannoritzer, conta a história da obsolescência programada que fez com que os

eletrônicos quebrados são enviados diariamente para Gana classificados como eletrônicos de “segunda mão”, embora sejam impossíveis de serem recuperados.

As cidades têm causado modificações profundas nas paisagens naturais e gerado um adensamento de consumo e pressão ambiental sem precedentes na história da espécie humana (DIAS, 2002, p. 35). Depois do crescimento populacional, a urbanização consiste na segunda tendência demográfica dominante da nossa época e é nos espaços urbanos onde o apelo ao consumo é mais intenso. Desde 2008, mais da metade da população da Terra vive em cidades, e estimativas apontam que, até o ano de 2050, serão mais de 70% da população mundial (ONU, 2012). Estes espaços geram gastos energéticos assombrosos. Um hectare de uma área metropolitana consome de 10 a 1000 vezes ou mais de energia de uma área semelhante em um ambiente rural (DIAS, 2002). Para se ter uma ideia do nível de consumo esperado, acredita-se que serão necessários mais 80 bilhões de metros cúbicos de água para suprir o crescimento das cidades até 2025 (BROWN, 2003). Esse valor equivale a 20 vezes o consumo de água de New York ou 40% do nível de consumo de água mundial (DOBBS et al, 2012). Se esse padrão de consumo se espalhar pelo planeta em todas as suas sociedades, a estabilidade dos sistemas naturais será inviável.

Para manter uma cidade de 1 milhão de habitantes em um país desenvolvido, é preciso dispor de grandes ambientes de entrada (áreas ecoprodutivas para suprimento) e de saída (áreas para assimilação de resíduo), para sua sustentação (ODUM, 1983 apud DIAS, 2002, p.39). Por causa disso, os centros urbanos podem ser considerados o ápice da capacidade humana de criar complexidades e também um de seus maiores problemas e desafios. Apesar da perda da qualidade ambiental ser nitidamente mais acentuada nestes espaços e estar em franca expansão, eles são os menos pesquisados do ponto de vista das alterações ambientais globais e, por isso, menos compreendidos (DIAS, 2002).

The growth in demand for many consumer goods will exceed the expansion of the consuming classes[...]. household incomes are rising faster than the number of households and individuals in consuming classes. [...] Between 2004 and 2011, per capita sales of electronics and video appliances rose fourfold and clothing and shoes rose fivefold in real terms, outpacing a 3.4 times increase in per capita income during that period. (DOBBS et al, 2012, p. 6)

Um dos maiores esforços para a compreensão das complexidades existentes entre os centros urbanos e o meio ambiente foi o programa MaB²² (Homem e Biosfera) lançado pela UNESCO, em 1971, incorporando a Ecologia Urbana como uma das grandes áreas do programa (DIAS, 2002). O MaB foi o primeiro empreendimento internacional que considerou as cidades como sistemas ecológicos e, a partir deste programa é que um conjunto heterogêneo de métodos e conceitos foram gerados sobre planejamento, manejo e políticas capazes de tornar as cidades menos impactantes (cidades sustentáveis). O programa fomentou novos estudos nas áreas da Ecologia Humana e Urbana e contribuiu para o desenvolvimento de modelos sobre as relações entre o uso de recursos, a atividade econômica e o ambiente (Idem, 2002).

A introdução da dimensão humana para a compreensão das interações entre os sistemas humanos (economia, população, cultura, governos e instituições) e os sistemas ambientais, é fundamental para o estabelecimento de causalidades e a sua sistematização para análise e tomadas de decisão. Mas, a despeito desses esforços, ainda há uma grande lacuna no que tange às dimensões humanas das alterações ambientais, ainda mais quando associadas ao contexto urbano e, mais especificamente, ao estilo de vida imposto pelo trabalho. Reconhece-se que a maior parte da pressão exercida pela espécie humana sobre os recursos naturais do planeta vai além das suas necessidades básicas e tem suas raízes nos padrões de consumo/estilo de vida. Pouco se fala, no entanto, sobre o peso que a intensidade do trabalho teria sobre este padrão, e o pouco que se encontra diz respeito às experiências obtidas em países desenvolvidos, sem uma contrapartida dos países em desenvolvimento.

Os padrões de consumo são ditados pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente que influencia praticamente tudo na sociedade: a educação, as políticas, e até as informações que chegam aos consumidores. Cada vez que alguém troca um carro por uma bicicleta, por exemplo, o uso de materiais diminui em 99% (BROWN, 2009). Apesar disso, o setor de transporte cresce a uma taxa média global anual de 2,7%, maior do que qualquer outro setor da atividade humana (WORLD ENERGY COUNCIL, 1998 apud DIAS, 2002). Enquanto que nos países desenvolvidos espera-se um aumento de 36% a 41% no número de carros, nos países em desenvolvimento o cenário é centenas de vezes pior, prevendo-se um acréscimo de 430% a 557% na frota (Idem, 2012, p.5)

²²Para saber mais, acesse o site do Programa: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/>

Liderada pela China, a previsão feita pela a Organisation for Economic Cooperation and Development's (OECD) é de que a produção de veículos continue crescendo, alcançando a marca de 2,5 bilhões de carros em 2050 (OECD, 2012). As montadoras transnacionais exercem forte influência sobre os governos federais e estaduais, que ainda acreditam ser a instalação de indústrias automotivas elemento preponderante de desenvolvimento. Essa estratégia beneficia as montadoras e privilegia o transporte individualizado, em detrimento da qualidade de vida da sociedade, que tem que arcar com as externalidades resultantes do aumento do tráfego de veículos.

[...] os veículos individuais respondem por uma grande parcela dos impactos ambientais negativos gerados pelo megametabolismo dos sociossistemas urbanos sobre as alterações globais.[...] As consequências do aumento de frotas de veículos vão além de suas emissões, [...]Essa quantidade de veículos atravessando a cidade, além dos poluentes citados, deixa pra trás um número significativo de desgastes mecânicos, expulsos junto com a exaustão dos gases, o desgaste dos pneus e o desgaste das próprias vias, que vão compor o ar atmosférico da cidade, como a poeira, grãos de pólen e esporos de fungos, vírus, restos orgânicos e cinzas de incinerações, além da poluição sonora e do aumento das vibrações locais. [...] O carro, além de estratificar ainda mais a sociedade humana, pois saltou de meio de transporte para símbolo de status, serve como meio de exploração, pelo estabelecimento de inúmeros monopólios individuais (combustíveis, montadoras, acessórios, peças de reposição etc.) (DIAS, 2002, p.140-141):

Neste aspecto, o consumidor tem um grande poder nas mãos. Ele é corresponsável por gerar a demanda que pode orientar o tipo e a quantidade de ofertas de bens no mercado. Em geral, as pessoas já conseguem associar o carro a um impacto ambiental considerável e pensam um pouco antes de investir na compra de um veículo. Mas essa preocupação não existe quando itens mais baratos estão em jogo e fazem parte da rotina de compras automáticas e compulsivas. Quantos refletem na hora de comprar alguma coisa pra beber na rua, por exemplo, quando o calor está muito forte? Poucos pensam sobre o custo ambiental da fabricação de garrafas plásticas utilizadas todos os anos para engarrafar água, que consome milhões de barris de petróleo.

A água engarrafada precisa andar em caminhões, às vezes por centenas de quilômetros. Um estudo feito nos EUA revelou que, somando a energia para transportar água das fábricas às lojas e a energia empregada na refrigeração, a indústria de água engarrafada usa quase 50 milhões de barris de petróleo anuais, o suficiente para abastecer três milhões de carros ao longo de um ano (GITLITZ, 2007). Dias (2002) retrata a

disparidade entre o que é consumido como produto final e o verdadeiro consumo embutido em toda a cadeia produtiva. Retrata que as pessoas bebem, em média, quatro litros de água por dia, seja in natura ou sob a forma de café, sucos, refrigerantes, vinho e outras bebidas. São necessários, no entanto, 2.000 litros de água para produzir a quantidade diária de alimentos. Isso significa que, embora as pessoas acreditem consumir apenas os 4 litros de água por dia, o seu consumo real ultrapassa em 500 vezes esse valor, quando se considera todo o processo envolvido.

As sacolas de compra descartáveis também são outro exemplo. Feitas de combustíveis fósseis e quase sempre desnecessárias, elas costumam levar séculos para se decompor na natureza. Mesmo assim, quantos se lembram de evitá-las ao irem ao supermercado? Alguns bem intencionados até optam por comprar sacolas retornáveis, mas com a pressa cotidiana imposta pelo ritmo de vida, terminam por esquecê-la em casa e não é incomum perceber uma nova tendência se formando: o consumo desnecessário de sacolas “ecológicas”²³, que são sucessivamente esquecidas e acabam se acumulando nas residências à custa de mais recursos naturais. De fato, apenas uma parcela pequena da população associa seus hábitos de compra aos impactos ambientais que, direta ou indiretamente, acabam afetando suas próprias vidas. Pilhas e baterias, cigarro, cosméticos, celulares, medicamentos, computadores e roupas são alguns exemplos de produtos frequentemente consumidos nos centros urbanos. Estes e muitos outros têm um forte apelo de consumo, seja pela mídia (como é o caso das roupas, aparelhos celulares, computadores etc.), seja pelo ambiente de estresse (relacionados ao fumo, ao uso de medicamentos e até da automedicação), seja pelas duas fontes de estímulos simultâneas. Poucos, no entanto, relacionam o consumo desses produtos com o impacto gerado ao planeta.

A contribuição que o consumo do tabaco traz para as alterações ambientais globais, por exemplo, tem sido praticamente ignoradas (DIAS, 2002), mas se estima que o fumo do cigarro mata mais pessoas por ano do que todos os poluentes do ar combinados (mais de cinco milhões contra três milhões) (OMS, 2006 apud BROWN, 2009). Ainda assim, no Brasil, por exemplo, quase não existem estudos no Brasil que determinem as emissões relativas de gases de efeito estufa relacionadas ao uso do tabaco por região. Em um

²³ Existe uma discussão sobre os impactos das “ecobags” no meio ambiente e há estudos sendo feitos que defendem que as sacolas plásticas são mais inofensivas que as sacolas ecológicas quando usadas em em curto prazo, a exemplo do artigo publicado na Folha: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/882950-saco-plastico-causa-menos-danos-que-ecobags-diz-relatorio.shtml>

exercício de determinação aproximada, no entanto, concluiu-se que em média os fumantes brasileiros liberam por ano 2 toneladas de alcatrão e 2,2 toneladas de gás carbônico por ano na atmosfera.²⁴(DIAS, 2002).

O consumo de pilhas e baterias também trouxe novos prejuízos ao planeta. As trocas frequentes de aparelhos por modelos recém-lançados e a obsolescência programada que estimula o comprar contínuo desses produtos e de tantos outros eletrônicos, contribuem para que haja um acúmulo enorme desses materiais em lixões. O vazamento dos materiais pesados contidos nesses produtos atinge o lençol freático e contamina a água do ecossistema, com enormes prejuízos à qualidade ambiental e à saúde das pessoas. Os medicamentos, por sua vez, colocam a medicina ironicamente como uma das principais fontes do descontentamento humano e responsável pela manutenção de uma sociedade doente. “A cada ano, 2 milhões de pessoas contraem doenças e outras 106 mil morrem devido a efeitos colaterais desses ‘remédios’” (DIAS, 2002, p.179). A indústria farmacêutica gasta cerca de 80% do seu faturamento em marketing (KOTLER E SIMON, 2004) para convencer a população de que precisam dos seus produtos, mas não usa sequer uma porcentagem do que lucram para informá-las dos impactos ambientais resultantes do seu consumo.

As características químicas dos medicamentos apresentam um risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente. Seus resíduos possuem alguns componentes resistentes, de difícil decomposição, que podem contaminar o solo e a água. De fato, em todo o mundo, análises em esgoto doméstico, águas superficiais e solos detectaram a presença de fármacos como antibióticos, anestésicos, hormônios, anti-inflamatórios entre outros. É importante citar que muitos medicamentos causam impacto ambiental mesmo quando utilizados. Alguns componentes são excretados pelas fezes e urina. Entre 50% e 90% de uma dosagem é excretado sem sofrer alterações e persiste no ambiente (UEDA e TAVERNARO, 2010, p.3)

Um estudo elaborado pela Market Analysis²⁵ em parceria com a Globescan (Canadá) mostra que o processo de engajamento dos consumidores segue em ascensão em todo o mundo, mas ainda é pouco expressivo quando comparado ao ritmo de exploração de recursos que continua acontecendo. Este estudo, que vem sendo realizado desde 1999, revela que pouco mais da metade dos consumidores da América do Norte (56%) e da

²⁴ A combustão lenta dos cigarros libera para atmosfera principalmente monóxido de carbono e alcatrão (a nicotina fica retida no pulmão do fumante). O teor desses componentes varia de acordo com a marca do cigarro(DIAS, 2002).

²⁵ www.marketanalysis.com.br

Oceania (54%) pensam no impacto de suas compras. Na Europa, o número cai para 29%. Na Ásia e na África, apenas 24% e na América do Sul, 11%. No Brasil, segundo o Monitor de Responsabilidade Social Corporativa de 2009, os consumidores indiferentes às questões socioambientais representam 59,3% da população (IDEIA SUSTENTÁVEL, 2010).

O consumo desenfreado geralmente tem por trás uma série de variáveis, e não se pode ignorar a própria falta de informação sobre a relação entre o que se compra e os custos ambientais embutidos (mas raramente monetizados) nesta compra. Como fator agravante tem-se também uma confusão muito grande na divulgação das informações em rótulos, na discriminação dos selos ecológicos existentes, além de falta de transparência das empresas quanto à sua conduta no campo da responsabilidade socioambiental. De certa forma, é difícil dizer quanto desse comportamento de consumo indiferente aos aspectos ambientais decorre de uma escassez de informação, pela dificuldade de acessá-la ou pelo baixo valor de importância atribuído ao tema (fator mais cultural). No entanto, não é difícil supor que em uma situação de estresse, de constante distração ou mesmo de pouco tempo, a probabilidade de o indivíduo refletir sobre pequenas decisões diárias torna-se muito menor.

Além do tempo que se torna cada vez mais escasso com um ritmo de trabalho intenso, os aspectos psicológicos relacionados ao ritmo de vida da sociedade moderna interferem substancialmente nas decisões de compra das pessoas, principalmente quando estão em jogo situações complexas como as questões ambientais. A intensidade de trabalho e o ritmo de vida associado à sua centralização pode afetar o comportamento de compra e, conseqüentemente, aumentar a pressão sobre os recursos naturais. Esta afirmativa pode ser explicada a partir de dois principais argumentos, um mais relacionado à questão temporal e outro mais ao aspecto psicológico e do bem estar. O primeiro é de que (a) quanto mais tempo é dedicado ao trabalho, menos tempo sobra para que o indivíduo reflita sobre pequenas escolhas feitas durante o tempo livre. Isso vale para decisões de compras que, por exemplo, são feitas após uma jornada de trabalho exaustiva ou mesmo até em relação à própria escolha da refeição, que fica sujeita a um intervalo de tempo determinado pelo trabalho, como bem descrevem Montebello e Collaço (2009, p.73):

Associadas ao desenvolvimento econômico, as mudanças observadas no consumo alimentar traduzem-se pelo aumento de alimentos com alta densidade energética, ricos em gordura e em açúcar simples e pela redução de carboidrato complexo, fonte de fibra. Tais

características refletem o aumento do consumo de alimentos industrializados, justificado pela necessidade de tempo e de serviço embutidos em produtos alimentares pré-preparados e preparados; pela durabilidade, que permite o espaçamento nos períodos de compra proporcionado pelos alimentos processados; pela facilidade de acesso e de deslocamentos, que permite que se coma em qualquer lugar e a qualquer hora; entre outros produtos alimentares que respondem às demandas da vida urbana e satisfazem por suas propriedades sensoriais desenvolvidas para agradar o comensal e pelo valor simbólico agregado pela publicidade.

Segundo esses mesmos autores, por exemplo, não perder tempo com a alimentação passou a ser um critério de valorização dos restaurantes de comida rápida (*fast foods*), principalmente os situados nos shopping centers, pela necessidade de se maximizar o tempo para a realização de outras atividades simultâneas. O aumento do consumo de *fast food* e de comida congelada, além dos problemas de saúdes relacionados, trazem consigo um impacto ambiental grande decorrente da geração de resíduos de embalagens e de todo o custo ambiental envolvido em sua cadeia de produção e logística de coleta e distribuição de materiais.

Outro raciocínio que explicaria o aumento do impacto diante de uma jornada de trabalho intensa está relacionado ao bem estar e aos fatores psicológicos do ser humano. Neste sentido (b) quanto maior a intensidade de trabalho, menor a qualidade de vida e maior o comportamento compulsivo. À medida que o trabalho torna-se o aspecto central da vida de uma pessoa, demais atividades prazerosas deixam de ser realizadas, inclusive o próprio convívio com a família. Essa situação propicia o desenvolvimento de quadros de estresse além de outros fatores que estão intimamente associados ao maior índice de comportamento compulsivo²⁶ como válvula de escape, ou seja, como forma alternativa de obtenção de prazer, mesmo que efêmera. Escrava do consumo e do trabalho, a sociedade estaria condenada a querer mais, a trabalhar mais e, portanto, a não gozar a vida pela vida. Portanto, é fundamental compreender a complexidade das relações existentes entre o ser humano, a economia e o meio ambiente por meio de uma abordagem que integre essas dimensões e que possibilite vislumbrar alternativas para lidar com a crise ambiental global.

De acordo com as mais recentes contagens nacionais, a atual pegada ecológica de um cidadão norte-americano é de cerca de 7 ha e representa cerca de 3 vezes mais a área

²⁶ Gondar (2007) em Morais (2011) coloca que existe, atualmente, uma grande incidência de pacientes que apresentam um comportamento compulsivo, por isso afirma que a compulsão é uma “figura-tipo” das novas formas de adoecimento psíquico.

que lhe cabe na divisão global. Para que todos os habitantes do planeta reproduzam este padrão de consumo, seriam necessários mais três planetas para sustentar a vida humana (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2012).

A noção de que o atual estilo de vida dos países industrializados não pode ser estendido a todos parece ser cruel e injusto, mas apenas quando se acredita cegamente nas promessas de felicidade do desenvolvimento econômico nos moldes vigentes. Conscientizar a sociedade sobre isso é o mais difícil, pois significa modificar um comportamento já internalizado na cultura e confundido com liberdade.

Pesquisas extensivas mostram que diminuir o consumo entre pessoas que já têm suas necessidades básicas atendidas confortavelmente não requer a diminuição do seu bem estar. No entanto, reduzir globalmente o consumo, especialmente em países ricos como o Reino Unido, é o mesmo que iniciar um conflito e choque com o que é considerado ser uma liberdade individual. Por exemplo, possuir um carro ou viajar para o exterior de avião são geralmente coisas desejadas. Mas como se negocia a liberdade de um cidadão britânico de viajar ou dirigir com a liberdade das pessoas do baixo pacífico sul em manter suas casas e subsistência? (NEF, 2009a, p. 23)

Quando se percebe não só a ilusão por trás do desenvolvimento à maneira tradicional, mas também o impacto social que ele traz em si, fica mais fácil perceber que as alternativas que buscam alcançar um patamar mais sustentável de consumo (muito abaixo dos padrões norte americanos) não representam uma ameaça ao bem estar social ou à qualidade de vida. Muito pelo contrário, buscam incorporar mais qualidade de vida à sociedade, agregando as dimensões social, ambiental e econômica de uma forma mais coerente com os parâmetros biofísicos do planeta.

It is possible to live long, happy lives with a much smaller ecological footprint than found in the highest-consuming nations. For example, people in the Netherlands live on average over a year longer than people in the USA, and have similar levels of life satisfaction – and yet their per capita ecological footprint is less than half the size (4.4 global hectares compared with 9.4 global hectares). This means that the Netherlands is over twice as ecologically efficient at achieving good lives.[...] Costa Ricans also live slightly longer than Americans, and report much higher levels of life satisfaction, and yet have a footprint which is less than a quarter the size (NEF, 2009a, p.7)

Enquanto que 20% da população mundial consomem 80% dos recursos produzidos no planeta, o restante, composto por aqueles com pouco ou quase nenhum poder aquisitivo, sobrevive com as migalhas. Alan Durning (1992), que começou estudando as razões que impelem os pobres do Terceiro Mundo a destruírem o ambiente, remontando as

conexões, acabou descobrindo que o problema do esgotamento dos recursos do planeta se encontrava no desperdício das camadas privilegiadas dos países do Norte. O desafio então não é só descobrir uma alternativa, mas fazê-lo em ritmo acelerado antes que os limites da natureza comecem a emperrar o sistema econômico e aumente as desigualdades sociais e os impactos ambientais.

A Economia Ecológica (EE) é uma abordagem que se propõe a analisar estas três dimensões (social – ambiental – econômica) a partir de um novo paradigma, contrapondo-se ao paradigma da economia tradicional e trazendo ideias inovadoras as quais merecem ser mais profundamente debatidas em todos os níveis. Um dos aspectos abordados pela EE é a redução da jornada de trabalho, a qual vem sendo defendida como um caminho para uma sociedade mais sustentável, mais justa, mais feliz e economicamente viável. Tendo como base movimentos e estudos na França, Inglaterra e Canadá, em particular o documento elaborado pela NEF²⁷ (New Economics Foundation) “21 hours: Why a shorter working week can help us all to flourish in the 21st century”, observa-se um debate relativamente recente em que se coloca o tempo consumido pelo trabalho numa relação direta de causalidade da insustentabilidade humana.

[...]para a construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja um princípio, a relação entre ser humano e trabalho deve ser transformada sendo a redução da jornada de trabalho um aspecto fundamental a ser considerado (NEF, 2011b, prefácio).

Os estudos que fundamentaram esta proposta, no entanto, foram todos baseados em experiências de países desenvolvidos, cujas realidades diferem significativamente das dos países em desenvolvimento como o Brasil. Assim, é importante que este tema ganhe força aqui no Brasil, que esta proposta seja amplamente discutida entre todos, mas de uma forma crítica, sem cair na armadilha de importar um discurso sem a consideração de todas as variáveis e que acabe trazendo resultados imprevisíveis e até avesso aos objetivos das propostas.

Os principais teóricos da Economia Ecológica

Anyone who believes exponential growth can go on forever in a finite world is either a madman or an economist.

²⁷ NEF: www.nef.org.br

A resistência que a sociedade tem para estabelecer uma atitude de precaução diante do uso de recursos naturais pode ser entendida a partir de uma análise histórica que remonta a ascensão do capitalismo e fim do sistema de produção feudal. É possível dizer que as organizações e instituições feudais representavam uma espécie de expressão organizacional e institucional de motivações não econômicas e/ou altruístas da sociedade (ROMEIRO, 2010). Por meio delas a sociedade feudal buscava submeter as atividades produtivas a minuciosas regulações que refletiam o que ela entendia ser justo, de acordo com uma determinada ordem considerada ideal: desde regras detalhadas de apropriação de recursos naturais e especificações técnicas sobre como produzir para garantir uma determinada qualidade, passando pela regulação da quantidade a ser produzida, até a determinação da distribuição do excedente e/ou do preço que seria justo (Idem, 2010).

Conforme foi descrito no capítulo 2, a ascensão do capitalismo representou uma ruptura com essas restrições de caráter religioso, cultural, estético e social que podavam qualquer liberdade maior da racionalidade econômica. O uso dos recursos passou a ter quase nenhum controle social, predominando a lógica da produção e acumulação. Por um lado, esta nova “liberdade” possibilitou o desenvolvimento e intensificação da tecnologia, rudimentar no feudalismo. Por outro lado, ocorreu o aumento da exploração do trabalho (que depois deu origem a uma série de protestos e surgimento de leis trabalhistas) e deu-se origem a um novo comportamento que motivou o crescimento exponencial da degradação ambiental (ROMEIRO, 2010). O crescimento econômico, então, se consolidou em uma lógica de produtividade e acúmulo.

Por diversas vezes ao longo da história humana, esse crescimento possibilitou o acesso a novos bens materiais, tornando real o acesso a mais opções de moradia, alimentação, vestuário (SIMMS et al, 2010) e sendo considerado sinônimo de uma vida mais confortável. Aos poucos a associação entre crescimento, acumulação e melhoria de vida foi se estabelecendo fortemente no cenário econômico e social. O crescimento econômico passou a ser mensurado por meio do Produto Interno Bruto (PIB), ganhando notoriedade a partir da década de 30, como medida para resgatar a economia da depressão que havia se abatido em 1929. Mais tarde, o aumento do PIB tornou-se ferramenta de ajuda para fomentar a produção econômica, como uma parte estratégica dos planos de guerra (SIMMS et al, 2010).

Até 1960 não havia nenhuma menção às ameaças que esse crescimento poderia representar em longo prazo para a sociedade, e nem mesmo se discutia isso na pauta econômica. O que fundamentava a lógica do crescimento até então era um modelo simplificado dos fatores macroeconômicos de produção (figura 2), desenvolvido pelos fisiocratas no século XVIII e incorporado pela economia neoclássica. Ensinado a todos os futuros economistas, o diagrama do fluxo circular macroeconômico era o padrão de representação do processo econômico e descrevia um movimento pendular entre produção e consumo dentro de um sistema completamente fechado e isolado²⁸. Neste modelo, a troca de valores embutidos nos bens produzidos pelo homem fluía das empresas para as famílias e inversamente, retornava das famílias para as firmas, sem nenhuma entrada ou perda de recursos sinalizada. Não havia qualquer transferência de matéria/energia conectando o processo econômico ao meio ambiente (LAWN, 2005).

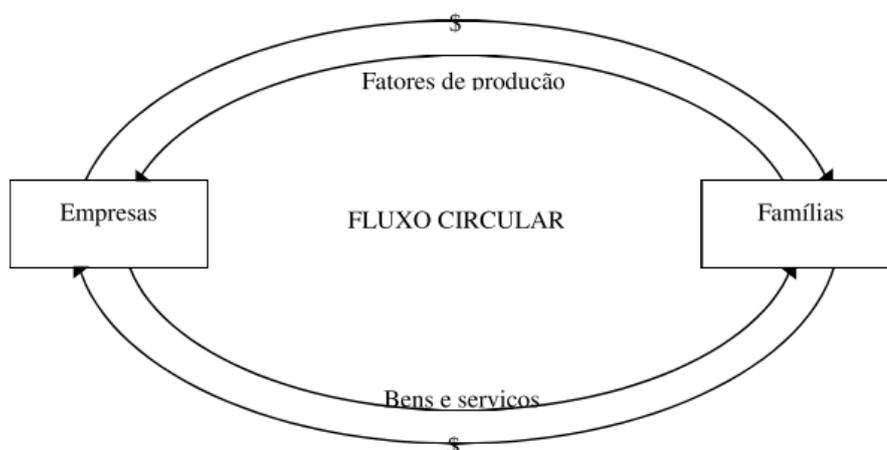


Fig. 2 – Diagrama do Fluxo Circular Simplificado entre empresas e famílias em dois mercados: o mercado de bens e serviços e o mercado dos fatores de produção. Fonte da imagem: DALY e FARLEY, 2011 [2004] apud SAES, 2013, p.35

Foi a partir do final da década de 60, quando o mundo se voltou para as questões ambientais é que uma série de críticas e questionamentos a esse modelo econômico vieram à tona. Neste contexto, três economistas se destacaram pelas suas novas formas de abordagem dos processos econômicos que posteriormente dariam início à chamada bioeconomia ou Economia Ecológica²⁹: Kenneth E. Boulding, Georgescu-Roegen e seu

²⁸ Os sistemas isolados são aqueles que não trocam nem energia nem matéria com o meio externo. Os sistemas fechados são aqueles que só importam e exportam energia, mas não matéria.

²⁹ “As origens das ideias que hoje fazem parte da estrutura analítica da Economia Ecológica podem ser atribuídas aos trabalhos dos economistas Boulding (1966), Daly (1968) e Georgescu-Roegen (1971), o

aluno Herman Daly. As obras desses três economistas foram responsáveis por erigir as bases da Economia Ecológica, cuja concepção vem sendo partilhada por um número cada vez maior de economistas, sociólogos, biólogos e pesquisadores de outras áreas.

A Economia Ecológica se consolidou como um campo transdisciplinar que aborda a complexidade existente entre os processos econômicos e os processos biofísicos do planeta. Originou-se como uma crítica à abordagem da Economia Ortodoxa do meio ambiente, e por isso, é importante entender seus desdobramentos para se compreender as propostas que hoje se contrapõem às atualmente adotadas pelas práticas econômicas, como às de incentivo ao crescimento. Neste ponto, fazer uma descrição da Economia Ecológica requer uma apresentação daqueles que foram seus principais teóricos e fundadores, a começar por Kenneth E. Boulding.

Nascido em 1910 (1910-1993), na Inglaterra, e radicado nos Estados Unidos, Kenneth E. Boulding foi um economista que trouxe grandes contribuições a várias áreas de conhecimento, como a Ciência Política, Sociologia, filosofia e Psicologia Social e Ciências Econômicas, se destacando ao propor uma nova dimensão para a economia que abrangia as estruturas sociais (SANDRONI, 1999). Em sua principal obra, “The Reconstruction of Economics” (A Reconstrução da Economia), de 1950, Boulding salientou a função dos estoques, em vez dos fluxos (Idem, 1999), propondo uma macroteoria da distribuição. Foi também quem empregou pela primeira vez o termo “Capital Psíquico” (BOSTOCK, 2008) atribuindo à magnitude psíquica um peso maior que a magnitude física e defendendo que o bem estar humano dependia não da taxa de produção e consumo, mas do aproveitamento psíquico da vida (LAWN, 2001).

I shall argue that it is capital stock that we derive satisfaction, not from additions to it (production) or subtractions from it (consumption): that consumption far from being a desideratum, is a deplorable property of the capital stock which necessitates the equally deplorable activities of production: and that the objective of economic policy should not be to maximise consumption or production, but rather minimise it, i.e. to enable us to maintain our capital stock with as little consumption and production as possible. It is not the increase in consumption or production that makes us rich, but the increase in capital, and any invention which enables us to enjoy a given stock of capital and a smaller amount of consumption and production, out-go or income, so much the gain. (BOULDING, 1949, p.79)

quais lançaram as bases para a crítica do enfoque neoclássico dos problemas ambientais, principalmente no que diz respeito às desconsiderações das leis da termodinâmica no processo econômico e suas implicações para o principal problema da ciência econômica (a escassez)” (ANDRADE, 2008, p.17).

Mas, além dos aspectos sociais, seu grande destaque foi como expoente da Economia Evolucionária, uma ramificação da economia que se inspirou na biologia evolucionista para explicar alguns conceitos econômicos (interdependências complexas, competição, crescimento econômico, mudança estrutural e restrição orçamentária), utilizando uma forma diferente da abordagem tradicional na forma de analisar esses fenômenos. Trabalhando numa perspectiva teórica de evolução econômica, Boulding fez a integração da economia a conceitos como o de equilíbrio ecológico e dinâmica biológica. Considerou que, além do sistema de trocas, a vida social se organizava segundo um sistema de desequilíbrio e um sistema integrativo e sustentou que a política econômica não pode ser julgada apenas por critérios econômicos.

Em sua obra *“Economic Development as an Evolutionary System”*(1977) Boulding descreve uma relação entre o desenvolvimento econômico e a biologia evolucionista, afirmando que tanto a Economia quanto a Evolução são exemplos de um processo mais amplo que já ocorre há muito tempo. O processo ao qual ele se refere é o do desenvolvimento de estruturas de crescente complexidade e improbabilidade, em que a mutação e a seleção natural são mecanismos análogos aos mecanismos de produção de bens e serviços e de desenvolvimento de ideias (conhecimento humano). Para Boulding, o que os economistas chamam de “capital” nada mais é do que a manifestação do conhecimento humano sob a forma material. As ideias de Kenneth E. Boulding tiveram grande importância na constituição de uma teoria geral dos sistemas que tinha como base reconectar a economia com a ética e a base moral que sustentava o processo, a natureza. Nessa mesma linha, outro economista (e também matemático) contribuiu para formular uma nova visão para as ciências econômicas, complementar à realizada por Boulding.

Nascido em 1906, Nicholas Georgescu-Roegen também se destacou na história do pensamento econômico por suas ideias revolucionárias, tendo sido, juntamente com Boulding, um dos primeiros a criticar o raciocínio econômico convencional (neoclássico). Foi o primeiro, no entanto, a abordar a economia no contexto de sua relação com os aspectos biofísicos e as leis termodinâmicas. A crítica de Georgescu-Roegen era a de que a economia expressa pelo diagrama do fluxo circular não considerava a dinamicidade, o caráter histórico e progressivo do sistema e a instabilidade do processo histórico (SCHUMPETER, 1961 apud SAES, 2013). Além disso, criticava a análise da economia como um sistema isolado e isento de trocas

energéticas ou materiais com o ambiente externo (GEORGESCU-ROEGEN, 1971; 1976).

La science économique usuelle est donc pré-thermodynamique, pré-évolutive et pré-écologique. Pré-thermodynamique, cela veut dire sans entropie, croissante, sans irréversibilité, sans durée, sans devenir, sans complexité, sans destruction-créatrice et donc aussi sans possibilité de vie, de nouveauté et d'évolution ! D'où son anachronisme et son manque de pertinence pour la nouvelle problématique bien mal nommée du développement et de l'environnement (thème du "rapport Brundiland" de 1987 et de la conférence des Nations Unies à Rio en juin 1992), alors qu'il s'agit, dans une vision écologique globale, de l'histoire humaine de la Biosphère, du développement humain dans la Biosphère! (GRINEVALD, 1993, p.1)

Georgescu-Roegen acreditava na importância das mudanças qualitativas, marcadas pelo surgimento de inovações imprevisíveis, e caracterizadas por serem históricas e irreversíveis (CECHIN, 2010). Em sua obra “The entropy Law and the Economic Process”, publicada em 1971, apontava fundamentalmente o irrealismo de a visão analítica neoclássica não levar em conta a segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia³⁰ (ECOECO, 2009). Sua ideia de irreversibilidade e limites no raciocínio econômico se contrapunha ao pensamento convencional vigente, que segundo Romeiro (2010) estava baseado fortemente nos princípios da mecânica clássica.

A Economia convencional provém de analogias e metáforas sobre outro ramo importante da física: a mecânica clássica. [...] Entusiasmados pela elegância e capacidade de previsão da mecânica, os pioneiros da economia moderna consideraram que há algo no sistema econômico que se mantém constante: o valor seria como a energia. Sobraria, assim, o problema da alocação desse valor por meio de trocas (CECHIN e VEIGA, 2010, p.36).

O alicerce epistemológico da Economia tradicional apresentava uma visão inteiramente falsa de qualquer economia, considerando-a um sistema isolado no qual nada entra e nada sai, e fora do qual não há nada (ROMEIRO, 2010). Como uma representação da circulação interna de dinheiro e de bens sem absorção de materiais e sem liberação de resíduos, seria a representação ideal de uma máquina perfeita, capaz de produzir trabalho ininterruptamente consumindo a mesma energia e utilizando os mesmos materiais. A importância do trabalho de Georgescu-Roegen foi justamente o de mostrar que a atividade econômica não podia se manter presa à física do séc. XIX e escapar das

³⁰ Em um conceito mais simples, a entropia é a medida de energia que se torna inutilizável em um sistema termodinâmico, em um processo irreversível.

leis termodinâmicas (Idem, 2010). O processo econômico transformava os recursos naturais de baixa entropia em resíduos de alta entropia e este processo evoluía de forma irreversível. Nas palavras do próprio autor:

All it says is that the entropy of the universe (or of any isolated structure) increases constantly and, I should like to add, irrevocably. We may say instead that in the universe there is a continuous and irrevocable qualitative degradation of free into bound energy. Nowadays, however, one is more likely to come across a modern interpretation of this degradation as a continuous turning of order into disorder. The idea is based on the observation that free energy is an ordered structure, while bound energy is a chaotic, disordered distribution (GEORGESCU-ROEGEN, 1971 apud SAES, 2013, p.29).

Enquanto que Boulding trouxe à tona a percepção da integração da economia com os aspectos sociais e biológicos, Georgescu-Roegen trouxe a biofísica para os processos econômicos. Essas contribuições impactaram profundamente os modelos analíticos construídos a partir de então (incluindo a matemática utilizada) e influenciaram fortemente o economista Herman Daly, aluno de Georgescu-Roegen e considerado um dos três teóricos da Economia Ecológica. Amazonas³¹, na apresentação do Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO, 2008, p.2) afirma que a Economia Ecológica não seria a mesma sem a contribuição e presença marcante de Herman Daly:

Enquanto campo de conhecimento teórico e de proposta normativa acerca da compreensão, formulação e proposição concernentes às relações entre economia e meio ambiente, a Economia Ecológica tem em Herman Daly a mente aguda e o pensamento militante responsável pela construção e articulação de visões, conceitos, organização teórica e disciplinar deste campo de saber que, mais do que lidar com uma temática e objeto específicos, requer a integração sistêmica e multifacetária de análise deste objeto complexo e transdisciplinar.

Nascido em Houston, Texas, em 1938, o economista Herman A. Daly trabalhou em várias universidades nos EUA e no Brasil. Ingressou, em 1988, no Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial, ajudando a desenvolver as diretrizes do banco sobre desenvolvimento sustentável. Como um dos principais seguidores de Nicholas Georgescu-Roegen, Daly contribuiu decisivamente para aprofundar a crítica ao modelo econômico ortodoxo, especialmente ao papel do crescimento. Em seu livro mais conhecido, “Beyond Growth” (1996), Daly descreve uma situação inusitada vivida no

³¹ Maurício de Carvalho Amazonas (Ex-presidente da ECOECO, professor de Economia do Meio Ambiente, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UNB

Banco Mundial durante a formulação do relatório, "Desenvolvimento e Meio Ambiente", de 1992. Tendo sido encarregado de criticar o que vinha sendo produzido, Daly sugeriu a inserção de um gráfico no qual a economia apareceria como um subsistema de um conjunto maior que representava o ecossistema. Sua ideia foi tão polêmica que o ecossistema foi simplesmente retirado do relatório. A partir de então Daly percebeu a resistência de se aceitar um limite para o crescimento e passou a propor uma nova visão alternativa a este crescimento, a qual denominou "Steady State Economy" ou "Economia do Estado Estável", que acabaria por se tornar a principal bandeira da Economia Ecológica³².

A Economia Ambiental e a Economia Ecológica

Até agora foram apresentados resumidamente os principais fundadores da Economia Ecológica, sem adentrar com mais detalhes sobre os pressupostos e características desta abordagem, que foi definitivamente consolidada em 1989, com a fundação da International Society for Ecological Economics (ISEE) e com o periódico Ecological Economics (ANDRADE, 2010). É importante agora entender essa disciplina de forma mais conceitual, e explicar de que forma seu posicionamento contrasta com o posicionamento da Economia Ortodoxa diante da dimensão ambiental. Para isso, é preciso antes tomar como ponto de partida o contexto em que os problemas ambientais começaram a ficar evidentes demais para serem ignorados e que propiciou o surgimento do conceito do desenvolvimento sustentável.

O termo Desenvolvimento Sustentável³³ tomou corpo em meio à controvérsia entre o crescimento econômico e o meio ambiente, principalmente devido às catástrofes ambientais que se espalhavam pelas cidades mais industrializadas da Europa e que evidenciavam o desequilíbrio ambiental causado pelas atividades humanas. Muitas contestações de cientistas começaram a surgir, dentre elas as que contestavam o modelo de crescimento e que viam nele uma grande ameaça para a vida humana, conforme esclarece Romeiro:

³² Embora não seja a única visão proposta pela abordagem, é a mais popularmente associada à abordagem da Economia Ecológica.

³³ O termo inicialmente utilizado foi o de Ecodesenvolvimento e sua autoria não foi exatamente definida, sendo geralmente atribuída a Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, uma preeminência nas suas qualificações conceituais (ROMEIRO, 2010, p. 8).

Ele (o termo desenvolvimento sustentável) emerge deste contexto como uma proposição conciliadora onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidade sociais (ROMEIRO, 2010, p. – obs.: parênteses adicionado pela autora)

O termo Desenvolvimento Sustentável foi, aos poucos, tendo larga aceitação e passou a ser amplamente conhecido pela sua definição encontrada no relatório Brundtland, sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” O grande problema dessa definição está em sua falta de especificidade. De fato, a grande aceitação que este termo teve derivou das múltiplas interpretações que poderia abarcar, uma vez que, como bem colocam Nobre e Amazonas (2002), não foram definidas quais são as necessidades da atual geração (que podem variar significativamente de um local para o outro), muito menos as das gerações futuras, sobre as quais só se pode conjecturar. O próprio Daly (1996), na introdução do seu livro “Beyond Growth” coloca que:

“Although there is an emerging political consensus on the desirability of something called Sustainable Development, this term – touted by many and even institutionalized in some places – is still dangerously vague. Apparent agreement masks a fight over what exactly “sustainable development” should mean. [...] Sustainable development is a term everyone likes but nobody is sure of what it means. (DALY, 1996, p. 1)

De fato, pode-se dizer que esse cenário crítico, onde efervesciam as críticas ao modelo econômico e onde se popularizava um termo bem intencionado, embora vago, foi que criou um panorama favorável ao surgimento das duas principais correntes de interpretação da economia frente às questões ambientais: A Economia Ecológica³⁴, a partir das ideias iniciais de Georgescu-Roegen e Kenneth E. Boulding; e também a Economia Ambiental, derivada do “mainstream neoclássico” (ROMEIRO, 2010). A Economia Ambiental, por assim dizer, surgiu como uma reação a esta pressão exercida pela sociedade para uma nova forma de lidar com a crise ambiental (ANDRADE, 2010), à pressão por um Desenvolvimento Sustentável e à crítica feita por Georgescu-Roegen ao tradicional diagrama do fluxo circular, que ignorava por completo os recursos naturais trocados com o meio externo (ROMEIRO, 2010, p.10).

³⁴ O período de 1960 ao final de 1980 pode ser denominado como a fase inicial da Economia Ecológica. Esta fase inicial, descrita por Ropke (2004) compreende as ideias e os processos que levaram ao estabelecimento formal da Sociedade Internacional da Economia Ecológica (ISEE) e do seu jornal *Ecological Economics*.

Sendo a principal fomentadora dos impactos ambientais existentes, responsável por um sistema que degradava progressivamente o meio, e em meio à crescente preocupação com as questões ambientais a partir da década, não havia mais como sustentar um ponto de vista totalmente alheio à realidade da finitude dos recursos naturais. A “solução” encontrada pela Economia tradicional foi interpretar o Desenvolvimento Sustentável à luz de sua visão conservadora e reducionista, incluindo os recursos naturais no seu diagrama como parte das representações de função de produção na economia tradicional, no balanço de materiais nos modelos econômicos, mas como um elemento passível de ser substituído por capital ou trabalho (ROMEIRO, 2010; ANDRADE, 2010). Daí originou-se a corrente denominada Economia Ambiental ou Economia Ambiental Neoclássica.

A Economia Ambiental e a Economia Ecológica passaram então a compor as duas correntes principais de interpretação da economia do meio ambiente³⁵ no debate acadêmico (ROMEIRO, 2010, p. 8). Ambas partindo de uma visão de mundo particular e completamente distintas na forma de considerar os aspectos ambientais, podendo ser comparadas especialmente em alguns principais pontos de contraste: a importância dada à termodinâmica e a analogia ao metabolismo; a visão do “processo produtivo”; e, finalmente, o desdobramento cético ou otimista quanto ao processo econômico. Esse último ponto singularmente importante para as atuais discussões sobre o crescimento econômico e as alternativas práticas que envolvem a flexibilização da jornada de trabalho.

O primeiro aspecto que distingue essas duas correntes é a forma com que ambas posicionam o sistema econômico em relação ao sistema meio ambiente, principalmente no que tange à incorporação das leis termodinâmicas. Refere-se basicamente à crítica elaborada por Georgescu-Roegen sobre a visão de uma circulação de produtos, insumos, dinheiro entre empresas e famílias em mercados de fatores de produção e de bens e serviços, desvinculada das leis mais básicas da natureza, das leis termodinâmicas. A Economia Ambiental enxerga o processo econômico como um sistema fechado e maior que a dimensão ambiental, considerando a natureza apenas como fonte material de riqueza (recursos pesqueiros, madeireiros, energéticos, etc.) (ENRIQUEZ, 2010, p. 49). Dessa forma, ignora em seu esquema pré-analítico qualquer absorção de materiais ou

³⁵ A Economia do Meio Ambiente representa um conjunto de escolas, vertentes ou abordagens econômicas que incluem a economia ecológica, a economia ortodoxa, a economia dos recursos naturais, a economia evolucionista, dentre outras.

geração de resíduos e se concentra apenas no fluxo circular monetário. Não leva em consideração, portanto, qualquer noção de escala limitada pela capacidade biofísica da terra em fornecer e absorver estes materiais.

A Economia Ecológica, por sua vez, enxerga uma intrínseca dependência da economia para com meio ambiente. A partir da visão de Georgescu-Roegen, o sistema econômico seria um subsistema aberto do meio ambiente com o qual todas as atividades humanas necessariamente fariam trocas materiais e energéticas que, irreversivelmente levariam a um aumento da entropia. Os processos econômicos são vistos de forma análoga aos processos metabólicos reais, por meio dos quais os organismos utilizam matéria e energia do meio para formar unidades constitutivas de crescimento. Ou seja, seria impossível separar as atividades socioeconômicas do meio no qual ocorrem, pois são os fluxos de energia e matéria trocados entre esses dois sistemas que sustentam a complexa teia de interações necessárias à vida humana na terra³⁶.

Neste sentido, os economistas ecológicos procuraram desenvolver uma visão do processo econômico que refletisse as verdadeiras relações da economia com o meio ambiente e criaram uma alternativa ao diagrama de fluxo circular, compatível com as leis da termodinâmica e posteriormente complementada por Philip Lawn, ao introduzir uma categoria psíquica da produção, responsável por gerar o bem estar social (SAES, 2013) (Figura 3). A importância dessa categoria psíquica foi citada pelo próprio Georgescu-Roegen, para quem o verdadeiro produto da economia deveria ser “la joie de vivre” (GEORGESCU-ROEGEN, 1995[1979]).

³⁶ Daí o conceito de Metabolismo socioambiental na Economia Ecológica, que capta os fundamentos dos seres humanos como seres físicos e naturais, destacando as trocas energéticas e materiais que ocorrem entre eles e o seu ambiente natural (CECHIN E VEIGA, 2010).

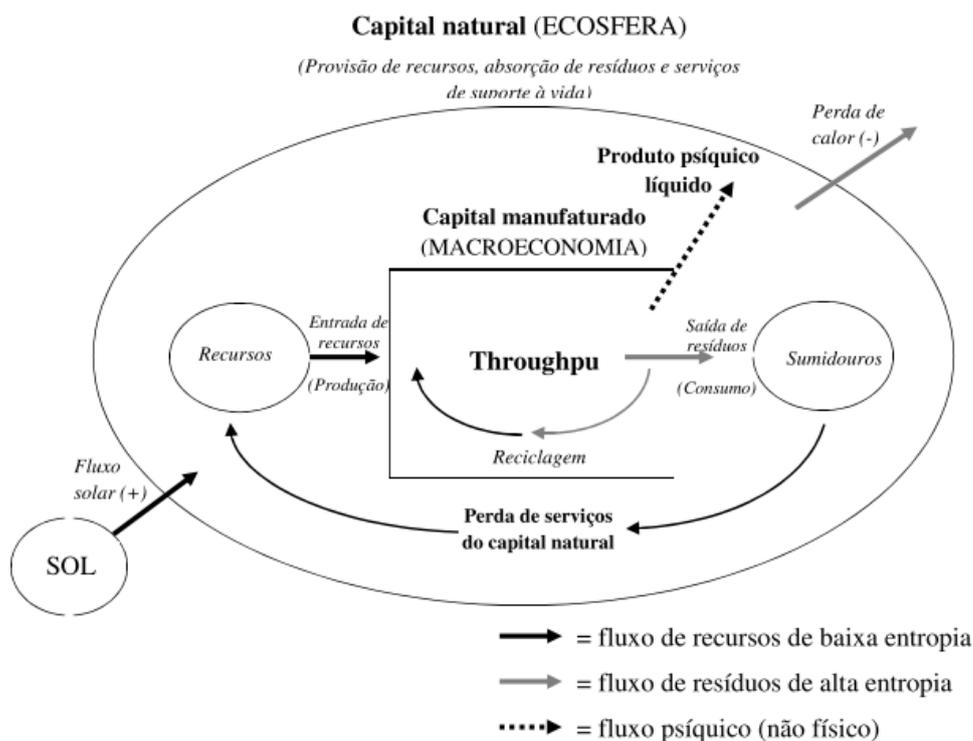


Fig. 3 - Representação alternativa do processo econômico a partir dos fluxos de throughput³⁷

Fonte: Original de LAWN, 2005 apud SAES, 2013, p.31

Quanto ao processo produtivo, os contrastes são ainda maiores. A abordagem ortodoxa não considera diferenças qualitativas entre fatores de produção e se preocupa apenas com a manutenção dos estoques de capital. De forma resumida, o esquema pré-analítico da economia tradicional considera de forma equivalente os fatores de produção³⁸, partindo do pressuposto de que havendo a escassez de um, seria possível substituí-lo por outro, sem maiores prejuízos, bastando apenas manter o somatório do estoque constante. Denominada “sustentabilidade fraca”, essa visão reduz tudo a uma questão de alocação, como se todos os fatores fossem de natureza semelhante e pudessem ser substituídos entre eles ao longo do tempo por mecanismos de mercado. Para um economista convencional, por exemplo, se um determinado fator de produção torna-se escasso, seu preço sobe e automaticamente ele é substituído por um fator de produção que seja mais abundante e mais barato (CECHIN e VEIGA, 2010). Sendo assim, a quantidade total é dinamicamente equilibrada.

³⁷ O *throughput* representa o fluxo físico entrópico de energia e materiais utilizados pela atividade econômica. Mais especificamente, esse fluxo é proveniente de fontes naturais, passa pela economia humana e regressa aos sumidouros da natureza (DALY, 2004).

³⁸ As empresas produzem bens e insumos classificados como os três fatores de produção (Y): trabalho ou capital humano (L), terra ou capital natural/ecológico (R) e capital ou capital físico/construído (K). (CECHIN E VEIGA, 2010, p. 39)

A substituíbilidade entre fatores de produção é alvo de muita crítica pelos economistas ecológicos, que não enxergam os fatores de produção como substituíveis, mas como complementares e, inclusive, redundantes. Essa visão oposta a da economia tradicional foi denominada “Sustentabilidade Forte”, conforme exemplifica Daly (2005, p.3-4):

Most ecological economists, myself included, believe that natural and manmade capital are more often complements than substitutes and that natural capital should be maintained on its own, because it has become the limiting factor. That goal is called strong sustainability.

Dentro da sustentabilidade forte, existem fatores de produção que desempenham processos bastante diferentes, como é o caso do capital natural (recursos naturais) e fatores que são redundantes, isto é, que mesmo que sejam aumentados, na ausência de um fator complementar, não geram acréscimo na atividade geral, a exemplo do capital produzido em relação ao capital natural energia. Máquinas e equipamentos, portanto, não podem substituir fatores primários de produção, ou seja, os elementos da natureza. Capital natural não pode ser substituído por capital produzido, pois são fatores complementares. Conforme descrevem Cechin e Veiga (2010, p.39):

A pesca já foi limitada pelo número de barcos pesqueiros no mar, pois eram poucos barcos para grandes populações de peixes. Hoje o limite é a quantidade de peixe e sua capacidade de reprodução. Muitos barcos pesqueiros competem para pegar poucos peixes remanescentes. Construir mais barcos não aumentara a captura de peixe. As populações de peixes se tornaram o fator limitante da pesca.

Por último, é importante abordar as concepções das duas correntes acerca do processo econômico, que estão profundamente vinculadas aos modelos de sustentabilidade propostos pelos economistas ecológicos e que incorporam a expectativa de uma redução da jornada de trabalho. As políticas econômicas de incentivo ao consumo estão sustentadas por uma visão bastante ingênua e otimista dos processos econômicos, visão esta derivada de todos esses pressupostos falsos que já foram anteriormente comentados e da sustentabilidade fraca com que se presume serem substituíveis os fatores de produção entre si. Dessa forma, a sustentabilidade na concepção dos economistas convencionais parte da ideia de que o consumo pode ser sustentado indefinidamente e no nível mais elevado possível, desde que se atenda a uma regra: “o que deve ser conservado para que o consumo *per capita* se mantenha constante é a soma dos chamados ‘três fatores’” (CECHIN E VEIGA, 2010).

O otimismo que permeia o pensamento econômico tradicional negligencia a realidade de escassez dos recursos naturais e o limite que eles representam para qualquer expansão econômica em longo prazo.

Cechin e Veiga (2010, p.17) afirmam que, em se tratando de sobrevivência e qualidade de vida da humanidade, o otimismo que permeia os discursos dos economistas tradicionais deriva da preocupação exclusiva de determinados sobre o crescimento econômico. A questão da sustentabilidade se limita, portanto, à sustentabilidade do próprio crescimento, ou seja, a questão é saber se a produção de bens e serviços com valores monetários é capaz de se sustentar por no prazo curto, mesmo que alguns recursos sejam finitos. Esse ponto de vista foi demonstrado na réplica do economista Stiglitz às críticas de Georgescu-Roegen em relação ao modelo analítico da economia neoclássica que ele e outros economistas ajudaram a formular. Para ele, a questão da sustentabilidade do modelo neoclássico não faz parte do escopo da Economia, uma vez que o papel dos seus modelos analíticos é permitir responder a perguntas sobre os próximos 50-60 anos (STIGLITZ, 1997, CECHIN E VEIGA, 2010).

Part of the problem arises from a lack of understanding of the role of the kind of analytic models that we (and others) have formulated. They are intended to help us answer questions like, for the intermediate run—for the next 50 – 60 years,. sit possible that growth can be sustained? What does this possibility entail? We write down models as if they extend out to infinity, but no one takes these limits seriously—for one thing, an exponential increase in the population presents almost unimaginable problems of congestion on our limited planet (STIGLITZ, 1997, p.269 – grifo da autora)

O crescimento econômico é defendido de tal forma que economistas convencionais chegam ao absurdo de reduzir o impacto à agricultura como uma questão puramente monetária. Schelling (1997) afirma que os países em desenvolvimento estão mais vulneráveis aos efeitos dos impactos climáticos pelo fato de suas economias estarem fundamentadas basicamente na agricultura, setor mais afetado pelas mudanças climáticas, enquanto que em países desenvolvidos, o impacto se reduziria a apenas cerca de 2% ou 3% de aumento de custo de vida, que é a porcentagem do PIB representado por este setor nos EUA. Essa conclusão demonstra uma total falta de compreensão da complexidade ecológica que interliga todos os ecossistemas e que seriam afetados pelos efeitos sinérgicos das mudanças climáticas. Reflete também uma dificuldade de entender a importância que a conservação das funções e serviços ambientais

proporcionados pela terra, como o fornecimento de alimentos, teria para a manutenção de todas as outras atividades humanas, inclusive sua própria existência.

Neste aspecto é que a Economia Ambiental e a Economia Ecológica discordam drasticamente. O apego ao crescimento econômico da economia tradicional sempre foi um dos principais alvos dessa nova abordagem, uma vez que os recursos naturais são escassos e que o crescimento da produção exige sempre mais energia e matéria da natureza, por mais que a tecnologia evolua e tenha mais eficiência. Confiar em um desenvolvimento tecnológico capaz de resolver todos os problemas gerados pelo atual sistema econômico é acreditar em uma tendência milagrosa que nunca deu sinais de que possa de fato ocorrer. E arriscar manter este modelo econômico de crescimento visivelmente insustentável é estabelecer uma conduta irresponsável e completamente distante de qualquer princípio de precaução.

A constatação da escassez dos recursos naturais e dos limites que estes recursos impõem ao crescimento econômico e à sobrevivência da humanidade deve ser o norteador das tomadas de decisão que tangem as políticas de desenvolvimento econômico. Não se sabe qual o limite máximo de crescimento que a economia deve atingir sem que se sobrecarregue irreversivelmente a capacidade regenerativa do planeta. O que se sabe é que a taxa atual é incompatível com sua resiliência, ainda mais com a tendência de aumento populacional e de consumo. Dessa forma, o risco de se manter este patamar de crescimento é indiscutivelmente alto e, diante da incerteza quanto ao futuro da humanidade, a única solução é adotar medidas baseadas no princípio da precaução.

Neste aspecto, é preciso optar por uma posição realista e dinâmico-integrada, com a contribuição das ciências sociais e naturais, de modo a se pensar em estratégias que busquem uma mudança nos parâmetros socioculturais atualmente vinculados ao consumo. É preciso se pensar em modelos econômicos que se contraponham a esta lógica de crescimento e que estenda ao máximo de gerações possíveis a qualidade de vida ambiental. Esses modelos foram imaginados por Kenneth E. Boulding, Georgescu-Roegen e Herman Daly, os quais estabeleceram três principais visões sobre o futuro do processo econômico, respectivamente, a “economia do astronauta”, o “decrescimento”³⁹ e a “economia do estado estável”⁴⁰.

³⁹ José Eli da Veiga destaca que existe uma polêmica em torno da expressão “Decrecscimento Econômico”. Segundo ele, a palavra “decrescimento” veio da tradução das obras de Georgescu-Roegen pelo filósofo francês Jacques Grinevald e pelo historiador belga Ivo Rens, mas a escolha desta palavra

A economia do Astronauta, visionada por Kenneth Boulding, traz esse nome pela analogia feita entre a terra e uma espaçonave. Uma espaçonave troca apenas energia com o meio externo, o universo, e toda a sua tripulação depende do conjunto de material que permanece constante dentro da espaçonave. Neste sentido, a única fonte infinita (não escassa) é a própria energia trocada com o universo. Seguindo esse modelo “espacial”, o planeta seria um sistema fechado, tal qual uma espaçonave. Dessa forma, Boulding vislumbrava uma situação econômica em que houvesse uma manutenção dos estoques materiais em circulação na economia associada a uma gradual inovação tecnológica que permitisse uma utilização da energia renovável proveniente do Sol. Para Boulding, o sucesso da economia não estava relacionado ao aumento da produção e do consumo, mas sim a mudanças tecnológicas que resultassem na manutenção do estoque e de capital com a menor utilização possível de recursos naturais (CECHIN e VEIGA, 2010, p.42).

Esse modelo, “economia do astronauta”, se opõe à “economia do cowboy” que predominou ao longo da história humana, em que a exploração dos recursos e expansão das fronteiras representavam os principais objetivos a serem alcançados pelas nações (CECHIN e VEIGA, 2010). Apesar de considerar a importância da inovação tecnológica como processo para desmaterializar a economia, tornando-a menos dependente de recursos naturais, Georgescu-Roegen, com suas análises termodinâmicas, demonstrou ser idílico o funcionamento deste modelo simplesmente pelo fato de ser impossível conquistar uma eficiência total no processo produtivo. Isso significa que, por mais que a eficiência tecnológica aumente, ela não consegue compensar os prejuízos do aumento da escala econômica. E mesmo que a população humana se estabilizasse, esse modelo ignora a impossibilidade de uma reciclagem 100% da matéria prima utilizada nos processos produtivos e esquece o aumento da entropia resultante dos resíduos desses processos.

Uma vez que a lei da Entropia não possibilita nenhum meio para esfriar o planeta aquecido continuamente, a poluição térmica pode provar-se um obstáculo mais crucial ao crescimento do que a finitude dos recursos acessíveis (GEORGESCU – ROEGEN, 1976, p.14)

tem gerado confusão e sendo mal interpretada por outros segmentos da chamada “Ecologia Política”. Por isso, hoje muitos autores vêm substituindo o termo “decrecimento” por outros, tais como “não-crescimento”, “crescimento verde” etc.

⁴⁰ Para saber mais, recomenda-se a leitura do livro “Economia do Meio Ambiente” organizado por Peter H. May.

Daly, por sua vez, também propôs uma visão do processo produtivo que se opunha ao dogma do crescimento da economia tradicional e que guarda algumas semelhanças com as ideias de Boulding. Denominada *Steady State Economy* ou “Condição Estável”, essa visão define um estado em que a quantidade de recursos utilizados na natureza seria suficiente apenas para manter constantes o capital e a população, e os recursos primários só seriam usados para a melhoria qualitativa dos bens de capital. Dessa forma, vislumbra uma situação em que o desenvolvimento (mudanças qualitativas) suplantaria o crescimento material (mudanças quantitativas) permitindo uma manutenção da escala econômica associado a uma melhoria de qualidade de vida. Essas melhorias qualitativas, no entanto, dependeriam de um aumento da capacidade de conhecimento, ou seja, de uma eficiência tecnológica crescente que permitisse uma eficiência cada vez maior dos processos produtivos para gerar serviços e manter o capital.

Assim, ambos os modelos se baseiam em uma eficiência tecnológica capaz de manter constante o estoque de material utilizado. Na visão de Georgescu-Roegen, no entanto, os modelos econômicos propostos por Boulding e Daly não passam de mitos (CECHIN e VEIGA, 2010, p. 43). O primeiro considera que o planeta poderia se comportar como um sistema fechado, reciclando todos os materiais e dependendo inteiramente da utilização direta da energia solar; e o segundo, transmite a ideia de que seria possível manter indefinidamente os padrões de vida e de conforto já alcançados nos países abastados, e de que o fim do crescimento seria uma vitória sobre a entropia. Segundo Georgescu-Roegen, esses modelos trazem a falsa premissa de que o padrão de vida, no qual se mantêm capital e população constantes, não acarreta uma escassez progressiva das fontes terrestres de energia e materiais (Idem, 2010). Dessa forma, Georgescu-Roegen vai além desses dois modelos ao propor o “decrescimento” como alternativa.

Pela irreversibilidade dos processos produtivos e constante aumento da energia entrópica no planeta, Georgescu-Roegen salienta que a tendência do processo econômico é declinar a partir de determinado momento. Este processo seria inevitável, restando apenas uma única alternativa: adiar ao máximo este declínio por meio de medidas de encolhimento econômico, de “decrescimento”. O objetivo é retardar o momento do colapso que, mais cedo ou mais tarde, irá acontecer, seja pelo acúmulo de resíduos incapazes de serem absorvidos pela natureza, seja pelo aumento da entropia que irá inviabilizar a vida humana. Dessa forma, a visão de Georgescu-Roegen é mais

radical ao sugerir uma urgente diminuição do uso dos recursos naturais, de forma voluntária, antes mesmo que esses recursos comecem a dar sinais de escassez.

Independentemente das diferenças dessas visões, é importante destacar aquilo que as une e que pode ser considerada a grande preocupação da Economia Ecológica: a importância atribuída à questão da escala e do tamanho físico da economia diante do ecossistema. É importante salientar que a EE não recrimina necessariamente o uso do capital energético que se encontra disponível para a humanidade, mas entende que as demandas energéticas do atual estilo de crescimento econômico e a atual impossibilidade técnica do uso integral do fluxo de energia solar de baixa entropia exigem que parcelas cada vez maiores deste estoque sejam utilizadas. Por isso, o que a EE recrimina é o uso irresponsável desses recursos e a desconsideração da finitude da base física que sustenta o sistema econômico. Neste sentido, pode-se dizer que a Economia Ecológica adota uma postura de ceticismo prudente com relação ao uso dos recursos providos pelo meio ambiente (AMAZONAS, 2002) e certo pessimismo dentro de uma perspectiva em longo prazo (ANDRADE, 2010).

Uma vez que a economia não cresce no “vácuo” e sim em um sistema finito, a Economia Ecológica é inteiramente cética quanto à possibilidade de um crescimento por tempo indeterminado e, sem dúvida, completamente contrária à noção de que este crescimento possa ser a solução para os problemas ecológicos. Este ceticismo encontra respaldo em uma série de obras importantes que foram publicadas a partir do séc. XIX (Quadro 1) e que embasam os argumentos dos economistas ecológicos sobre a necessidade de um novo paradigma que inclua uma mudança profunda no comportamento de consumo. A abordagem da Economia Ecológica, neste aspecto, precisa lidar com uma gama de problemas e desafios muito diversos e complexos, trazendo implícita a ideia de uma agenda de pesquisa verdadeiramente transdisciplinar norteada por um desenvolvimento sustentável que incorpore uma equidade intra e intergeracional (ANDRADE, 2008) e um equilíbrio dos fatores sociais, ambientais e econômicos.

Quadro 1: Principais obras sobre o crescimento

1821	On the principles of political economy and taxation (3rd edition) by David Ricardo (on the ‘Stationary State’)
1848	Principles of political economy by John Stuart Mill (on the ‘Stationary State’, in Book

	IV, Chapter VI)
1883	Human labour and the unit of energy by Sergei Podolinsky
1922	Cartesian economics by Frederick Soddy The costs of economic growth by E J Mishan
1967	The entropy law and the economic process by Nicholas Georgescu- Roegen
1971	Limits to growth: A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind by Donella Meadows
1972	Small is beautiful: A study of economics as if people mattered by E F Schumacher
1973	Toward a steady state economy by Herman E Daly (ed)
1977	The economic growth debate: An assessment by E J Mishan Social limits to growth by Fred Hirsch
1978	The economic growth debate: Are there limits to growth? By Lawrence Pringle
1982	Overshoot by William R Catton
1987	Our common future by the World Commission on Environment and Development
1989	Beyond the limits to growth: A report to the Club of Rome by Eduard Pestel
1992	The growth illusion: How economic growth has enriched the few, impoverished the many, and endangered the planet by Richard Douthwaite and Edward Goldsmith
1995	Our ecological footprint: Reducing human impact on the Earth by William Rees and Mathis Wackernagel
1996	Beyond growth by Herman E Daly
1997	Sustainable development: Prosperity without growth by Michael J Kinsley
2004	Limits to growth: The 30 year update by Donella Meadows, Jorgen Randers and Dennis Meadows Growth fetish by Clive Hamilton
2005	Ecological debt: The health of the planet and the wealth of nations by Andrew Simms
2006	Growth isn't working: The unbalanced distribution of benefits and costs from economic growth by David Woodward and Andrew Simms
2008	Managing without growth by Peter Victor

2009	Prosperity without growth by Tim Jackson
2010	Growth isn't possible by Andrew Simms, Victoria Johnson and Peter Chowla.

Fonte: Adaptado de Simms et al (2010)

É neste contexto multidisciplinar que alguns economistas ecológicos de diferentes áreas do conhecimento passaram a sugerir algumas estratégias que, em termos práticos, possibilitasse a integração dos três principais pilares da sustentabilidade⁴¹, a saber: economia, sociedade e meio ambiente. A proposta de redução da jornada de trabalho é uma delas. Amparadas principalmente por defensores do “decrescimento”, a exemplo do movimento na França liderado por Serge Latouche, a redução da jornada de trabalho sendo apontada como uma alternativa mais sustentável para lidar com uma série de problemas de ordem ambiental, social e econômica, sendo associada a uma busca por um novo paradigma econômico que se opõe ao crescimento produtivo da economia ortodoxa.

A Economia Ecológica e a Redução da Jornada de Trabalho

Ao longo dos capítulos anteriores foi discutida a relação entre o trabalho e o consumo, demonstrando que por trás do padrão de consumo das sociedades capitalistas modernas está um modelo econômico que objetiva um crescimento indefinido dos processos produtivos. Também foi demonstrado que este modelo de crescimento não só é ineficiente para gerar bem estar para a sociedade, como também é insustentável do ponto de vista ambiental, contribuindo para a intensificação dos impactos no planeta e para a desigualdade social. Mas o que se fazer quanto a isso? Como transformar um padrão de comportamento e desenvolver novas atitudes que sejam capazes de frear este consumismo e oferecer uma melhor perspectiva para a vida humana em longo prazo?

É com o intuito de responder a esta pergunta que muitos economistas ecológicos e defensores das ideias do decrescimento e do *steady state economy*⁴² vem buscando

⁴¹ É importante apenas mencionar a discussão sobre esses três pilares (ou “Tripple Botton Line”, expressão cunhada pelo sociólogo John Elkington. José Eli da Veiga, por exemplo, em seu mais recente livro, “A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade”, critica esta visão que chama de “bizarra parábola” e argumenta que há uma diversidade de dimensões do desenvolvimento, a exemplo das dimensões política e de segurança (Revista Página 22, número 75, de Junho de 2013, p. 6). Apesar de concordar com a existência de outras dimensões, este trabalho não pretende entrar no mérito desta discussão e permanecerá usando os três pilares como referência, sem prejuízo ao conteúdo abordado.

⁴² O decrescimento ficou, por muito tempo, restrito aos autores oriundos de países francofônicos, depois se espalhando para a Itália e Espanha, enquanto que o Steady State Economy está associado

algumas medidas em comum para lidar com esta problemática. Dentre elas está a reavaliação da atual jornada de trabalho (SAES, 2013). A proposta da redução da jornada de trabalho vem ganhando cada vez mais força entre os economistas ecológicos e movimentos contrários ao crescimento econômico tradicional. Por toda a influência que o ritmo de trabalho representa para o estilo de vida e o padrão de consumo das sociedades capitalistas e, principalmente, pela observação feita, em 1934, por Simon Kuznets, de que “o bem estar de uma nação não pode ser inferido pela medida de sua renda nacional”⁴³, a redução da jornada de trabalho vem sendo defendida como uma das metas para um modelo econômico mais sustentável.

Movimentos como o *décroissance*⁴⁴, liderado por Serge Latouche; trabalhos como os do economista ecológico Peter Victor⁴⁵, no Canadá; publicações da NEF (New Economics Foundation)⁴⁶ dentre outros, são exemplos do destaque que o tema vem ganhando no contexto da sustentabilidade nos países desenvolvidos. O discurso a favor da diminuição da carga horária adquire diversos contornos e perspectivas práticas, podendo tomar forma no contexto de uma redução da jornada diária trabalhada, dos dias trabalhados (flexibilização da jornada) ou até de uma mudança de local trabalhado (*home office*). Independentemente das variações, o que se destaca é a ideia em comum que elas trazem em si e que se fundamenta numa perspectiva de redução do consumo e, conseqüentemente, diminuição da pressão sobre os recursos naturais, além de outros potenciais benefícios para a sociedade como um todo.

O movimento *Décroissance*, na França, por exemplo, apresenta a redução da jornada de trabalho como uma das principais bandeiras. Inspirado pelas obras de Georgescu-Roegen, o movimento, cujo expoente maior é o sociólogo e economista ecológico Serge Latouche, apresenta um caráter político e reacionário derivado do reconhecimento de que não é possível um crescimento infinito em um mundo finito. Para o movimento, cujo slogan é “*Vivre mieux, avec moins de biens et plus de liens*” a sociedade do

majoritariamente aos trabalhos de pesquisadores norte-americanos. Contudo, em termos de opções políticas e reformas institucionais, o conjunto de propostas do decrescimento apresenta grande similaridade com o que vem sendo levantado pela condição estável. Kallis (SAES, 2013).

⁴³ Frase original: “The welfare of a nation can scarcely be inferred from a measure of national income.”

⁴⁴ <http://www.dcroissance.org/> Para saber mais sobre o movimento, recomenda-se também a leitura do artigo de Gomes e Nascimento (2009).

⁴⁵ <http://www.pvictor.com/Site/Home.html>

⁴⁶ NEF - núcleo de pesquisa independente que visa promover soluções inovadores que desafiam o pensamento dominante sobre as questões econômicas, sociais e ambientais. <http://www.neweconomics.org/>

crescimento não é sustentável nem desejável pois seu modelo confronta os limites da biosfera:

La société de croissance peut être définie comme une société dominée par une économie de croissance, précisément, et qui tend à s'y laisser absorber. La croissance pour la croissance devient ainsi l'objectif primordial, sinon le seul, de la vie. Une telle société n'est pas soutenable parce qu'elle se heurte aux limites de la biosphère. Si l'on prend comme indice du « poids » environnemental de notre mode de vie l'« empreinte » écologique de celui-ci en superficie terrestre nécessaire, on obtient des résultats insoutenables tant du point de vue de l'équité dans les droits de tirage sur la nature que du point de vue de la capacité de régénération de la biosphère (LATOUCHE, 2003)⁴⁷

Alguns defensores do decrescimento consideram que o movimento não busca necessariamente criar um novo paradigma econômico, nem um sistema de pensar substitutivo do vigente, mas tem como principal objetivo produzir ideias e sugestões que permitam criar, aos poucos, uma sociedade distinta, mais saudável, mais simples e mais relacional. Neste âmbito, o sentido do movimento pode ser resumido, segundo Latouche, nos oito erros: redução do consumo geral; reciclagem dos produtos para dispensar a produção de novos; reutilização do que já existe, economizando recursos naturais; reavaliação dos hábitos de consumo; reconceituação da vida e das relações sociais que a envolvem; reestruturação das estruturas econômicas e instituições políticas; redistribuição melhor dos bens existentes, e; remanejamento da produção, do trabalho e da moradia (NASCIMENTO E GOMES, 2009; SAES, 2013)

O primeiro “erro” de Latouche se refere a uma necessidade de redução de consumo e, também uma redução do tempo de trabalho. Em suas próprias palavras:

Shortening the working week is, finally, an essential element, as we shall see when we discuss policies for fighting unemployment. This obviously means job-sharing to ensure that anyone who wants a job can find one. A shorter working week must go hand in hand with the possibility of changing one's job as the economic situation changes or at different times in one's personal life. [...]Above all, we must be weaned off our addiction to 'the job', as it is a major element in the tragedy of productivism. We will not be able to build a serene degrowth society unless we rediscover the repressed dimensions of life: the leisure to do one's duty as a citizen, the pleasure of the freedom to engage in freely chosen arts and crafts activities, the sensation of having found time to play, contemplate, meditate, enjoy

⁴⁷ LATOUCHE, S. **Pour une société de décroissance**. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2003/11/LATOUCHE/10651>>. Acesso em: 01 nov. 2003.

*conversations or quite simply to enjoy being alive.*⁴⁸ (LATOUCHE, 2009. P.40-41)

Latouche afirma que a conversão ecológica da sociedade se sustenta na promessa de uma maior alegria de viver ⁴⁹, e, antes do que nunca, em uma alimentação mais saudável, mais tempo de lazer e convivência social harmoniosa (LATOUCHE, 2009). O decrescimento deve então passar por uma fase de diminuição de ritmo e, portanto, isso significa resistir ao império da velocidade e às tendências atuais predominantes.

A ideia do movimento consiste basicamente em transformar os ganhos produtivos em uma redução de horas trabalhadas que, por reflexo, seria capaz de criar novos empregos. Para o movimento, políticas ecológicas são compatíveis com políticas sociais. Muito mais do que isso, são pré-requisitos para que as transformações sejam realmente duradouras. Da mesma forma Murray Bookchin disse, em 1990, que não se pode resolver a crise ambiental sem resolver os problemas sociais, Latouche argumenta que o contrário também é verdadeiro: não se pode resolver os problemas sociais sem lidar com a crise ambiental (LATOUCHE, 2009, p.77). Essa transformação, no entanto, requer tempo, pois exige uma mudança de produção, de tendências e de valores e estilos de vida.

Uma redução no número de horas trabalhadas é, portanto, necessária para sair de uma sociedade altamente baseada no trabalho como sustentáculo do crescimento e também para garantir a cada um o direito de ter um emprego satisfatório. Essa mudança traria, segundo o movimento, uma redução de cerca de dois terços do consumo de recursos naturais atualmente exigidos na França (LATOUCHE, 2009). Longe de ser um dogma, o decrescimento representa um desafio à lógica do crescimento. De forma aparentemente paradoxal, a diminuição das horas de trabalho para os assalariados não representaria o fim do trabalho, e sim o início de um trabalho mais estável, um trabalho sem insegurança, isolamento, estresse e medo (Idem, 2009). A redução da jornada resgataria nos indivíduos uma liberdade de tempo para que possam desfrutar de suas vidas políticas, privadas e artísticas, ou mesmo para atividades de lazer e contemplação, que são realmente os fatores relevantes para o bem estar e saúde. Novos talentos iriam se estabelecer no lugar de outras necessidades que antes os impediam de se manifestar.

⁴⁸Observe-se que o tempo livre neste caso remete ao conceito de lazer mencionado no cap. 2 como “uma subdivisão do tempo livre que se opõe a um tempo fora do trabalho utilizado para atividades obrigatórias” (MALACRIDA e MACHADO, 2008) ou pela definição de Lazer segundo a qualidade da atividade, de Dumazedier (2001).

⁴⁹ “joie de vivre”

Talentos poéticos, artísticos e científicos iriam se multiplicar e se enraizar a cada dia (TARDE 1980 apud LATOUCHE, 2009).

A questão básica de que os defensores do decrescimento tratam não é necessariamente a definição exata do número de horas que se precisa trabalhar, mas do papel que o trabalho possui na sociedade como valor social. Neste sentido, Latouche usa o próprio país como exemplo de uma nação que, embora possua a menor carga horária de trabalho legal do mundo (35 horas semanais), assim como todas as demais sociedades ocidentais, é totalmente confusa em relação à questão do trabalho (LATOUCHE, 2009). A falha das 35-horas semanais de trabalho, segundo ele, está na falta de determinação e na forma ainda conservadora que esta iniciativa tem de enxergar o trabalho, ainda atrelada a receitas antigas, presas ao passado. O decrescimento vai além de uma redução quantitativa do número de horas trabalhadas, mas passa também por uma mudança qualitativa e transformadora do trabalho em si. Trabalhar menor e de diferentes maneiras pode ser o caminho para redescobrir o sentido do lazer e para uma série de oportunidades que uma sociedade voltada para o trabalho e para o crescimento não possui (SAHLINS, 1972 apud LATOUCHE, 2009).

O relatório “A Scoping Study on the Macroeconomics View on Sustainability”, publicado em 2010, de autoria dos pesquisadores da Cambridge Econometrics (CE) e do Sustainable Europe Research Institute (SERI) para a Comissão Europeia, examinou as ligações entre a macroeconomia e o desenvolvimento sustentável (SAES, 2013). Mais especificamente, os autores discutiram se os modelos macroeconômicos existentes são capazes de analisar as políticas econômicas a partir de uma perspectiva da sustentabilidade. Os pesquisadores observaram que ainda não existem modelos macroeconômicos baseados nos fundamentos da Economia Ecológica (POLLITT et al., 2010). De fato, Saes (2013, p.97) afirma que falta nas argumentações de Latouche, por exemplo, um detalhamento mais concreto de como se alcançar as propostas do movimento:

O autor, com exceção à referência à tributação, não especifica os instrumentos e reformas adequados para promover a transição – mesmo porque não é essa a sua preocupação central. Essa preocupação só começa a adentrar, com maior clareza, o campo do decrescimento após a conferência de 2008, quando começam a ser publicados artigos voltados ao tema em diferentes periódicos – principalmente, Ecological Economics, Journal of Cleaner Production e Environmental Innovation and Societal Transitions.

Alguns trabalhos, contudo, têm sido desenvolvidos com o objetivo de discutir e elaborar uma macroeconomia ecológica mais palpável, que não dependa do crescimento econômico ilimitado, que veja o ecossistema como elemento essencial da economia e que não trabalhe com o pressuposto de substituição ilimitada entre os fatores de produção (SAES, 2013). Um desses trabalhos é o do canadense economista Peter Victor, professor da York University. Em sua obra, “*Managing Without Growth: Slower by Design, Not Disaster* (2008), ele investigou as possibilidades de gerir a economia canadense sem crescimento econômico utilizando simulações computacionais para desenhar cenários de diminuição do crescimento no Canadá até o ano de 2035. Este trabalho deu origem ao modelo denominado *Lowgrow*, cujos resultados revelaram que uma redução dos impactos totais da atividade humana, desde que corretamente gerida, poderia ser acompanhada de melhoria das variáveis sociais (SAES, 2013).

O modelo *Lowgrow* de Peter Victor tem como objetivo desenhar uma transição para uma situação de crescimento econômico baixo ou zero (SAES, 2013) promovendo algumas circunstâncias desejáveis, sendo elas basicamente o aumento de emprego e a redução de gases de efeito estufa. Para atingir essas circunstâncias, ele aponta a redução da jornada de trabalho como único caminho viável e importante medida estratégica frente à tendência de aumento da produtividade que vem acontecendo desde a Revolução Industrial (NEF, 2009c, 2011). No *Lowgrow*, a redução da jornada permitiria garantir emprego para todos e os benefícios do aumento da produtividade levariam a um aumento do tempo para o lazer, preferível ao aumento do PIB. Em termos mais exatos, isso exigiria uma redução da jornada de trabalho de cerca de 20% até 2035, ou seja, para 1500 horas ao ano (VICTOR, 2010).

De fato, a perspectiva de redução da jornada de trabalho devido ao aumento da produtividade não é algo inédito. O economista britânico John Maynard Keynes, por exemplo, havia imaginado que até o final do século XX as pessoas estariam trabalhando apenas dois dias por semana graças às inovações tecnológicas que incrementavam a produtividade e que lhes permitiriam, por sua vez, aproveitar o tempo de lazer. O que Keynes não previu é que estas mesmas pessoas continuariam trabalhando tanto quanto antes para produzir e consumir produtos que não só não contribuiriam para o seu bem estar como também pressionariam o uso de recursos naturais.

À princípio, a explicação para a manutenção do tempo de trabalho parece nobre. A lógica econômica tradicional pressupõe que, com o aumento da produtividade⁵⁰ sem aumento do número final de bens, haveria uma demanda cada vez menor por trabalho humano e isso, segundo a economia tradicional, geraria um número crescente de desemprego e provocaria o colapso da sociedade. Dessa forma, a manutenção do tempo de trabalho e crescimento da produção garantiria que as vagas de empregos continuassem a ser oferecidas (NEF, 2009). É desse raciocínio, portanto, que surge desproporção entre o crescimento da produtividade e a quantidade de horas trabalhadas na França. Nos últimos duzentos anos, por exemplo, enquanto que a hora de produtividade se multiplicou por um fator de 30, na França, o número de horas trabalhada reduziu apenas em um fator de 2. O número de empregos aumentou por um fator de 1.75, enquanto que a produção aumentou por um fator de 26 (LATOUCHE, 2009, p. 70).

O problema é que, a solução encontrada pelos economistas tradicionais para evitar um colapso da sociedade tem se mostrado um atalho muito pior para que este colapso aconteça. Embora a tecnologia ofereça o mesmo resultado a partir de menos horas trabalhadas, as pessoas continuam a trabalhar por uma grande quantidade de horas, e o número de bens produzidos no planeta aumenta vertiginosamente. Sendo assim, a redução da jornada de trabalho, além de medida para conter o aumento do consumo e reduzir a pressão sobre os recursos naturais, é também apontada como uma medida capaz de inverter esta lógica de mercado. A redução da jornada semanal de trabalho, prevista no modelo Lowgrow, permite elevar o número de empregos e aumentar o tempo de lazer.

Os cenários para a economia canadense indicam que os países ricos já têm condições para abandonar o crescimento e poderiam fazê-lo de imediato usando a redução da jornada de trabalho com uma das principais políticas que podem ser utilizadas⁵¹. Seus cenários trazem informações importantes sobre os efeitos de políticas tributárias, fiscais e, particularmente, sobre os efeitos positivos da redução da jornada de trabalho. Contudo, a grande contribuição de Victor é justamente mostrar que há possibilidades de alteração dos objetivos das políticas econômicas sem necessidade de grandes alterações da teoria ou dos instrumentos de política econômica. Ou seja, seus resultados

⁵⁰ Vide modelo apresentado no capítulo 2 (figura 1: produtividade x intensidade, p.4).

⁵¹ Um resumo das políticas pode ser encontrado em Victor (2008) ou Saes (2013).

demonstram que há passos viáveis para iniciar uma transição para uma economia mais madura e sustentável.

Ademais, a popularidade do trabalho de Victor e as discussões sobre o tema têm contribuído para o desenvolvimento de novos estudos na área e para fornecer novos insights e discussões sobre a viabilização das políticas de transição. Exemplo disso é a NEF – New Economics Foundation⁵², que vem desenvolvendo estudos que visam agregar mais qualidade de vida, justiça social e bem estar à sociedade. Um deles é o intitulado “*The Great Transition model*”, um modelo elaborado em 2009 para a economia do Reino Unido e que projeta um cenário para 2050 (NEF, 2009c). Outro é um relatório intitulado “21hours: Why a shorter working week can help us all to flourish in the 21th century” (NEF, 2011b), publicado dois anos depois e que pode ser considerado uma extensão do primeiro documento no que tange à parte que trata da redistribuição do tempo de trabalho.

O modelo de transição da NEF (2009c) se baseia em sete principais passos⁵³, sendo eles: boa reavaliação; boa redistribuição; bom reequilíbrio; boa localização; boa reciclagem; boa irrigação econômica e; boa interdependência. Os dois primeiros passos guardam uma relação mais próxima com a questão do trabalho, sendo que o primeiro deriva das perguntas: o que é realmente importante para a sociedade? O que deve ser valorizado? Este primeiro passo compreende uma resignificação do papel de alguns elementos-chaves na sociedade, tais como as relações interpessoais e o trabalho. Dessa forma, coloca o coletivo como principal caminho para responder a essas perguntas. O que importa para a sociedade, segundo o documento, é o que ela considera ser importante para alcançar, coletivamente, por exemplo: um ecossistema funcional; uma moradia segura; água e comida e, acima de tudo, bem estar. Esses valores é que devem ser base para tomada de decisões políticas e para todas as outras decisões que impactem a sociedade (NEF, 2009c).

O segundo passo, por sua vez, demonstra que, assim como existe uma distribuição de renda e bens ineficiente no Reino Unido, o mesmo ocorre com a distribuição do tempo e do trabalho. Sendo assim, a NEF sugere uma redistribuição de tempo, especificamente,

⁵² NEF – www.neweconomics.org

⁵³ Original: “great revaluing; great redistribution; great rebalancing; great localisation; great reskilling; great economic irrigation, e; great interdependance”. Para mais detalhes sobre cada um dos passos, recomenda-se a leitura do documento original (NEF, 2009c).

uma redução da jornada de trabalho para o equivalente a 21 horas semanais⁵⁴, embora a definição dessas 21 horas seja uma sugestão e não necessariamente uma opção fechada. A NEF, inclusive, coloca como natural que haja uma transição em que o número de horas trabalhadas sejam gradualmente reduzidos das 48 para 32, equivalente a 4 dias por semana, e, posteriormente, chegue-se ao ideal das 21 horas ou três dias por semana (NEF, 2009c; 2011a-b). Quais impactos, no entanto, estas mudanças representariam para a transformação dos valores da sociedade e de que forma isso promoveria um caminho para a sustentabilidade?

Os resultados previstos pela NEF com a redução da jornada de trabalho possuem muito em comum com os previstos por Peter Victor e Serge Latouche e, inclusive, foram baseados em alguns dos trabalhos desses autores. Basicamente, o objetivo da NEF ao elaborar esta proposta é sugerir um modelo que permita lidar com uma série de problemas que atingem a grande maioria das sociedades capitalista atuais: excesso de trabalho, desemprego, consumismo, elevadas emissões de carbono, bem estar reduzido, desigualdades, falta de tempo para viver de forma sustentável e para cuidar de si e dos outros ou simplesmente para aproveitar a vida (NEF, 2011a-b). Dito de outra forma, a redução da jornada de trabalho se justificaria pelos benefícios atribuídos a resumidamente três categorias: recursos naturais, humanos e mercados (economia); e como essas categorias são interdependentes, elas influenciariam, de uma forma ou de outra, os padrões de consumo atuais e levariam ao alcance de um estado mais sustentável.

Assim como na visão de Latouche e de Peter Victor, a redução da jornada de trabalho é citada pela NEF como uma medida necessária para criar empregos mais significativos e para estabelecer um equilíbrio entre o trabalho remunerado e outras atividades importantes da vida, que fazem parte do que se denomina “*Core Economy*”⁵⁵(NEF, 2009c, 2011b).

By sharing working hours and tasks more equally, everyone would be able to undertake more meaningful work, and by shortening the working week to four days we could create a better balance between paid work and the vital ‘core economy’ of family, friends and

⁵⁴ O tempo de 21 horas foi estabelecido a partir de uma aproximação com o tempo médio que um indivíduo na Inglaterra passa no trabalho remunerado e não remunerado na Grã-Bretanha (NEF, 2011b).

⁵⁵ “Core Economy” é descrito em NEF (2011a) como sendo os recursos humanos que sustentam a vida social. “These resources are embedded in the everyday lives of every individual (time, wisdom, experience, energy, knowledge, skills) and in the relationships among them (love, empathy, responsibility, care, reciprocity, teaching, and learning). They are ‘core’ because they are central and essential to society (NEF, 2011a)

community life. [...]More equal societies are happier societies. By focusing on fairness we reap both social and economic benefits, as we no longer have to pay such a high price for the social ‘ills’ associated with high levels of inequality (NEF, 2009c, p.5).

A criação de empregos, portanto, proporcionaria o alcance de uma maior justiça social e, logo, estaria intimamente relacionada ao aumento do bem estar (NEF, 2009c, 2011b).

[...] the equal distribution of working time would contribute significantly to relative poverty and inequality, and to the reduction of social ills and so the creation of the sort of society that people would actually want to live in.[...] (NEF, 2009c, p.43)

Esta afirmação é feita a partir da seguinte lógica: uma vez que a jornada de trabalho tenha sido reduzida, mais vagas de empregos seriam abertas. Dessa forma, o mal estar provocado pelo desemprego e pelas longas jornadas de trabalho (com todo o estresse associado à falta de tempo) seria reduzido. Além disso, este tempo livre a mais serviria para melhorar qualitativamente a vida das pessoas, pelas possibilidades que elas teriam de realizar atividades que lhes proporcionariam bem estar, tais como: levar as crianças para a escola; caminhar; ler um livro, dentre outras (NEF, 2009c, 2011b). O aumento do tempo livre também valorizaria eventos culturais e celebrações periódicas, além de outros eventos importantes locais, regionais e até internacionais (Idem, 2009c, 2011b)

Overwork reduces the time available for many of the other things in life that matter. Achieving greater balance between time spent undertaking paid work and non-paid activities will enable individuals to pursue a range of interests and follow pathways which are intrinsically as well as financially rewarding to them.(NEF, 2009c, p.32)

O aumento do bem estar, por sua vez, contribuiria para reduzir a pegada ecológica da sociedade em termos de consumo material e energético. O aumento do bem estar e do tempo livre se refletiria numa sociedade menos compulsiva, menos vulnerável e menos interessada em comprar para se sentir mais feliz e aceita. Dessa forma, haveria uma mudança na concepção do uso do tempo e dos valores de vida, conforme descreve o relatório (NEF, 2011b, p. 20):

Se fosse estabelecida uma semana de trabalho bem mais curta, levando todos a usar seu tempo de forma diferente e com muitas pessoas ganhando menos, as ideias sobre o que realmente constitui uma boa vida mudariam, juntamente com a noção de quanto dinheiro é “suficiente” para se manter. [...]Uma semana de trabalho bem mais curta transformaria a lógica de empregos remunerados e ajudaria a mudar a nossa visão sobre o valor das coisas. Além de ajudar a desenvolver uma cultura mais igualitária, também poderia ajudar a reduzir o tipo de consumo que é motivado pela busca de status, ou

pela necessidade de manter a nossa posição na sociedade. Poderíamos nos tornar menos dependentes de consumismo que demanda altos níveis de carbono e mais ligados a relacionamentos, lazer e locais que absorvem mais tempo e menos dinheiro (NEF, 2011b, p.20)

A redução do consumo também é prevista com base nas mudanças no uso de transportes e a uma maior flexibilidade do local do trabalho. Neste caso, a NEF destaca a importância da tecnologia cujo papel seria favorecer a realização de trabalhos fora do ambiente do escritório, ou seja, na própria residência dos funcionários (*Home Office*). Sem o deslocamento para o local de trabalho, as pessoas poderiam gerenciar melhor seu tempo e desfrutar dos benefícios da redução do tráfego de veículos individuais, tais como: maior qualidade do ar, menor poluição sonora e menor estresse ocasionado pelo tempo gasto usualmente no trânsito. Além disso, outro possível benefício que reduziria o consumo material e, ao mesmo tempo, contribuiria para a saúde das pessoas é a alteração nos hábitos alimentares. A NEF acredita que, uma vez trabalhando menos, haveria mais tempo para repensar hábitos alimentares e fugir da rotina dos fast foods e das comidas industrializadas prontas ou semi prontas.

Slow down and rethink the value of 'convenience'. Our growing reliance on cheap fast food is a symptom of hurried lives and an economy that demands long working hours and relentless consumerism – all driving us to put 'convenience' before quality and sustainability. A move towards shorter working hours and less materialist lifestyles could begin to shift the pattern of demand (NEF, 2010, p.7).

Com o aumento do tempo livre, as pessoas teriam mais tempo para se dedicar ao preparo de alimentos em casa, utilizando ingredientes frescos e mais saudáveis. Essa mudança acabaria por incentivar também a produção local, o que além de gerar menos impactos ambientais, geraria também outros benefícios como o de reduzir as barreiras econômicas e sociais que impedem o acesso das famílias mais pobres a alimentos de melhor qualidade:

The food localisation and reskilling process will also further reduce inequality as a higher proportion of processed, unhealthy food products (which have greater environmental costs) are currently consumed by poorer citizens. (NEF, 2009c, p.72)

Neste aspecto do uso do tempo em particular, as mudanças dos hábitos tipicamente associados à vida moderna vem sendo encorajados por movimentos paralelos cada vez mais conhecidos internacionalmente, que pregam o retorno a uma vida mais

desacelerada e fazem um trabalho de educação para o uso do tempo de uma forma mais prazerosa, responsável e sustentável. Dentre os exemplos mais conhecidos estão o Slow Food⁵⁶, que se iniciou na Itália, em 1986, em reação a abertura de um estabelecimento do *McDonalds* na *Piazza di Spagna* (BARRICHELLO, 2012). O projeto, que foi oficialmente lançado como um movimento internacional em Paris, em 1989, acabou se tornando referência para a criação de outros projetos, que à sua semelhança, têm como meta reavaliar a relação que a sociedade tem com o tempo.

[...]Aqui entram instituições que pregam desde o sexo devagar (com base na milenar tradição tântrica) até a ginástica pausada (que, segundo seus ativistas, faz tão bem ou melhor à saúde que uma sessão de malhação normal com o benefício de não comprometer músculos e articulações). O conjunto de esforços em demonstrar que fazer tudo – ou quase tudo – com menos pressa traz benefícios ao homem recebeu o nome de Movimento Devagar [...] (BARRICHELLO, 2012, p.33)

Pode-se concluir, então, com tudo o que já foi dito, que os desafios de construir uma macroeconomia ecológica vêm mobilizando diversos pesquisadores, movimentos e instituições em vários países, intensificando o debate em torno de algumas questões fundamentais para um caminho mais sustentável. Ainda assim, reconhece-se a necessidade de amadurecimento dessas propostas cujas argumentações e possibilidades práticas ainda são vagas e muito hipotéticas. A falta de solidez dessas propostas é esperada, uma vez que a Economia Ecológica é uma abordagem relativamente recente e que ainda tem um longo caminho a percorrer. A predominância de discussões majoritariamente teóricas e pouco referenciadas por experiências práticas é comum em abordagens inovadoras e é especialmente observável quando se busca discutir algo mais específico como a relação entre jornada de trabalho e consumo. Juliet Schor (2008), uma dos poucos autores que já ousaram tratar desta relação, confirma isso em seu trabalho ao dizer que “a redução da jornada de trabalho não tem desempenhado um papel central na literatura sobre sustentabilidade na última década”⁵⁷.

Portanto, a busca por alternativas reais que se contraponham à macroeconomia convencional deve continuar sendo motivada, em todos os aspectos, tanto sob a forma de debates teóricos acalorados no meio acadêmico, como por meio de estudos práticos que sirvam para subsidiar as argumentações e fornecer pistas da viabilidade e eficácia

⁵⁶ Para saber mais, recomenda-se a leitura do artigo “A cultura pós- moderna e o movimento devagar” de Barrichello (2012).

⁵⁷ Tradução direta do trecho “*Worktime reduction has not played a central role in the literature on sustainability over the last decade.*” (SCHOR, 2008, p.47)

das propostas ora sugeridas. Os esforços, neste sentido, são fundamentais para viabilizar novos objetivos de política econômica, compatíveis com a sustentabilidade ecológica, com a satisfação das necessidades sociais e com as liberdades individuais. É com isto tudo em mente que o próximo capítulo visa contribuir com estas discussões, mais particularmente, trazendo-as para um contexto ainda mais distante da “zona de conforto” em que elas até então se encontram. O próximo capítulo busca gerar uma reflexão sobre a proposta da redução da jornada de trabalho no contexto da sociedade brasileira, com todas as particularidades que a caracterizam e as distanciam dos países desenvolvidos que até então vem sendo alvo dessas iniciativas.

Capítulo 5 – A Jornada de Trabalho e o Meio Ambiente: Reflexões e perspectivas para o Brasil

Introdução

A abordagem da Economia Ecológica, concebida por Georgescu-Roegen, Keneth Boulding e Herman Daly, colocou em xeque os pressupostos da Economia Tradicional baseados em crescimento macroeconômico ilimitado e perfeita substitubilidade dos fatores de produção. Da falha do modelo pré-analítico convencional veio a necessidade de se imaginar uma nova forma de se fazer economia, uma que se mostrasse mais sustentável do ponto de vista ambiental e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de garantir o bem estar da sociedade. Para isso, alguns modelos e movimentos foram surgindo ao longo desses últimos anos, como os propostos pelos Economistas Ecológicos Serge Latouche, Peter Victor e pelo grupo da New Economics Foundation (NEF). Em comum, eles apontam a redução da carga horária como estratégia para reduzir o consumo e melhorar a qualidade de vida da população.

Uma vez que os hábitos de consumo têm uma intrínseca relação com o ritmo de vida moderno, imposto pela centralização e intensidade do trabalho, a proposta da redução da jornada de trabalho como uma alternativa mais sustentável se apoia na percepção da influência que o trabalho exerce sobre o uso do tempo e comportamento de consumo dos indivíduos. A iniciativa parte do pressuposto de que a atual carga horária reflete uma política econômica de centralização do trabalho que mantém as pessoas presas a um ciclo vicioso de trabalhar mais para ganhar mais e ganhar mais para comprar mais. Então, qualquer alteração do hábito de consumo necessariamente precisa vir acompanhada de uma ressignificação de valores de vida e, conseqüentemente, uma reavaliação da importância do trabalho para cada um.

Os economistas ecológicos defendem que reduzir a jornada de trabalho permitiria à sociedade se desfazer desse ciclo prejudicial e obter um melhor aproveitamento do tempo livre com atividades que realmente proporcionam bem estar e satisfação na vida. Maior tempo para se dedicar ao lazer, portanto, significaria uma elevação nos níveis de bem estar, o que, por sua vez, estaria associada a uma diminuição do consumo

compulsivo e de outros hábitos prejudiciais movidos por estresse, frustração, dentre outros sentimentos relacionados à vida moderna.

Em um mundo cujo número populacional bate recordes a cada ano, o impacto do consumo cresce exponencialmente e extrapola qualquer limite biofísico aceitável. Responsável pelo aumento do consumo, países em desenvolvimento como o Brasil, têm começado a levantar a bandeira da redução da jornada de trabalho como alternativa rumo à sustentabilidade, e espaços como o Decrescimento Brasil⁵⁸ vem ganhando cada vez mais adeptos favoráveis à esta proposta. É indiscutível a necessidade de se buscarem medidas que reduzam ou contenham a aceleração do consumo no Brasil. É importante, no entanto, compreender o Brasil enquanto país em desenvolvimento e dotado de características que relativizam os benefícios usualmente atrelados a esta medida em seu formato original, incorporado ao aspecto da sustentabilidade.

A proposta da redução da jornada de trabalho ainda flutua em um campo teórico muito vago e concentrado em poucas e pequenas experiências de países desenvolvidos. E os estudos de uso do tempo, que serviriam para subsidiar estas propostas e orientar as tomadas de decisões políticas, além de serem relativamente escassos, não costumam ser utilizados como referencial. Por isso, é preciso haver cautela quando se analisa o efeito dessa proposta em um contexto com variáveis tão diferentes e onde as características comportamentais do uso do tempo ainda são pouco conhecidas e exploradas. Este capítulo busca discutir a redução da jornada de trabalho no contexto brasileiro, questionando sua viabilidade como alternativa para gerar mudanças de comportamento do consumo e melhoria da qualidade de vida. A partir de alguns fatores responsáveis pelo atual perfil de consumo da sociedade brasileira, tais como os aspectos culturais, trabalhistas, de planejamento urbano e até os mais subjetivos, da esfera psíquica; buscou-se oferecer um olhar mais crítico para esta proposta, despido da atmosfera otimista quase romântica presente no discurso original.

A sociedade de consumo brasileira

A capacidade de carga do planeta Terra não pode ser ultrapassada sem que ocorram grandes catástrofes ambientais. Como não se conhece qual é esta capacidade de carga, e

⁵⁸ O Decrescimento Brasil é uma plataforma virtual que reúne pesquisadores e interessados no tema do decrescimento. Foi criado em janeiro de 2010 a partir da constatação de que não havia uma iniciativa no Brasil que tratasse do assunto. Para saber mais, visite: <http://decrecimentobrasil.blogspot.com.br/>

será muito difícil conhecê-la com precisão, é necessário adotar uma postura precavida que implica agir sem esperar para ter certeza. Nesse sentido, é preciso criar o quanto antes as condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem não apenas um rápido progresso tecnológico poupador de recursos como também uma mudança em direção a padrões de consumo que não impliquem o crescimento contínuo e ilimitado do uso de recursos naturais *per capita*.

A grande dificuldade de promover mudanças no comportamento de consumo *per capita* está no fato de que esta alteração pressupõe uma mudança de atitude e de valores, o que vai de encontro à lógica do processo de acumulação de capital em vigor desde a ascensão do capitalismo (ROMEIRO, 2010). O padrão de consumo é reflexo de um conjunto de valores econômicos e culturais de uma sociedade e é influenciado especialmente pelo nível de desenvolvimento e industrialização de um país. É por esses fatores que, embora o consumo tenha amplitudes globais, sua distribuição se dá de forma bem diferente no planeta. Calcula-se que 12% da população que vive na América do Norte e Europa respondem por 60% do consumo privado global, enquanto que parte da humanidade que vive na Ásia (Sul) e na África Subsaariana respondem por apenas 3,2% do consumo⁵⁹.

A Europa, a América do Norte, o Japão, a Austrália e demais países industrializados podem ser considerados os maiores responsáveis pelo volume de degradação do meio ambiente global associado ao consumo (LEITE, 2008). Além das diferenças quanto à industrialização e alguns parâmetros econômicos que diferenciam os países desenvolvidos dos demais, existe também uma diferença de consumo associada aos aspectos mais subjetivos, que tem como base a conexão que os indivíduos historicamente constituem com o meio social que os circunda (MORAIS, 2011). A influência da sociedade é de fundamental importância para as construções psíquicas humanas e, conseqüentemente, para moldar seu comportamento de consumo (Idem, 2011), principalmente diante de uma expectativa de aumento de renda. Em alguns países como o Brasil, o aumento do poder aquisitivo e o crescimento da classe média têm impulsionado fortemente o consumo, especialmente de itens supérfluos ou não essenciais. Isso acontece porque, quando há uma melhoria de renda, as pessoas tendem

⁵⁹ Há ainda os que nem se envolvem nas relações de consumo por se enquadrarem na categoria de “extrema pobreza”. Para essas pessoas, cerca de 1,2 bilhões, o consumo se resume ao mínimo possível, muitas vezes insuficiente para atender as suas necessidades mais básicas de sobrevivência (LEITE, 2008).

a satisfazer outras necessidades além do consumo de alimentos e de itens necessários para a própria sobrevivência.

Logo, longe de ser um componente isolado, o comportamento de consumo de uma sociedade está intimamente associado com a qualidade de vida, com as expectativas, valores e oportunidades que uma nação possui e oferece aos seus cidadãos. São esses fatores que irão determinar se e qual proporção da renda familiar será revertida para a compra de produtos e serviços que vão além do necessário para a sobrevivência. O Brasil, neste sentido, apresenta uma sociedade cujo perfil de consumo é complexo e, em muitos aspectos, distinto do perfil de consumo dos países que deram origem e que atualmente estão à frente do movimento de redução de carga horária da Economia Ecológica. Portanto, para discutir o potencial transformador das propostas de redução da jornada aqui no país é imprescindível abordar alguns dos fatores que contribuem para direcionar o uso do tempo livre para o consumo e que, por sua vez, intensificam a pressão sobre os recursos naturais.

Os documentos da NEF, assim como os movimentos e estudos feitos por diversos economistas ecológicos enfatizam a relação entre a redução da jornada de trabalho e o aumento do bem estar, e atribuem a este aumento do bem estar uma possível redução do consumo. O consumo pode remeter a diversas interpretações acerca do seu papel na sociedade contemporânea, mas é importante entender que o componente psicológico exerce uma forte influência sobre as escolhas e a frequência de consumo dos indivíduos em seu tempo livre (MORAIS, 2011). É sobre o componente psicológico, inclusive, que a publicidade mobiliza constantemente os consumidores em seus desejos por meio de imagens que associam aos objetos e serviços atributos subjetivos e psicossociais idealizados.

A velocidade e a fluidez que caracterizam a sociedade contemporânea se refletem numa produção de bens muito além da capacidade objetiva de consumo. E embora o ato de consumir seja usualmente descrito como sendo prazeroso, apresentando-se vinculado a sentimentos positivos (“bem estar”, “prazer”, “poder”, “êxtase” e “felicidade”); as motivações que levam os indivíduos a consumir na verdade estão muito relacionadas a uma instabilidade psíquica e a carências emocionais, e muito pouco aos sentimentos positivos (BAUMAN, 2001; MORAIS, 2011). O consumo se apresenta, hoje, como uma solução para uma série de problemas, como angústia e a insegurança. Ao adquirir

uma mercadoria, tem-se uma ilusão de que junto com ela a pessoa está adquirindo também os atributos nelas imputados, como exemplifica Bauman (2001, p.87):

Vamos às compras' pelas habilidades necessárias a nosso sustento e pelos meios de convencer nossos possíveis empregadores de que as temos; pelo tipo de imagem que gostaríamos de vestir e por modos de fazer com que os outros acreditem que somos o que vestimos; por maneiras de fazer novos amigos que queremos e de nos desfazer dos que não mais queremos; pelos modos de atrair atenção e de nos escondermos do escrutínio; pelos meios de extrair mais satisfação do amor e pelos meios de evitar nossa 'dependência' do parceiro amado ou amante; pelos modos de obter o amor do amado e o modo menos custoso de acabar com uma união quando o amor desapareceu e a relação deixou de agradar; pelo melhor meio de poupar dinheiro para um futuro incerto e o modo mais conveniente de gastar dinheiro antes de ganhá-lo; pelos recursos para fazer mais rápido o que temos que fazer e por coisas para fazer a fim de encher o tempo então disponível; pelas comidas mais deliciosas e pela dieta mais eficaz para eliminar as consequências de comê-las; pelos mais poderosos sistemas de som e as melhores pílulas contra a dor de cabeça.

Morais (2011), em seu estudo sobre a compulsão por compras, reforça esta ideia ao dizer que o consumo atual está vinculado a uma lógica compensatória, a uma necessidade do indivíduo de “preencher um “vazio” existencial, para curar “decepções”, para fazer passar a “tristeza”. O mal-estar contemporâneo é o que embasa o funcionamento desta lógica, pois se as pessoas se sentissem “felizes”, “belas” e “poderosas” não existiria a “falta” e, portanto, não haveria necessidade de consumir pelo valor sígnico⁶⁰. Desta forma, muitos dos comportamentos cotidianamente denominados como compulsivos, tais como a compulsão por comida, álcool, drogas, jogo, etc, são, na concepção da psiquiatria, muitas vezes tidos como comportamentos impulsivos adquiridos como forma de obter prazer ou aliviar a tensão (Idem, 2011).

Neste contexto, a insatisfação e o ritmo de vida determinado pelo tempo de trabalho possuem um papel importante como mantenedores de um sistema capitalista baseado no consumo e acumulação de riqueza em detrimento do bem estar da sociedade e do meio ambiente. Na fuga de uma vida marcada por pressa, por pressão e por controle, o consumo torna-se veículo de escape poderoso no tempo livre, que atrai o indivíduo com promessas sugestivas e de forte cunho emocional. “Em seu ‘tempo livre’, as pessoas passeiam em *Shopping Centers* desejando adquirir as ‘novidades’ em produtos que as tornarão ‘diferentes’, ‘únicos’(MORAIS, 2011, p. 21). “Convictas de que agem por

⁶⁰Pelo significado que comporta.

vontade própria, essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho”(ADORNO, 2009, p.62).

Assim, a centralização do trabalho torna-se um fator agravante do quadro psíquico humano, uma vez que retira do indivíduo não só a quantidade, mas também a qualidade do tempo livre de que poderia desfrutar para exercer suas atividades de lazer, ou, conforme a própria definição de Dumazedier (2001), para exercer atividades para fins de relaxamento, entretenimento e desenvolvimento pessoal. Em um mundo ideal, ou na hipótese de redução de jornada de trabalho sustentada pela NEF e por alguns economistas ecológicos, as pessoas deixariam de agir como máquinas de consumo para desfrutarem de mais tempo com a família, para se dedicarem a atividades ao ar livre, para fazerem atividades físicas e outras atividades que exigissem menos consumo de carbono, conforme descreve o próprio documento:

Avançar rumo a uma semana de trabalho mais curta ajudaria a quebrar o ciclo de viver para trabalhar, trabalhar para ganhar e ganhar para consumir. As pessoas poderiam tornar-se menos apegadas ao consumo intensivo em carbono e mais apegadas aos relacionamentos, aos hobbies e aos locais que absorvam menos dinheiro e mais tempo. Isso ajudaria a sociedade a sobreviver sem um crescimento baseado tão intensivamente no carbono, a liberar tempo para as pessoas viverem de forma mais sustentável e reduzirem a emissão de gases do efeito estufa. (NEF, 2011b, p. 3)

O filósofo André Gorz, no entanto, um dos maiores teóricos sobre o trabalho e ecologia política, mostrou-se cético ante este argumento oferecido pelos economistas ecológicos para embasar a proposta do “decrecimento”. Segundo ele, “a menos que se colocasse um feitiço sobre a vida, o projeto do decrecimento estaria fadado ao fracasso, pois antes de tudo, é necessário dar um sentido ao tempo livre”⁶¹ (GORZ, 1994, apud LATOUCHE, 2009, p.85). Acrescentou que “enquanto o trabalho remunerado não tiver sido transformado, as classes trabalhadores não terão ‘capacidade para o lazer’, ou seja, não terão os meios objetivos e subjetivos de ocupar este tempo livre com atividades autônomas”⁶². Daniel Mothé (1977), sociólogo e autor da obra “O mito do tempo livre”, afirma que o tempo liberado do trabalho não é necessariamente um tempo liberado da economia. Ao falar sobre o aumento do tempo livre, Mothé afirma que um dos seus

⁶¹ Traduzido livre do trecho: “Unless life is 're-enchanted', the de-growth project, too, is doomed to failure. We still need to give liberated time a meaning” (GORZ, 1994, apud LATOUCHE, 2009, p.85).

⁶² Tradução livre do trecho: “So long as waged work has not been transformed, the working classes will have no 'capacity for leisure', that is to say, 'the objective and subjective means for occupying the time freed up by autonomous activities' (GORZ, 1994, apud LATOUCHE, 2009, p.85)

principais problemas é que as pessoas acabam se rendendo à mídia, especialmente à televisão. Dessa forma, o tempo livre como tempo de enriquecimento pessoal se transforma em mais um tempo a favor da lógica do consumo e do desperdício e, conseqüentemente, se traduz em maior impacto ao meio ambiente.

Esta visão do tempo livre como reproduzidor do capital vai de encontro à visão positiva do uso do tempo livre retratada pela NEF, pelo sociólogo Domenico De Masi (OURIQUES, 2010) e por economistas ecológicos idealizadores do movimento de decrescimento e do *Steady State Economy*. Essa visão antagonista é abordada no trabalho teórico de Ouriques (2010), “O tempo livre no capitalismo: uma abordagem crítica”, e também em seu trabalho empírico, “Estudo sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo: uma abordagem empírica” (ARAÚJO E OURIQUES, 2009). Estes estudos colocam em xeque os benefícios ambientais de uma redução da jornada de trabalho ao concluir que o tempo livre, quando existe, “se materializa em compras e no mais trabalho e não no descanso, na reflexão e na efetivação das capacidades humanas mediante o exercício de ‘atividades superiores’, aquelas que não estariam regradas pelo ciclo mercantil, as atividades afetivas, culturais, artísticas, lúdicas etc.” (Idem, 2009, p.1).

De fato, é sob esta perspectiva teórica tecida por Ouriques (2010) que surgem as dúvidas sobre a eficácia da redução da jornada de trabalho como meio para se atingir uma redução de consumo e diminuição do impacto ambiental. As próprias experiências citadas no relatório da NEF, em países desenvolvidos, não deixam claro até que ponto as iniciativas isoladas se mostraram positivas para a sociedade (NEF, 2011b) e chegam até a apontar resultados desanimadores e mesmo contraditórios. A semana de três dias, de 1974, por exemplo, teria provocado o desemprego de mais de 1,5 milhões de pessoas; a semana de 35 horas na França, por sua vez, teria gerado resultados divergentes e a ainda duvidosos sobre a questão da empregabilidade:

[...] 58 por cento dos entrevistados disseram que a redução da jornada de trabalho teve um impacto positivo em suas vidas. Isso ocorreu, principalmente, por causa da melhora promovida pelo equilíbrio entre trabalho e vida, especialmente, para mulheres com filhos pequenos. Por outro lado, a opção de distribuir as horas de trabalho ao longo do ano tornou o trabalho mais variável e menos previsível, principalmente para os trabalhadores menos qualificados. (FAGNANI e LETABLIER, 2004 apud NEF, 2011b, p.12).

No Reino Unido, as medidas emergenciais de recessão feitas em 2009 e citadas pela NEF, ainda não foram devidamente avaliadas (NEF, 2011) e o único caso que aparenta um conjunto de resultados mais positivo é o de Utah, com a implementação dos quatro dias semanais, cujas análises, apresentadas no Simpósio de Revisão Legislativa de Connecticut, mostraram “avaliações positivas por parte dos empregados, bem como dos usuários(...)” (Idem, 2011, p.12). Este caso de Utah é o único que se destaca por ter ajudado a reduzir as emissões de carbono em 4.546 toneladas métricas, outras emissões de gases do efeito estufa em 8.000 toneladas e o consumo de petróleo em 744.000 galões⁶³ Ainda assim, esta e as demais experiências não são suficientes para corroborar uma proposta desta magnitude e a própria NEF afirma que foram apenas citadas para demonstrar que, ao longo de várias décadas, a redução da jornada de trabalho não era novidade na rotina de trabalho de muitas pessoas.

Ao mesmo tempo em que comenta sobre os benefícios de uma política de redução da jornada de trabalho, a NEF (2011) não ignora seus possíveis efeitos adversos. Salienta que esses recairiam especialmente sobre os trabalhadores com baixos salários e com pouco controle sobre o seu tempo. Se nos países desenvolvidos há um impacto negativo dessas iniciativas sobre a população menos favorecida e com mais instabilidade no trabalho, qual seria a magnitude deste impacto ao se transpor uma iniciativa dessas para um país onde predomina uma grande desigualdade na distribuição de renda, uma população mal remunerada, e onde existe uma grande deficiência na garantia de direitos básicos como o de moradia, saúde e trabalho? Além do aspecto financeiro, qual seria o impacto psicológico desta medida em uma sociedade que almeja atingir um patamar de consumo similar ao dos Estados Unidos e que enxerga o trabalho como um caminho essencial para se alcançar este modelo?

As dúvidas com relação aos impactos da redução da jornada de trabalho refletem uma carência de estudos sobre o uso do tempo especialmente nos países não desenvolvidos, mas a importância do tema vem ganhando notoriedade. Até este ano, a maioria absoluta dos estudos realizados sobre o uso do tempo vinham dos países de primeiro mundo. Na 35th Conferência Internacional sobre o Uso do Tempo, realizada no Rio de Janeiro, pela primeira vez a América Latina alcançou a maior fatia da produção de estudos sobre uso do tempo, com 65% dos trabalhos inscritos. Sob o tema ‘O valor do tempo: debatendo

⁶³ O número de milhas percorridas por veículos neste Estado baixou em 3 milhões, gerando a economia de 1,4 milhões no primeiro ano (NEF, 2011)

as desigualdades sociais’, o encontro foi organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, e obteve um total de 183 produções apresentadas:

Das 183 produções apresentadas, 119 foram de autoria latino-americana (11 países, incluindo o Brasil) e cinco por especialistas da África. A América do Norte contou com nove pesquisadores dos Estados Unidos e do Canadá. Da Europa, estiveram 13 países com 35 pessoas. A Oceania marcou presença com um representante da Austrália. E a Ásia computou 13 especialistas, oriundos de seis países.⁶⁴

Mesmo com um aumento significativo dos estudos sobre o tema no país, a socióloga Neuma Aguiar, uma das pioneiras no estudo do uso do tempo no Brasil, destaca que o número ainda está muito aquém do desejável. Em contrapartida se percebe, felizmente, uma manifestação maior de interesse por parte dos órgãos governamentais, cujo envolvimento foi significativo na Conferência. A participação da esfera governamental é muito importante, uma vez que a política pública pode se embasar nesse dados para fomentar algumas condutas e desestimular outras. Além do mais, o tempo é um elemento que sustenta toda a dinâmica da vida humana. Um dos resultados positivos da conferência, por exemplo, foi o anúncio feito pela presidente do IBGE, Wasmália Bivar, sobre a inclusão de perguntas sobre o uso do tempo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de forma contínua. Os dados sobre o uso do tempo vão facilitar a compreensão das atividades humanas e, conseqüentemente, orientar as tomadas de decisão, contribuindo para prever os resultados dessas mesmas políticas em amplo espectro:

Los datos de uso del tiempo son especialmente eficaces para mirar los temas que cubren una amplia gama de actividades - como el balance trabajo-ocio o la igualdad de género. Los datos sobre uso del tiempo también son el mecanismo más eficaz para medir la producción familiar no remunerada (trabajo doméstico), y un elemento clave para la medición de los viajes y la actividad física. (IATUR, 2013).⁶⁵

⁶⁴ http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/08/16-08-2013-america-latina-aumenta-producao-de-estudos-sobre-uso-do-tempo

⁶⁵ <http://iatur.timeuse.org/policy-es>

Um dos fatores que dificultam os estudos sobre o uso do tempo aqui no Brasil é a própria metodologia. Enquanto que nos países desenvolvidos, os conceitos e os métodos para produção de dados sobre o uso do tempo estão já prontos e disponíveis, os mesmos não podem ser diretamente aplicados nos países em desenvolvimento (BEDIAKO E VANEK, 1999). Os estudos do tempo em países em desenvolvimento costumam ser geralmente pequenos e restritos a uma ou poucas localidades e com uma experiência limitada e falta de padronização de métodos, classificação e outras ferramentas importantes para guiar o trabalho para um patamar nacional nesses países (Idem, 1999). Como reflexo disso, percebe-se que uma grande porcentagem dos trabalhos atualmente produzidos sobre o uso do tempo ainda estão relacionados a elaboração e avaliação das metodologias existentes, e alguns centros de estudo voltados para pesquisas do tempo vêm se dedicando prioritariamente a preencher essas lacunas, com o intuito de estabelecer metodologias mais abrangentes, capazes de ser aplicadas tanto em países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento (Idem, 1999).

Convém também ressaltar que, enquanto que ainda existem poucos estudos sobre o uso do tempo no Brasil, este número fica ainda menor quando se fala numa abordagem mais específica, em que se busca a relação da tríade trabalho, consumo e tempo livre. Muitos dos trabalhos sobre o estudo do uso do tempo enfatizam outras relações, tais como a de gênero, de trabalhos domésticos, de idade, de classes sociais, e quando incluem aspectos sobre o consumo, o fazem de forma bastante superficial, sendo impossível extrair deles informações mais relevantes que permitam extrapolar qualquer interpretação. Dos poucos que falam especificamente sobre o consumo, podem-se citar os estudos empíricos de Araújo e Ouriques (2009; 2010). Desses estudos se depreende a forte centralização do trabalho no Brasil, considerado por alguns dos entrevistados como sendo “tudo na vida”. Nas entrevistas realizadas, algumas pessoas se mostraram até dispostos a pagar para trabalhar. Assim, para essa minoria, o trabalho representa prazer e diversão, e a redução da jornada de trabalho não necessariamente estaria relacionada a uma melhor qualidade de vida, uma vez que restringiria o ganho do bem estar associado a esta atividade.

Para grande parte das pessoas, no entanto, o trabalho é visto apenas como uma forma de se atingir um ideal de consumo e renda. Neste caso, Araújo e Ouriques (2010) entendem que a centralização do trabalho assume uma conotação de extremo sofrimento, tortura e mera sobrevivência: “O trabalho, na maioria dos casos, cansa, maltrata, priva e pune”

(Idem, p. 119) e a “liberdade” de poder consumir é o prêmio que se ganha ao final de todo este esforço físico e psicológico. E é a partir dessa visão negativa do trabalho que muitos outros autores explicam alguns comportamentos sociais, relacionando-os a tentativas de fuga da realidade. Georges Friedmann, em sua obra “O trabalho em migalhas” destaca a necessidade de evasão criada pela rotina desgastante da vida de trabalho, que assume a forma de um “impulso desesperado para o lazer⁶⁶” (FRIEDMANN, 1972, apud OURIQUES, 2010, p.115). Mas que lazer poderia encontrar um cidadão que trabalha formalmente de três a quatro dias por semana, doze horas por dia (das 7h às 19h)? Qual a expectativa de uma pessoa que, para sobreviver, além do trabalho com carteira assinada, precisa da renda oriunda de atividades suplementares? O que pode significar o trabalho para uma pessoa que cumpre jornada de oito horas diárias e recebe menos de dois salários mínimos?

Desde que a Constituição Federal de 1988 definiu como jornada máxima de trabalho o tempo de 44 horas semanais, e não as 48 horas anteriores, a carga horária laboral média do brasileiro registra tendência de queda. No entanto, apesar desta redução, isso não significa necessariamente que o trabalho tem se tornado menos importante para o brasileiro ou tem proporcionado maior tempo livre. É o que mostra um estudo realizado pelo IPEA, em 2012. Embora o tempo máximo de jornada de trabalho instituído por lei tenha diminuído, grande parte dos trabalhadores utilizam o restante do tempo também para trabalhar, o que acaba gerando uma diluição das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre.

Quase metade dos entrevistados relata que, mesmo quando é alcançado o limite da jornada diária, o trabalho continua a lhes acompanhar, até mesmo em suas casas. Isso por conta da necessidade de permanecer em prontidão/sobreaviso, por causa da realização de teletrabalho (por internet, celular etc.), por conta da necessidade de preparação para o trabalho do dia seguinte e assim por diante (SIPS/IPEA, 2012)

Neste estudo feito pelo IPEA, por meio do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), 3.796 pessoas residentes em áreas urbanas das cinco regiões do país foram entrevistadas com o intuito de avaliar o impacto do trabalho sobre o tempo livre. Foram analisados, por exemplo: se o trabalhador consegue se desligar das preocupações

⁶⁶ O lazer ao qual o autor se refere está ligado à prática de alguma atividade, daí a denominação de ‘lazer ativos’ em contraposição ao lazer passivo, que seria o mesmo que “matar o tempo”. Segundo o autor, as condições modernas de trabalho provocam uma “opressão da personalidade” tão grande que os lazeres ativos são a resposta, a fuga encontrada ao mundo do “trabalho em migalhas”.

profissionais após o período de trabalho; se realiza outras atividades cotidianas; se o tempo dedicado ao trabalho compromete sua qualidade de vida; e a percepção a respeito da redução da jornada de trabalho. De acordo com o estudo, quase a metade dos entrevistados afirma ter dificuldade para se desligar totalmente do trabalho remunerado, mesmo após o horário de término de sua jornada diária e; menos de um terço dos entrevistados consegue assumir outros compromissos regulares, para além de seu trabalho remunerado. Os resultados do IPEA ainda concluíram que mais de um terço dos entrevistados percebe que o tempo livre vem diminuindo no período recente, por conta do tempo diariamente gasto com o trabalho remunerado; e mais de um terço dos entrevistados considera que o tempo cotidianamente dedicado ao trabalho remunerado prejudica a qualidade de vida.

Apesar de tudo o que pode ser examinado sobre como o tempo dedicado ao trabalho remunerado afeta negativamente o tempo livre, apenas um quinto dos entrevistados no Estudo afirmou pensar em trocar de trabalho por causa do tempo que gasta com ele e quase um terço dos entrevistados afirmou que não perceberia mudanças em seu tempo livre caso fossem aprovadas alterações nas normas legais que regulam a jornada laboral. Em resumo, para um grupo relevante dos entrevistados pelo IPEA (composto por algo entre 0% e 50% deles), há uma percepção comum da relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre, que aponta para o fato de que o tempo de trabalho remunerado afeta bastante o tempo livre disponível. Aponta também para o fato de que esta situação gera consequências significativas para a qualidade de vida em geral (ao gerar cansaço, estresse e desmotivação; ao prejudicar as relações familiares e as relações de amizade; ao inviabilizar as atividades esportivas, educacionais e assim por diante). Ou seja, mesmo com a maior parte da população trabalhando menos a partir dos anos 2000, há um “esmaecimento” dos limites entre tempo de trabalho e tempo livre, que faz com que este seja gradualmente convertido no primeiro.

O Estudo do IPEA traz ainda a informação de que, em caso de aprovação de uma nova lei, prevendo a diminuição da jornada de trabalho, a principal destinação do tempo livre que surgiria, segundo o relato dos entrevistados, seria o cuidado com a casa e a família (cerca de 25% das respostas). Cerca de um quarto de cada um dos grupos considera o cuidado com a casa/família o principal destinatário de tempo livre que surgir numa eventual redução da jornada legal de trabalho remunerado. Embora seja um dado aparentemente animador para os que defendem a redução da jornada de trabalho pela

ótica da sustentabilidade, é importante considerar que as opções de respostas oferecidas no questionário do IPEA não permitem avaliar com mais profundidade quanto das atividades categorizadas trazem de relação direta com o consumo. Logo, embora forneça uma série de informações importantes sobre o perfil do uso do tempo da sociedade brasileira, este estudo não esclarece muito de que forma e com que intensidade a redução da jornada de trabalho impactaria o comportamento de consumo, sendo ainda necessários estudos mais específicos sobre o tema.

Então é muito importante avaliar com mais cautela uma medida de redução da jornada de trabalho, não deixando que o discurso pró-redução aqui no Brasil seja apenas eco de um movimento nascido em realidades diferentes. Antes de se admitir que esta medida agregue mais bem estar e menos consumo, deve-se pensar em toda uma cadeia de fatores que até então influenciam e são influenciados pela jornada de trabalho atual. Com isso em mente, pode-se começar pelos próprios pontos considerados pela NEF como “barreiras” à transição para uma jornada menor, os quais são especialmente evidentes em um país de contrastes como o Brasil, sendo eles: o impacto sobre a pobreza (renda e poder de consumo); a resistência à mudança de horários (tanto dos empregados quanto dos empregadores); o posicionamento político, e até, a infraestrutura e planejamento das cidades. Esses pontos tornam-se variáveis que devem ser consideradas durante a avaliação desta e de quaisquer propostas que objetivem incutir mudanças no padrão de consumo e no tempo de trabalho. Além disso, a legislação brasileira representa um grande desafio à parte para uma possível transição e por isso também merece ser discutida.

Impacto sobre a pobreza (renda e poder de consumo)

A questão da pobreza, da renda e do poder de consumo toca em um aspecto bastante característico da sociedade brasileira e que foge bastante à realidade do Reino Unido, do Canadá, da França e dos demais países onde os movimentos pró-redução de jornada de trabalho e os estudos sobre o tema se concentram. A renda mensal média da população brasileira é de cerca de 1300 reais (IBGE, 2011), muito aquém da média de renda dos países desenvolvidos. A diferença fundamental, no entanto, está na distribuição de renda do país. Ainda que a desigualdade tenha diminuído entre os anos de 2001 e 2011, essa redução ainda está muito distante do desejável. No Brasil, os 20% mais ricos ainda concentram 57,7% da renda nacional, em contraste com os 11% detido pelos 40% mais pobres (IBGE, 2012). Segundo dados da Oxfam, entidade de combate à pobreza e a

injustiça social, “o Brasil é ainda um dos países mais desiguais do mundo”⁶⁷. O IPEA (Instituto de Política Econômica Aplicada confirma:

O Brasil atingiu em 2011 o menor nível de desigualdade social já verificado desde o início das séries históricas, em 1960. Mesmo assim, a desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (25) pelo Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA).⁶⁸

Quase 25% da população brasileira trabalham sem carteira assinada (IBGE, 2011). De 2001 a 2011, a proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais registrou um aumento de 10,7 pontos percentuais. Esse aumento se concentrou na segunda metade do período considerado (2006 a 2011) com 8,6 pontos percentuais. O País, entretanto, continua registrando ainda um contingente expressivo de sua mão de obra (masculina e feminina) em trabalhos informais: 44,2 milhões de pessoas. (IBGE, 2012). O maior percentual de empregados com carteira de trabalho assinada encontra-se na Região Sudeste, sendo o valor mais elevado observado na Região Metropolitana de São Paulo (Idem, 2012). As Regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de formalidade e as taxas de informalidade das mulheres nessas regiões foram as mais elevadas do País (Idem, 2012). Neste contexto, a redução da jornada com a proporcional diminuição de renda poderia contribuir para aumentar as disparidades sociais e gerar mais instabilidade àqueles que mal se garantem no emprego sem carteira assinada.

O desafio mais óbvio da transição é que uma semana de trabalho mais curta reduziria a quantidade de dinheiro que as pessoas poderiam ganhar. Aqueles com salários mais baixos seriam os mais atingidos. Assim, a mudança para 21 horas de trabalho poderia ser vista como um fardo ainda maior para pessoas que já são pobres e com pouco poder político. Atualmente muitos têm que trabalhar longas horas apenas para poder cobrir as despesas (NEF, 2011, p. 26)

Por outro lado, mesmo com a grande parte da população ainda vivendo com apenas um salário mínimo, a renda média da população tem se elevado trazendo uma grande mudança no perfil de consumo da sociedade. Ventura (2010) cita alguns fatores que vem ampliando o mercado consumidor no país, sendo eles: aceleração do crescimento econômico, o controle da inflação, a ampliação do crédito, a elevação da renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão dos programas sociais de transferência de

⁶⁷ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_desigualdade_pesquisa.shtml

⁶⁸ <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/09/25/apesar-de-avanco-brasil-continua-entre-os-12-paises-mais-desiguais-segundo-ipea.jhtm>

renda. Segundo ele, estes fatores contribuem para reproduzir no país um fenômeno característico das nações desenvolvidas, que é a criação de um mercado consumidor de massa, forte e cada vez mais complexo. Em suas palavras, afirma que “milhões de brasileiros têm aproveitado este bom momento econômico para ingressar na economia de mercado e experimentar, pela primeira vez, os benefícios do consumo (VENTURA, 2010, p.4)”.

O lado mais visível desta transformação é a escalada de uma massa de pessoas para classes superiores de consumo. De acordo com pesquisa realizada pelo instituto Ipsos⁶⁹, em apenas dois anos, de 2005 a 2007, um contingente de 23,5 milhões de pessoas passou a fazer parte desse estrato e a classe C tornou-se a maior em número absoluto de pessoas na pirâmide social brasileira. Segundo o IBGE, o potencial de consumo da classe C somou R\$ 365 bilhões em 2007, um quarto da capacidade total de compra de todas as famílias que moram nas cidades (VENTURA, 2010). Junto a isso, tem-se o fato de que o número de filhos casal vem registrando queda, o que já era previsto à medida que o país se aproxima do status de país desenvolvido (IBGE, 2012). A diminuição do núcleo familiar reflete outras tendências que podem afetar significativamente o comportamento de consumo. Os pais passaram a destinar mais tempo para suas vidas fora de casa, o que pode ser comprovado pela participação crescente da mulher no mercado de trabalho (Idem, 2012). Nesse contexto, a tecnologia começa a assumir um papel cada vez mais forte. A televisão, o computador pessoal e o telefone celular vêm se transformando em poderosos canais de comunicação que não só disseminam novos comportamentos como também estimulam mais ainda o consumo.

Outro aspecto que pode impulsionar o aumento de consumo é a densidade domiciliar, representada pela relação entre as pessoas moradoras nos domicílios particulares ocupados e o número de domicílios particulares ocupados. No Brasil, houve um declínio significativo deste índice, passando de 3,8, em 2000, para 3,3, em 2010. Esse comportamento persistiu tanto na área urbana quanto na área rural (IBGE, 2011). Entre os anos de 1996 e 2006, houve um crescimento de 8% para 10,7% do número de domicílios com um único habitante e o avanço estimado no número de pessoas que moram sozinhas, para 2016, é de 12 milhões (VENTURA, 2010). Sob o ponto de vista etário, observa-se que mais de 87% das “famílias unipessoais” estão na faixa etária acima dos 30 anos. Isso significa que existe uma grande maioria na chamada faixa

⁶⁹ Revista Exame nº 916, Abril, 2008.

economicamente ativa, o que, em termos mercadológicos, representa aquelas pessoas em plena função produtiva, ou seja, que possuem maior poder de compra (Idem, 2010).

Pode-se dizer, então, que o aumento da classe média, a diminuição das famílias são fatores que podem contribuir para acelerar o consumo no país. Junto a estes fatores está também a tecnologia, que vem impulsionando uma nova tendência de consumo: o consumo pela internet. Segundo a Ecommerce, o comércio eletrônico de bens de consumo no Brasil em 2009 atingiu faturamento de R\$ 10,6 bilhões, crescimento de 33% em relação a 2008, e previsão de atingir R\$13,6 bilhões em 2010. A mesma pesquisa revela que, no período entre 2004 e 2007, os setores com maior expansão de vendas online foi o turismo (62% a.a.), acompanhado pelo setor de bens de consumo (38% a.a.) e o de automóveis (20% a.a.). Em 2010 os produtos mais vendidos online foram livros, revistas e jornais (cerca de 20%) seguidos de artigos relacionados à informática (12%), saúde e beleza (9%), eletrônicos (7%) e eletrodomésticos (6%). Seguindo esta tendência de crescimento do consumo, o que esperar de uma situação em que se dispões de mais tempo livre?

A resistência à mudança de horários

Além disso, a redução de carga horária exige mudanças estruturais no mercado, mudanças que são complexas e que mexem com diferentes posicionamentos, incluindo, por exemplo, a capacidade de driblar a resistência natural que os próprios empregados e empregadores geralmente possuem em relação a esta alteração. Por parte dos empregadores, alguns fatores relacionados aos custos do trabalho criam fortes incentivos para que as empresas mantenham estáveis ou até prefiram aumentar suas jornadas de trabalho. O primeiro se refere à teoria dos salário-eficiência, no qual parte-se do pressuposto de que as firmas preferem pagar um salário que está acima da média do salário de mercado, o salário-eficiência, para garantir que o funcionário tenha mais comprometimento com o serviço e, com isso, mantenha uma produtividade satisfatória. Com o fortalecimento do mercado brasileiro e aumento das taxas de emprego (IBGE, 2011), essa resistência tende a aumentar, uma vez que as empresas precisam assegurar que o empregado permaneça no trabalho e acabam elevando o valor do salário para evitar arcar com os prejuízos da perda de um bom trabalhador.

Um empregado que trabalha 44 horas semanais é mais dependente da empresa, porque o custo da perda do trabalho em termos de salário é maior e porque a dedicação do

empregado à empresa torna-se praticamente exclusiva. Logo, os empregadores preferem manter cargas de horário maiores em detrimento de horários menores ou mais flexíveis (SCHOR, 2008, p.8). Além disso, os custos embutidos na contratação de um empregado com carteira assinada (seguro de saúde, seguro-desemprego, etc) são normalmente contabilizados por pessoa e não por total de horas trabalhadas. Esses custos tornam mais atrativa a contratação de um funcionário em jornadas maiores (Idem, 2008) e, em caso de redução da jornada de trabalho, podem incentivar mecanismos alternativos de captação de mão de obra, como a preferência por contratação temporárias, sem carteira assinada ou estímulos à realização de horas extras pelos funcionários já pertencentes ao quadro da empresa.

Por fim, a resistência dos próprios empregados à alteração da jornada ocorreria principalmente pela diminuição proporcional que viriam a ter no salário. Em países desenvolvidos, cuja renda média permite esta alteração sem grandes impactos no estilo de vida familiar, já existe uma grande resistência. No Brasil, onde quase metade da população vive com apenas um salário mínimo e onde uma parcela significativa não possui nem isso, essa redução seria inviável e incompatível com o objetivo de promover um aumento do bem estar social. Ao mesmo tempo, a alternativa de reduzir a carga horária sem alteração de salário significaria transferir os custos para a empresa ou para os cofres do Estado. Do ponto de vista empresarial, a menos que haja um acordo ou algo que compense financeiramente esta perda monetária, esta mudança sofreria uma imensa resistência, pois iria de encontro aos valores empresariais arraigados que subordinam todos os interesses comerciais à imediata obtenção de lucro. Para os cofres públicos, por outro lado, estes valores trariam como consequência mais óbvia a necessidade de uma arrecadação maior de impostos, o que sobrecarregaria a sociedade brasileira, que já arca com uma das maiores tributações do mundo.

O posicionamento político

Nessa mesma linha de raciocínio percebe-se que a eficácia da redução da jornada de trabalho também depende de fatores políticos e dos interesses por trás dos principais agentes econômicos. As decisões sobre mudanças nas relações de trabalho, assim como demais mudanças de grande importância, estão subordinadas a um conjunto de variáveis, tais como a forma com que as normas e os incentivos são desenvolvidos, em qual sequência, quanto de obrigação cada parte assume, que efeitos têm essas decisões sobre as relações de poder, sobre as desigualdades, as oportunidades e a qualidade de

vida das pessoas, e sobre os interesses de quem é ameaçado ou lesado. A própria intenção dos tomadores de decisão e a interpretação que eles têm sobre a importância e os benefícios desta medida de redução são fundamentais para se questionar a validade e o impacto da proposta no contexto da sustentabilidade aqui no Brasil.

Enquanto que os Economistas Ecológicos e a NEF defendem a redução da jornada de trabalho como alternativa para a redução do desemprego e consequente redução da pressão ambiental, os sindicalistas brasileiros defendem esta medida com um argumento completamente oposto, afirmando que esta redução do desemprego seria responsável por aumentar a massa salarial, causando uma elevação do consumo e do crescimento econômico (RODRIGUES, 2010). O estímulo ao crescimento por trás da defesa da redução da jornada reflete bem o espírito desenvolvimentista da economia brasileira, baseado na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura; com participação ativa do estado, como base da economia; e o consequente aumento do consumo. Neste aspecto fica evidente a controvérsia em torno da iniciativa de redução, que por um lado é utilizada para defender o crescimento econômico e o aumento do consumo, e por outro, como alternativa para o desenvolvimento sustentável e diminuição do consumo.

Para exemplificar esta ambiguidade, pode-se utilizar o que se tem de mais próximo de uma proposta real de redução de jornada no Brasil, que é a PEC 231/95 ou PEC das 40 horas. Em trâmite no Congresso há quase vinte anos, esta PEC propõe a diminuição da jornada de trabalho padrão de 44 horas semanais para 40 horas semanais sem a redução salarial correspondente. Em seu requerimento mais recente (nº6052 de 2012, na Câmara dos Deputados), a PEC das 40 horas aborda a influência positiva desta medida sobre a qualidade de vida das pessoas ao mencionar em seu texto que:

[...]o atual nível de desemprego e, sobretudo, seu caráter estrutural observado em diversos países têm levado à discussão sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, como um dos meios para preservar e criar empregos de qualidade. [...] O desemprego de muitos e as longas e intensas jornadas de trabalho de outros têm como consequência diversos problemas relacionados à saúde como, por exemplo, estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo (LER). Aumentam também as dificuldades para o convívio familiar, que tanto podem tem como causa a falta de tempo para a família, como sua estruturação em virtude do desemprego de seus membros [...] (PEC 231/95).

A proposta não deixa, no entanto, de mencionar outras “virtudes” da medida, que servem aos interesses da economia e geram maior pressão sobre os recursos ambientais:

[...] a redução da jornada de trabalho sem redução salarial tem sido discutida como um dos instrumentos para preservar e criar novos empregos de qualidade e também possibilitar a construção de boas condições de vida. Porém, esta redução poderia até ser bem mais que isso, e impulsionar a economia e dinamizar seu ciclo virtuoso levando à melhoria do mercado de trabalho. Isto permitiria a geração de novos postos de trabalho, diminuição do desemprego, da informalidade, da precarização, aumento da massa salarial e produtividade do trabalho e teria como consequência, o crescimento do consumo. Este, por sua vez, levaria ao aumento da produção, o que completaria o círculo virtuoso. (PEC 231/95 - Requerimento nº 6052 de 2012 - grifo da autora)

Esta mesma linha de raciocínio é observada no discurso das centrais sindicais, tais como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Força Sindical, Nova Central e União Geral dos Trabalhadores (UGT), dentre outros sindicatos que participam da discussão e da mobilização para aprovação da matéria em plenário. Nas palavras dos diretores da **CNTM**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos:

Temos plenas condições para implementar esta redução, uma medida que de modo algum trará prejuízos à competitividade das empresas brasileiras. Com os expressivos ganhos de produtividade, o impacto de uma jornada menor de trabalho será mínimo, isto sem considerar os futuros ganhos de produtividade (Clementino Vieira, presidente da CNTM, 2010)⁷⁰.

Marcio Pochman, quando era presidente do IPEA, em 2011, fez um pronunciamento em que alertou para a transição demográfica pela qual o país vem passando com o crescimento da classe média, e mostrando-se favorável à redução da jornada de trabalho. Em seu argumento dizia que “o aumento da jornada piora a vida dos trabalhadores.” Segundo ele, não havia espaço no tempo dos trabalhadores “nem para a conversa entre companheiros porque o trabalho toma um tempo enorme da vida desse indivíduo”. Finalizando seu discurso, ele complementou: “se há mais trabalho, há mais riqueza, e ela não está indo para os trabalhadores”⁷¹. Da mesma forma, o então ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, também se mostrara favorável à redução, por

⁷⁰(http://www.euquero40horas.org.br/blogger.asp?id_BLR=1)

⁷¹ <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/07/para-pochmann-ausencia-da-reforma-tributaria-acentua-desigualdade>

considerar que esta medida gera mais empregos. De acordo com o ex-ministro e atual presidente do PDT, a economia brasileira está madura o suficiente para assimilar essa mudança.

Uma pesquisa do Departamento Interestadual de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divulgada em nota técnica em novembro de 2007, corrobora as afirmações sobre a geração de mais empregos e aumento do poder de compra, apontando que a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais teria potencial de gerar cerca de 252 milhões de novos postos no país. Para que esses resultados aconteçam, no entanto, o estudo da DIEESE sugere que a redução venha acompanhada de medidas como o fim das horas extras e uma nova regulamentação do banco de horas, que não permitam compensar os efeitos de uma jornada menor de outra forma, ao não ser por meio de novas contratações⁷².

Por outro lado, a despeito do que afirmam os sindicatos e o próprio IPEA, a CNI (Portal da Indústria Brasileira) rebate os argumentos favoráveis à redução da jornada de trabalho, particularmente em relação à PEC das 40 horas, alegando que a redução da jornada de trabalho não é um indutor de investimentos e que, pelo contrário, poderá representar um obstáculo à expansão da produção, ao elevar os custos das empresas. Esse argumento representa a opinião majoritária dos empregadores e ratifica a resistência em relação à mudança da carga horária por parte dos empregadores, com base nos prejuízos financeiros com os quais teriam que arcar:

[...]Aumentarão os gastos com salários, pagamento de encargos legais e benefícios, como planos de saúde, previdência privada, creche, transporte e refeições dos empregados. Se houver necessidade de contratação de novos empregados, a empresa terá custos adicionais com o processo de treinamento, recrutamento, compra de equipamentos e até a ampliação das instalações. A medida prejudicará, particularmente, micros e pequenas empresas, segmento em que o trabalho tem uma participação expressiva nos custos da produção e enfrenta maiores dificuldades para absorver e repassar a elevação aos preços. Em momentos de crise econômica e acirramento da concorrência, como o que estamos vivendo, o aumento nos custos de produção pode significar a perda de mercado para empresas de outros países e, portanto, a destruição de empregos. (CNI, 2009, p.6)

Só por essas amostras dos argumentos que envolvem os debates sobre tema já é possível perceber o quão conturbada é a questão da alteração da jornada de trabalho no Brasil, e,

⁷² http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1286:reportagens-materias&Itemid=39

principalmente, o quanto todos esses argumentos se afastam de qualquer dimensão ambiental. Percebe-se que o interesse por trás da PEC 231/95, está basicamente associado à geração de empregos para acelerar o crescimento econômico, com o intuito de aumentar o consumo e elevar a renda nacional. É este o discurso por trás da política de incentivo à redução da jornada de trabalho no Brasil, e isso definitivamente é incompatível com uma economia sustentável e do bem estar social, pois coloca como prioridade as necessidades imediatistas do mercado acima das necessidades sociais e ambientais que já se encontram em colapso. Ou seja, ainda que a PEC das 40 horas não represente exatamente o modelo proposto pela Economia Ecológica e, logo, não incorpore em sua proposta seus valores de sustentabilidade, é difícil saber, com apenas os dados que se tem hoje, até que ponto os resultados previstos por esse projeto não seriam semelhantes em termos de impacto no consumo.

Infraestrutura e planejamento das cidades

A própria questão do planejamento das cidades representa um desafio no contexto do Brasil. O ambiente no qual se insere o indivíduo influencia sobremaneira seu uso do tempo, podendo ou não estimular o aumento do consumo, dependendo da forma com que é planejada e seus elementos posicionados (ORTIGOZA E CORTEZ, 2009), especialmente no que se refere aos sistemas de espaços livres que compõem o ambiente. Esses *sistemas de espaços livres*, pela definição de Llardent (1982, apud LOBODA e ANGELIS, 2009), abrangem o conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio, incluindo as distintas áreas verdes que formam este sistema, como os parques, jardins e praças. Os espaços livres fazem parte do cenário urbano há muito tempo, mas suas funções variaram conforme as cidades se desenvolviam.

A Grécia foi o primeiro país onde os espaços livres assumiram o conceito de ambientes públicos destinados ao passeio, conversa e lazer da comunidade. Os espaços verdes urbanos, por exemplo, tinham à princípio a função de dar prazer à vista e ao olfato. Durante o Império Romano praticamente todas as vilas possuíam um jardim e/ou um espaço livre para usufruto da comunidade (LOBODA E ANGELIS, 2009). No Brasil, a presença de praças e largos remonta os primeiros séculos da colonização e um dos primeiros jardins públicos construídos no país foi o Passeio Público do Rio de Janeiro (Idem, 2009). A partir do século XIX, no entanto, estes espaços públicos assumiram uma

função utilitária, sobretudo nas zonas urbanas e densamente povoadas (Idem, 2009). De lá pra cá, esses espaços de aproveitamento comum, ora destinados ao lazer e contemplação, tornaram-se cada vez mais exíguos e degradados nos centros urbanos, cada vez mais incapazes de exercer sua função original.

A massificação do consumo foi construindo, ao longo do tempo, uma demanda por espaços adaptados (ORTIGOZA E CORTEZ, 2009), a exemplo do crescimento dos denominados “templos de consumo” ou Shoppings, descritos como um local no qual tudo é “bem arranjado” para que se consuma mais. O Brasil hoje conta com 465 shoppings espalhados em seu território e uma expectativa de inaugurar mais 33 só neste ano de 2013 (ABRASCE, 2013). O crescimento desses ambientes artificiais em detrimento dos espaços livres revela uma tendência em que o próprio espaço se torna mercadoria e passa a refletir o padrão contemporâneo de produção de riqueza. Conforme Ortigoza e Cortez (2009, p27) descrevem:

Sob o prisma estratégico, as cidades, muitas vezes, pela força dos governos locais, são como as empresas que competem à procura de atração de investimentos: as localizações mais vantajosas são colocadas no mercado atraindo as indústrias, o comércio e os estabelecimentos ligados ao setor de serviços.

Assim, o espaço é artificialmente tornado raro para que atinja um valor mais elevado (LEFEBVRE, 1976 apud SOBARZO, 2006, p.100), sendo parte de uma estratégia para transformar, recriar, mudar formas e conteúdos de parcelas da cidade, para integrá-las no circuito da compra e venda, com vistas ao desenvolvimento ou consolidação de novos padrões de consumo de espaço para residências, lazer ou trabalho. Essas transformações esvaziam o espaço público de seu sentido tradicional e as relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo. Além disso, passam a representar também práticas de exclusão, pois os espaços são geralmente vigiados e controlados (CARLOS, 2001 apud SOBARZO, 2006, p.95). Os *shopping centers* e os loteamentos fechados representam “produtos que expressam novas formas e práticas para antigas ações (consumo, lazer e moradia) contribuindo na sua materialização para o processo de acumulação de capital” (SOBARZO, 2006, p.101).

A dinâmica desse novo arranjo pode ser interpretada considerando-se as características do espaço identificadas por Lefebvre (1992 apud SOBARZO, 2006, p.101), como parte

da tendência do processo de acumulação capitalista para criar um espaço global e homogêneo que nutre poucas ou nulas relações com as suas adjacências e que traz em si uma hierarquização dos lugares para facilitar sua comercialização, potencializando os espaços que dispõem dessas novas formas de moradia, consumo, lazer e produção, tanto no interior de uma mesma cidade, como nas relações entre cidades. Os processos de circulação, comunicações e transporte gerados por essa tendência podem ser observados a partir dos deslocamentos diários daqueles que trabalham nesses espaços e dos fluxos daqueles que se deslocam para consumir neles (Idem, 2006). Esse processo modifica as práticas de consumo, orientadas por valores subjetivos e ideológicos que expressam o desejo de dispor desses novos espaços, e passa a conceituar esses espaços como indicadores da modernização.

Neste contexto, ao se pensar em adotar uma política de redução da jornada de trabalho que visa à redução do consumo, um dos aspectos a se considerar é o próprio planejamento urbano. Isso ocorre pela dedução óbvia de que, uma vez permitindo ao trabalhador mais tempo livre, é necessário prever onde e de que forma este tempo livre será absorvido. Se dentro da paisagem urbana existe uma valorização de espaços privados voltados para o consumo, em detrimento dos espaços livres que não possuem esta associação, é de se esperar que este tempo livre se torne mais provavelmente um tempo atrelado ao consumo. Ao mesmo tempo, à medida que os espaços livres são negligenciados em nome desses novos espaços de acumulação capitalista, perde-se em quantidade e qualidade o conjunto de benefícios que estes espaços trazem consigo, desde aqueles relacionados aos aspectos ecológicos da vegetação presente, até aos mais subjetivos, referentes ao bem estar psicológico e à menor sensação de opressão ocasionada pelo adensamento de prédios e construções (LOBODA e ANGELIS, 2009).

A tendência de valorização de espaços privados para consumo em detrimento dos espaços livres, além de estar associada ao espírito capitalista que distorce as prioridades do governo em termos de tomada de decisões nas políticas públicas, também é reflexo do nível de desenvolvimento do país e das desigualdades que ele comporta. Neste sentido, associar o tempo livre ao usufruto dos espaços livres e à realização de atividades de lazer parece fazer mais sentido quando se pensa na realidade dos planejamentos urbanos dos países desenvolvidos, onde existe uma clara preocupação em priorizar estes espaços e torná-los publicamente disponíveis, funcionais e seguros

aos cidadãos. Esta realidade destoa da do contexto brasileiro, onde as desigualdades sociais caracterizam um diferente uso dos espaços urbanos.

Leite (1993) em Loboda e Angelis (2009, p.136) descreve a segregação no uso dos espaços públicos no seguinte trecho:

A renúncia ao espaço público da cidade fica caracterizada por uma série de procedimentos diferentes: nas camadas mais altas de renda, pelo desenvolvimento privado de atividades culturais e de lazer; nas de baixo poder aquisitivo pela impossibilidade de participar de atividades públicas ou culturais, seja pelo temor de sair de casa após o anoitecer, pois não há garantia de segurança seja por sua marginalização do processo de desenvolvimento cultural; a atuação do poder público agrava essa situação pelos procedimentos intimidatórios dos espaços públicos de uso coletivo, visando atender as alegações de caráter essencialmente discriminatória: falta de segurança gerada pela permanência, nas praças, parques e jardins de desocupados ou suspeitos, falta de condições intelectuais para a participação em atividades culturais. A cidade responde a essa rejeição recíproca entre as classes sociais e o poder público, exibindo uma paisagem fragmentada e desorganizada: espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos abandonados e deteriorados.

Logo, não faz sentido a defesa de maior tempo livre pela argumentação de propiciar uma maior qualidade de vida e menor consumo, se não existe em contrapartida um espaço saudável e uma maneira justa de absorver este tempo livre sob a forma de lazer dissociada da mera reprodução do padrão consumista. Mesmo em uma condição de país desenvolvido, onde existe uma distribuição de renda mais igualitária e uma maior consciência sobre os impactos do padrão de consumo, a própria indústria do lazer toma uma forma mais desenvolvida nos períodos do tempo livre, com uma proliferação de ofertas de hobbies, que implicam a compra de equipamentos específicos, os espetáculos e discos de música, o cinema, a televisão e as passagens de avião para o tour, atividades estas que são formas de expressão do tempo do capital e que tendem a ser mediadas pela prática do consumo (OURIQUES, 2010).

O lazer, enquanto tempo social, tem o caráter de humanizar as cidades e resgatar, no indivíduo, um prazer que, nos tempos modernos, vem sendo desviado para atividades de consumo supérfluo. Para que o maior tempo livre estimule o exercício dessas atividades, são necessários espaços livres apropriados, distribuídos por toda cidade, as zonas verdes para o jogo e para o esporte perto das casas, os parques dos bairros, os parques da cidade, as grandes zonas protegidas do território (BENEVOLO, 1993),

dentre outras opções. As cidades brasileiras são criadas para a economia e não para os cidadãos, como afirma Santos (1997, p. 48.). Isso é visível na banalização ou esquecimento dos espaços públicos, ou mesmo na sua substituição por outros empreendimentos privados que mercantilizam este tempo livre.

O que se observa, portanto, são os espaços livres outrora ocupados pelas praças, parques públicos, cederem lugar a estacionamentos, ou se tornarem território de desocupados, áreas de prostituição, de uso de drogas, de despejo de resíduos e afins. Nas cidades mais urbanizadas, as calçadas são tomadas de assalto por camelôs e ambulantes, por carros estacionados irregularmente, e não permitem o fluxo normal de pedestres por esses espaços que são deles por direito. Os parques, abandonados, transformaram-se em áreas para crescimento natural do mato que tudo envolve. O cidadão, principalmente aquele de menor ganho aquisitivo, sem poder usufruir desses espaços, vê-se acuado entre o trabalho e sua moradia, e acaba subaproveitando o tempo livre de que dispõe. Ao aceitarem as formas de lazer disponíveis no mercado, as pessoas acabam se moldando a padrões impostos pelas empresas e absorvem toda uma cultura decorrente de tais padrões (BERNARDO, 2004).

Os trabalhadores são explorados na indústria do tempo livre e têm seu tempo de não trabalho transformado em tempo de consumo, o que tem como consequência a produção dos trabalhadores (como classe) também pela indústria do lazer, criadora de necessidades de evasão, passatempo, divertimento, etc., fundamentais para a manutenção e reprodução dos trabalhadores como trabalhadores (OURIQUES, 2010, p.121).

Ou seja, no Brasil, a falta de políticas de planejamento para o crescimento das cidades tem contribuído para a degradação da qualidade ambiental e de vida da população, principalmente onde a aglomeração humana e de atividades já assumiu certo porte. Apesar de conhecimento acadêmico sobre a importância desses espaços livres, há uma tendência de se economizar esses espaços para lazer, principalmente nas zonas mais pobres, o que contribui para a deterioração da qualidade de vida dos habitantes (MORERO et al, 2007). Além deste e dos demais fatores que foram até agora mencionados e que ajudam a caracterizar o panorama brasileiro em relação a proposta de redução da jornada de trabalho, um dos aspectos mais importantes ainda precisa ser discutido, por ser alvo e, ao mesmo tempo, instrumento de operacionalização da medida. Este aspecto é a própria legislação do trabalho no Brasil e as relações

trabalhistas historicamente construídas no país, cuja flexibilidade e dinâmica desafiam as discussões e previsões em torno das alterações da jornada de trabalho.

A Legislação Trabalhista Brasileira

A história da jornada de trabalho no mundo inicia-se praticamente um século antes da brasileira (GIANNOTTI, 2009, p. 49). Isso porque até 1850 no Brasil praticamente ainda não havia fábricas e não havia, conseqüentemente, os trabalhadores de fábricas, denominados operários (IDEM, 2009, p. 25). Na Europa, em pleno século XVIII as máquinas já faziam parte do cotidiano dos trabalhadores, sendo responsáveis pelas profundas modificações nas relações de trabalho, nas sociais, econômicas e demográficas, mudanças essas que resultaram na formação de sociedade urbano-industrial ou sociedade moderna (Idem, 2009). Essa nova sociedade redefiniu as estruturas até então existentes, com o estabelecimento da automatização do trabalho, da concentração e centralização de produção de bens e serviços, da criação dos complexos produtivos de caráter internacional, transnacional e da emergência da sociedade da informação (LEITE, 2008) que, por consequência, estimulou a exploração da mão de obra pelos empregadores.

Do início da industrialização até aproximadamente 1850, não havia nenhuma lei que garantisse direitos para a classe operária e, no dia-a-dia, os trabalhadores eram reprimidos e viviam em condições de trabalho estressantes, perigosas e com salários baixíssimos, sem limite de jornada de trabalho (GIANNOTTI, 2009, p. 29). A quantidade de horas trabalhadas podia chegar a 18 horas diárias nos grandes centros industriais (Idem, 2009, p. 29), e geralmente os patrões definiam os horários com base em uma escala de mortes e problemas de saúde ocasionados pelo excesso de trabalho, de forma que estes números não ultrapassavam um limite que prejudicasse o lucro do fábrica (BALESTRA, 2012, p. 7; GIANNOTTI, 2009, p.29-30). Não havia limite de idade ou distinção de gênero para o trabalho e a semana de trabalho geralmente durava os sete dias, sem período para descanso. Por volta de 1820, por exemplo, a idade média de vida dos operários em Londres, cidade mais industrial da Inglaterra, era de 21 anos e crianças de 5 anos já trabalhavam em fábricas, nas piores condições. A expectativa de vida dos patrões era três vezes maior (GIANNOTTI, 2009, p.55 e 31).

Apesar de não haver leis ou regulamentações estaduais trabalhistas, os operários já protestavam, reivindicando alguns direitos, em busca da melhoria das condições de

trabalho. A primeira associação surgida, embora não reconhecida pelo Estado, foi a Associação dos Alfaiates, criada em 1720, e que lutava por melhores condições de salários. Para coibir estas iniciativas, em 1799 o parlamento inglês votou a *Combination Laws*, um conjunto de leis repressivas que proibia a criação de sindicatos trabalhistas (GIANNOTTI, 2009). Anos depois, em 1825, a Inglaterra finalmente reconheceu o direito de os trabalhadores formarem sindicatos. No mesmo ano, foi criada em Manchester, capital da indústria têxtil inglesa, a União dos Fiadores de Algodão. Este foi considerado o primeiro sindicato propriamente dito da história dos trabalhadores. Desde então, outras uniões e sindicatos em defesa dos interesses dos trabalhadores começaram a surgir, assim como surgiram os primeiros movimentos operários a favor da fixação do limite de 8 horas diárias de trabalho (Idem, 2009).

As lutas dos trabalhadores não cessaram mais e a pressão exercida pela classe trabalhadora foi responsável por uma série de publicações e modificações importantes nas legislações trabalhistas. Em 1842, no norte da Inglaterra, ocorreu a primeira greve geral da história da industrialização, cuja principal exigência era a redução da carga horária e em 1847, o parlamento inglês aprovou uma lei que estabelecia o limite de jornada de trabalho para adultos, de 10 horas diárias (GIANNOTTI, 2009). Em 1880, com a publicação de *O Direito à Preguiça*, de Paul Lafargue, a discussão sobre a redução da jornada de trabalho tomou maior repercussão. Lafargue acusou o trabalho de ser a causa da degeneração intelectual dos trabalhadores, bem como de sua deformação do caráter orgânico (LAFARGUE, 1983). A pressão por parte dos trabalhadores crescia, e na primeira metade do século XX, com o Tratado de Versailles e com a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a jornada de oito horas ou semana de 48 horas passou a vigorar oficialmente entre os países envolvidos.

A regulamentação da jornada de trabalho no Brasil não foi muito diferente, mas apenas tardia em relação ao que já se sucedia na Europa, uma vez que a industrialização no país ocorreu quase cem anos depois. Nos primórdios da industrialização havia cerca de 600 estabelecimentos industriais distribuídos em todo o território brasileiro, sendo que boa parte se concentrava em São Paulo. Não por acaso a cidade foi o palco das primeiras manifestações e greves registradas na história do país, a exemplo da que ocorreu em 1901, em que operários da fábrica de tecidos Companhia Industrial de São Paulo estabeleceram uma lista de seis itens, três dos quais referentes à regulamentação do

horário de trabalho: jornada de 12 horas, das 6 da manhã às 6 da tarde; uma hora de descanso; aos sábados, saída às 16:30 horas (CAMARGO, 2009).

Camargo (2009) divide a história da luta pela redução da Jornada em três principais fases: A primeira, de 1883 a 1907, representada pela luta pela regulamentação da jornada de trabalho; a segunda, de 1907 a 1930, com a luta pela jornada diária de 8 horas; e a Terceira, de 1930 a 1945, da Legislação no Estado Novo, iniciada com Vargas. No primeiro período, não havia nenhuma regulamentação da duração diária, semanal, anual ou existencial do trabalho. Tal como no início da industrialização europeia e também americana do norte, admitiam-se empregados de qualquer idade, com jornadas de trabalho de 15 a 17 horas, nos sete dias da semana, sem repouso semanal; sem direito a férias nem a aposentadoria. Trabalhava-se, então, de 3.500 a 4.000 horas por ano, todos os dias da semana e do ano, desde a infância até a morte, e a expectativa de vida dos trabalhadores era muito baixa (CAMARGO, 2009).

Nesta época alguns acordos eram estabelecidos entre patrões e empregados, mas estes eram frequentemente violados, uma vez que não existia nenhum controle legal que assegurasse seu cumprimento. Greves e manifestações eclodiam em vários estados brasileiros, exigindo melhores condições de trabalho e a regulamentação da carga horária, mas poucas lograram êxito. A primeira exceção se deu no Rio de Janeiro, em 1903, quando uma convocação reunindo todos os trabalhadores têxteis conseguiu estabelecer uma jornada diária de nove horas e meia. Três anos depois, uma greve geral em Porto Alegre conseguiu a aprovação do acordo, concedendo uma jornada menor ainda, de 9 horas (TELLES, 1981 apud CAMARGO, 2009). Daí por diante, o movimento dos trabalhadores foi ganhando força e as conquistas foram se tornando mais frequentes.

Em 1892, o primeiro Congresso Operário Brasileiro reivindicou a criação de um partido operário e, influenciado pelo Congresso Internacional dos Trabalhadores, realizado em Bruxelas no ano anterior, previu a fixação do trabalho da jornada em 8 horas⁷³. No dia 1º de janeiro de 1907, ocorreu uma iniciativa isolada de redução de carga horária que marcou o início da segunda fase. A Cia Mogiana, grande empresa do setor ferroviário concedeu a jornada de 8 horas e este ato isolado deflagrou greve geral em São Paulo,

⁷³ A explicação sobre a razão das oito horas é singela e tem a ver com o famoso 3x8 do referido Congresso de Bruxelas: partia-se do princípio segundo o qual o equilíbrio da vida cotidiana dependia de sua divisão em três partes iguais: 8 horas de trabalho, 8 horas de sono e 8 horas de lazer (CAMARGO, 2009).

que se espalhou por outras capitais alcançando conquistas significativas. Os operários obtiveram reduções diversificadas: os da indústria têxtil, jornada de 10 horas; os operários da indústria gráfica, 8 horas e meia; os metalúrgicos, os marmoristas, os operários da construção civil e fabricas de calçados, 8 horas (CARONE, 1979 apud CAMARGO, 2009). No final da década de 20 a luta pela legalização da jornada de 8 horas para todas as classes atingiu foro político, e o primeiro projeto de lei, oficializando a jornada de 8 horas, foi apresentado ao Congresso Nacional, tendo sido posteriormente rejeitado e tachado de “anárquico, subversivo e imoral” (CAMARGO, 2009). Durante a terceira fase, iniciada no governo Vargas (1930), uma série de medidas legais foram instituídas em benefício aos trabalhadores, denominadas CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A CLT tratava da nova regulamentação das férias (1931), da regulamentação do horário de trabalho do comércio (1932), da indústria (1933), a Convenção Coletiva de Trabalho (1932), do reconhecimento legal dos sindicatos, da regulamentação do salário mínimo; além de outras medidas que até hoje, em sua essência, regem a vida do trabalho no Brasil (GIANNOTTI, 2009). Consideradas muito avançadas para a época, essas medidas comportavam as principais reivindicações feitas pelo movimento de trabalhadores, e por isso, essas conquistas serviram para acalmar as atividades dos movimentos sindicais, ao menos até o golpe militar de 64. A partir de meados da década de 1970, os primeiros sintomas da crise econômica apareceram, trazendo consigo a redução do crescimento da produção e da produtividade, o aumento do desemprego e a precarização do mercado de trabalho. A alta da inflação nesta época obrigou os sindicatos a adotar como prioridade a recuperação do poder de compra dos salários, deixando as reivindicações sobre jornada de trabalho em segundo plano. Camargo (2009, p.13) descreve que:

[...]a redução da jornada sempre foi pauta de reivindicações trabalhistas de todos os setores; contudo, durante o período inflacionário recente (1974 a 1995) essa reivindicação constituía o chamado “boi de piranha”, ou seja, reivindicação que constava da pauta apenas para aumentar o poder de barganha da cláusula principal, mais urgente, da recuperação do poder do compra dos salários, corroídos pela inflação.

Foi neste contexto de crise econômica que se estabeleceu a constituição de 1988, que vigora nos dias atuais. Esta constituição reduziu a jornada semanal de trabalho de 48

para 44 horas⁷⁴, mas também se caracterizou por uma práxis extremamente permissível na utilização unilateral do tempo de trabalho do empregado, característica que iria se fortalecer com a onda neoliberal de flexibilização e regulamentação iniciada na década de 90. As medidas de internacionalização da economia brasileira e endividamento externo colocaram de lado as políticas macroeconômicas comprometidas com o pleno emprego. Conseqüentemente, as taxas de desemprego ficaram altíssimas e, amparadas pela lei, muitas atividades passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores, como a possibilidade de demissão sem justa causa, o expediente da rotatividade, as férias compulsórias, a possibilidade de comprar as férias, e a lei das horas extras (CAMARGO, 2009, GIANNOTTI, 2007).

Desde então, o mercado brasileiro passou a se definir por uma diversidade de situações quanto à extensão e à distribuição da jornada de trabalho, e assumiu um perfil bastante heterogêneo caracterizado principalmente pela flexibilidade nas relações de trabalho e pelos baixos salários. Essa heterogeneidade ficou marcada pela mudança no perfil da ocupação, com o aumento do setor informal, dos autônomos, dos “estágios”, da terceirização e do trabalho doméstico em detrimento dos empregos formais e do assalariamento, frutos da instabilidade e da falta de melhores perspectivas para a atividade econômica, como descreve Baltar (2003) na publicação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (DIEESE, 2006, p.9):

O baixo crescimento das vagas no setor urbano, associado à redução dos postos de trabalho na área rural, impediu a absorção de grande parte da população ativa crescente. A consequência foi o aumento do desemprego, do trabalho por conta própria, a proliferação de pequenos negócios e o trabalho não remunerado em negócios familiares. Esse estreitamento do mercado de trabalho assalariado diminuiu o poder de barganha dos trabalhadores, deixando-os mais vulneráveis ao arrocho salarial, às novas formas de contratação atípica e ao aumento da intensidade do trabalho. Além disso, diante do risco do desemprego, o trabalhador se submetia mais facilmente às pressões patronais.

Entre os fatores que contribuíram para a deterioração do mercado de trabalho na década de 90 estavam: as privatizações, que, invariavelmente, foram acompanhadas de demissões; o crescimento pífio da economia nesses anos; e a taxa de câmbio

⁷⁴ Como em 1934, em função da mobilização dos trabalhadores, em alguns ramos de atividade econômica já vigoravam jornadas de trabalho iguais ou inferiores a que veio a ser determinada por lei (DIEESE, 2005).

sobrevalorizada ao longo de quase toda a década, que incentivou as importações. Além disso, as medidas que visavam à flexibilização de direitos trabalhistas e reestruturação produtiva, a exemplo da adoção do mecanismo do “banco de horas”, ou seja, de sua prorrogação com posterior compensação, trouxe, como consequência, a intensificação do ritmo de trabalho e o maior controle do tempo do trabalhador por parte do empregador, precarizando os postos de trabalho já existentes (DIEESE, 2005; 2006). Embora a situação econômica do país tenha mudado significativamente desde o período de crise da década de 80, e a economia esteja relativamente estável e mais madura, a heterogeneidade e flexibilização do trabalho continuam definindo o perfil de mercado brasileiro (Idem, 2005; 2006).

Portanto, quando se analisa a questão da jornada de trabalho hoje em dia, é importante levar em contas as características que definem a sociedade brasileira não só em termos de consumo, mas também em termos das relações de trabalho historicamente construídas, que refletem o conjunto de leis específicas do trabalho adotadas. As alterações feitas na constituição de 1988 para flexibilização da legislação, a exemplo do “banco de horas” e do trabalho aos domingos, impactaram fortemente os trabalhadores, e alguns autores colocam que essas medidas acabaram abrindo caminho para a desregulamentação do trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 2003 apud DIEESE, 2006). O DIEESE vai além ao dizer que, com exceção das conquistas obtidas em acordos ou convenções coletivas, “praticamente todas as alterações nos direitos trabalhistas foram no sentido de diminuir direitos e/ou de intensificar o ritmo de trabalho” (DIEESE, 2006).

No que tange à perspectiva da redução da jornada de trabalho, algumas medidas estipuladas na Constituição Brasileira são particularmente importantes de serem mencionadas, pois tal como são seguidas, tornam mais complexo o caminho de transição e a previsão das consequências, a exemplo da utilização das horas extras. As leis, convenções e acordos que normatizam a extensão das horas normais e os limites das horas extras têm por princípio e objetivo estabelecer regras para que a extensão da jornada efetiva⁷⁵ de trabalho se ajuste aos padrões aceitos e estabelecidos pela

⁷⁵ É importante entender a diferença entre Jornada Normal de Trabalho e Jornada Efetiva de Trabalho. A Jornada normal de trabalho é aquela definida por lei, convenção ou acordo coletivo como sendo o limite máximo de trabalho a ser efetuado tendo como contrapartida o salário contratado. As horas extras, ou seja, as que ultrapassam esse limite, são contabilizadas na Jornada de Trabalho Efetiva e remuneradas à parte. É importante destacar também que o estabelecimento de um limite máximo não determina que a jornada seja fixa nesse limite. Ela pode ser flexível para baixo, o que já acontece em

sociedade. A utilização das horas extras em muitos países é limitada e somente é permitida por meio de autorizações especiais, por razões extraordinárias. No Brasil, os artigos 59 e 61 da CLT limitam e presumem o caráter de excepcionalidade da utilização das horas extras, respectivamente, permitindo a jornada de trabalho de até 12 horas caso ocorra “necessidade imperiosa”:

Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho

Art. 61 - Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 2º - Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previstos neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 12 (doze) horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite. (BRASIL, 1943)

Na prática, no entanto, a utilização de horas extras no Brasil é particularmente preocupante, pois excede em muito o caráter de excepcionalidade que é presumido em lei, tornando-se praticamente corriqueira e até servindo como alternativas à abertura de novas frentes de trabalho (DIEESE, 2006). Essa realidade prejudica, sobretudo, os trabalhadores em situação mais vulnerável, com baixos salários e com menor qualificação, que no Brasil representam uma parcela significativa⁷⁶ da população ativa. Pela maior necessidade de atingir uma remuneração que permita a manutenção de um padrão de vida aceitável, esses trabalhadores têm maior probabilidade de fazer hora extra e alongar sua jornada de trabalho, perpetuando um modelo de trabalho precário.

Exemplos no Brasil e em outros países ajudam a prever o impacto da redução da jornada de trabalho na qualidade de vida do trabalhador, principalmente quando um dos objetivos principais é a geração de empregos. Segundo a DIEESE (2006, p.21):

Apesar da tendência de diminuição da jornada de trabalho verificada em muitos países, particularmente no Brasil, também se percebe o aumento da utilização das horas extras configurando uma situação

alguns setores, como o telemarketing e o bancário. O que a legislação assegura é um patamar mínimo que garanta boas condições de trabalho (CAMARGO, 2009).

⁷⁶ Parcela de trabalhadores informais ou em situações de vulnerabilidade

paradoxal, em que o mercado de trabalho comporta, ao mesmo tempo, pessoas desempregadas ou com jornadas parciais e trabalhadores com jornadas muito extensas em razão das horas extras.

Além do uso frequente das horas extras, o próprio limite imposto pela lei nem sempre é seguido. Camargo (2009) comenta que a violação deste e de outros termos que regulamentam a jornada de trabalho é resultado da histórica falta de fiscalização e da falta de rigor com que a legislação é aplicada. Os números apontados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo, por exemplo, após a revogação, em 1967, da lei que garantia a estabilidade do emprego, revelaram que aproximadamente 65% das queixas apresentadas em juízo, mencionaram violações da jornada de trabalho, diretas ou outras, tais como a falta de pagamento das horas regulares de trabalho, de férias, e outras que podem ser tidas como indiretas⁷⁷.

A flexibilização da jornada de trabalho permitida pela CLT, a exemplo do banco de horas, também representa um obstáculo à redução da jornada de trabalho, ainda mais em se considerando a heterogeneidade do mercado brasileiro, marcado por uma forte informalização do vínculo profissional em todas as regiões. Essa informalização dos vínculos de trabalho pode ser particularmente atrativa aos empregadores que não estão dispostos a arcar com os custos de novas contratações, em situação de redução de jornada de trabalho.

Na década de 1970, em cidades industrializadas como São Paulo e Campinas, estimava-se uma taxa de 25% a 30% da população economicamente ativa que trabalhava sem vínculo formal de emprego, enquanto no restante do país, essa taxa atingia mais de 50 % do país. Em 2009, mesmo em São Paulo, a população trabalhadora do país estava dividida em dois grupos quase iguais de trabalhadores com e sem vínculo (CAMARGO, 2009).

O uso do banco de horas, por sua vez, tem sido cada vez mais utilizado como uma forma de flexibilizar a jornada de trabalho. Neste sistema, o número de horas trabalhadas varia de acordo com a demanda do mercado, ou seja: se o mercado está aquecido, o funcionário pode trabalhar até 44 horas; se o mercado se desaquece, a jornada pode baixar até 36 horas (em caso extremo, a empresa também lança mão de férias coletivas). O que ultrapassar este número entra no cálculo das horas extras. Segundo levantamento do DIEESE, de 52 convenções coletivas analisadas e

⁷⁷ Segundo informações verbais de João G. Rodas, Juiz do Trabalho. São Paulo, outubro de 1981 (apud CAMARGO, 2009)

informações obtidas sobre acordos para alteração da jornada de trabalho entre 1994 e 1998, 17 previam a compensação de horas extras por meio do banco de horas; 12 especificavam a redução da jornada de trabalho sem diminuição salarial; 11 combinavam o banco de horas com redução de jornada de trabalho; 11 associavam a redução de jornada de trabalho com a diminuição dos salários; e 1 combinava o banco de horas com redução de jornada de trabalho e diminuição salarial (CAMARGO, 2009)

Os aspectos da legislação trabalhista brasileira aqui mencionados são apenas alguns dos muitos que configuram as relações de trabalho no país, e não necessariamente são os mais importantes na pauta das discussões sobre futuras iniciativas de redução da jornada de trabalho. O objetivo foi tentar apresentar, ainda que resumidamente, o histórico dos movimentos trabalhistas que deram origem ao atual conjunto de leis trabalhistas brasileiro e, ao mesmo tempo, caracterizar um pouco o perfil do trabalho e das relações de trabalho no país, marcadas por uma heterogeneidade, flexibilização e, infelizmente, falta de fiscalização eficiente, que contribuiu para a extensão da jornada de trabalho e precarização das condições de trabalho, principalmente daqueles que estão em situação de vida mais vulnerável. Assim, espera-se que as especificidades que compõem o cenário legal do trabalho no Brasil sejam alvo de estudos mais aprofundados dentro do tema de redução da jornada no país, assim como os outros aspectos destacados neste capítulo.

O que se conclui a partir dessa breve caracterização da sociedade de consumo brasileira e de alguns possíveis fatores elencados como barreiras à implementação de uma redução da jornada de trabalho dentro dos princípios da sustentabilidade, é que as consequências de uma redução de jornada de trabalho não pressupõem necessariamente uma adaptação da sociedade para o melhor aproveitamento do tempo livre. Características estruturais, econômicas e sociais são variáveis que devem ser consideradas durante a avaliação desta proposta no Brasil. Essas características, por se distanciarem dos pressupostos assumidos pelos economistas ecológicos, tanto em termos de argumentação quanto de projeção de cenário, podem relativizar os resultados desta mudança quando aplicada em um contexto significativamente diverso, como no caso de um país em desenvolvimento.

Em resumo, o intuito das explicações feitas neste capítulo foi o de apresentar um olhar mais interrogativo sobre a ideia de redução da jornada de trabalho como caminho para o menor consumo na sociedade em países em desenvolvimento como o Brasil. Dessa

forma, foi apresentado um viés menos otimista de alguns autores, que colocam o tempo livre como um tempo destinado à reprodução do capital, e também apontados argumentos que interpretam a redução da jornada de trabalho como uma medida de estímulo ao consumo e crescimento econômico, a exemplo da PEC 231/95. Buscou-se, portanto, evidenciar as contradições em torno do tema e a imprevisibilidade dos impactos da redução da jornada sobre a sociedade, agravada especialmente pela escassez de estudos que tratem do contexto brasileiro ou de países em desenvolvimento.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

O objetivo dessa dissertação e dos vários questionamentos levantados ao longo dos capítulos foi o de demonstrar ao leitor a complexa relação existente entre o tempo de trabalho, o comportamento de consumo e o impacto ambiental, começando pelo papel que o trabalho passou a desempenhar nas sociedades contemporâneas. Em sua longa construção histórica, o trabalho passou a constituir um elemento centralizador da vida das pessoas, em torno do qual, todas as demais atividades sociais passaram a ser organizadas. As atividades orientadas para o convívio com a família, para atividades de enriquecimento pessoal ou ditas “superiores”, para o lazer puro e simples, cujas motivações partem do próprio indivíduo e tem como fim sua própria busca por felicidade, todas essas atividades ficaram sujeitas a um tempo determinado pelo trabalho, sendo constantemente frustradas e sabotadas pelo relógio e pela velocidade com que se espera serem realizadas.

Não se pode mais falar de um trabalho integrado às outras atividades, tendo como base as características dos sistemas primitivos, e tampouco se pode falar em um trabalho perceptivelmente desagregado, característico dos sistemas de produção escravista. O que se percebe hoje é uma diluição cada vez maior, mais sutil ou mesmo uma sobreposição do trabalho com outros tempos sociais. As pessoas saem do local de trabalho, mas permanecem conectadas a ele, seja pelas novas tecnologias, que invadem os momentos privados e suas horas de descanso, seja pelas preocupações e desgaste ocasionados pela rotina de trabalho, que perduram em seu tempo livre. Por conta disso, o tempo de trabalho acabou contribuindo para a formação de uma sociedade insatisfeita, com laços sociais superficialmente construídos. Uma sociedade mais propensa a tomar atitudes irrefletidas e a desenvolver mecanismos compensatórios de busca de prazer.

Não é mais rara a figura do trabalhador que passa mais tempo no trabalho do que em casa. A priorização do trabalho em detrimento do lazer trouxe consigo uma inversão de valores e uma valorização equivocada de aspectos que não são realmente importantes para a geração do bem estar, tais como a necessidade de consumir e possuir bens materiais para ser aceito e para obter valor em seu meio social. Passou-se a buscar um ideal de consumo e de renda que fosse capaz de suprir o vazio causado pela superficialização das relações sociais e pelo esfacelamento do convívio familiar. Este quadro, convenientemente explorado pelos discursos políticos e sustentado pelos

veículos de comunicação e instrumentos publicitários, reduziu o trabalhador ao papel de consumidor ou sujeito-objeto, induzido-o a servir aos interesses de uma economia obcecada por crescimento.

Dentro desta perspectiva, existe um ciclo. O subaproveitamento dos outros tempos sociais em função do tempo de trabalho contribui para a deterioração do bem estar do indivíduo, tornando-o suscetível a uma série de influências que o induzem ao consumo e à ilusão da felicidade material. Esta felicidade, no entanto, nunca é alcançada, e o indivíduo vê-se obrigado a trabalhar mais para ganhar mais, para assim tentar atingir um padrão de consumo cada vez maior e praticamente inatingível. O consumismo ou consumo desnecessário torna-se então uma triste realidade das sociedades capitalistas. Triste, porque representa motivações perversas de um modelo econômico que enxerga o trabalhador como um consumidor em potencial, e também porque representa a busca incessante da sociedade por uma autodefinição cada vez mais mediada por “coisas” e não mais por “relações”.

Neste trabalho, dois principais argumentos foram utilizados para explicar como o tempo que as pessoas passam no trabalho pode contribuir para direcionar as pessoas a adquirir hábitos consumistas. O primeiro deles, mais relacionado à questão temporal, é de que quanto mais tempo é dedicado ao trabalho, menos tempo sobra para que o indivíduo reflita sobre pequenas escolhas feitas durante o tempo livre. Isso vale inclusive para as tomadas de decisão mais corriqueiras que, por exemplo, são feitas após uma jornada de trabalho exaustiva, ou até pela própria escolha da refeição, que fica sujeita a um intervalo de tempo determinado pelo trabalho. O segundo argumento, associado ao aspecto psicológico e do bem estar, é de que quanto maior a intensidade de trabalho, menor a qualidade de vida e maior o comportamento compulsivo, pois à medida que o trabalho torna-se o aspecto central da vida de uma pessoa, demais atividades prazerosas deixam de ser realizadas, a exemplo do próprio convívio familiar.

A partir dessa relação estabelecida entre o tempo de trabalho e o consumo, percebe-se que este último se caracteriza, dentro do contexto das sociedades de consumo capitalistas, como uma forma de preenchimento paliativo para o “vazio” da própria vida, acompanhada muitas vezes por uma ignorância genuína do consumidor quanto aos reais interesses que o induzem a desempenhar este papel. Além do impacto que o tempo de trabalho exerce sobre o bem estar da sociedade, o custo ambiental decorrente desse consumo é outro aspecto que não se pode ignorar. A mobilização das cadeias produtivas

para atender a essa demanda consumista, agravada pelo crescimento populacional, é responsável pela superexploração dos recursos naturais e grave crise ambiental que se documenta hoje no planeta. O nível de consumo entre as nações capitalistas cresce exponencialmente, extrapolando qualquer limite biofísico aceitável.

A extração de recursos acima da capacidade de regeneração dos ecossistemas compromete a oferta de recursos essenciais para as atuais e futuras gerações. Os gastos de água, a geração de resíduos, e os inúmeros impactos ambientais e sociais relacionados aos processos produtivos que atendem à demanda do consumo supérfluo tornam a extinção da espécie humana uma possibilidade cada vez mais factível e mais próxima. Por conta disso, fica óbvio que o meio ambiente é afetado pela relação trabalho-consumo e, em uma escala maior, pela visão econômica que define essa relação. O desafio maior que se tem, portanto, é o de encontrar uma alternativa econômica que transforme essa relação de modo a proporcionar uma redução do consumo sem comprometer a qualidade de vida e o bem estar da sociedade. Uma das abordagens que se propuseram a lidar com esse desafio é a Economia Ecológica.

A Economia Ecológica foi uma das primeiras abordagens a enxergar a intrínseca dependência da economia para com o meio ambiente. Concebida por Georgescu-Roegen, Keneth Boulding e Herman Daly, essa nova visão econômica colocou em xeque a o modelo da Economia Neoclássica, cujos pressupostos admitem crescimento macroeconômico ilimitado e se apoiam em medidas de estímulo ao consumo. À medida que as questões ambientais passaram a ganhar maior relevância nas pautas de discussões de vários setores, a Economia Ecológica começou a se destacar como uma abordagem inovadora. Com ela, alguns modelos e movimentos foram surgindo, como os propostos pelos Economistas Ecológicos Serge Latouche, Peter Victor e pelo grupo da New Economics Foundation (NEF). Em comum, eles enfatizam o tempo médio de trabalho como um fator de insustentabilidade humana e apontam redução da carga horária como estratégia para reduzir o consumo e alcançar um estado do desenvolvimento sustentável, bem estar e justiça social.

Este estudo não se opôs aos esforços dos economistas ecológicos em discutir o modelo econômico tradicional e em questionar os modelos de crescimento praticados pelo *business-as-usual*. Muito pelo contrário. É indiscutível a relevância dos trabalhos da EE e admirável sua preocupação em buscar alternativas que incorporem realisticamente a dimensão ambiental em sua abordagem, e que também visem o bem estar o alcance de

um estado de justiça social. E, diante da centralização do trabalho e do nível alarmante de consumo que se tem hoje, é muito importante a constatação de que o tempo médio de trabalho representa uma das causas da insustentabilidade socioambiental das sociedades humanas. O que se buscou questionar neste estudo, no entanto, foi a visão romântica que envolve estas propostas de redução da jornada de trabalho como meio para a redução do consumo, visão esta que talvez não se encaixe na realidade dos países em desenvolvimento como o Brasil.

A visão romantizada do tempo livre pode ser reconhecida nos discursos de alguns economistas ecológicos e, particularmente, no documento da New Economics Foundation, intitulado “21 hours: Why a shorter working week can help us all to flourish in the 21st century”. Parte do princípio de que, uma vez reduzindo-se a jornada de trabalho, as pessoas usariam o tempo livre para desenvolver suas relações interpessoais, realizar atividades ao ar livre, usufruir dos espaços públicos de lazer, enfim, dedicar-se a outras atividades que geram aumento do bem estar e que não estão atreladas necessariamente ao ato de consumir. Esse raciocínio parte do pressuposto de que as pessoas iriam modificar seus hábitos de consumo e, até valores, uma vez tendo maior tempo disponível fora do trabalho, tendo como benefício ambiental a redução das atividades de consumo que geram impactos, a exemplo das que exigem uso intensivo de combustíveis fósseis.

As argumentações e modelos citados neste estudo e que defendem essa relação positiva entre tempo livre e consumo apresentam como base alguns estudos e experiências conduzidas em países desenvolvidos, como o Reino Unido, França e Canadá. No entanto, ao se transpor este discurso para uma realidade tão diferente desses países, como é o caso do Brasil, a discussão dos efeitos de uma jornada de trabalho sobre a sociedade exige um olhar mais crítico e, até, mais pessimista, em que se pesem algumas considerações. Coube, portanto, nesta dissertação, a inclusão desta visão crítica sobre o uso do tempo livre em situação da diminuição da jornada de trabalho. Para isso, questionou-se o reflexo que esta mudança teria sobre o comportamento de consumo da sociedade brasileira, admitindo, inclusive, a possibilidade de um resultado contrário ao desejável, em que o maior tempo livre se tornaria um tempo de reprodução de capital, ou seja, um tempo para intensificação do consumo.

Alguns fatores relacionados ao contexto brasileiro foram discutidos neste estudo como possíveis entraves a uma transição sustentável para uma sociedade de jornada de

trabalho reduzida. Esses fatores foram: a renda e o poder de consumo da sociedade brasileira; a resistência à mudança de horários; o posicionamento político brasileiro frente a uma proposta de redução de jornada; a infraestrutura e o planejamento das cidades; e, por fim, a legislação trabalhista brasileira. O aumento do poder aquisitivo da população brasileira; o aumento da oferta de empregos e acesso da população ao mercado de trabalho; o viés desenvolvimentista da PEC 231/95 que propõe a redução da jornada de trabalho; a mercantilização dos espaços públicos e a flexibilidade que envolve as relações trabalhistas, todas essas e demais características discutidas neste estudo lançam dúvidas sobre a eficácia da redução da jornada como alternativa para uma sociedade de menor consumo no contexto do Brasil.

Os desafios de se construir um modelo econômico viável do ponto de vista da sustentabilidade ecológica vêm mobilizando diversos pesquisadores, movimentos e instituições em vários países. O que se percebe, no entanto, é que as propostas até então apresentadas necessitam de amadurecimento, pois carecem de estudos práticos e argumentos mais sólidos que embasem suas previsões e os efeitos esperados, principalmente por estarem majoritariamente fundamentadas em realidades significativamente distintas. Enquanto que nos países desenvolvidos, os conceitos e os métodos para produção de dados sobre o uso do tempo já se encontram disponíveis e subsidiam novos estudos e decisões, aqui no Brasil os estudos sobre o tempo ainda flutuam no campo teórico e sequer possuem uma metodologia em comum, padronizada, que permita uma análise mais ampla, capaz de guiar novos estudos e servir como instrumentos de decisão nas políticas públicas.

Convém também ressaltar que, enquanto que ainda existem poucos estudos sobre o uso do tempo no Brasil, este número fica ainda menor quando se fala numa abordagem mais específica, em que se busca a relação da tríade trabalho-consumo-tempo livre. Muitos dos trabalhos sobre o estudo do uso do tempo em países em desenvolvimento enfatizam outras relações, tais como a de gênero, de trabalhos domésticos, de idade, de classes sociais, e quando incluem aspectos sobre o consumo, o fazem de forma bastante superficial, sendo impossível extrair deles informações mais relevantes que permitam extrapolar os resultados. Por isso, é preciso haver cautela quando se analisam medidas para reduzir ou conter a aceleração do consumo no Brasil, uma vez que as características do uso do tempo aqui ainda são pouco conhecidas e exploradas.

A mudança no comportamento de consumo representa um desafio que requer uma mudança de atitude e de valores que vão de encontro à lógica do processo de acumulação de capital em vigor desde a ascensão do capitalismo. Por isso, é fundamental entender, na prática, de que forma o uso do tempo livre dos brasileiros é influenciado pelo tempo dedicado ao trabalho, para que decisões equivocadas sejam evitadas. Além disso, as estratégias que visam assegurar a transformação dos padrões de consumo precisam considerar os indivíduos em suas várias dimensões, inclusive na relação que ele estabelece com o meio ao redor e nos múltiplos papéis que desempenham em resposta aos fatores externos. Neste sentido, estratégias que permitam ao indivíduo desenvolver uma compreensão crítica global e local são importantes para estimular a adoção de uma posição mais consciente. A educação ambiental, neste sentido, pode ser um valioso instrumento para mediar este processo.

Espera-se, por fim, que esta dissertação contribua para direcionar novos estudos sobre a influência da jornada de trabalho sobre o comportamento de consumo no tempo livre. É necessário que novos debates teóricos surjam e que haja uma padronização de novas metodologias, permitindo a realização de mais estudos práticos. Os esforços, neste sentido, são imprescindíveis para viabilizar novos objetivos de política econômica, compatíveis com a sustentabilidade ecológica, com a satisfação das necessidades sociais e com a promoção das liberdades individuais.

CAPÍTULO 7 – REFERÊNCIAS

- ABRASCE. **Grandes números**. 2013. Disponível em: <<http://www.portaldoshopping.com.br/numeros-do-setor/grandes-numeros>>. Acesso em: 02 nov. 2013.
- ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**: 2012. São Paulo: 2012. (Edição especial de 10 anos). Disponível em: <<http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20%20Panorama2012.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013.
- ADORNO, T.; LEVY, J.; WERNET, A. **Indústria cultural e sociedade**. 5. ed. São Paulo: PAZ E TERRA, 2009. (Coleção Leitura).
- A GAZETA. **Índice vai medir a felicidade do brasileiro**: FGV-SP elabora a metodologia do novo índice, que pode substituir o PIB. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/03/noticias/a_gazeta/economia/1164450-ndice-vai-medir-a-felicidade-do-brasileiro.html>. Acesso em: 24 mar. 2013.
- AMAZONAS, M. C. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da Economia Ecológica. In: NOBRE, M & AMAZONAS, M. (orgs.) **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.
- ANDRADE, D. C. **Economia e meio ambiente**: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. Leituras de Economia Política, Campinas, 2008. p. 1–31.
- ANDRADE, D. **Modelagem e valoração de serviços ecossistêmicos: uma contribuição da Economia Ecológica**. São Paulo: UNICAMP, 2010.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. 2004. (Educação e Sociedade) v. 25, p. 335–351. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.
- APPELBY, J. Consumption in early modern social thought. In: BREWER, J; PORTER, R. (Ed.). **Consumption and the world of goods**. London: Routledge, 1994. p. 162-173.
- AQUINO, C. A. B. e MARTINS, J. C. de O. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho**. Revista Mal Estar e Subjetividade, 2007. p. 479–500.
- ARAUJO, R. L. **A respeito da centralidade do trabalho**. 1997. p. 1–13. Disponível em: <[http://www3.ufpa.br/ce/gepte/imagens/artigos/centralidade do trabalho - doutorado.pdf](http://www3.ufpa.br/ce/gepte/imagens/artigos/centralidade%20do%20trabalho%20-doutorado.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2013.
- ARAUJO, G. P. DE; OURIQUES, H. R. **Estudo sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo**: uma abordagem empírica. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, 2009. v. 31, n. 2, p. 113–121.
- ARGYLE, M. Causes and Correlates of Happiness. In: KAHNEMAN, D.; DEINER, E.; SCHWARZ, N. **Well-being: the foundations of hedonic psychology**. New York: Russell Sage Foundation, 1999. p. 353–373.

- BALESTRA, O. S. **A Redução da jornada de trabalho e a defesa do tempo livre**. 2012. Disponível em: <http://www.uniguacu.edu.br/deriva/Ensaios/Convidados/Oriana_rabalho.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013
- BARBOSA, W. **Sociologia e trabalho: uma leitura sociológica introdutória**. Goiânia: s.n, 2002.
- BARRICHELLO, M. **A cultura pós-moderna e o movimento devagar: novos olhares**, 2012. p. 32–48. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/novosolhares/article/view/8192>>. Acesso em 12 jul. 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BEDIAKO, G., & VANEK, J. **Trial international classification of activities for time use statistics**. 1999. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Trial+International+Classification+of+Activities+for+Time-use+Statistics#0>. Acesso em: 12 jul. 2012
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BERNARDO, J. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. [S.l]: Ed. Cortez, 2004.
- BP. **BP statistical review of world energy**. 2013. Disponível em: <http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_energy_2013.pdf> Acesso em: 25 ag. 2013.
- BOCCATO, A. **Por uma política do tempo**. 2010. Disponível em: <<http://decrementobrasil.files.wordpress.com/2011/06/politica-do-tempo.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.
- BOFF, L. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOSTOCK, W. **Collective aspects of mental state, memory and psychic capital: their role in coherent functioning of a community**. 2008. *Journal of humanities and social sciences*, v. 2, n. 1, p. 1–11. Disponível em: <<https://scientificjournals.org/journals2008/articles/1275.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- BOULDING, K.E. **Income or wealth: review of economic studies**, 1949. Vol: 17, p. 77-86.
- BOULDING, K. **The economics of the coming spaceship earth**. 1966. Disponível em: <http://arachnid.biosci.utexas.edu/courses/THOC/Readings/Boulding_SpaceShipEarth.pdf> Acesso em: 18 set. 2012.
- BRASIL. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 10 abr. 2013.
- BROWN, L. **Eco-economia: construindo uma economia para a Terra**. Salvador: Editora UMA, 2003.

- BROWN, L. **Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização**. São Paulo: New Content, 2009.
- BROWN, L. **Nova York: capital mundial do lixo**. s.d. Disponível em: <<http://www.worldwatch.org.br/artigos/001.html>>. Acesso em: 15 maio. 2013.
- CAMARGO, L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAMARGO, L. **Perspectivas para o lazer com o impasse da luta pela redução da jornada de trabalho - o caso brasileiro**. Belo Horizonte: Licere, 2009. p. 1-32. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Perspectivas+para+o+Lazer+com+o+Impasse+da+Luta+pela+Redução+de+Trabalho++O+caso+brasileiro#0>>. Acesso em: 19 ag. 2013.
- CARTES, O. **História do trabalho**. 2006. Disponível em: <http://www.guatimozin.org.br/artigos/hist_trabalho.htm>. Acesso em: 7 mar. 2013.
- CECHIN, A.C. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo / Edusp, 2010.
- CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. O fundamento central da Economia Ecológica. In: MAY, P. H (Org). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010. p. 33-48.
- CHAVES, L. **Lazer e trabalho: meio ou fim?**. 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5625>>. Acesso em: 1/10/2012.
- CLASTRES, P. Préface In: SAHLINS, M. **Âge de Pierre, âge d'abondance : l'économie des sociétés primitives**. Paris: Gallimard, 1976. p. 11-30.
- COMTE-SPONVILLE, A. **O capitalismo é moral? sobre algumas coisas ridículas e as tiranias de nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan, 1994.
- CNI. **Redução da jornada de trabalho: mitos e verdades**. 2009. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/FF808081237102CA012375E42C513109/cartilha_reducao_da_jornada310809.pdf>. Acesso em: 18 ag. 2013.
- CUNHA, G. **Se essa monografia tivesse cabelo: um estudo do nonsense na publicidade**. Brasília/Distrito Federal: UNB, 2012.
- DALY, H.E.. **On economics as a life science**. Journal of Political Economy. Chicago: The University of Chicago Press, 1968. Vol. 76, No. 3, p. 392-406. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1829303?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102413211771>>. Acesso em: 12 ag. 2013.
- DALY, H.E.. **Beyond growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996.
- DALY, H.E. **Crescimento sustentável? Não, obrigado**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695>>. Acesso em 14 ag. 2013.
- DALY, H. E. **Economics in a full world**. Scientific American, 2005. v. 293, n. 3, p. 100-7. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16121860>>. Acesso em 14 ag. 2013.

- DEDECCA, C. S. **Tempo, trabalho e gênero**. 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/nota_tecnica_tempo_trabalho_e_genero.pdf>. Acesso em: 23 set. 2013.
- DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. 5. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2007. 244 p.
- DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.
- DIEESE. **A Jornada de trabalho nas negociações coletivas - 1996 a 2004**. Estudos e Pesquisas, Ano II - Nº 16, 2005 (dez). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq16jornada200512.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- DIEESE. **A jornada de trabalho no Brasil: sistema de informações para acompanhamento das negociações coletivas no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://projetos.dieese.org.br/projetos/MTE/SACC/METAI/parecerMetodologiaClassificacaoClausulas.pdf>>. Acesso em 22 set. 2013.
- DOBBS et al. **Urban world: cities and the rise of the consuming class**. McKinsey Global Institute, 2012. Disponível em: <http://www.mckinsey.com/insights/urbanization/urban_world_cities_and_the_rise_of_the_consuming_class>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2001. (Debates; 164)
- DURNING, A. **How much is enough? the consumer society and the future of earth**. New York: W.W. Norton, 1992.
- EASTERLIN, R. A. **The economics of happiness**. 2004. *Daedalus*, 133(2), p. 26–33. Disponível em: <<http://www-bcf.usc.edu/~easterl/papers/Happiness.pdf>>. Acesso em: 1/10/2012.
- ECOECO. Herman Daly, um Mestre e Amigo. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 2008. 21p.
- ECOECO. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. 2009. 54p. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/backup/conteudo/publicacoes/boletim_ecoeco/Boletim_Ecoeco_n020.pdf>. Acesso em: 1 out. 2012.
- ENRIQUEZ, M. A. Economia dos Recursos Naturais. In: MAY, P. H (Org). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.
- ESEE. **Proceedings of the first international conference on economic de-growth for ecological sustainability and social equity**. 2008. Disponível em: <http://events.it-sudparis.eu/degrowthconference/appel/Degrowth_Conference_-_Proceedings.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2013.
- EWING, B. et al. **The ecological footprint atlas 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.footprintnetwork.org/images/uploads/Ecological_Footprint_Atlas_2010.pdf>. Acesso em: 20 Nov. 2012.
- FAO. **State of the world's forests: 2011**. [S.l: s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2000e/i2000e.pdf>>. Acesso em 18 Nov. 2012.

FONTENELLE, I. **O trabalho da ilusão: produção, consumo e subjetividade na sociedade contemporânea.** In: Revista Interações. Universidade de São Marcos, São Paulo, 2005. n°19 (jan-jun), p. 63-86.

FREITAS, S.; RIBEIRO, D. **Trabalho, tempo-livre e lazer: uma compreensão acerca das vivências cotidianas de trabalhadores terceirizados da indústria calçadista.** 2000. v. 1995, p. 553–568, Disponível em: <<http://www.facef.br/novo/3fem/Inic Cientifica/Arquivos/Suzi Mara.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2012.

GALINHA, I.; RIBEIRO, J. L. P. **História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo.** 2005. v. 6, n. 2, p. 203–214.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **Energy and economics myths.** New York: Permagon Press, 1976. P. 3-36. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1056148?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102413305661>>. Acesso em 2 out. 2012.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **La décroissance: entropie -écologie – économie.** 2. ed. Paris: Éditions Sang de la Terre; 1995 [1979]. Disponível em: <<http://www.decroissance.org/textes/grinevald.pdf>>. Acesso em : 1 out. 2012.

GIACOMONI, C. H. **Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida.** 2004. V. 12, n. 1, p. 43–50.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauá X, 2007. 3 ed. Revista e ampliada, Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

GITLITZ, J., & FRANKLIN, P. **Water, water everywhere: the Growth of Non-carbonated Beverages in the United States.** Washington, DC: Container Recycling Institute, 2007. Disponível em: <<http://www.container-recycling.org/assets/pdfs/reports/2007-waterwater.pdf>>. Acesso em 15 out. 2012.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **The national footprint accounts, 2011 edition.** Oakland, CA, USA: s.l, 2012. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/images/Summary%20Report%20National%20Footprint%20Accounts%202011%20Edition.pdf>>. Acesso em 20 set.. 2013.

GOMES, C. M. **Dumazedier e os estudos do lazer no brasil: breve trajetória histórica.** 2008. Disponível em: < http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em : 5 fev. 2013.

GRINEVALD, J. **Georgescu-Roegen: bioéconomie et biosphère.** 1993. Disponível em: <<http://www.decroissance.org/textes/grinevald.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2013.

HOORNWEG, D. e BHADA-TATA, P. **What a waste: a global review of solid waste management.** Washington: World Bank, 2012. n.15. (Urban Development Series.). Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/07/25/000333037_20120725004131/Rendered/PDF/681350WP0REVIS0at0a0Waste20120Final.pdf> Acesso em: 23 Mar. 2013.

IATUR. **Uso do tempo.** 2013. Disponível em: <http://iatur.timeuse.org/policy-es>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** [S.l: s.n.], 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2012. Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 29. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 27 ag. 2013.

IDEIA SUSTENTÁVEL (Ed.). **Tendência para o Consumo Consciente**. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2010/03/tendencia-para-o-consumo-consciente/>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

KOTLER P; SIMON, F. **A construção de biomarcas**: levando a biotecnologia ao mercado global. Porto Alegre: Bookman, 2004.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. 1999. Disponível em: <http://filoczar.com.br/manifesto_contra_o_trabalho.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2013.

KRUGMAN, P.; WELLS, R; OLNEY, M, L. **Princípios de Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KURZ, R. **O desfecho do masoquismo histórico**. In: *Folha de São Paulo*, caderno Mais, 20 de julho, 1997.

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1983.

LATOUCHE, S (Ed.). **Pour une société de décroissance**. 2003. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2003/11/LATOUCHE/10651>>. Acesso em: 01 jun. 2003.

LATOUCHE, S. **Farewell to growth**. Cambridge: Polity Press, 2009. 124 p.

LAWN, P. A. **Scale, prices, and biophysical assessments**. *Ecological Economics*, 2001. 38(3), p. 369–382.

LAWN, P. **Is a democratic-capitalist system compatible with a low-growth or steady-state economy?** *Socio-Economic Review*, 2005. v. 3, n. 2, p. 209–232. Disponível em: <<http://ser.oupjournals.org/cgi/doi/10.1093/SER/mwi009>>. Acesso em 9 abril. 2013.

LAZZARINI, M.; GUNN, L. **Consumo e meio ambiente: uma equação sem solução?** Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7905019/Consumo-e-Meio-Ambiente>>. Acesso em: 02 de abril. 2013.

LEBOW, V. **Price competition in 1955**. *Journal of Retailing*, 1955. Disponível em: <<http://ablemesh.co.uk/PDFs/journal-of-retailing1955.pdf>>. Acesso em: 30 Maio. 2013.

LEFTWICH, R.H. **O sistema de preços e a alocação de recursos**. São Paulo, Pioneira, 1971.

LEITE, H. **Sociedade de consumo, desenvolvimento e os paradigmas do nordeste brasileiro**. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/sociedade-de-consumo-desenvolvimento-e-os-paradigmas-do-nordeste-brasileiro/4628/>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

LESSA, S. **Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária**. In: *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS, 2005. n° 13/14.

LOBODA, C., ANGELIS, B. D. **Áreas verdes públicas urbanas**: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, 2009. p. 125–139. Disponível em:

<<http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewArticle/157>>. Acesso em: 15 maio. 2013.

MAGALHÃES, D. **A sociedade perante o lazer—geração do lazer ou do não-sei-que-fazer**. Comunicação em “Noites de Sociologia no Porto”. 1991. p. 165–174. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3071.pdf>>. Acesso em 18 Mar. 2013.

MALACRIDA, P.; MACHADO, D. **Retrospectiva do lúdico**: consequências da revolução industrial sobre a temática lazer e trabalho. 2008. uniesp.edu.br, p. 81–89,

MAÑAS, C. M. **Tempo e trabalho**: a tutela jurídica do tempo de trabalho e tempo livre. São Paulo: LTr, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 8.ed. Campinas: Papirus, 1983.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 368 p. (Os Economistas)

MASI, D. **O Ócio criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. tradução de Lea Manzi; Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

MILLER, D. **Consumo como cultura material**. Horizontes Antropológicos, 2007. v. 13, n. 28, p. 33–63.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Manual de educação para o consumo sustentável**. 2005. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/consumo_sustentavel.pdf>. Acesso em 26 Jun. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Sustentabilidade aqui e agora**. 2010. Brasileiros de 11 capitais falam sobre meio ambiente, hábitos de consumo e reciclagem. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/sustentabilidade_aqui_agora_182.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de ação para produção e consumo sustentáveis - PPCS**. 2011. v. I. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis?download=937:plano-de-acao-para-producao-e-consumo-sustentaveis-volume-ii>>. Acesso em: 18 Jul. 2013.

MONTEBELLO, N. P., COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia**: Cortes e Recortes. Senac. 2009. Vol 2.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da UFCS, 2004.

MOORI, R.; LEAL, W.; LELIS, E. **Marketing de relacionamento no setor farmacêutico**: uma análise exploratória. 2011. Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ReFAE/article/viewArticle/2821>>. Acesso em: 18 Jul. 2013.

MORENA, M. **Visões ideológicas do trabalho ao longo da história**. Blog do professor Marcio Morena. Disponível em:

<http://marciomorena.files.wordpress.com/2012/01/tripalium11_png1.jpg>. Acesso em: 17 maio. 2013.

MOTHÉ, D. **L' Utopie del tempo libero**. Paris: Espri, 1977.

MOUSSEAU, F. **The high food price challenge: a review of responses to combat hunger**. Oakland, CA: Oakland Institute, 2010.

MORAIS, R. **Compulsão por compras: uma análise psicossocial crítica acerca das subjetividades contemporâneas**, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/handle/123456789/2489>>. Acesso em: 15 Maio, 2013.

MORERO, A., SANTOS, R.F., FIDALGO, E. **Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso em campinas-sp**. São Paulo: Revista Instituto Florestal, 2007. 3(2), p. 19–30. Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=fulltext&aId=922307>>. Acesso em: 20 Maio. 2013.

MUNNÉ, F. **Psicosociologia del tiempo libre: um enfoque crítico**. México, DF: Trilhas, 1980.

NASCIMENTO, E.; GOMES, G. **Décroissance: qual a consistência?**. 2009. Disponível em: <<https://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT3-32-104-20090717100030.pdf>>. Acesso em: 23 Maio. 2013.

NETO, J. A. F. e TASINAFO, C. R. **História geral e do Brasil**. [S.l.]: Harbra, 2006.

NEW ECONOMICS FOUNDATION (NEF). **The consumption explosion**. 2009a. Disponível em: <http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/The_Consumption_Explosion_1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

NEW ECONOMICS FOUNDATION (NEF). **The (un) happy planet index 2.0: why good lives don't have to cost the Earth**. London, 2009b. Disponível em: <<http://roar.uel.ac.uk/jspui/handle/10552/604>>. Acesso em: 28 set. 2013.

NEW ECONOMICS FOUNDATION (NEF). **The great transition model: a first technical report**. Reino Unido: NEF, 2009c.

NEW ECONOMICS FOUNDATION (NEF). **An inconvenient sandwich: the throwaway economics of takeaway food**. 2010. Disponível em: <http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/An_Inconvenient_Sandwich.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

NEW ECONOMICS FOUNDATION (NEF). **The great transition: social justice and the core economy**. 2011a. Disponível em: <http://dnwssx4l7gl7s.cloudfront.net/nefoundation/default/page/-/publications/The_Great_Transition_Social_justice_and_the_core_economy_0.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

NEW ECONOMICS FOUNDATION (NEF). **21 horas: porque uma semana de trabalho menor pode ajudar todos nós a prosperar no século XXI**. 2011b. Disponível em: <http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/21_Hours.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

NOBRE, M e AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Edições IBAMA, 2002.

- OCIO, D. Z. **A economia como ciência: dos clássicos a Keynes.** Ensaio. p. 1–98, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3152/Rel08-2000.pdf?sequence=1>>. Acesso em 14 Maio. 2013.
- OECD. **OECD environmental Outlook to 2050**, OECD Publishing. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264122246-en>>. Acesso em 12 ag. 2013.
- OLIVEIRA, C. **Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo.** Lecturas: Educación física y deportes, 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2048656>>. Acesso em: 14 Maio. 2013.
- OLÍVIO, D. H. V. et al. **A ética do consumo.** 2010. v. 2, p. 16–27. Disponível em: <<http://www.fae.edu.br/revistafaer/artigos/edicao2/denis.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.
- OLIVIER, J., PETERS, J., & JANSSENS-MAENHOUT, G. **Trends in global co2 emissions: 2012 report. 2012.** Disponível em: <<http://edgar.jrc.ec.europa.eu/CO2REPORT2012.pdf>>. Acesso em: 15 Maio. 2013.
- ONU (Divisão de População da ONU). **Perspectivas da População Mundial: the 2012 revision population databank.** 2012. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Documentation/pdf/WPP2012_%20KEY%20FINDINGS.pdf>. Acesso em: 18 ag. 2013.
- ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo:** São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232 p. ISBN 978-85-7983-128-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 Jun. 2013.
- ORTIGOZA, S. A. G., & CORTEZ, A. T. C (orgs.) **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/n9brm/pdf/ortigoza-9788579830075.pdf>>. Acesso em: 15 Jul. 2013.
- OURIQUES, H. **O tempo livre no capitalismo: uma abordagem crítica.** Revista de Administração FEAD, 2010. v. 3, p. 113–122.
- PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: Um par imperfeito.** Campinas: Alínea, 2000.
- PADILHA, V. **Shopping Center: a catedral das mercadorias.** São Paulo: Editora Boitempo, 2006. p. 191–192.
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation.** a special report of working groups i and ii of the intergovernmental panel on climate change. Cambridge, UK, and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2012. 582 p.
- PARKER, S. **A sociologia do lazer.** tradução George Allen. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PEC 231/95. **REQUERIMENTO 6052 de 2012 da PEC 40 horas.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=89E667D>

5D3DE02A422B1B1C1DC6A23B1.node2?codteor=1026767&filename=Tramitacao-PEC+231/1995>. Acesso em: 13 Maio. 2013.

PIGOU, A. C. A. **The Economics of Welfare**. London: MacMillan, 1920.

POLLITT, H. et al. **A scoping study on the macroeconomic view of sustainability**. Final Report for the European, 2010 Commission. DG Environment produced by Cambridge Econometrics and the Sustainable Europe Research Institute. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/enveco/studies_modelling/index.htm>. Acesso em 27 fev. 2013.

POMPEO, F. S. **Sobre o mundo do trabalho**. 2013. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/sobre-o-trabalho.pdf>>. Acesso em 08 fev. 2013.

ROCHA, J. M. **A Ciência econômica: da antiguidade aos Grandes paradoxos atuais**. 2004. n. 1750, p. 1–6.

ROCHA, J. M. Da. **A Ciência econômica : da antiguidade aos grandes paradoxos atuais**. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Texto-a-Ci%C3%Aancia-Econ%C3%B4mica/39021373.html>>. Acesso em: 2 set. 2013.

RUSKIN, J (1860a) **The veins of wealth**. Cornhill Magazine. In: Unto This Last, 1862. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/156500265/Unto-This-Last-Ruskin>>. Acesso em: 27 Mar. 2013.

RUSKIN, J(1860b). **Ad valorem**. Cornhill Magazine. In: Unto This Last, 1862b. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/156500265/Unto-This-Last-Ruskin>>. Acesso em: 27 Mar. 2013.

REBOUÇAS, A. C. **Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez**. Bahia Análise & Dados, Salvador, 2003. v. 13, n. Especial, p. 341-345.

REIS, J. DOS. **História do trabalho e seu conceito**. 2002. blog.newtonpaiva.br, n. 1984. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D6-10.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

REQUIXA, R. **As dimensões do lazer**. São Paulo: Sesc / Celazer, 1974

REQUIXA, R. **As dimensões do lazer**. São Paulo: Sesc / Celazer, 1976

ROBBINS, L. **An Essay On The Nature And Significance Of Economic Science. 1932**. Disponível em:

<<http://library.mises.org/books/Lionel%20Robbins/Essay%20on%20the%20Nature%20and%20Significance%20of%20Economic%20Science.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2013.

RODRIGUES, M. O. **A redução da jornada de trabalho: da luta pela saúde à luta pelo emprego**. 2010. III Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Disponível em: <http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao2/034.pdf>. Acesso em: 14 abril. 2013.

ROMEIRO, R.A. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. 2010 In: MAY. P. H (Org). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

ROPKE, I. **The early history of modern ecological economics**. Ecological Economics, v. 50, n. 3-4, p. 293–314, 2004. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0921800904002058>>. Acesso em: 3 Jun. 2013.

ROSSO, S. D. **A jornada de trabalho na sociedade**: o castigo de Prometeu. São Paulo: LTr, 1996. p. 225-262.

ROSSO, S. D. **Tempo de trabalho**. In: CATTANI, A. D. Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ROSSO, S. D. **Jornada de trabalho**: duração e intensidade. Ciência e cultura, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400016&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 out. 2012.

SAES, B. M. **Macroeconomia Ecológica**: o desenvolvimento de abordagens e modelos a partir da economia ecológica. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000910468>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SAMUEL et al. **Le temps libre; un temps social**. Paris: Librairie des Meridiens, 1984.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller. 1999. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Novíssimo+dicionário+de+economia#0>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

SANTOS, L. **Sociologia do trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2012. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_prd_industr/tec_acucar_alcool/161012_soc_trab.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2013.

SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SARRIERA et al. **Significado do tempo livre para adolescentes de classe popular**. [s.l.]: Psicologia Ciência e Profissão, 2007. v. 27, p. 718-729.

SCHELLING, T. C. **The cost of combating global warming**: facing the tradeoffs. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6, p. 1–8, 1997.

SCHOR, J. B. **Sustainable consumption and worktime reduction**. *Journal of Industrial Ecology*, 2008. 9(1-2), p. 37–50.

SIMMS et al. **Growth isn't possible**: why we need a new economic direction. London: New Economics Foundation, 2010. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Growth+isn'+t+possible#1>>. Acesso em: 1 out. 2012.

SIPS (IPEA). **Trabalho e Tempo Livre**. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120321_sips_tempolivre.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2013.

SMITH, R. **Beyond growth or beyond capitalism?** *Real World Economics Review*, s.l. 2010. P.1-25.

SOLOMON et al. **Irreversible climate change due to carbon dioxide emissions**. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 2009. 106(6), p. 1704–9.

SORJ, B. **Sociologia e trabalho** : mutações, encontros e desencontros. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/002.pdf>>. Acesso em: 5 abril. 2013

SOUZA, S.; FRANCIS, V.; MADRUGA, P. **A Obsolescência planejada: uma reflexão frente aos problemas socioambientais do Planeta**, 2007. Disponível em: <

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR630472_0486.pdf>. Acesso em: 21 set. 2013.

SOUZA, M. V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. [s.l]: **Revista Análise**, 2006. v. 17, p. 393–397.

STERN, P. **Toward a working definition of consumption for environmental research and policy**. Environmentally significant consumption: Research, 1997.

STIGLITZ, J. E. **Georgescu-Roegen versus Solow / Stiglitz**. 1997. v. 22, p. 269–270.

SUE,R. **Le loisir**. Paris: PUF, 1980.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. São Paulo : GEOUSP - Espaço e Tempo, 2006. N° 19, p. 93 – 111. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/334/179>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

TERTULIAN, N. **Conceito de alienação em Heidegger e Lukács**. Belo Horizonte: Práxis. 1996. jan./maio.

THE WORLD WATCH INSTITUTE (TWWI). **ESTADO DO MUNDO 2011 - Inovações que nutrem o Planeta**. [S.l: s.n.], 2010. p. 1–298, Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/EstadodoMundo2011_portugues.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

THE WORLD WATCH INSTITUTE (TWWI). **Meat Production and Consumption Continue to Grow**. 2011. Disponível em: <<http://vitalsigns.worldwatch.org/vs-trend/meat-production-and-consumption-continue-grow-0>>. Acesso em: 14 set. 2013.

UEDA, J.; TAVERNARO, R. **Impacto ambiental do descarte de fármacos e estudo da conscientização da população a respeito do problema**. 2010. v. 5, p. 1–6. Disponível em: <<http://www2.ib.unicamp.br/revista/be310/index.php/be310/article/view/176/129>>. Acesso em: 30 maio. 2013.

UNEP (United Nations Environment Programme). **Annual report: a year in review**. [S.l.]: [s.n], 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/ru/publications/pdfs/unep%20annual%20report%202010.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

UNESCO. **Relatório mundial das nações unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos (WWDR4)**. 2012. Resumo. Disponível em:<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/WWDR4%20Background%20Briefing%20Note_pt_2012.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

UNFPA (United Nations Population Fund). **The State of World population 2007**. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/swp/2007/english/introduction.html>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

VICTOR, P. A. **Managing without growth: Slower by Design, not Disaster**. Northampton: Edward Elgar Publishing limited, 2008.

VICTOR, P. A. **Questioning economic growth**. 2010, 370p. *Nature*, 468(7322).

VENTURA, R. **Mudanças no perfil do consumo no brasil: principais tendências nos próximos 20 anos**. 2010. Disponível em: <<http://www.macroplan.com.br/Documentos/ArtigoMacroplan2010817182941.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2013.

WACKERNAGEL, M. & W. REES. **Our ecological footprint**: reducing human impact on the Earth. Gabriola Island, BC and Philadelphia, PA: New Society Publishers, 1995.

ZEFERINO, B. C. G. **Pauperização, violência e luta de classes no campo brasileiro. 2010.** Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT25-Bárbara-Cristhinny-G.-Zeferino.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2012.